



UNIVERSIDADE
ESTADUAL DE LONDRINA

ADRIANA MARTINS GOMES

**A SUPERVISÃO DIRETA DE ESTÁGIO EM SERVIÇO SOCIAL
NA FORMAÇÃO PROFISSIONAL: UM ESTUDO A PARTIR DA
EXPERIÊNCIA DOS SUPERVISORES DE CAMPO DA
FAPEPE**

Londrina
2016

ADRIANA MARTINS GOMES

**A SUPERVISÃO DIRETA DE ESTÁGIO EM SERVIÇO SOCIAL
NA FORMAÇÃO PROFISSIONAL: UM ESTUDO A PARTIR DA
EXPERIÊNCIA DOS SUPERVISORES DE CAMPO DA
FAPEPE**

Dissertação apresentada ao Programa de Mestrado em Políticas Sociais e Serviço Social da Universidade Estadual de Londrina, como requisito parcial à obtenção do título de Mestre.

Orientadora: Prof.^a Dr.^a Mabel Mascarenhas Torres

Londrina
2016

Ficha de identificação da obra elaborada pelo autor, através do Programa de Geração Automática do Sistema de Bibliotecas da UEL

Gomes, Adriana Martins .

A supervisão direta de estágio em serviço social na formação profissional : um estudo a partir da experiência dos supervisores de campo da FAPEPE / Adriana Martins Gomes. - Londrina, 2016.
231 f. : il.

Orientador: Mabel Mascarenhas Torres.
dissertação) - Universidade Estadual de Londrina, Centro de Estudos Sociais Aplicados, Programa de Pós-Graduação em Serviço Social e Política Social, 2016.
Inclui bibliografia.

1. Serviço social - . 2. Estágios Supervisionados - . 3. Formação profissional - . I. Torres, Mabel Mascarenhas . II. Universidade Estadual de Londrina. Centro de Estudos Sociais Aplicados. Programa de Pós-Graduação em Serviço Social e Política Social. III. Título.

ADRIANA MARTINS GOMES

**A SUPERVISÃO DIRETA DE ESTÁGIO EM SERVIÇO SOCIAL NA
FORMAÇÃO PROFISSIONAL: UM ESTUDO A PARTIR DA
EXPERIÊNCIA DOS SUPERVISORES DE CAMPO DA FAPEPE**

Dissertação apresentada ao Programa de
Mestrado em Políticas Sociais e Serviço Social
da Universidade Estadual de Londrina, como
requisito parcial à obtenção do título de Mestre.

BANCA EXAMINADORA

Orientadora: Prof.^a Dr.^a Mabel Mascarenhas
Torres
Universidade Estadual de Londrina - UEL

Prof.^a Dr.^a Eliane Christine Campos
Universidade Estadual de Londrina - UEL

Prof.^a Dr.^a Cirlene Ap. Hilário da S. Oliveira
Universidade Estadual Paulista –
UNESP/Franca

Londrina, 23 de junho de 2016.

Dedico esta dissertação aos supervisores de campo da FAPEPE, pois, sem eles, não seria possível o processo de estágio supervisionado.

AGRADECIMENTOS

Agradeço em, primeiro lugar, a Deus, pois a realização deste trabalho foi em honra e glória a Ele.

A minha mãe, pois minha admiração por ela é infinita. Exemplo de mulher e mãe. Sempre acredita e exprime um amor incondicional aos filhos. Traduz para mim o verdadeiro significado de MÃE! Amarei-te para sempre!

Ao meu pai, embora tenha ficado alguns momentos distante e ausente, mas sei que sempre me amou e desejou o melhor para mim. Sua torcida me fortalece. Amo-te muito!

Ao meu Gabriel, filho amado. Meu amor por você é infinito e incondicional. Obrigada por alegrar minha vida. Obrigada por entender minhas ausências, irritações, etc. Amo-te eternamente!

Aos meus queridos irmãos, por entenderem minha necessidade de afastar-me durante a elaboração deste trabalho. O apoio de vocês sempre será significativo em minha vida. Amo vocês!

À minha orientadora. Nossa! Que responsabilidade falar dela. Minha admiração não tem como ser mensurada, pois não conheço outra pessoa que ama mais o que faz do que ela. A dedicação em ensinar e orientar é indescritível. Provocou muitas mudanças na minha vida profissional e pessoal. Colocou-me para pensar e repensar. Estimulou ainda mais minha paixão pela profissão. Tenho que ler, ler, ler... Vou ler, prometo, cada vez mais. Sem sua contribuição, eu não teria chegado até aqui. Palavras não dão conta de demonstrar o tamanho da minha gratidão. Obrigada de coração!

Às professoras doutoras que fizeram parte da minha banca de qualificação e muito contribuíram com seu conhecimento. Ainda, agradeço pela notável sabedoria para lidar de forma delicada e sensível com alguém em processo de construção.

Às professoras doutoras que compuseram minha banca de defesa: quanta honra em tê-las participando de um momento que faz parte de um sonho. O conhecimento de vocês é fundamental para o meu crescimento profissional.

Aos professores doutores do Programa de Pós-Graduação em Serviço Social e Política Social da UEL, pois sem o ensinamento de vocês não seria possível atingir meu objetivo. Sinto-me muito grata pela dedicação de vocês nessa empreitada que é formar pessoas.

Aos supervisores de campo que aceitaram serem sujeitos desta pesquisa. Sem a colaboração e dedicação de vocês, não seria possível atingir o objetivo a que nos propusemos neste estudo. Obrigada por reconhecerem que a supervisão de estágio é fundamental para o processo formativo do assistente social.

À amiga de coração e de caminhada Débora. Teu incentivo e apoio me fortaleceram nesta caminhada. “Amigo é para se guardar do lado esquerdo do peito”: é aí que você está amiga. Pessoa abençoada por Deus! Palavras sábias nas horas certas. Admiro-te cada vez mais! Adoro-te muito!

A amiga Lucineia Lucheti. Ser humano iluminado! Foi ela quem me deu a oportunidade de lecionar pela primeira vez. Incentivou-me sempre a buscar o Mestrado. A temática deste trabalho partiu, também, de seu estímulo por acreditar que este debate é necessário acontecer, constantemente, no seio da categoria profissional.

À diretora da FAPEPE, senhora Maria Helena, meus sinceros agradecimentos pela confiança. Mesmo sabendo que estaria falando da instituição em que é gestora, acreditou no meu trabalho e em nenhum momento duvidou do meu agir ou questionou-o na condução e manuseio dos dados referentes à FAPEPE, durante a construção desta pesquisa. Muito obrigada!

Ao corpo docente do Serviço Social da FAPEPE: obrigada, amigos e colegas. O incentivo e apoio de vocês foram de extrema importância. Vocês merecem todas as homenagens possíveis por acreditarem nessa profissão e na arte de ensinar.

Aos colegas do Mestrado: muito obrigada! Foram dias de convivência e trocas de experiências significativas. Temos objetivos comuns, por isso, sucesso para todos. Não podemos desistir daquilo em que acreditamos. Teremos novos encontros pelos caminhos da vida e da profissão.

À Coordenadoria de Reintegração Social, por meio do Departamento de Atenção ao Egresso e Família, por entenderem a necessidade de alterar meus horários de trabalho. Sem essa flexibilidade não teria conseguido chegar ao final. Muito obrigada!

Aos colegas e amigos de trabalho da CAEF/CPMA. Obrigada por entenderem os dias conturbados de quem está preocupada com os prazos e se torna ausente nos momentos de confraternização e não consegue ter tanto tempo para ouvir as angústias do cotidiano. Sempre estive lá, podem acreditar. Adoro vocês!

À Larissa Turolo, que colaborou na construção dos gráficos utilizados neste estudo. Obrigada pela disponibilidade e dedicação.

À Vanessa Meira, por ter realizado a revisão da normatização deste trabalho. Obrigada pela amizade e incentivo.

À Mariana Vargas pela revisão ortográfica deste trabalho. Apesar da correria deu tudo certo. Obrigada pela confiança.

Ao Francisco (Chico) da secretaria da pós-graduação da UEL. Sempre disposto a colaborar e contribuir para que tudo dê certo. Muito Obrigado pelo carinho e acolhimento.

Aos amigos do grupo de carona “MANDALEIROS UNIFADRA”. As mandalas que construímos durante nossas caronas foram importantes nessa caminhada. Obrigada pelo incentivo, apoio e acolhimento. Adoro vocês! Contem comigo nas caronas e nas mandalas.

Enfim, agradeço a todos que participaram ou contribuíram direta ou indiretamente para a concretização deste estudo.

*Não tenho um caminho novo. O que eu
tenho de novo é um jeito de caminhar.*

Thiago de Mello

GOMES, Adriana Martins. **A Supervisão Direta de Estágio em Serviço Social na formação profissional**: um estudo a partir da experiência dos supervisores de campo da FAPEPE. 2016. 231f. Dissertação (Mestrado em Serviço Social e Política Social) – Universidade Estadual de Londrina, Londrina, 2016.

RESUMO

A presente dissertação de Mestrado trata da supervisão direta de estágio em Serviço Social a partir da experiência dos supervisores de campo da FAPEPE. O desenvolvimento da pesquisa parte do seguinte problema: como os supervisores de campo atuantes junto aos estudantes estagiários do curso de Serviço Social da FAPEPE reconhecem a supervisão direta no processo formativo do assistente social? O objetivo geral é analisar a supervisão direta no processo de estágio na formação profissional do assistente social da FAPEPE. Realizamos uma pesquisa social de natureza qualitativa. Os dados foram coletados por meio de: revisão de literatura; análise dos documentos relacionados ao processo de estágio supervisionado realizado pelos estudantes da FAPEPE; registro de respostas, por meio de questionário aplicado, dos supervisores de campo. A análise do tema divide-se em três eixos: a formação profissional e o estágio supervisionado; o processo do estágio na FAPEPE; as condições nas quais o estágio e a supervisão direta são executados. Quanto aos resultados, por meio da pesquisa documental, identificamos que a maior área de concentração de oferta de vagas de estágio é na área da assistência social. Quanto aos supervisores de campo, a maioria formou-se na década de 1990, realizando a graduação após a implantação das Diretrizes Curriculares. O perfil do estudante-estagiário revela que a predominância é de mulheres, reforçando o caráter da profissão eminentemente feminina, e as atividades realizadas pelos estagiários estão de acordo com o objetivo proposto pelo Projeto Político Pedagógico do curso de Serviço Social da FAPEPE. O resultado da pesquisa de campo permite afirmar que as condições de trabalho do assistente social impactam tanto no planejamento, como na execução da supervisão direta.

Palavras-chave: Serviço social. Formação profissional. Supervisor de campo. Supervisão de campo. Supervisão direta. Estágio Supervisionado.

GOMES, Adriana Martins. **The direct supervision of internship in Social Work from the experience of field supervisors of FAPEPE**. 2016. 231p. Politics and Social Service Master's Thesis – Londrina State University, Londrina, 2016.

ABSTRACT

This dissertation deals with the direct supervision of internship in Social Work from the experience of field supervisors of FAPEPE. The development of the research starts from the following problem: How do the field supervisors acting with the intern students of Social Work course of FAPEPE recognize the direct supervision in the training process of the social worker? The general objective is to analyze the direct supervision on internship process in the professional training of social worker of FAPEPE. We conducted a social research of a qualitative nature. Data were collected through: literature review; analysis of documents related to the supervised internship process performed by the students of FAPEPE; recorded responses, through questionnaire, of the field supervisors. The analysis of subject is divided into three areas: professional training and supervised internship; the internship process in FAPEPE; the conditions in which the internship and the direct supervision run. As for the results, through documentary research, we found that the largest area of concentration of internship opportunities is in the area of social assistance. As for field supervisors, the majority was formed in the 1990s, performing graduation after the implementation of the Curriculum Guidelines. The intern student's profile reveals that the prevalence are women, reinforcing the character of the eminently female profession, and the activities performed by intern students are in line with the objective proposed by the Pedagogical Political Project of Social Work course of FAPEPE. The result of the field research allows to say that the working conditions of social workers impact both the planning and the implementation of direct supervision.

Keywords: Social work. Professional training. Field supervisor. Direct supervision. Supervised internship.

LISTA DE ILUSTRAÇÕES

Figura 1 - Foto do campus da FAPEPE em Presidente Prudente (2012)115

LISTA DE TABELAS

Tabela 1 - Distribuição dos supervisores de campo para composição da amostra da pesquisa envolvendo sujeitos.....	28
Tabela 2 - Porte do município de acordo com a densidade populacional.	94
Tabela 3 - Evolução da população da região administrativa de Presidente Prudente.....	94
Tabela 4 - Aspectos econômicos de Presidente Prudente.....	97
Tabela 5 - Dados populacionais e condições de vida em Presidente Prudente.....	98
Tabela 6 - Dados educacionais de Presidente Prudente.....	99
Tabela 7 - Crescimento das matrículas de ensino superior (2000-2008).	105
Tabela 8 - Cursos de graduação ofertados pela FAPEPE.	116
Tabela 9 - Distribuição das turmas diplomadas em Serviço Social pela FAPEPE por número de estudantes e mês de conclusão do curso	123
Tabela 10 - Matriz curricular do curso de Serviço Social da FAPEPE.	134
Tabela 11 - Ementário do estágio supervisionado e da supervisão acadêmica.....	137
Tabela 12 - Distribuição dos campos de estágio em Serviço Social conveniados	141
Tabela 13 - Distribuição da IES responsável pela graduação do supervisor de campo da FAPEPE.	145
Tabela 14 - Distribuição das condições do espaço físico dos campos de estágio.....	166

LISTA DE QUADROS REFERENCIAIS

Quadro Referencial 1 -	Distribuição dos periódicos classificados com Qualis A1, A2, B1, B3 e B5, com publicação de artigos sobre formação profissional, estágio supervisionado e supervisão direta.....	25
Quadro Referencial 2 -	Distribuição das produções acadêmicas por título e fonte.....	26
Quadro Referencial 3 -	Apresentação dos documentos que compõem o prontuário do estudante de Serviço Social em processo de estágio supervisionado do quinto ao oitavo termo.	27
Quadro Referencial 4 -	Distribuição dos periódicos classificados com Qualis A1, A2, B1, B3 e B5.	67
Quadro Referencial 5 -	Distribuição de outras produções acadêmicas sobre formação profissional, estágio supervisionado e supervisão.....	70
Quadro Referencial 6 -	Apresentação da estrutura e integralização final da carga horária do curso de Serviço Social da FAPEPE.....	124
Quadro Referencial 7 -	Distribuição dos núcleos de fundamentação e as disciplinas da matriz curricular do curso de Serviço Social da FAPEPE.	131
Quadro Referencial 8 -	Distribuição dos estudantes em processo de estágio supervisionado.	147
Quadro Referencial 9 -	Distribuição dos estagiários por faixa etária.....	149
Quadro Referencial 10 -	Distribuição das atividades realizadas pelos estagiários do quinto termo.....	151
Quadro Referencial 11 -	Distribuição das atividades realizadas pelos estagiários do sexto ao oitavo termo.....	153

LISTA DE GRÁFICOS

Gráfico 1 - Distribuição dos supervisores de campo por ano de cadastro na FAPEPE.....	143
Gráfico 2 - Distribuição dos supervisores de campo por cargo ou função exercida.....	144
Gráfico 3 - Distribuição dos supervisores de campo por ano da graduação em Serviço Social.....	145
Gráfico 4 - Distribuição dos supervisores de campo por tempo de exercício profissional.....	146

LISTA DE ABREVIATURAS E SIGLAS

ABESS	Associação Brasileira de Ensino em Serviço Social
ABEPSS	Associação Brasileira de Ensino e Pesquisa em Serviço Social
BM	Banco Mundial
BPC	Benefício de Prestação Continuada
CAEF	Central de Atenção ao Egresso e Família
CAPES	Comissão de Aperfeiçoamento de Pessoal do Nível Superior
CBCSSIS	Centro Brasileiro de Cooperação e Intercâmbio de Serviços Sociais
CE	Código de Ética
CEAD-UnB	Centro de Educação a Distância da Universidade de Brasília
CEAS	Centro de Estudo e Ação Social
CEDEPSS	Centro de Documentação e Pesquisa em Políticas Sociais e Serviço Social
CES	Câmara de Educação Superior
CFE	Conselho Federal de Educação
CFESS	Conselho Federal de Serviço Social
CLT	Consolidação das Leis do Trabalho
CMAS	Conselho Municipal da Assistência Social
CMDCA	Conselho Municipal dos Direitos da Criança e do Adolescente
CMH	Conselho Municipal da Habitação
CMS	Conselho Municipal da Saúde
CNE	Conselho Nacional de Educação
CPA	Comissão Própria de Avaliação
CRAS	Centro de Referência de Assistência Social
CREAS	Centro de Referência Especializado de Assistência Social
CRESS	Conselho Regional de Serviço Social
CSE	Câmara Superior de Educação
DOU	Diário Oficial da União
ECA	Estatuto da Criança e do Adolescente
ENESSO	Executiva Nacional de Estudantes de Serviço Social
ENPESS	Encontro Nacional de Pesquisadores em Serviço Social
FAPEPE	Faculdade de Presidente Prudente

FHC	Fernando Henrique Cardoso
FIES	Fundo de Financiamento Estudantil
FMI	Fundo Monetário Internacional
IBGE	Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística
IDH	Índice de Desenvolvimento Humano
IDHM	Índice de Desenvolvimento Humano Municipal
IES	Instituição de Ensino Superior
LDB	Lei de Diretrizes e Base
LIBRAS	Língua Brasileira de Sinais
LOAS	Lei Orgânica de Assistência Social
MARE	Ministério da Administração Federal e da Reforma do Estado
MDS	Ministério do Desenvolvimento Social e Combate à Fome
MEC	Ministério da Educação
MERCOSUL	Mercado Comum do Sul
NADPDD	Núcleo de Apoio Didático Pedagógico ao Docente e Discente
NAPSI	Núcleo de Apoio Psicopedagógico
NDE	Núcleo Docente Estruturante
NUPE	Núcleo de Pesquisa e Extensão
OMC	Organização Mundial do Comércio
ONGs	Organizações Não Governamentais
PEP	Projeto Ético-Político
PIB	Produto Interno Bruto
PISS	Prova Interdisciplinar de Serviço Social
PNE	Política Nacional de Estágio
PROUNI	Programa Universidade Para Todos
PUC	Pontifícia Universidade Católica
RA	Região Administrativa
SEADE	Fundação Sistema Estadual de Análise de Dados
SINAES	Sistema Nacional de Avaliação da Educação Superior
SUAS	Sistema Único de Assistência Social
TCE	Termo de Compromisso de Estágio
TCLE	Termo de Consentimento Livre e Esclarecido
UEL	Universidade Estadual de Londrina

UNESCO Organização das Nações Unidas para Educação, Ciência e
Cultura

UNIESP União das Instituições Educacionais do Estado de São Paulo

UNOESTE Universidade do Oeste Paulista

UNESP Universidade Estadual Paulista

SUMÁRIO

1	INTRODUÇÃO	21
2	A FORMAÇÃO DO ASSISTENTE SOCIAL: AS DIFERENTES CONCEPÇÕES DE ESTÁGIO SUPERVISIONADO E DE SUPERVISÃO	32
2.1	Serviço Social: percurso histórico, formação e estágio supervisionado.....	33
2.2	A revisão de literatura: estágio e supervisão em Serviço Social na contemporaneidade.....	62
2.3	A percepção dos sujeitos da pesquisa acerca da supervisão de estágio.....	87
3	O ESTÁGIO SUPERVISIONADO EM SERVIÇO SOCIAL NA FACULDADE DE PRESIDENTE PRUDENTE (FAPEPE)	92
3.1	Presidente Prudente: breve contextualização.....	92
3.1.1	Presidente Prudente: indicadores econômicos e sociais.....	95
3.2	As instituições de ensino superior (IES) no Brasil: apresentação da Faculdade de Presidente Prudente (FAPEPE).....	110
3.3	Faculdade de Presidente Prudente (FAPEPE): apresentando o curso de Serviço Social.....	119
3.4	O estágio supervisionado em Serviço Social na FAPEPE.....	135
3.4.1	Caracterização dos campos de estágio supervisionado em Serviço Social conveniados com a FAPEPE.....	141
3.4.2	Perfil dos supervisores de campo em Serviço Social da FAPEPE.....	143
3.4.3	Perfil dos estagiários de Serviço Social da FAPEPE.....	147
4	A SUPERVISÃO DIRETA EM SERVIÇO SOCIAL NA FORMAÇÃO PROFISSIONAL DO ASSISTENTE SOCIAL	156
4.1	O trabalho e as condições de trabalho do supervisor de campo.....	157

4.1.1	A supervisão de estágio como atribuição privativa	171
4.2	Inserção e acompanhamento do estudante de Serviço Social no campo de estágio.....	183
4.3	Planejamento e execução do processo de supervisão de estágio	188
CONSIDERAÇÕES FINAIS		197
REFERÊNCIAS.....		205
APÊNDICES		213
Apêndice 1 –	Carta-convite destinada aos sujeitos da pesquisa	214
Apêndice 2 –	Termo de consentimento livre e esclarecido (TCLE)	216
Apêndice 3 –	Questionário encaminhado aos supervisores de campo.....	218
ANEXOS		224
Anexo 1 –	Ofício de autorização da direção da FAPEPE para a realização da pesquisa	225
Anexo 2 –	Regulamento de estágio do curso de Serviço Social da FAPEPE.....	226

1 INTRODUÇÃO

A presente dissertação de Mestrado, apresentada ao Programa de Pós-Graduação em Serviço Social e Política Social da Universidade Estadual de Londrina (UEL), decorre do resultado da pesquisa que tem como objeto a supervisão direta de estágio¹ no processo de formação profissional do assistente social. O lócus da pesquisa é a Faculdade de Presidente Prudente (FAPEPE).

A motivação pelo tema nasceu das experiências vivenciadas como coordenadora do estágio supervisionado em Serviço Social² e supervisora acadêmica³ no curso de Serviço Social da FAPEPE. Pode-se ser incluída, também, nessa vivência, a experiência como supervisora de campo⁴ na Central de Atenção ao Egresso e Família (CAEF)⁵. As referidas experiências instigaram a busca por conhecimento acerca da discussão e reflexão do processo de estágio na formação profissional do assistente social por meio da supervisão direta.

Considerando a supervisão direta configurar-se, igualmente, como processo da formação profissional do assistente social, surgiu a seguinte inquietação, posterior problema desta pesquisa: como os supervisores de campo atuantes junto aos estudantes estagiários do curso de Serviço Social da FAPEPE reconhecem a supervisão direta no processo formativo do assistente social?

Dessa forma, a oportunidade de vivenciar a experiência do estágio supervisionado, tanto na sala de aula, quanto nos campos ocupacionais, tem nos instigado cada vez mais buscar, por meio de pesquisa, a compreensão de como os supervisores de campo executam a supervisão direta na formação profissional do assistente social.

A discussão aprofundada sobre o processo de estágio e suas particularidades é assunto com prevalência no âmbito acadêmico, pois a instituição de ensino é a responsável pela formação profissional. Entendemos que estudar,

¹ A concepção de supervisão direta será discutida ao longo desta dissertação, principalmente, quando for apresentada às Diretrizes Curriculares.

² Experiência iniciada a partir de outubro de 2009.

³ Experiência iniciada a partir de fevereiro de 2010.

⁴ Experiência iniciada a partir de dezembro de 2010.

⁵ A CAEF desenvolve o Programa de Atenção ao Egresso e Família, coordenado pela Coordenadoria de Reintegração Social e Cidadania da Secretaria da Administração Penitenciária do Estado de São Paulo.

pesquisar, debater e refletir sobre o estágio supervisionado na formação do assistente social não é preocupação recente, ou seja, muitos autores desde a formação das primeiras escolas de Serviço Social têm demonstrado preocupação com essa temática. É notório que o estágio supervisionado e a supervisão direta têm sido evidenciados nos debates da categoria profissional, principalmente, a partir das Diretrizes Curriculares de 1996.

Nessa direção, esta pesquisa tem o objetivo de analisar a supervisão direta no processo de estágio na formação profissional do assistente social da FAPEPE. Os objetivos específicos são:

1- analisar as características dos campos de estágio (unidades concedentes) conveniados com a FAPEPE;

2- conhecer as características dos supervisores de campo e dos estudantes-estagiários envolvidos no processo de estágio supervisionado em Serviço Social da FAPEPE;

3- apreender a concepção de supervisão direta de estágio em Serviço Social apropriada pelos supervisores de campo envolvidos no processo de estágio supervisionado da FAPEPE;

4- refletir sobre os elementos e conhecimentos utilizados pelos supervisores de campo na realização da supervisão direta de estágio;

5- identificar em que condições de trabalho os supervisores de campo realizam a supervisão direta de estágio;

6- analisar as ações desenvolvidas pelos supervisores de campo, bem como as atividades pertinentes ao processo de estágio;

7- identificar os instrumentos utilizados pelos supervisores de campo para realizar a supervisão direta;

8- identificar os aspectos limitadores e facilitadores do processo de supervisão direta de estágio no campo de estágio.

Quanto aos procedimentos metodológicos, propomos um conjunto de reflexões sistematizadas a partir de Baptista:

Ao se tomar como ponto de partida que a investigação é um estudo sistemático em busca de conhecimentos e respostas em relação a determinado objeto com o fim de incorporá-lo, de maneira comunicável e comprovável, a um corpo de conhecimentos de que se dispõe em dada área de reflexão, esse estudo sistemático expressa uma concepção determinada do que seja essa área, do

sentido e do lugar que ela ocupa no amplo contexto dos conhecimentos. (BAPTISTA, 2012, p.15)

Entendemos que tomar a investigação como ponto de partida nos levará a desvelar a realidade que envolve o objeto de estudo, considerando que a busca de respostas possibilitará a reflexão e o entendimento do que nos instiga a pesquisar.

O estudo proposto foi desenvolvido por meio de uma pesquisa social, uma vez que Chizzotti (2010, p.83) afirma, “[...] todas as pessoas que participam da pesquisa são reconhecidas como sujeitos que elaboram conhecimentos e produzem práticas adequadas para intervir nos problemas que identificam”. A participação dos sujeitos pesquisados nos leva a compreender que a realidade social apresenta muitos significados manifestados nesses sujeitos. Nessa perspectiva, a pesquisa é de natureza qualitativa, pois, como expõe Minayo (2008, p.22), “[...] a abordagem qualitativa se aprofunda no mundo dos significados. Esse nível da realidade não é visível, precisa ser exposto e interpretado, em primeira instância, pelos próprios pesquisados”. A abordagem qualitativa possibilita interpretar a realidade social mediante a compreensão dos sujeitos pesquisados.

Por isso, de acordo com a motivação e a justificativa para a realização desta pesquisa, podemos identificar estar presente à atitude investigativa que constitui a natureza do Serviço Social. A busca por respostas ao problema apresentado nos leva a questionar a realidade social no qual o assistente social realiza a supervisão direta de estágio. Segundo Fraga (2010, p.46), o Serviço Social é uma profissão investigativa e interventiva, portanto “[...] as análises de seus estudos e pesquisas precisam ser realizadas a partir de situações concretas e possuir utilidade social, não interessando o conhecimento realizado apenas com finalidade descritiva e contemplativa”. Logo, a intervenção do assistente social deverá estar fundada em um conjunto de conhecimentos que fundamentam e direcionam a atuação profissional. A fim de a pesquisa contribuir, de fato, para a análise da realidade social, é indispensável ocorrer no âmbito da perspectiva crítica, que direciona o projeto ético-político da profissão.

Por conseguinte, o caminho metodológico a ser percorrido pelo pesquisador requer, a todo tempo, a indagação pelo desconhecido, sem perder de

vista o momento histórico em que ocorre a pesquisa, relacionando, sempre, o sujeito e a realidade em que se insere. Conforme Bourguignon:

Pesquisar é exercício sistemático de indagação da realidade observada, buscando conhecimento que supere nossa compreensão imediata, com um fim determinado e que fundamenta e instrumentaliza o profissional a desenvolver práticas comprometidas com mudanças significativas no contexto em que se insere e em relação à qualidade de vida do cidadão. (BOURGUIGNON, 2008, p.15)

É justamente a pesquisa qualitativa que nos permite indagar o desconhecido diante da realidade observada, levando-nos a analisá-la de forma a poder superar a compreensão imediata da realidade⁶.

A coleta de dados da pesquisa ocorreu de três formas: a revisão de literatura; a análise dos documentos relacionados ao processo de estágio supervisionado dos estudantes da FAPEPE; o registro de respostas sobre a temática pelos supervisores de campo no questionário encaminhado pela pesquisadora, objetivando apreender a experiência que estão vivenciando na realização da supervisão de campo e na execução da supervisão direta. Logo, a análise dos dados realizou-se a partir do entrecruzamento dos dados da pesquisa documental e do questionário respondido pelos sujeitos da pesquisa, e da revisão de literatura, possibilitando a construção dos resultados.

Segundo Chizzotti:

O conhecimento não se reduz a um rol de dados isolados, conectados por uma teoria explicativa; o sujeito-observador é parte integrante do processo de conhecimento e interpreta os fenômenos, atribuindo-lhes um significado. O objeto não é um dado inerte e neutro; está possuído de significados e relações que sujeitos concretos criam em suas ações. (CHIZZOTTI, 2010, p.79)

Exatamente como explicita o autor, na pesquisa social e qualitativa, os dados não devem reduzir-se a um único tipo de dado, tampouco o pesquisador pode isolá-los como se não pudesse contribuir na interpretação deles a partir de sua própria observação somada a um conjunto de conhecimentos.

⁶ Entendemos que a pesquisa quantitativa também pode fundamentar este tipo de pesquisa. Segundo Chizzotti (2010, p.52) as pesquisas quantitativas “[...] prevêem a mensuração de variáveis preestabelecidas, procurando verificar e explicar sua influência sobre outras variáveis, mediante a análise da frequência de incidências e de correlações estatísticas”.

O caminho metodológico percorrido nesta pesquisa ocorreu da seguinte maneira:

Primeiro Passo: construção do projeto de pesquisa e solicitação de autorização à instituição lócus do estudo (Anexo 1), a fim de iniciarmos a pesquisa.

Segundo Passo: revisão de literatura. Na fundamentação teórica, foram estabelecidas as seguintes palavras-chave para a busca: supervisão direta, estágio supervisionado e processo formativo do assistente social. Nesse passo, conforme os quadros abaixo, fizemos o levantamento nos periódicos, livros e outras publicações que tratam do tema e objeto desta pesquisa. Enfatizamos ter ocorrido à escolha dos periódicos de acordo com a atribuição do Qualis⁷ pela Coordenação de Aperfeiçoamento de Pessoal de Nível Superior (CAPES), no período de 2013-2014. Portanto, optamos por aqueles classificados no estrato A1, A2, B1 a B5 por serem considerados de elevado impacto perante a comunidade científica.

Quadro Referencial 1 - Distribuição dos periódicos classificados com Qualis A1, A2, B1, B3 e B5, com publicação de artigos sobre formação profissional, estágio supervisionado e supervisão direta.

QUALIS	PERIÓDICO
A1	Revista Serviço Social & Sociedade (disponível <i>on-line</i> a partir de 2010 - n.º 101).
	Revista Katálysis (disponível <i>on-line</i> a partir de 1997).
A2	Revista Argumentum (disponível <i>on-line</i> a partir de 2009).
	Revista Em Pauta (disponível <i>on-line</i> a partir do ano de 2007).
B1	Revista Temporalis (disponível <i>on-line</i> a partir de 2010).
B3	Revista Serviço Social & Realidade (disponível <i>on-line</i> a partir de 2007).
B5	Revista Serviço Social & Saúde (disponível <i>on-line</i> a partir de 2002).

Fonte: A própria autora, (2014).

O levantamento dos periódicos *on line* (quadro referencial 1) permitiu identificar a produção acadêmica do Serviço Social relacionada à supervisão direta e estágio supervisionado, possibilitando a construção de uma análise crítica

⁷ Qualis é um conjunto de procedimentos utilizados pela CAPES para estratificação da qualidade da produção intelectual dos programas de pós-graduação *stricto sensu*. Para essa estratificação, segue uma divisão, baseada em princípios, em ordem decrescente de valor: A1, A2, B1, B2, B3, B4, B5 e C.

condizente com a realidade concreta da supervisão direta e do estágio supervisionado em Serviço Social.

Tivemos o mesmo procedimento com outras publicações que versam sobre supervisão direta e estágio supervisionado, conforme demonstrado no quadro referencial 2.

Quadro Referencial 2 - Distribuição das produções acadêmicas por título e fonte.

ANO	DOCUMENTO / TÍTULO	FONTE
1970	Documento: Revista Debates Sociais. Título: “Conferência de supervisão em grupo”.	Revista (n.º 11, ano VI, out/1970).
1972	Documento: Cadernos Verdes – CBCISS. Título: “Reflexões sobre a formação de supervisores em Serviço Social”.	Revista (n.º 42, ano V).
1972	Documento: Cadernos Verdes – CBCISS. Título: “Supervisão em Serviço Social”.	Revista (n.º 46, ano V).
1973	Documento: Cadernos Verdes – CBCISS. Título: “Supervisão em Serviço Social”.	Revista (n.º 68, ano VI).
2009	Documento: Material Pedagógico do Curso de Especialização <i>lato sensu</i> em Serviço Social (CFESS, ABEPSS, CEAD-UnB). Título: “Serviço Social: Direitos Sociais e Competências Profissionais”.	Livro (volume 1).
2013	Documento: Cartilha sobre estágio supervisionado do CFESS. Título: “Meia formação não garante um direito”.	Site: http://www.cfess.org.br/arquivos/BROCHURACFESS_ESTAGIO-SUPERVISIONADO.pdf
	Documento: Anais – III Simpósio Mineiro de Assistentes Sociais. Título: “A importância do estágio supervisionado na formação profissional do assistente social”.	Site: http://www.cress-mg.org.br/arquivos/simposio/A%20IMPORTANCIA%20DO%20ESTAGIO%20SUPERVISIONADO%20NA%20FORMA%20PROFISSIONAL%20DO%20ASSISTENTE%20SOCIAL.pdf
2014	Documento: Anais – XIV ENPESS. Título: “Lutas sociais e produção de conhecimento: desafios para o Serviço Social no contexto de crise do capital”.	Site: http://enpess2014.abepss.org.br/grade_coomunicacaoOral_trabalhos.pdf

Fonte: A própria autora, (2014).

A revisão de literatura possibilitou-nos identificar nos periódicos e demais publicações, que a formação e o estágio em Serviço Social caminham juntos, em relação essencial e indissociável.

Terceiro Passo: pesquisa documental realizada de abril a junho de 2015. Os documentos contemplados na pesquisa foram produzidos no período compreendido de janeiro de 2010 até dezembro de 2014. Os documentos analisados ficam em arquivo próprio no Núcleo de Estágio Supervisionado em Serviço Social da FAPEPE, sendo: prontuário do estudante-estagiário; ficha cadastral do campo de estágio; termo de convênio celebrado com o campo de estágio (unidade concedente); relatório de encontros com os supervisores de campo; projeto político pedagógico do curso de Serviço Social; e regulamento de estágio supervisionado do curso de Serviço Social (Anexo 2).

Importante destacar que a análise dos prontuários com os documentos do estudante (quadro referencial 3), envolvido no processo de estágio supervisionado, objetivou apreender informações, possibilitando a elaboração do perfil do estudante-estagiário e do supervisor de campo, bem como o levantamento das atividades realizadas no campo de estágio.

Quadro Referencial 3 - Apresentação dos documentos que compõem o prontuário do estudante de Serviço Social em processo de estágio supervisionado do quinto ao oitavo termo.

TERMO	DOCUMENTOS DOS ESTUDANTES	DOCUMENTOS DO CAMPO DE ESTÁGIO
QUINTO TERMO (Estágio Supervisionado I)	Cópia da apólice de seguro obrigatório; Termo de Compromisso de Estágio (TCE); Plano de Estágio I; Avaliação do Supervisor de Campo; Autoavaliação do Estagiário.	Relatório Mensal das Atividades de Estágio; Análise Institucional; Declaração de Carga Horária I.
SEXTO TERMO (Estágio Supervisionado II)	Plano de Estágio II; Avaliação do Supervisor de Campo; Autoavaliação do Estagiário.	Relatório Mensal das Atividades de Estágio; Levantamento e Análise do Perfil do Usuário do Atendimento do Campo de Estágio; Declaração de Carga Horária II.
SÉTIMO TERMO (Estágio Supervisionado III)	Termo Aditivo de Renovação do TCE; Plano de Estágio III; Avaliação do Supervisor de Campo; Autoavaliação do Estagiário.	Relatório Mensal das Atividades de Estágio; Artigo Científico; Declaração de Carga Horária III.
OITAVO TERMO (Estágio Supervisionado IV)	Plano de Estágio IV; Avaliação do Supervisor de Campo; Autoavaliação do Estagiário.	Relatório Mensal das Atividades de Estágio; Projeto de Intervenção; Declaração de Carga Horária IV.

Fonte: A própria autora, (2015).

Analisar as fichas cadastrais e os termos de convênios para abertura dos campos de estágio objetivou registrar os aspectos formais e a caracterização dos campos de estágio.

Por fim, analisar o projeto político pedagógico e o regulamento de estágio do curso de Serviço Social, permitiu-nos identificar o modo como o estágio é reconhecido no processo formativo pela Instituição de Ensino.

Estes documentos foram necessários para definir o perfil dos supervisores de campo e estagiários e a caracterização dos campos de estágio, bem como identificar os outros dados que contribuiram para o desenvolvimento da pesquisa. Para acesso e manuseio dos documentos, foi solicitada, por escrito, mediante termo próprio, a devida autorização à Diretora da instituição de ensino.

Quarto Passo: delimitação do universo da pesquisa. A delimitação geográfica da pesquisa compreendeu o município de Presidente Prudente. Essa delimitação foi feita considerando ser Presidente Prudente a cidade sede do *campus* da FAPEPE e contemplar a maioria dos campos de estágio. Os sujeitos pesquisados são os assistentes sociais integrantes do grupo de supervisores de campo da FAPEPE. Os critérios para definir a amostra dos sujeitos pesquisados foram: no momento da pesquisa, estar vinculado à FAPEPE como supervisor de campo; tempo de exercício da função de supervisor de campo, com o mínimo de 1 ano de experiência, considerando interessar-nos para a pesquisa a experiência acumulada pelo profissional; os supervisores de campo atuantes na área pública e privada. Portanto, construímos uma amostra proporcional a partir da inserção desses assistentes sociais nos referidos campos sócio-ocupacionais (tabela 1).

Tabela 1 - Distribuição dos supervisores de campo para composição da amostra da pesquisa envolvendo sujeitos.

AREA DE ATUAÇÃO	QUANTIDADE DE SUJEITOS A SEREM PESQUISADOS NA ESFERA PÚBLICA	QUANTIDADE DE SUJEITOS A SEREM PESQUISADOS NA ESFERA PRIVADA	TOTAL
Assistência Social	2	4	6
Educação Superior	0	1	1
Saúde	0	3	3
Sistema Prisional	2	0	2
TOTAL	4	8	12

Fonte: A própria autora, (2014).

A amostra de sujeitos envolvidos na pesquisa teve por base o levantamento realizado na pesquisa documental sobre a caracterização dos campos de estágio e do perfil dos supervisores de campo. Neste momento foi realizada a construção do instrumento de coleta de dados. A coleta de dados ocorreu mediante encaminhamento de questionário aos sujeitos da pesquisa.

O contato inicial com os sujeitos da pesquisa foi realizado por telefone, a fim de fazer o convite para participação da pesquisa. Obtendo o aceite, realizamos o agendamento para a entrega: da carta-convite (Apêndice 1) com as informações sobre a pesquisa; do termo de consentimento livre e esclarecido (Apêndice 2), em duas vias, para colher assinatura do sujeito pesquisado; e do roteiro de questões que compõem a entrevista (Apêndice 3). Após o prazo combinado com o sujeito da pesquisa, recolhemos uma via do termo de consentimento livre e esclarecido (TCLE) devidamente assinado e o roteiro de questões para ser analisado.

Quinto Passo: análise dos dados registrados no questionário. Para a análise dos dados, utilizamos a técnica de análise de conteúdo que busca compreender a realidade a partir do significado e da percepção dos pesquisados com relação à realidade pesquisada. Sobre a técnica, Chizzotti explica:

[...] que um texto contém sentidos e significados, patentes ou ocultos, que podem ser apreendidos por um leitor que interpreta a mensagem contida nele por meio de técnicas sistemáticas apropriadas. A mensagem pode ser apreendida, decompondo-se o conteúdo do documento em fragmentos mais simples, que revelem sutilezas contidas em um texto. Os fragmentos podem ser palavras, termos ou frases significativas de uma mensagem. (CHIZZOTTI, 2011, p.115)

Enfim, indicados o tema, o objeto, o problema, os objetivos e a metodologia, esta pesquisa resultou em três capítulos, construídos a partir de três eixos de análise: formação profissional e o estágio supervisionado; o processo do estágio na FAPEPE: caracterização dos sujeitos envolvidos no processo de estágio supervisionado e na supervisão direta; as condições objetivas e subjetivas nas quais o estágio e a supervisão direta são executados.

No primeiro capítulo “A formação do assistente social: as diferentes concepções de estágio supervisionado e de supervisão,” apresenta-se a discussão do processo de estágio supervisionado na formação do assistente social, sendo

abordado a partir da historicização da profissão de Serviço Social no Brasil desde sua gênese tomando como referência as interpretações dos autores, destacando-se José Paulo Netto e Marilda Iamamoto.

A propósito, ainda, no primeiro capítulo, apresentamos elementos para a compreensão do percurso histórico da profissão e sua institucionalização no Brasil, compreendendo-a como parte de um processo histórico em desenvolvimento, objetivando refletir sobre o processo de estágio supervisionado na formação profissional do assistente social a partir das concepções de estágio e supervisão direta, bem como a percepção dos sujeitos da pesquisa sobre as implicações da supervisão direta no processo formativo do assistente social.

No segundo capítulo, intitulado “O estágio supervisionado em Serviço Social na Faculdade de Presidente Prudente (FAPEPE)”, abordamos uma breve contextualização da cidade de Presidente Prudente e região, onde está localizado o *campus* da FAPEPE, instituição lócus da pesquisa, focalizando os aspectos motivadores da sua instalação nesse município. De forma detalhada, é exposta a implantação do curso de Serviço Social na FAPEPE e a estruturação e a organização do estágio supervisionado, bem como a caracterização dos campos de estágio e o perfil e análise dos sujeitos desta pesquisa – supervisores de campo e estagiários.

No terceiro capítulo, “A supervisão direta em Serviço Social na formação profissional do assistente social”, enfatizamos os resultados da pesquisa de campo, os aspectos relacionados ao trabalho e a condições de trabalho do supervisor de campo, bem como a inserção e o acompanhamento do estudante no campo de estágio, o planejamento e a execução do processo da supervisão direta.

Enfim, por meio desta pesquisa, percebemos que estudar a supervisão direta no processo formativo do assistente social não se constitui numa empreitada simples, pois há que se considerarem, sempre, as mudanças ocorridas na realidade social, as quais refletem diretamente na atuação profissional do assistente social e resvalam na formação deste. Portanto, de modo a compreender a formação profissional do assistente social, faz-se imprescindível considerar as transformações societárias vivenciadas pela sociedade capitalista e o rebatimento desses aspectos nos campos sócio-ocupacionais do assistente social.

O processo de estágio supervisionado, por conseguinte, é o momento peculiar para o estudante de Serviço Social ter compreensão da realidade social a partir do conhecimento já acumulado nos primeiros anos da graduação, possibilitando-lhe, inicialmente, fazer uma análise crítica acerca da realidade social onde o campo de estágio está inserido.

O estágio supervisionado é considerado a partir do processo que privilegia o contato direto do estudante de Serviço Social com o cotidiano da atuação do assistente social, o mercado de trabalho e o dia a dia institucional. O estágio supervisionado é um processo propiciador do conhecimento das dimensões constitutivas do trabalho do assistente social, a saber, analítica, interventiva, investigativa, ética e política. Portanto, por meio do estágio supervisionado, o estudante passa por um processo de aprendizado do exercício profissional não apenas enquanto mero treinamento, mas como contribuição ao desenvolvimento da consciência social, da defesa dos direitos humanos e do compromisso ético-político preceituado pela profissão em uma perspectiva crítica.

2 A FORMAÇÃO DO ASSISTENTE SOCIAL: AS DIFERENTES CONCEPÇÕES DE ESTÁGIO SUPERVISIONADO E DE SUPERVISÃO

Neste capítulo, apresentamos o percurso histórico do Serviço Social brasileiro desde sua gênese, tendo como subsídio teórico autores de referência. Os principais autores estudados para a construção do percurso histórico do Serviço Social foram: Vieira (1989); Iamamoto e Carvalho (1990); Iamamoto (1992); Martinelli (1997); Yazbek (2009); Netto (2011), entre outros.

A ênfase é o processo formativo do assistente social e a concepção de estágio supervisionado e de supervisão. Os principais autores de referência para a construção deste estudo foram: Castilho (1975); Vieira (1979; 1981); Iamamoto (1992); Buriolla (1994; 2011); Lewgoy (2009); Guerra (2009); Oliveira (2015), entre outros. Utilizamos, igualmente, marcos legais que sustentam o estágio: Resolução CFESS n.º 273/1993⁸; Lei n.º 8.662/1993⁹; Lei n.º 11.788/2008¹⁰; Resolução CFESS n.º 533/2008¹¹; a Política Nacional de Estágio (PNE)¹².

Vale salientar que o processo de estágio em Serviço Social é inerente à formação profissional do assistente social. Dessa forma, o debate travado desde a criação dos primeiros cursos de Serviço Social no Brasil sugere ser esse tema fundamental e essencial para primar pela qualidade da formação profissional do assistente social. Nesse sentido, há necessidade de propor espaços que provoquem cada vez mais a reflexão e o debate acerca da qualidade do ensino oferecido nos cursos de Serviço Social e, principalmente, das implicações da supervisão direta no processo de estágio durante essa formação.

Portanto, neste capítulo, objetivamos indicar a importância de debater a formação profissional, tendo como pressuposto que o estágio supervisionado é fundamental nessa formação, tanto no âmbito acadêmico, quanto nos espaços sócio-ocupacionais do assistente social. É necessário que o estágio, enquanto processo devidamente supervisionado por um assistente social supervisor

⁸ Resolução que institui o Código de Ética do Assistente Social.

⁹ Lei de regulamentação da profissão de Serviço Social.

¹⁰ Lei Federal que dispõe sobre estágio nos vários níveis de ensino.

¹¹ Resolução do CFESS que dispõe sobre a supervisão direta em Serviço Social.

¹² Documento elaborado pela ABEPSS, objetivando definir diretrizes e princípios para o estágio supervisionado em Serviço Social.

de campo e um assistente social supervisor acadêmico, possibilite ao estudante construir aproximações sucessivas com o exercício profissional e a rede de interlocuções subjacentes à sua efetivação, auxiliando-o a apropriar-se do significado social da profissão e da construção de sua identidade profissional, individual e coletiva.

2.1 Serviço Social: percurso histórico, formação e estágio supervisionado

A importância do estágio supervisionado na formação do assistente social é inquietação desde as primeiras escolas de Serviço Social fundada no Brasil. Na obra de Vieira, há o reconhecimento de que o estudante de Serviço Social, para exercer a profissão, passa pelo processo de estágio.

O treinamento para o Serviço Social começou com o trabalho realizado nas obras sociais, trabalho esse orientado pelo próprio pessoal das obras. Era uma aprendizagem, no sentido de “aprender fazendo”. Só mais tarde cursos teóricos vieram alicerçar tal aprendizado prático. Desde o início, as Escolas de Serviço Social reconheceram a necessidade e a importância do ensino prático; onde existem diferenças é na conceituação e organização desse tipo de ensino. (VIEIRA, 1979, p.22)

Esse entendimento vem reforçar que o estágio em Serviço Social sempre fez e fará parte do debate acerca da formação profissional do assistente social, sendo a unidade entre teoria e prática, prezada pelos profissionais, debate presente naquele período histórico e na contemporaneidade.

Vieira expressa, ainda, a necessidade da proximidade cada vez maior entre a teoria e a prática por meio do estágio.

Se no início do ensino do Serviço Social, e até hoje ainda, é possível distinguir o ensino em salas de aula e o ensino em “estágio” prático, é certo que, no futuro, ambos serão tão próximos um do outro que não poderão ser considerados separadamente. (VIEIRA, 1979, p.25)

Podemos perceber que sempre haverá o desafio colocado tanto ao supervisor de campo, quanto ao supervisor acadêmico, no tocante a fazer a relação entre a unidade teoria e prática para dar respostas aos estudantes de Serviço Social acerca das demandas sociais e indagações, apresentadas durante o processo de estágio supervisionado.

O processo de estágio supervisionado na formação profissional do assistente social é uma preocupação por parte das entidades representativas do Serviço Social (ABEPSS, CFESS/CRESS e ENESSO), sendo direcionado esse debate para uma melhor qualificação e formação profissional, de modo ao exercício da profissão ocorrer de maneira comprometida com os princípios do projeto ético-político. A formação profissional, conforme definida por lamamoto,

[...] não se reduz à oferta de disciplinas que propiciem uma titulação ao Assistente Social para responder a uma condição para sua inserção no mercado de trabalho. Se este é um elemento presente no processo de formação, ele o extrapola: trata-se de *preparar cientificamente quadros profissionais capazes de responder às exigências de um projeto profissional coletivamente construído e historicamente situado*. (IAMAMOTO, 1992, p.162-163, grifos da autora)

A formação profissional deve ir muito além da observância da grade curricular indicada nas Diretrizes Curriculares, ou seja, a formação tem de estar embasada pela direção social que vincula a profissão ao projeto social das classes sociais subalternizadas e seus interesses coletivos, objetivando atender os preceitos do projeto profissional que apresenta o compromisso com a construção de uma nova ordem societária mais justa, democrática e garantidora dos direitos sociais.

Nesse processo de formação, o futuro assistente social tem contato, inicialmente, com as três dimensões – teórico-metodológica, ético-política e técnico-operativa – indicadas nas Diretrizes Curriculares e que vão permear o exercício profissional em um processo formativo e informativo. O Parecer do CNE/CES n.º 492/2001 especifica que:

A formação profissional deve viabilizar uma capacitação teórico-metodológica e ético-política, como requisito fundamental para o exercício de atividades técnico-operativas, com vistas à: Compreensão do significado social da profissão e de seu desenvolvimento sócio-histórico, nos cenários internacional e nacional, desvelando as possibilidades de ação contidas na realidade; Identificação das demandas presentes na sociedade, visando formular respostas profissionais para o enfrentamento da questão social; Utilização dos recursos da informática. (BRASIL, CNE/CES, Parecer n.º 492, 2001, p.13)

Essa formação deve dar conta de direcionar o pensar e o agir profissional de forma crítica, reflexiva e interventiva, segundo a realidade social, de

modo que estratégias de intervenção possam ser formuladas e implementadas.

Ainda de acordo com Iamamoto, a formação precisa:

[...] formar profissionais qualificados para investigar e produzir conhecimentos sobre o campo que circunscreve sua prática, de reconhecer o seu espaço ocupacional no contexto mais amplo da realidade sócio-econômica e política do país no quadro geral das profissões. (IAMAMOTO, 1992, p.163)

Esta formação qualificada proporciona ao futuro assistente social dar respostas às expressões da “questão social” objeto de sua intervenção, de forma crítica e competente. E a fim de compreender melhor a formação do assistente social e o estágio supervisionado até chegar à construção das Diretrizes Curriculares de 1996, é necessário esboçar, de forma breve, o percurso histórico da profissão.

O contexto histórico que antecedeu a gênese do Serviço Social no Brasil era marcado por um processo de diferenciação econômica, ou seja, havia a expansão da lavoura cafeeira e o desabrochar da industrialização que acelera o processo de urbanização e a ampliação de um mercado interno. Nesse cenário, nasce uma estrutura social mais complexa: desenvolvimento das camadas médias urbanas, a constituição do proletariado e da burguesia industrial. No cenário político, ocorria a crise entre as pretensões políticas dos novos atores e o poder das oligarquias agroexportadoras e, ainda, a ebulição ideológica em consequência aos conflitos sociais e a ocorrência de greves operárias.

Na esfera econômica, há um aceleração do processo de industrialização e enriquecimento, principalmente no estado de São Paulo, ocasionado pelo lucro da produção cafeeira. Na política, vivencia-se a articulação política denominada “café com leite”¹³. No entanto, advém a crise econômica, causada pela Grande Depressão de 1929, que derruba o preço do café, e eclode a Revolução de 1930. Em consequência a essa Revolução, há a quebra das oligarquias e a ascensão das classes assalariadas.

No comando do Governo Federal, estava Getúlio Vargas no poder, que, politicamente, apontava para a mudança do modelo econômico, ocasionando

¹³ A política do “café com leite” significava a alternância dos estados de São Paulo e de Minas Gerais na Presidência da República.

rebatimentos nos âmbito social e político. Um desses rebatimentos refere-se ao tratamento à “questão social”¹⁴, antes vista como “caso de polícia” e que passa a ser entendida como questão política, levando o Estado a legislar sobre a política social, com a criação de leis trabalhistas, sindicais, previdenciárias e assistenciais, muito embora a legislação trabalhista fosse uma forma de controle do Estado sobre o proletariado. Mas a política de Vargas era pragmática, paternalista e populista com objetivo de manter a dominação, por meio das alianças que fazia com a classe popular e a burguesia em nome da paz social. Mantendo essa maneira de governar, o então governante consegue a cooptação dos trabalhadores, sem deixar de atender os anseios da burguesia.

Nesse contexto sociopolítico a Igreja Católica estava excluída quanto a propor soluções aos problemas sociais engendrados pelas mudanças políticas, econômicas e sociais. Em reação à ameaça de ficar à margem do processo político, Dom Leme (arcebispo da diocese de Olinda e Recife, na época) escreve a carta pastoral de 1916, na qual propõe como solução à crise de ordem moral instaurada a recristianização da sociedade brasileira. Justamente nesse contexto, dá-se a gênese do Serviço Social e seu processo de institucionalização como profissão: a profissionalização do Serviço Social é uma resposta do Estado e da burguesia, com o apoio da Igreja Católica, no enfrentamento da “questão social” a partir da década de 1930.

A Igreja Católica teve um papel fundamental na gênese do Serviço Social, sendo responsável pela formação dos primeiros assistentes sociais brasileiros. A Igreja Católica já vinha fazendo um trabalho social junto à classe trabalhadora, objetivando retomar seu poder político e, assim, legitimar-se, por exemplo, o trabalho realizado por meio do Centro de Estudo e Ação Social (CEAS), fundado em 1932 após a realização do Curso Intensivo de Formação Social para Moças¹⁵. O relatório elaborado pelo CEAS, ao final do curso, indicou a necessidade

¹⁴ O conceito de “questão social”, segundo Yamamoto (2010, p.27) é “[...] o conjunto das expressões das desigualdades da sociedade capitalista madura, que tem como uma raiz comum: a produção social é cada vez mais coletiva, o trabalho torna-se mais amplamente social, enquanto a apropriação dos seus frutos mantém-se privada, monopolizada por uma parte da sociedade”.

¹⁵ O Curso Intensivo de Formação Social para Moças aconteceu de 01 de abril a 15 de maio de 1932, organizado pelas cónegas de Santo Agostinho e tinha uma programação teórico-prática que incluía visitas a instituições beneficentes.

de formação doutrinária e aprofundamento acerca dos problemas sociais, a fim de ampliar o conhecimento e melhorar a atuação dos trabalhadores sociais. O objetivo principal do CEAS, portanto, era promover a formação de seus membros, por meio do estudo da doutrina social católica, e fundamentar toda sua ação nessa formação, visando o aprofundamento do conhecimento dos problemas sociais. Por isso, a gênese do Serviço Social vincula-se às relações de ajuda de maneira assistencialista sob a influência da Igreja Católica.

Conforme Vieira (1989, p.145), o Serviço Social “[...] apresentava-se com características assistencialistas, centradas nos problemas do ajustamento individual, apoiando-se em valores confessionais e com uma atuação empírica”. A autora ainda discorre que em relação à postura “[...] os assistentes sociais não tinham ainda capacidade de percepção crítica da utilização de outros processos e técnicas, numa situação de desenvolvimento que começavam apenas a descobrir”.

É manifesto que a tradição da caridade realizada pela Igreja Católica com a ideia de ajuda sinaliza seu interesse em retomar sua hegemonia junto à sociedade brasileira, sendo o Serviço Social um dos instrumentos dessa aproximação. Segundo Yazbek, essa relação entre a Igreja Católica e o Serviço Social brasileiro,

[...] vai fundamentar a formulação de seus primeiros objetivos político/sociais, orientando-se por posicionamentos de cunho humanista conservador contrários aos ideários liberais e marxista na busca de recuperação da hegemonia do pensamento social da Igreja face à “questão social”. (YAZBEK, 2009, p.146)

É evidente a relação entre a Igreja Católica e o Serviço Social no contexto de expansão capitalista, pois se fazia necessário uma profissão com caráter de apostolado, “[...] fundado em uma abordagem da ‘questão social’ como problema moral e religioso.” (YAZBEK, 2009, p.145)

No momento da criação do CEAS, a Igreja Católica mobilizou o laicato a partir das diretrizes das encíclicas papais *Rerum Novarum* do Papa Leão XIII (1891) e *Quadragesimo Anno* do Papa Pio XI (1931), as quais propõem como devem ser enfrentados os problemas sociais. A primeira encíclica preceituava a busca da restauração do papel social da Igreja na sociedade moderna e a segunda tratava da “questão social”, que, conforme Yazbek (2009, p.146), fazia um apelo “[...] para a renovação moral da sociedade e a adesão à Ação Social da Igreja”.

A encíclica papal *Rerum Novarum* tornou-se a base da formação dos assistentes sociais naquele momento, pois entendia a “questão social” como uma questão moral e religiosa. A orientação ordenada por essa encíclica é de haver um tratamento mais humanizado aos trabalhadores explorados pelo capitalismo. Esse posicionamento evidenciava a visão conservadora da Igreja Católica de manutenção da ordem social em vigência naquele momento.

A Igreja Católica, nesse processo de legitimação da profissão, aparecia como crítica ao excesso praticado pelo capitalismo na exploração do trabalhador, no entanto, opõe-se ao socialismo e propõe a humanização do capitalismo. No entendimento de Iamamoto:

[...] o Serviço Social surge como parte de um *movimento social* mais amplo, de bases confessionais, articulado à necessidade de formação doutrinária e social do laicato, para uma presença mais ativa da Igreja Católica no “mundo temporal”, nos inícios da década de 30. Na tentativa de recuperar áreas de influência e privilégios perdidos, em face da crescente secularização da sociedade e das tensões presentes nas relações entre Igreja e Estado, a Igreja procura superar a postura contemplativa. (IAMAMOTO, 1992, p.18, grifo da autora)

A vinculação do Serviço Social com a Doutrina Católica ocorreu a partir da concepção filosófica neotomista¹⁶, reproduzindo uma prática voltada à benevolência, ou seja, essa prática não expressa o reconhecimento dos benefícios sociais destinados à população demandatária das políticas sociais como direito. Na concepção filosófica neotomista, conforme apontado por Guedes, o homem é considerado como:

[...] pessoa humana, dotado de corpo e alma e entende que a sociedade é uma instância da qual este homem não pode prescindir em sua existência corpórea. A sociedade, além de garantir a sobrevivência física do homem, permite-lhe atender à solicitude da alma [...]. (GUEDES, 2001, p.2)

Com base nesse pressuposto neotomista, os primeiros assistentes sociais brasileiros idealizaram seu projeto societário, ou seja, o homem não pode ser visto dissociado da sociedade. Guedes (2001, p.4) afirma, ainda, que os assistentes

¹⁶ Neotomismo é uma retomada da filosofia de Santo Tomás de Aquino, sendo sua base construída sob os princípios da teologia e nos fundamentos da filosofia de Aristóteles. Ver BARROCO e TERRA (2012).

sociais, inicialmente, tinham a seguinte compreensão: “[...] o homem, por ser pessoa, é dotado desta inteligibilidade e pode superar sua própria condição, caso esta seja precária em termos materiais e espirituais, fortalecendo-se para sua realização enquanto pessoa humana”.

Assim, as ações realizadas pelos primeiros assistentes sociais constituíam-se em um padrão de intervenção baseado nos valores decorrentes da aproximação entre o conservadorismo, na sua expressão humanista cristã e a serviço da doutrina católica, tendo, enquanto preocupação, intervir no comportamento desviante dos indivíduos. Para reforçar essa ideia Guedes expressa que:

[...] o humanismo cristão [...] defende a construção de valores cuja premissa básica é o respeito à dignidade da pessoa humana. Esta premissa, na descrição da compreensão da prática dos primeiros assistentes sociais nos coloca diante de uma possível dicotomia entre teoria e prática. É como se naquele momento (1939/1940), nos pressupostos teóricos dos assistentes sociais, o homem fosse compreendido como uma pessoa humana e na atuação profissional fosse compreendido como um indivíduo que precisa de ajuda para sair do ambiente decaído, no qual a condição de vida operária o coloca. (GUEDES, 2001, p.9)

Então, o Serviço Social brasileiro tomava por base os pressupostos do neotomismo e do humanismo cristão para a construção de suas ações interventivas e, indiretamente, amenizar os conflitos surgidos na classe trabalhadora absorvida pelo sistema capitalista e em plena ascensão.

Nesse contexto, o CEAS foi à instituição fundadora e mantenedora da primeira escola de Serviço Social no país, criada na cidade de São Paulo, em 1936, ligada à Pontifícia Universidade Católica (PUC), objetivando a formação de profissionais especializados para intervir junto à classe do proletariado. É o início do processo de profissionalização e legitimação da profissão. Esse processo aconteceu de forma articulada à expansão de entidades socioassistenciais ligadas ao Estado, principalmente, a partir da década de 1940. A formação dos primeiros assistentes sociais aconteceu por meio da Ação Católica, de forma planejada e voltada ao enfrentamento da “questão social”, a qual se confirmava na conjuntura econômica, social e política de São Paulo. A formação desses assistentes sociais seguiu as premissas do Serviço Social europeu, especialmente, o franco-belga. A segunda escola de Serviço Social no Brasil foi criada em 1937 na cidade do Rio de Janeiro,

com formação influenciada pela Igreja Católica e sua doutrina. Iamamoto (1992, p.21) conclui: “[...] o Serviço Social emerge como uma atividade com bases mais doutrinárias que científicas, no bojo de um movimento de cunho reformista-conservador”.

Assim, o cenário que possibilitou a criação das duas primeiras escolas de Serviço Social na década de 1930 contextualizava-se a partir do crescimento do proletariado urbano, sendo uma das expressões políticas em destaque que exigia controle naquele momento diante do agravamento da “questão social”.

Analisando o contexto no qual o Serviço Social surge no Brasil, a partir dos autores Iamamoto e Carvalho (1990), fica expresso que o Estado vinculou-se à Igreja Católica para intervir na “questão social”, sobretudo, porque a Igreja, naquele momento, compreende a sociedade, segundo Iamamoto e Carvalho (1990, p.161), “[...] como um todo unificado através das conexões orgânicas existentes entre seus elementos, que se sedimentam através das tradições, dogmas e princípios morais de que ela é depositária [...]”, ou seja, o Estado tem o papel de estabelecer um regramento visando o bem comum.

Nesse sentido, Iamamoto e Carvalho expõem que a intervenção do Estado na “questão social” ocorre de forma:

[...] legitimada, pois, em função mesmo de suas características, deve servir ao bem comum. O trabalho deve ser amparado por uma legislação que imponha limites à sua exploração e, especialmente, preserve os bens da alma. [...] A questão social não é monopólio do Estado. Se a este cabe, em nome do bem comum, regular a propriedade privada e tutelar os direitos de cada um, em especial daqueles que necessitam de amparo, não poderá ignorar os direitos naturais dos grupos sociais. [...] À Igreja Católica, através do apostolado de seu movimento laico, caberá a tarefa de reunificação e recristianização da sociedade burguesa através da ação sobre as corporações e demais grupos básicos, concluindo pelo alinhamento doutrinário do Estado laico ao direito natural orientado por normas transcendentais. (IAMAMOTO; CARVALHO, 1990, p.161-162)

A vinculação entre a Igreja Católica e o Estado permite-nos compreender como ocorreu a relação do Serviço Social com essas Instituições em seu processo de constituição enquanto profissão no Brasil. De um lado, as mazelas sofridas pela população oriunda da expansão do capitalismo vão aprofundar-se e evidenciar a “questão social”, o que impõe ao Estado a abertura de espaços de

atuação do assistente social para atender as necessidades sociais. Por outro lado, a responsabilidade da Igreja Católica na formação de profissionais especializados em atendimento daquela necessidade do mercado.

Notoriamente, o Serviço Social tem sua gênese atrelada à classe dominante e à doutrina social da Igreja Católica. No entendimento de Yamamoto e Carvalho, a profissão instituiu-se no Brasil, justamente, a partir de determinações conjunturais oriundas do desenvolvimento do capitalismo, influenciando vários setores da sociedade brasileira, embora se restringisse a iniciativa apenas a alguns grupos e frações da classe dominante.

Não se baseará, no entanto, em medidas coercitivas emanadas do Estado. Surge da iniciativa particular de grupos e frações de classe, que se manifestam, principalmente, por intermédio da Igreja Católica. Possui em seu início uma base social delimitada e fontes de recrutamento e formação de agentes sociais informados por uma ideologia igualmente determinada. (IAMAMOTO; CARVALHO, 1990, p.129)

A princípio, o Serviço Social constitui-se, evidenciando que será legitimado por esses grupos, por meio da Igreja Católica, sendo requerido pela classe burguesa para atender a demanda da classe trabalhadora considerada como impeditiva para o desenvolvimento do capitalismo, ou seja, o Serviço Social nasce de uma necessidade do capitalismo.

Levando em consideração o entendimento de Yamamoto e Carvalho (1990) de a profissão ter nascido a partir de uma necessidade capitalista e, enquanto profissão inserida na divisão social e técnica do trabalho há que se apreender que o assistente social é o profissional demandado a participar tanto da reprodução da força de trabalho, como da ideologia dominante. A atuação desse profissional acontece conforme a dinâmica das relações entre as classes sociais – burguesia e proletariado – e destas com o Estado. Nas palavras de Yamamoto e Carvalho:

O Serviço Social se gesta e se desenvolve como profissão reconhecida na divisão social do trabalho, tendo por pano de fundo o *desenvolvimento capitalista industrial e a expansão urbana*, processos esses aqui apreendidos sob o ângulo das novas classes sociais emergentes [...]. (IAMAMOTO; CARVALHO, 1990, p.77, grifo dos autores)

Portanto, o Serviço Social ao ser reconhecido como profissão inserida na divisão social do trabalho com suas particularidades, faz com que o assistente social seja responsável por dar respostas às necessidades sociais, provenientes das classes sociais emergentes do desenvolvimento do capitalismo. E conforme afirmam Iamamoto e Carvalho:

[...] a demanda por essa *formação técnica especializada* crescentemente terá no Estado seu setor mais dinâmico, ao mesmo tempo em que passará a regulamentá-la e incentivá-la, institucionalizando sua progressiva transformação em profissão legitimada dentro da divisão social-técnica do trabalho. (IAMAMOTO; CARVALHO, 1990, p.180, grifo dos autores)

A partir desse momento, estavam presentes as condições objetivas para a institucionalização do Serviço Social no Brasil como profissão assalariada, embora legitimada pela burguesia e não pelos mandatários dos serviços prestados por esse profissional, o proletariado. Conforme as forças produtivas e as relações sociais desenvolvem-se a partir do processo de industrialização, estabelecem-se novas necessidades sociais, exigindo profissionais especializados frente ao atendimento da população demandária. Fica evidenciado, mais uma vez, que o trabalho do assistente social, inicialmente, busca adequar o homem à sociedade, sem contextualizar as mazelas oriundas da “questão social” associadas ao desenvolvimento do capitalismo.

Na análise de Martinelli (1997, p.66), a profissão origina-se a partir da “[...] marca profunda do capitalismo e do conjunto de variáveis que a ele estão subjacentes – alienação, contradição, antagonismo –, pois foi nesse vasto caudal que ele foi engendrado e desenvolvido”.

Mais uma vez, evidencia-se que o Serviço Social vem para atender os interesses da classe dominante, marcado por muitas contradições produzidas pelo capitalismo, principalmente, o surgimento de uma sociedade de classes antagônicas: proletariado e burguesia. Sobre essa sociedade de classes, Martinelli a concebe como cenário de origem da profissão de Serviço Social.

Com o capitalismo se institui a sociedade de classes e se plasma um novo modo de relações sociais, mediatizadas pela posse privada de bens. O capitalismo gera o mundo da cisão, da ruptura, da exploração da maioria pela minoria, o mundo em que a luta de classes se transforma na luta pela vida, na luta pela superação da sociedade burguesa. (MARTINELLI, 1997, p.54)

Essa sociedade de classes decorre da transição do modo de produção escravista para o modo de produção capitalista. Portanto, no modo de produção capitalista, a força de trabalho passa a ser vista como mercadoria impondo sua face cruel contra o trabalhador. No entanto, esta é uma característica da sociedade de classes nessa forma de produção, ou seja, a exploração daquele que luta pela sua existência, pois não possui a posse dos meios de produção lhe restando apenas sua força de trabalho. A intervenção do assistente social dá-se nas expressões da “questão social”, por meio de ações que vão além da caridade e da repressão. Inicialmente, a profissão de Serviço Social nasce como uma resposta profissional às determinações dessa sociedade capitalista emergente, conforme expõe Martinelli:

Fetichizado misticamente como uma prática a serviço da classe trabalhadora, o Serviço Social era, pois, na verdade, um importante instrumento da burguesia, que tratou de imediato de consolidar sua identidade atribuída, afastando-o da trama das relações sociais, do espaço social mais amplo da luta de classes e das contradições que as engendram e são por ela engendradas. (MARTINELLI, 1997, p.67)

A atuação do assistente social visava ajustar os indivíduos àquele padrão estabelecido pela sociedade burguesa, como forma de controle da classe trabalhadora, bem como reproduzir a lógica capitalista.

No entendimento de Netto (2011, p.17), “[...] não há dúvidas em relacionar o aparecimento do Serviço Social com as mazelas próprias à ordem burguesa, com as sequelas necessárias dos processos que comparecem na constituição e no envolver do capitalismo [...]”. Netto afirma, ainda, que a gênese do Serviço Social foi um processo caracterizado por significativos impactos na estrutura societária, decorrentes da exacerbação das contradições surgidas nesse sistema.

Emergindo como profissão a partir do *background* acumulado na organização da filantropia própria à sociedade burguesa, o Serviço Social desborda o acervo das suas protoformas ao se desenvolver como um produto típico da divisão social (e técnica) do trabalho da ordem monopólica. (NETTO, 2011, p.79, grifo do autor)

A profissão institui-se a partir de uma necessidade do mercado de trabalho, vinculando-se à dinamicidade da ordem monopólica, ou seja, a profissionalização do assistente social não se trata da evolução da ajuda ou

filantropia. O Serviço Social passa a ter caráter de profissão quando passa a exercer suas funções e atribuições na divisão social e técnica do trabalho. Ainda segundo Netto (2011, p.73, grifos do autor), “[...] a profissionalização do Serviço Social não se relaciona decisivamente à ‘evolução da ajuda’, à ‘racionalização da filantropia’ nem à ‘organização da caridade’; vincula-se à *dinâmica da ordem monopólica*”.

Na concepção de Netto (2011), o Serviço Social é uma profissão de cunho conservador que nasce devido às condições históricas do capitalismo na idade dos monopólios. Nessa trajetória histórica, o Serviço Social apresentou-se com traços de um projeto tradicional definido por Netto (2011, p.117) como “[...] prática empirista, reiterativa, paliativa e burocratizada [...]”, pois apresenta identificação com a teoria positivista, ainda que a formação dos assistentes sociais tivesse traços do neotomismo e da doutrina social da Igreja Católica.

Ainda sobre a profissionalização do Serviço Social, segundo Netto (2011, p.74), “[...] tem sua base nas modalidades através das quais o Estado burguês se enfrenta com a ‘questão social’, tipificadas nas políticas sociais”. Então, parafraseando Netto (2011), o mercado de trabalho para esse profissional ocorre via políticas sociais.

Mas a profissão, sem dúvida, em seu processo de institucionalização, amadurece cada vez mais e ocupa seu lugar na divisão social e técnica do trabalho. Após uma década de origem, o Serviço Social passa a ter influência teórica norte-americana em seu desenvolvimento. Adotou como método de trabalho o Serviço Social de Caso, Grupo e Comunidade, mas a intervenção a partir desses métodos exigia conhecimento dos assistentes sociais. Então, o Serviço Social passa a ser marcado pelo tecnicismo e busca conhecimentos embasados pela psicanálise, bem como pela sociologia de base positivista e funcionalista/sistêmica, havendo uma supervalorização da técnica a partir da autonomia e “como um fim em si”, com base na defesa da neutralidade científica. Por outro lado, é o início do distanciamento da Igreja Católica.

Embora a aproximação com o tecnicismo fizesse que a intervenção do assistente social tivesse outra compreensão dos problemas sociais, não estando focado somente no indivíduo, o usuário continuava alheio à ordem vigente. Assim, continuava o Serviço Social atendendo aos interesses burgueses. Segundo

Martinelli (1997, p. 130), “[...] Eram ações que tinham por real objetivo a manutenção da ordem social e do equilíbrio necessários à expansão do capital”.

No processo formativo, se expressa alguns anos mais tarde, no currículo mínimo de 1953. Assim, o Serviço Social tem seu reconhecimento e oficialização enquanto curso superior no país com a Lei n.º 1.889 somente no ano de 1953. Essa Lei estabelece os objetivos do ensino do Serviço Social, sua estruturação e prerrogativas dos diplomados assistentes sociais. Destacamos o artigo 1º e incisos, o artigo 2º e o artigo 7º e incisos dessa Lei:

Art. 1º O ensino do Serviço Social tem os seguintes objetivos: I- Prover a formação do pessoal técnico habilitado para a execução e direção do Serviço Social; II- Prover a formação do pessoal habilitado para execução e direção de órgãos do Serviço Social e desenvolvimento de seus ramos especiais. Art. 2º O ensino do Serviço Social é feito em nível superior em três séries, no mínimo, de duração de um ano cada uma. [...] Art. 7º São condições para matrícula inicial no curso do Serviço Social: I- Prova de registro civil, que comprove a idade mínima de 18 anos; II- Prova de conclusão de curso secundário completo; III- Atestado de idoneidade moral; IV- Atestado de sanidade física e mental [...]. (BRASIL, Lei n.º 1.889, de 13/06/1953)

Embora, nesse currículo de 1953, o estágio tenha sido devidamente expresso, é importante salientar que o estágio em Serviço Social existe desde as primeiras escolas criadas no Brasil como integrante e obrigatório na formação do assistente social. O artigo 4º, inciso III da Lei supracitada especifica que:

[...] as aulas de Serviço Social deverão atingir um quarto no mínimo do total das aulas e as Escolas de Serviço Social deverão organizar os seus programas atendendo a que no primeiro ano haja preponderância da parte teórica; no segundo ano seja observado o equilíbrio entre a parte teórica e prática, e no terceiro ano haja preponderância da parte prática. (BURIOLLA, 2011, p.13-14, grifos da autora)

Ressalta-se que, nesse período, os cursos de Serviço Social tinham a duração de três anos, portanto o estágio era requerido no último ano da formação profissional.

Por meio do Decreto n.º 35.311, de 02/04/1954, a Lei acima é regulamentada e dispõe sobre as disciplinas a compor a grade curricular do curso de Serviço Social: I- Sociologia e economia social; direito e legislação social; higiene e medicina social; psicologia e higiene mental; ética geral e profissional; II- Introdução

e fundamentos do Serviço Social; métodos do Serviço Social; Serviço Social de casos, de grupo e organização social da comunidade; Serviço Social em suas especializações; família, menores, trabalho, médico; III- Pesquisa social.

Igualmente, essa Lei reporta-se ao estágio supervisionado, em seu artigo 4º: “[...] o *Curso ordinário de Serviço Social, cuja duração mínima é de três anos compreende, além do ensino teórico e prático, estágios supervisionados e realização de trabalho final de exclusiva autoria do aluno*”. (BURIOLLA, 2011, p.14, grifos da autora)

Ainda em seu artigo 8º, alínea b, a referida Lei estabelece outras indicações acerca do estágio no curso de Serviço Social: “[...] *estágios supervisionados, cuja programação depende aprovação do Conselho Técnico-Administrativo*”. (BURIOLLA, 2011, p.14, grifos da autora)

Para Yamamoto, o currículo de 1953 pode ser considerado como:

[...] arranjo teórico-doutrinário-operativo permite que a profissão mantenha o seu caráter missionário, atualizando as marcas de origem e atendendo, concomitantemente, às exigências de tecnificação que lhe impõe a modernização da sociedade e do Estado. (IAMAMOTO, 1992, p.28)

Notadamente, o currículo estabelecido permite uma formação profissional adaptada às exigências da classe burguesa e distancia o entendimento da unidade teoria e prática na ação profissional. Mesmo assim, nesse período, o estágio em Serviço Social, enquanto parte da formação profissional, já era entendido como a possibilidade de o estudante vivenciar o exercício profissional. Conforme indica Vieira (1979, p.102), “[...] o estágio é, ao mesmo tempo, o lugar, o período e o instrumento para a formação do futuro profissional; e também um exercício de reflexão, um treinamento e uma aprendizagem”.

Após uma década de vigência do primeiro currículo, propõe-se sua revisão no ano de 1964. Todavia, de acordo com Cardoso (2006), não houve mudanças significativas: estabeleceram-se doze disciplinas básicas para os cursos de Serviço Social, a saber: Introdução ao Serviço Social; Serviço Social de casos; Serviço Social de grupos; Desenvolvimento e organização da comunidade; Administração em Serviço Social; Psicologia; Sociologia; Pesquisa social; Economia social; Direito; Ética; Higiene e Medicina legal. Em 1970, ocorre a regulamentação desse currículo, por meio do Parecer n.º 242/1970 do Conselho Federal da

Educação (CFE), constituído, conforme Cardoso (2006), das seguintes matérias: Ciclo Básico (Sociologia; Psicologia; Economia; Direito e legislação social; Teoria do Serviço Social) e Ciclo Profissional (Serviço Social de casos; Política social; Ética profissional; Serviço Social de grupo; Serviço Social de comunidade).

Nesse Parecer do CFE, no artigo 7º, estabelece-se que “[...] à *teoria do Serviço Social cabe dupla função: a de proporcionar, com os elementos recolhidos das diversas ciências sociais do ciclo básico, uma visão integrada com vistas à ação social, e a de ligar a ordem teórica à ordem prática*”. (BURIOLLA, 2011, p.14, grifos da autora)

Ainda, no artigo 9º, “[...] *os estágios práticos, base do curso na sua base profissional, acompanharão toda duração desta em orgânica articulação com os estudos teóricos*”. (BURIOLLA, 2011, p.14, grifos da autora)

É importante resgatar que, a partir da década de 1960, o Serviço Social convive com diferentes momentos na profissão permitindo-nos entender ocorrer à atuação profissional a partir de diferentes compreensões quanto ao seu entorno. Portanto, o conteúdo definido no projeto pedagógico na graduação serve como base ao exercício profissional, possibilitando direcionar o percurso profissional.

Dessa forma, podemos identificar o início do processo de renovação da profissão no Brasil. Para Martinelli, naquele momento, de busca pela ruptura com o Serviço Social tradicional, ocorreu avanço na sua institucionalização enquanto profissão.

Unida ao Estado, a classe dominante foi abrindo espaço para que o Serviço Social avançasse em seu processo de institucionalização. Já ao final da década de 40, e consolidando essa posição nas duas décadas seguintes, o Estado despontou como o grande empregador do assistente social, ampliando-se, assim, os mecanismos de controle sobre a estrutura e a organização da categoria profissional. A própria linha de prática do Serviço Social no Brasil passava por uma alteração substancial. Se até os meados dos anos 40 a influência mais importante foi recebida da Europa, em especial da linha franco-belga, uma nova orientação colocava-se agora em pauta. (MARTINELLI, 1997, p.131)

Esse momento da busca por renovação na profissão pelos assistentes sociais é denominado Movimento de Reconceituação. Ocorreu no final de 1960, finalizando no início de 1980. Durante esse período, a profissão convive

com outras vertentes profissionais, sem romper, contudo, em definitivo com o Serviço Social tradicional. No contexto político, ocorre o Golpe Militar, dando início ao período de Ditadura Militar no Brasil, de 1964, com a deposição de João Goulart, até 1985, quando por eleição indireta ganha Tancredo Neves, que não chega a assumir o poder, tomando posse o vice-presidente José Sarney.

Para Martinelli (1997, p.144), o Movimento de Reconceituação aconteceu como “[...] resposta a uma crise interna da profissão, aguçada por uma ‘crise’ estrutural e conjuntural da realidade brasileira”.

Toda essa inquietação dos assistentes sociais durante o Movimento de Reconceituação objetiva repensar a ação profissional. Esse Movimento coloca em questão o Serviço Social brasileiro, influências, concepções teóricas e metodológicas com que atua na realidade social, apresentando como proposta o (re)pensar a profissão a partir do contexto do país em consequência aos efeitos do capitalismo. Para Iamamoto:

O movimento de reconceituação, tal como se expressou em sua tônica dominante na América Latina, representou um *marco decisivo no desencadeamento do processo de revisão crítica do Serviço Social* no continente. O exame da *primeira aproximação do Serviço Social latino-americano à tradição marxista se impõe como um contraponto necessário à análise do debate brasileiro contemporâneo.* (IAMAMOTO, 2010, p.205, grifos da autora)

O Movimento de Reconceituação impulsiona o posicionamento ideológico e político dos assistentes sociais quanto ao compromisso com a classe subalternizada. Igualmente, estimula a produção teórica sobre a profissão, tomando como base a realidade brasileira. A aproximação com a teoria marxista subsidia o debate na profissão. No entanto, diante das mudanças ocorridas no interior da profissão, há um distanciamento entre os assistentes sociais de atuação sob a perspectiva mais crítica em relação aos pioneiros, com formação de cunho moral, na qual o Serviço Social era compreendido como vocação.

Entretanto, ainda prevalece o projeto profissional fundado no conservadorismo: embora de caráter modernizador e tecnicista, busca rompimento com o modelo de atendimento de caso, grupo e comunidade. Essa proposta de renovação do Serviço Social tem rebatimentos no processo formativo e no exercício profissional do assistente social. Quanto ao exercício profissional, há uma ampliação

dos espaços de atuação profissional na área pública e privada, sendo exigida mudança no perfil profissional para o enfrentamento da “questão social”. No que tange à formação profissional, ocorreu à mudança no sentido de torná-la laica: exige-se um profissional formado com autonomia, próximo aos conhecimentos elaborados em outras áreas do saber, por exemplo, as ciências sociais.

Como pondera Netto:

[...] o processo de renovação que examinamos conecta-se ao processo de saturação do espaço nacional pelas relações capitalistas, no andamento posto pela “modernização conservadora” promovida pelo regime autocrático burguês. Particulariza-se aqui a criação e consolidação de um mercado nacional de trabalho para os assistentes sociais [...] na escala mesma em que a “questão social” torna-se objeto da intervenção macroscópica, sistemática e estratégica do Estado burguês vinculado ao grande capital. (NETTO, 2011, p.306)

Os assistentes sociais contemplam, nesse momento de renovação, a abertura do campo de atuação profissional, inclusive com a possibilidade de compor setores da sociedade na luta social travada pelos movimentos sociais e partidos políticos, em defesa de um projeto societário contra-hegemônico ao capitalismo. Com o crescimento do mercado de trabalho e a valorização do *status* universitário, surgem mais cursos de Serviço Social, levando a profissão a organizar respostas diferentes à realidade social e resultando em distintos projetos profissionais. Netto expõe que:

[...] é inconteste que o Serviço Social no Brasil, até a primeira metade da década de sessenta, não apresentava polêmicas de relevo, mostrava uma relativa homogeneidade nas suas projeções interventivas, sugeria uma grande unidade nas suas propostas profissionais, sinalizava uma formal assepsia de participação político-partidária, carecia de uma elaboração teórica significativa e plasmava-se numa categoria profissional onde parecia imperar, sem disputas de vulto, uma consensual direção interventiva e cívica. (NETTO, 2011, p.128)

Contudo esse movimento não aconteceu de maneira homogênea, sendo compreendido a partir de três direções, a saber: perspectiva modernizadora; reatualização do conservadorismo; e intenção de ruptura com o Serviço Social tradicional.

A primeira direção caracteriza-se pela busca de construir uma prática interventiva com respostas à realidade social em conformidade com a ideologia desenvolvimentista, entendido por Netto como:

[...] um esforço no sentido de adequar o Serviço Social, enquanto instrumento de intervenção inserido no arsenal de técnicas sociais a ser operacionalizado no marco de estratégias de desenvolvimento capitalista, às exigências postas pelos processos sociopolíticos emergentes no pós-64. (NETTO, 2011, p.154)

Apesar da visão renovada, o Serviço Social continua tecnicista, ou seja, reforçando a manutenção da ordem social a partir da fundamentação teórica positivista. Para Silva e Silva et al. (2011, p.112), “[...] Não há, nesse momento, um questionamento às estruturas sociais, e a grande preocupação se centra no avanço da teorização do Serviço Social, a qual deveria se ajustar ao contexto socioeconômico da realidade brasileira”.

A segunda direção – reatualização do conservadorismo – não logrou repercussão no interior da profissão, pois buscava renovar, permanecendo nas bases teóricas do passado. Para Netto, essa vertente:

[...] recupera os componentes mais estratificados da herança histórica e conservadora da profissão, nos domínios da (auto)representação e da prática, e os repõe sobre uma base teórico-metodológica que se reclama nova, repudiando, simultaneamente, os padrões mais nitidamente vinculados à tradição positivista e às referências conectadas ao pensamento crítico-dialético, de raiz marxiana. (NETTO, 2011, p.157)

Para o autor, essa direção significa um retrocesso, ou seja, voltar ao passado, embora de forma mais aperfeiçoada.

Por fim, na terceira direção, há a intenção de ruptura com o Serviço Social tradicional na década de 1970. Ao contrário das outras duas vertentes, abre-se para a teoria marxista, fundamentação teórica para o debate profissional. A teoria social de Marx inicia o diálogo com o Serviço Social, sobretudo, na década de 1980, como proposta de renovação da profissão, no intuito de romper com a burguesia e seu projeto de sociedade. Yazbek (2009, p.150) afirma que: “[...] Como matriz teórico-metodológica, esta teoria apreende o ser social a partir de mediações”. Essa teoria é o caminho para os assistentes sociais compreenderem e analisarem a

realidade social sob outra perspectiva, ou seja, repensar a ação profissional. Para lamamoto, essa direção traduz-se da seguinte forma:

A ruptura com a herança conservadora expressa-se como uma procura, uma luta por alcançar novas bases de legitimidade da ação profissional do Assistente Social, que, reconhecendo as contradições sociais presentes nas condições do exercício profissional, busca colocar-se, objetivamente, a serviço dos interesses dos usuários [...]. (IAMAMOTO, 1992, p.37)

Essa direção vai disseminar o debate no seio da profissão acerca do exercício profissional, no intuito de vincular a prática profissional aos interesses da classe subalterna.

Assim, a partir da década de 1980, o Serviço Social ganha densidade, com a implantação dos cursos de Mestrado e Doutorado, bem como o adensamento das discussões decorrentes de pesquisas produzidas. Conforme análise de lamamoto (1992, p. 29), o projeto profissional e a formação profissional não podem ser dissociados: “[...] As características ressaltadas do pensamento conservador encontram-se profundamente enraizadas no discurso e na prática profissional, tornando-se parte integrante da configuração da profissão”.

Nessa mesma década, houve a chamada abertura democrática: o poder político-econômico da burguesia diminuiu e a sociedade civil estava mais bem organizada em termos de movimentos sociais. Nessa década, o Brasil tem promulgado a primeira “Constituição Cidadã”, sendo a oitava Constituição Federal (1988) brasileira, que marca o início da democratização, após longo período ditatorial. Somado a isso, há a maturação do projeto profissional do Serviço Social, construído a partir do compromisso firmado com a classe trabalhadora. Portanto, para lamamoto, nessa década,

Esse projeto de profissão e de formação profissional, hoje hegemônico, é historicamente datado. É fruto e expressão de um amplo movimento da sociedade civil desde a crise da ditadura, afirmou o protagonismo dos sujeitos sociais na luta pela democratização da sociedade brasileira. Foi no contexto da ascensão dos movimentos sociais, das mobilizações em torno da elaboração e aprovação da Carta Constitucional de 1988, das pressões populares que redundaram no afastamento do Presidente Collor – entre outras manifestações –, que a categoria dos assistentes sociais foi sendo questionada pela prática política de diferentes segmentos da sociedade civil. E os assistentes sociais não ficaram a reboque desses acontecimentos. (IAMAMOTO, 2010, p.50)

Portanto, o Serviço Social no seu processo de maturação intelectual não fica à margem das mudanças profundas sofridas pela sociedade brasileira, contribuindo, sobremaneira, com a ampliação dos direitos sociais, por meio do apoio à legislação social. Mas ainda havia muito que avançar na profissão, segundo Iamamoto:

Apontar perspectivas exige um esforço de decifrar o movimento societário, situando o Serviço Social na dinâmica das relações entre o Estado e a sociedade civil. Uma hipótese de trabalho sobre o desenvolvimento do Serviço Social nos anos 1980 indica que a profissão teve os olhos mais voltados para o Estado e menos para a sociedade; mais para as políticas sociais e menos para os sujeitos com quem trabalha: o modo e condições de vida, a cultura, as condições de vida dos indivíduos sociais são pouco estudadas e conhecidas. (IAMAMOTO, 2010, p.75)

É importante entender o processo de trabalho conforme o acúmulo de conhecimento do assistente social, o que permite identificar as contradições existentes no cotidiano de trabalho.

Assim, diante do projeto de intenção de ruptura do Serviço Social com o projeto tradicional, justifica-se a revisão do currículo de 1970 e o estabelecimento de um novo currículo para a formação profissional. A reformulação do currículo de Serviço Social em 1982 expressou a preocupação de não deixar de lado a proposta que vinha sendo construída para a prática profissional: de rompimento com a ideologia dominante e voltada aos interesses dos trabalhadores. O currículo de 1982 vincula-se ao projeto de intenção de ruptura e a uma nova concepção da formação profissional, apoiada na teoria social de Marx, como resultado do processo de renovação da profissão. Esse currículo propõe uma noção de intervenção profissional que não pode ser dissociada da realidade social, ao contrário: a partir da leitura e interpretação da realidade, o assistente social desenvolve sua intervenção. Logo, a necessidade de formar um profissional crítico e propositivo.

Por meio do Parecer n.º 412/1982 do CFE, o novo currículo é aprovado e tem sua homologação com a Resolução n.º 06 de 23/09/1982, sendo implantado a partir de 1984. Conforme Castro e Toledo, o currículo mínimo de 1982 foi dividido em duas partes:

O ciclo básico comportava o conhecimento da realidade social, através das organizações que expressavam o contexto institucional

da sociedade e da instituição serviço social como prática específica, e o conhecimento dos usuários do Serviço Social. As disciplinas que faziam parte da área básica eram: Filosofia, Sociologia, Psicologia, Economia, Antropologia, Formação Social, Econômica e Política do Brasil, Direito e Legislação Social. Já o ciclo profissionalizante englobava o conhecimento sistemático da função social da intervenção do assistente social e as habilidades (*modus operandi*) quanto às estratégias de intervenção em contextos institucionais diferenciados. As disciplinas da área profissionalizante eram: Teoria do Serviço Social, Metodologia do Serviço Social, História do Serviço Social, Desenvolvimento de Comunidade, Política Social, Administração em Serviço Social, Pesquisa em Serviço Social, Ética Profissional em Serviço Social e Planejamento Social. O Estudo dos Problemas Brasileiros, Educação Física, Trabalho de Conclusão de Curso e Estágio Supervisionado faziam parte das matérias complementares obrigatórias que estavam fora da carga horária. (CASTRO; TOLEDO, [s/d], p.12)

O currículo mínimo de 1982 teve sua formulação a partir da participação das IES ligadas à ABESS (a partir da década de 1990, ABEPSS). Embora houvesse entendimentos diversificados do projeto profissional por parte destas instituições, o referido currículo veio ampliar o processo formativo do assistente social para além do “ensinar a fazer”. Na compreensão de Yamamoto (1992, p.163), a formação profissional deve fazer a ultrapassagem do ensinar apenas como fazer, ou seja, “[...] Formar profissionais habilitados teórica e metodologicamente (e, portanto, tecnicamente) para compreender as implicações de sua prática, reconstruí-la, efetivá-la e recriá-la no jogo das forças sociais presentes”.

Nesse currículo, podemos constatar estar o estágio supervisionado fora da carga horária mínima prevista para os cursos de Serviço Social, como dispõe o artigo 1º, parágrafo 2º, da Resolução n.º 06/1982: “[...] *haverá um estágio supervisionado obrigatório com duração de, no mínimo 10% de duração do curso, tempo esse que não se computará na carga horária mínima do curso*”. (BURIOLLA, 2011, p.15, grifos da autora)

Esse currículo enfatiza a importância do estágio supervisionado na formação profissional do assistente social. Como pontua Buriolla, o estágio:

[...] é essencial à formação do aluno de Serviço Social, enquanto lhe propicia um momento específico de sua aprendizagem, uma reflexão sobre a ação profissional, uma visão crítica da dinâmica das relações existentes no campo institucional, apoiados na Supervisão enquanto processo dinâmico e criativo, tendo em vista possibilitar a elaboração de novos conhecimentos. (BURIOLLA, 2011, p.17)

O currículo de 1982 foi um marco na formação profissional, trazendo traços de rompimento com o projeto tradicional e explicitando noções do projeto ético-político na perspectiva marxista. Todavia, ainda assim, era entendimento da categoria profissional ser necessário, novamente, uma revisão curricular. Há de se considerar que, na década de 1990, o Serviço Social chega com mais maturidade e reconhece o projeto de intenção de ruptura desenvolvido na década anterior, denominado projeto ético-político.

Iamamoto aponta essa relação como de continuidade e de ruptura, sendo possível porque, após a solidificação do trabalho e da formação profissional do assistente social, é possível dar um “salto qualitativo”.

[...] É uma relação de continuidade, no sentido de manter as conquistas já obtidas, preservando-as; mas é, também, uma relação de ruptura, em função das alterações históricas de monta que se verificam no presente, da necessidade de superação de impasses profissionais vividos e condensados em reclamos da categoria profissional. (IAMAMOTO, 2010, p.51)

Quanto ao projeto ético-político, é reconhecido majoritariamente pela categoria profissional. É concebido como a direção para o exercício profissional e tem como pilares legais de sustentação o Código de Ética, a Lei que regulamenta a profissão e as Diretrizes Curriculares. Iamamoto aponta que o projeto ético-político:

[...] expressa a perspectiva hegemônica impressa ao Serviço Social brasileiro. Tem suas raízes nas forças progressistas e está fundado nas reais condições sociais em que se materializa a profissão. Em outros termos, a operacionalização do projeto profissional supõe o reconhecimento das condições sócio-históricas que circunscrevem o trabalho do assistente social na atualidade, estabelecendo limites e possibilidades à plena realização daquele projeto. (IAMAMOTO, 2012, p.44-45)

Diante do exposto, o currículo de 1982 foi revisado e aprovado pela categoria profissional culminando com a edição das Diretrizes Curriculares de 1996¹⁷, sendo este o currículo vigente. Na trajetória histórica do Serviço Social brasileiro, muitos desafios e conquistas já foram enfrentados, e ainda, virão muitos outros, considerando a natureza analítica e interventiva da profissão, conseqüentemente, com reflexo no processo formativo do assistente social,

¹⁷ As Diretrizes Curriculares serão apresentadas no decorrer desta dissertação.

incluindo o estágio supervisionado e a supervisão. É importante mencionar a revisão do Código de Ética, em 1986, que nos remete à discussão acerca do projeto ético-político.

Há, então, o aprofundamento do projeto de intenção de ruptura, pois a conjuntura apresentada naquele período encontra profissionais amadurecidos diante da aproximação da teoria social de Marx, possibilitando a luta por direitos e políticas sociais, elevando o projeto ético-político ao campo democrático e consolidando um Serviço Social a partir de princípios pautados na defesa dos direitos.

Além da promulgação da Constituição Cidadã em 1988, da revisão do currículo mínimo para o curso de Serviço Social de 1982 e do Código de Ética Profissional do Assistente Social de 1986, na década de 1990, há a aprovação do Estatuto da Criança e Adolescente (ECA) e da Lei Orgânica da Assistência Social (LOAS). Afora disso, ocorrem às manifestações da classe trabalhadora com greves, e, em contrapartida, a burguesia, por meio de eleições diretas, consegue eleger o primeiro presidente civil, Fernando Collor de Mello, que deu início ao projeto econômico neoliberal. Ainda, ocorre engajamento pela defesa de direitos institucionais, especificamente, aqueles ligados ao debate da assistência social, garantida como política pública.

Nessa direção, o projeto ético-político adentra os anos 2000, com a materialização da política de assistência social enquanto direito, que ganhou força mediante a promulgação da LOAS, na década de 1990, e segue com a implantação do Sistema Único de Assistência Social (SUAS). Não se podem negar os avanços conquistados pelos assistentes sociais na consolidação do projeto ético-político. Ressalta-se que uma das formas buscada pela categoria profissional para materializar esse projeto foi por meio da defesa dos direitos, principalmente, via políticas sociais.

Há avanço, também, na construção de um novo aparato jurídico, que expressasse os progressos da profissão e o rompimento com a perspectiva conservadora, possibilitando um exercício profissional comprometido com o projeto ético-político da profissão. Por isso, ainda na década de 1990, a profissão passou a ser regulamentada pela Lei n.º 8.662, de 07 de junho de 1993, a qual legitima o Conselho Federal de Serviço Social e os Conselhos Regionais. Fundamentalmente,

estabeleceram-se, nos artigos 4º e 5º, respectivamente, competências e atribuições privativas do assistente social. As competências e atribuições privativas do assistente social contempladas pela Lei são uma preocupação das entidades representativas da categoria profissional, que propõem discussões e reflexões no sentido de esclarecer e publicizá-las.

Outra conquista importante ocorreu no ano de 2010, com a edição da Lei n.º 12.317, que incluiu, na Lei que regulamenta a profissão (Lei n.º 8.662/1993), o artigo 5º-A, o qual estipula a carga horária de trabalho do assistente social. Conforme segue, “Art. 5º-A. A duração do trabalho do Assistente Social é de 30 (trinta) horas semanais”. (CFESS, Lei n.º 12.317, de 26 de agosto de 2010, p.47)

Antes da Lei regulamentadora da profissão, houve a construção do novo Código de Ética Profissional em 1993, que acompanhou os avanços da profissão, sendo atualizado ao longo da trajetória profissional e aprovado após um rico debate com o conjunto das entidades representativas da categoria em todo o país. É importante salientar que, com o amadurecimento da profissão, cria-se a necessidade de serem contemplados, pelo Código de Ética, novos valores éticos que firmem o compromisso com os usuários, bem como outros princípios que aprimorem as conquistas políticas expressas no Código de 1986. Segundo Barroco e Terra,

O conjunto de mudanças teórico-metodológicas e ético-políticas que se efetivam no Serviço Social brasileiro a partir desse período alicerça o que hoje denominamos de projeto ético-político profissional e sintetiza um processo permeado de debates, lutas, conquistas, tensões e desafios. (BARROCO; TERRA, 2012, p.10)

Então, elabora-se o quinto Código de Ética Profissional do Assistente Social (1993), sem perder o teor do anterior, dado todas as conquistas políticas neste contidas, mas com a ampliação dos valores éticos e a previsão de princípios orientadores do projeto ético-político gestado na década de 1980. O debate sobre Ética, com frequência, mobiliza a sociedade politicamente e, no interior da profissão de Serviço Social, não pôde ser diferente: houve muito debate e disputa entre a categoria profissional, pois havia grupos defensores da preservação das conquistas de 1986, e aqueles desejosos do retrocesso dessas conquistas. Ao final, o debate foi considerado pelas entidades representativas da categoria de “caráter educativo e politizador”.

Para Barroco e Terra o Código de Ética de 1993,

[...] se organiza em torno de um conjunto de princípios, deveres, direitos e proibições que orientam o comportamento ético profissional, oferecem parâmetros para a ação cotidiana e definem suas finalidades ético-políticas, circunscrevendo a ética profissional no interior do projeto ético-político e em sua relação com a sociedade e a história. (BARROCO; TERRA, 2012, p.53)

Esse Código de Ética apresenta disposições tanto normativas, disciplinando a conduta do assistente social, quanto punitivas, caso as condutas não sejam observadas ou violadas, ou seja, define o “dever ser”. O Código de Ética representa a dimensão ética da profissão, de caráter normativo e jurídico, delinea parâmetros para o exercício profissional, define direito e dever do assistente social, buscando a legitimação social da profissão e a garantia da qualidade dos serviços prestados aos usuários. Vem expressar a renovação e o amadurecimento teórico-político do Serviço Social e evidencia, em seus princípios fundamentais, o compromisso ético-político assumido pela categoria profissional.

A discussão sobre a ética profissional no processo de formação profissional, também, é imprescindível, pois permite ao futuro profissional indagar criticamente sobre a realidade social em que vai atuar. Além disso, a reflexão sobre a ética e a competência profissional deve ser articulada durante a formação. Barroco e Terra (2012, p.101), sobre o Código de Ética, afirmam: “[...] A materialização do CE supõe uma capacitação que se inicia durante a formação profissional, nos cursos de graduação, estendendo-se para outros estágios”.

Após todas as considerações acerca das conquistas realizadas pelo Serviço Social brasileiro, voltemos à revisão do Currículo Mínimo de 1982, que culminou com as Diretrizes Curriculares aprovadas em 1996. Essas diretrizes vêm como resposta ao projeto de intenção de ruptura, objetivando dar direção à formação profissional a partir da matriz crítica. A organização do currículo ocorre por meio de núcleos de fundamentação: núcleo de fundamentos teórico-metodológicos da vida social; núcleo de fundamentos da formação sócio-histórica da sociedade brasileira; e núcleo de fundamentos do trabalho profissional. Com essa organização, a ABEPSS entende possibilitar o currículo de 1996 a reflexão do momento histórico para a construção de novos caminhos em direção a uma formação de qualidade.

Sendo assim, destacamos que a importância da formação profissional do assistente social é desafio constante às unidades de ensino, pois, diante das mudanças ocorridas na realidade social, sempre se requer um profissional que dê respostas e construa novas alternativas de intervenção. Sobre isso, aponta Oliveira:

A necessidade de se realizar e redefinir a direção social do projeto de formação profissional do Serviço Social, pautado nos novos desafios e dilemas da contemporaneidade, oriundos do conjunto das crises e inovações da atualidade, torna-se imperante no seio da profissão. (OLIVEIRA, [s/d.], p.11)

A autora remete à compreensão de a formação profissional dever pautar-se na direção social da profissão. Dessa forma, entendemos que o processo de estágio supervisionado torna-se fundamental, também, na formação profissional, pois se trata de espaço privilegiado de ensino-aprendizagem, que possibilita ao estudante o entendimento da unidade teoria e prática.

As mudanças ocorridas no ensino superior brasileiro a partir da década de 1990 foram significativas, inclusive para o Serviço Social. Essas mudanças decorrem do projeto neoliberal e, na contramão, há o projeto ético-político da profissão. Na perspectiva neoliberal identifica-se o desmonte das políticas sociais, até mesmo na política educacional, atingindo o ensino superior brasileiro. Se, por um lado, é visível a massificação do acesso à educação superior, por outro, é notória a precarização das condições do trabalho docente.

A fim de compreender o que levou às mudanças ocasionadas pela política neoliberal, devemos lembrar que, no final do século XX, há uma constrição do papel do Estado a partir dos princípios neoliberais, levando a: precarização do trabalho, aumento da produtividade do trabalho, redução dos direitos sociais e trabalhistas, e privatização de políticas sociais, por exemplo, a educacional. Segundo os autores Guimarães, Monte e Farias, a privatização da educação é uma resposta a esse processo.

O discurso oficial enfatizará a necessidade dos sistemas, das instituições de ensino e da sociedade em geral, conceberem a educação enquanto bem privado. Especificamente para a educação superior, especialmente a partir de 1980, tal processo representa a ampliação de sua subordinação aos interesses do mercado, seja por meio da formação e dos conhecimentos produzidos em tal nível educacional ou com a proliferação de instituições privadas em

detrimento das públicas, conforme orientações de organismos financeiros internacionais, especialmente o Banco Mundial. (GUIMARÃES; MONTE; FARIAS, 2013, p.36)

A política de educação de ensino superior perdeu a prioridade para o Estado, que estimula a privatização. Então, a partir da década de 1990, a abertura de inúmeras instituições de ensino superior privada, incentivada pelo governo, vai transformar a educação em mercadoria. Por isso, o acesso é massificado diante da oferta de vagas em todos os cursos de graduação, por meio da disponibilidade de financiamento estudantil pelo governo e de bolsas de estudo pelas próprias instituições de ensino ou entidades a elas conveniadas. Tal processo impõe, ainda, modificações no trabalho docente diante da expansão do ensino superior, ocasionando a precarização das condições de trabalho e salários.

No Serviço Social, a formação superior sofre, igualmente, as consequências da retração dessa política. Como forma de garantir uma formação de qualidade, a Associação Brasileira de Ensino e Pesquisa em Serviço Social (ABEPSS) constrói, no decorrer da década de 1990, Diretrizes Curriculares. Essas Diretrizes apresentam como pressuposto uma profunda revisão no processo de formação profissional, levando em consideração as exigências contemporâneas por um profissional preparado para dar respostas à realidade social, descortinada a partir do projeto neoliberal. Nesse sentido, a proposta de formação que consta das Diretrizes Curriculares aprovadas em 1996 apresenta o perfil do profissional para atuar nas consequências das transformações produzidas pelo neoliberalismo. Sobre as Diretrizes Curriculares de 1996, a ABEPSS manifestou-se:

Os novos perfis assumidos pela questão social frente à reforma do Estado e às mudanças no âmbito da produção requerem novas demandas de qualificação profissional, alteram o espaço ocupacional do assistente social, exigindo que o ensino superior estabeleça padrões de qualidade adequados. (ABEPSS, Diretrizes Gerais Para o Curso de Serviço Social, 1996, p.4)

A proposta da ABEPSS está voltada para a qualidade da formação profissional do assistente social que atua nas expressões da “questão social”, sem perder de vista, contudo, o projeto profissional do Serviço Social.

Ainda sobre o contexto do neoliberalismo referente à política educacional de ensino superior, destaca Lewgoy:

A universidade, ao adaptar-se às exigências do modelo neoliberal, passa a ser concebida como entidade administrativa, regida por ideais de gestão, de planejamento, de previsão, de controle e de êxito, não questionando, assim, as razões de sua existência e sua função social. (LEWGOY, 2013, p.69)

Fica evidente que, para atender as exigências neoliberais, o impacto da contrarreforma¹⁸ do Estado atinge a política educacional de ensino superior. A reforma do Estado brasileiro tem suas preposições apresentadas no Plano Diretor da Reforma do Estado, elaborado pelo Ministério da Administração e da Reforma do Estado (MARE), em 1995, durante o governo Fernando Henrique Cardoso (FHC).

O cenário dos anos 1990 caracteriza-se pelo retrocesso dos direitos sociais conquistados e garantidos pela Carta Magna de 1988. Para Behring (2008, p.177), “[...] A ‘reforma’ do Estado é, então, uma cobrança da cidadania [...]”. Essas reformas são orientadas por organismos internacionais, tais como, Banco Mundial (BM), Organização Mundial do Comércio (OMC), Fundo Monetário Internacional (FMI), Organização das Nações Unidas para Educação, Ciência e Cultura (UNESCO), entre outros, os quais indicam a seguinte agenda de reformas: ajuste fiscal; reformas econômicas (abertura comercial e privatizações); reforma da Previdência Social; redução de gastos com a política social; e reforma do aparelho estatal. Tudo isso significando, grosso modo, uma redefinição do papel do Estado em busca de justiça social e equidade.

Entretanto, a necessidade de expansão do capital brasileiro para o mundo acarreta na mercantilização de serviços, por exemplo, nas áreas de educação, previdência e saúde.

A proposta do Plano Diretor estabelece a educação como serviço não exclusivo do Estado, pois considera não haver a intenção de obter lucratividade. Logo, pode repassar recursos ao setor público não estatal, para executar o serviço na área da educação. Esta concepção de público não estatal foi bastante difundida

¹⁸ “Reformar o aparelho do Estado significa garantir a esse aparelho maior governança, ou seja, maior capacidade de governar, maior condição de implementar as leis e políticas públicas. Significa tornar muito mais eficientes as atividades exclusivas de Estado, por meio da transformação das autarquias em “agências autônomas”, e tornar também muito mais eficientes os serviços sociais competitivos ao transformá-los em organizações públicas não estatais de um tipo especial: as “organizações sociais”. Ver Plano Diretor da Reforma do Aparelho do Estado. Disponível em: <<http://www.bresserpereira.org.br/Documents/MARE/PlanoDiretor.pdf>>. Acesso em: 27 de set. de 2015.

na década de 1990, dando forma às principais medidas de reforma no âmbito educacional, ou seja, a transferência dessa atividade realizada pelo Estado para a esfera privada.

SERVIÇOS NÃO EXCLUSIVOS. Corresponde ao setor onde o Estado atua simultaneamente com outras organizações públicas não estatais e privadas. As instituições desse setor não possuem o poder de Estado. Este, entretanto, está presente porque os serviços envolvem direitos humanos fundamentais, como os da educação e da saúde, ou porque possuem “economias externas” relevantes, na medida em que produzem ganhos que não podem ser apropriados por esses serviços através do mercado. As economias produzidas imediatamente se espalham para o resto da sociedade, não podendo ser transformadas em lucros. São exemplos deste setor: as universidades, os hospitais, os centros de pesquisa e os museus. (BRASIL, MARE, Plano Diretor da Reforma do Aparelho do Estado, 1995, p.41-42)

Logo, a educação, sendo considerado serviço não exclusivo do Estado, contribui para a desresponsabilização do Estado, bem como abre a possibilidade de privatização e execução desse serviço por parte de instituições de natureza não estatal. Essa situação consolida-se no decorrer da década de 1990 e adentra o século XXI. Para Pereira,

[...] o discurso de “justiça social” resultou no aumento efetivo da escolaridade da população brasileira, porém, os dados referentes à qualidade desta educação revelam que há a permanência da histórica dualização escolar: no nível fundamental e médio, direcionam-se os mais pobres à pobre escola pública – com o acesso à aprendizagem elementar –, enquanto às camadas médias e abastadas é reservado um ensino de qualidade, nas instituições de ensino particulares. Este processo resulta na posterior dualização no nível superior de ensino, agora invertida: para as camadas mais pauperizadas (aqueles que conseguem chegar lá...), as IES particulares, em cursos relativamente baratos, na área de Ciências Humanas e de qualidade duvidosa. Às camadas médias e abastadas, as IES públicas e as confessionais (as PUCs). (PEREIRA, 2007, p.212)

Por meio do discurso da justiça social, o Estado sucateia o ensino superior público e abre-o, deliberadamente, para a privatização, incentivando, dessa forma, a expansão do setor privado. A expansão e a mercantilização do ensino superior, a partir da década de 1990, provocam, também, novas configurações na formação profissional do assistente social: há rebatimento no processo de estágio e na supervisão direta de estágio. Entendemos tornar-se possível essa discussão se o

ponto de partida for à premissa de que as constantes transformações da realidade social, em seus diversos aspectos, lançam desafios tanto para o processo de formação profissional, quanto para a intervenção do assistente social em seu cotidiano profissional.

O objetivo até aqui é apontar o percurso histórico do Serviço Social no Brasil e seu desenvolvimento e institucionalização e, ainda, refletir sobre a formação profissional do assistente social e o estágio supervisionado nesse percurso. Considerando, nessa formação profissional, imprescindível o processo de estágio para o estudante de Serviço Social habilitar-se ao exercício profissional, sendo esse nosso enfoque na exposição do próximo item. Retomamos o processo de estágio e de supervisão a partir das Diretrizes Curriculares de 1996.

2.2 A revisão de literatura: estágio e supervisão em Serviço Social na contemporaneidade

Ao realizarmos a revisão de literatura com o intuito de identificar como os autores discutem, definem e analisam o estágio e a supervisão, ficou evidente que o debate em torno do processo de estágio e da supervisão no processo formativo do assistente social estão presentes desde a criação das primeiras escolas de Serviço Social, chegando à contemporaneidade com maior densidade, principalmente, após a implantação das Diretrizes Curriculares de 1996.

Dessa forma, é oportuno traçarmos o movimento feito pela categoria profissional, que culminou com a aprovação das Diretrizes Curriculares. A preocupação e a importância dessa temática ampliam-se, sobretudo, a partir da década de 1990, marcada por diversas mudanças para a sociedade brasileira. A começar pela reestruturação produtiva caracterizada, principalmente, pela abertura da economia e pelas privatizações, marcos da ideologia neoliberal, provocando o agravamento da “questão social” e determinando uma inflexão no campo profissional do assistente social. Inflexão essa resultante de novas requisições colocadas pelo reordenamento do capital e do trabalho, pela contrarreforma do Estado e pelo movimento de organização da classe trabalhadora, que repercutem no mercado de trabalho. Expõe Yamamoto:

Os assistentes sociais, por meio da prestação de serviços socioassistenciais nas organizações públicas privadas, interferem nas relações sociais cotidianas no atendimento às mais variadas expressões da “questão social” vividas pelos indivíduos sociais no trabalho, na família, na luta pela moradia e pela terra, na saúde, na assistência social pública, etc. (IAMAMOTO, 2009, p.176)

Para a prestação desses serviços socioassistenciais, requisita-se profissional qualificado e especializado, pois a população usuária desses serviços exige respostas profissionais às suas demandas. Assim, há de se compreender que, em virtude das mudanças ocorridas na sociedade, é necessária a formação de profissionais para atuar nas expressões da “questão social”, nos mais diversos campos sócio-ocupacionais, conscientes de sua interferência na vida cotidiana dos indivíduos sociais.

Portanto, não há como deixar de analisar a crise estrutural do capital que provocou mudanças significativas no mundo do trabalho, exigindo um novo perfil profissional para o Serviço Social. Nesse sentido, a formação profissional do assistente social enquadra-se no desafio, qual seja o de enfrentar a precarização do trabalho oriunda do impacto dessa crise. Por isso, torna-se importante a reflexão acerca dessa formação profissional, a qual não pode simplesmente preparar o estudante de Serviço Social para o emprego, pois não se limita apenas em fornecer mão de obra precarizada.

Em decorrência a tantas mudanças exigidas nos diversos campos da vida social, o ensino superior não ficou de lado, nem poderia, aliás. Por isso, a proposta de revisão do currículo mínimo de 1982, que culmina com a aprovação das Diretrizes Curriculares. Essa revisão tem como pressuposto de que o processo formativo do assistente social deve ser permeado pela indissociabilidade construída entre ensino-pesquisa-extensão. Então, no que tange às Diretrizes Curriculares para o Curso de Serviço Social, a versão vigente foi produto de um amplo e sistemático debate realizado pelas Instituições de Ensino Superior, quando da realização da “XXVIII Convenção Nacional da Associação Brasileira de Ensino de Serviço Social (ABESS)”, atualmente, denominada de Associação Brasileira de Estudo e Pesquisa em Serviço Social (ABEPSS). A convenção ocorreu na cidade de Londrina, estado do Paraná, em outubro de 1993, que deliberou sobre os encaminhamentos da

revisão do Currículo Mínimo de Serviço Social vigente desde 1982, através do Parecer CFE n.º 412, de 04/08/1982 e Resolução n.º 06 de 23/09/1982.

Compreendendo que uma revisão curricular supõe uma profunda avaliação do processo de formação profissional face às exigências da contemporaneidade, a ABEPSS (naquele ano, ainda sob a denominação de ABESS) promoveu e coordenou com o Centro de Documentação e Pesquisa em Políticas Sociais e Serviço Social (CEDEPSS) – órgão acadêmico que articulava a Pós-Graduação em Serviço Social – um intenso trabalho de mobilização das unidades de ensino de Serviço Social no país. Este processo de mobilização contou com o apoio decisivo do CFESS, bem como dos estudantes de Serviço Social, por meio da Executiva Nacional dos Estudantes de Serviço Social (ENESSO). Assim, entre 1994 e 1996, foram realizadas, aproximadamente, 200 oficinas locais nas 67 unidades acadêmicas filiadas à ABESS, 25 oficinas regionais e duas nacionais.

Como resultado de todo esse debate e mobilização, em 20 de dezembro de 1996, foi aprovada e promulgada a Lei de Diretrizes e Base (LDB) para a educação, Lei n.º 9.394, tornando oportuno o processo de normatização e definição de Diretrizes Curriculares para o Curso de Serviço Social no espírito da nova Lei. Diretrizes estas que estabelecem um patamar comum, assegurando, ao mesmo tempo, flexibilidade, descentralização e pluralidade no ensino em Serviço Social, de modo a acompanhar as profundas transformações da ciência e da tecnologia na contemporaneidade. Em consonância com a proposta da ABEPSS, o Ministério de Educação e Cultura (MEC) aprova, em 13 de Março de 2002, a Resolução n.º 15, a qual, finalmente, aprova as Diretrizes Curriculares para o curso de Serviço Social, as quais orientam a formulação dos projetos pedagógicos dos cursos de Serviço Social das Instituições de Ensino Superior (IES) do Brasil.

Seguindo tal pensamento, a pertinência e relevância do estudo do estágio supervisionado como fundamental na formação profissional do assistente social são debates necessários, que pressupõem uma construção conjunta da categoria profissional na busca de uma formação de qualidade e compromissada com o projeto ético-político, que considera o processo de estágio supervisionado como processo privilegiado dessa formação profissional.

Frente às mudanças no ensino, a ABEPSS, em movimento conjunto com as demais entidades representativas (CFESS, CRESS e ENESSO) da categoria

profissional, propõe em 2009 a Política Nacional de Estágio (PNE), rumo a construir parâmetros orientadores para integralização do estágio supervisionado na formação profissional do assistente social, considerando que:

[...] no contexto de precarização e desregulação do trabalho e redução dos direitos, é importante destacar que a discussão do estágio supervisionado se coloca, ainda, como estratégia na defesa do projeto de formação profissional em consonância com o projeto ético-político do Serviço Social. (ABEPSS, Diretrizes Curriculares, 1996, p.8)

Diante desse posicionamento da categoria profissional ao propor diretrizes para o estágio supervisionado em Serviço Social, fica reconhecida a importância desse momento privilegiado no processo de ensino-aprendizagem da formação do assistente social vinculado aos valores ético-políticos da profissão. Permanece como discussão importante e presente no cotidiano da categoria profissional, pois, no processo de estágio, o estudante de Serviço Social pode estabelecer, construir e reconhecer as possíveis relações teórico-prática constitutivas da profissão, com vista a formar uma unidade entre a teoria e a prática. É necessário propor espaços que provoquem, cada vez mais, a reflexão e o debate acerca da qualidade do ensino oferecido nos cursos de Serviço Social, sendo o estágio supervisionado fundamental nessa formação.

Essa discussão só se torna possível, se o ponto de partida for à premissa de que as constantes transformações da realidade social, em seus diversos aspectos, lançam desafios no processo de formação dos estudantes de Serviço Social, na intervenção e no exercício profissional do assistente social em seu cotidiano. O destaque é para as implicações da supervisão direta no processo de estágio supervisionado, sendo considerada a supervisão do estudante essencial para lhe proporcionar a possibilidade de articular a unidade entre teoria e prática. Abordando a discussão sobre estágio supervisionado, Santos e Abreu afirmam:

As reflexões acerca desse momento ímpar da profissão nos permite, ainda, constatar que o debate do estágio supervisionado se apresenta como um importante campo de resistência à lógica mercadológica da formação instrumental, considerando seu potencial mobilizador experimentado em todo processo de elaboração e implantação da PNE, que nos leva afirmar que, com os esforços para a sua efetivação em todo território nacional, estamos diante de uma estratégia de afirmação do projeto de formação profissional do Serviço Social. (ABREU; SANTOS, 2011, p.128)

A reflexão que nos remete a defesa da formação profissional de qualidade, sem dúvida, é uma das principais frentes de luta do Serviço Social brasileiro, sendo fundamental entender o significado da expansão desmedida do ensino superior sem qualidade, em geral, com fins lucrativos, e a distância, como resposta à ideologia do empreendedorismo a partir da última década do século XX. Por isso, a relevância do estágio supervisionado em Serviço Social está reconhecida nos diversos documentos que dão materialidade ao tema, ou seja, desde o projeto profissional até a própria legislação pertinente. Todavia, ainda há muito que estudar e discutir quanto à sua importância enquanto condição fundamental na formação profissional.

É necessário o estágio, devidamente supervisionado, conduzir o estudante de Serviço Social às aproximações sucessivas com o exercício profissional e a rede de interlocuções subjacentes à sua efetivação, auxiliando-o a apropriar-se do significado social da profissão e da construção de sua identidade profissional, individual e coletivamente, fundamentais para a formação. De modo a reforçar esse pensamento, Pinto propõe:

A análise do estágio e da supervisão deve ser efetuada no contexto do ensino teórico-prático do Serviço Social evitando-se seu descolamento da realidade da prática profissional, o que pode gerar um distanciamento entre o discurso acadêmico e o cotidiano das ações profissionais. (PINTO, 1997, p.13).

Portanto, compreendemos ser a sala de aula local apropriado e privilegiado desse processo de ensino-aprendizagem (embora não seja, nem deverá ser o único), proporcionando troca de conhecimento e saber, logo é o espaço onde o estudante adquire embasamento teórico como contribuição para tornar efetivo o estágio supervisionado em Serviço Social. Deve-se, contudo, observar criteriosamente a realização do estágio e da supervisão direta com qualidade.

Esse espaço acadêmico deve ser também, um momento para repensar criticamente o ensino e a prática cotidiana do assistente social, propondo, cada vez mais, uma formação profissional pautada na superação do conservadorismo e assistencialismo, conforme propõe Iamamoto (2010, p.75), desejando a conquista e a legitimação de um fazer profissional que vá além da imediatividade, da burocratização e da seletividade dos atendimentos prestados ao usuário. Fazer profissional que tenha, enquanto eixo de atuação, a qualidade na

prestação de serviços, respeitando o usuário e melhorando os programas institucionais, desafio diário e contínuo de “[...] redescobrir alternativas e possibilidades para o trabalho profissional no cenário atual [...]”.

Reforça-se, por conseguinte, a importância da discussão da formação profissional do assistente social, partindo do pressuposto de que o estágio supervisionado é momento privilegiado no processo de ensino-aprendizagem.

Posto isso, enquanto resultado da revisão de literatura, elaboramos quadros referenciais, nos quais se identifica a produção acadêmica sobre formação profissional, estágio supervisionado e a supervisão direta de estágio, de maneira a demonstrar o quanto o debate sobre essa temática vem se ampliando no seio da categoria profissional.

Quadro Referencial 4 - Distribuição dos periódicos classificados com Qualis A1, A2, B1, B3 e B5.

QUALIS	PERIÓDICO	ANO	TÍTULO PERIÓDICO	AUTORES	PALAVRAS-CHAVE
A1	Revista Serviço Social & Sociedade (n.º 80) *disponível <i>on-line</i> a partir do ano de 2010 (n.º 101)	2004	O estágio supervisionado na formação profissional do assistente social: desvendando significados.	OLIVEIRA, Cirlene Aparecida Hilário da Silva.	Formação profissional; Estágio supervisionado; Sujeitos do processo de supervisão; Identidade profissional.
	Revista Serviço Social & Sociedade (n.º 108) *disponível <i>on-line</i> a partir do ano de 2010 (n.º 101)	2011	As entidades do Serviço Social brasileiro na defesa da formação profissional e do projeto ético-político.	SANTOS, Cláudia Mônica dos; ABREU, Maria Helena Elpídio; MELIM, Juliana Iglesias.	Educação superior; Formação profissional; Serviço Social.
	Revista Katálysis *disponível <i>on-line</i> a partir do ano de 1997	2012	A unidade teoria-prática e o papel da supervisão de estágio nessa construção.	ROSADO, Iana Vasconcelos Moreira; ASSIS, Rivânia Lúcia Moura de.	Unidade teoria-prática; Serviço Social; Supervisão de estágio; Estágio supervisionado; Formação profissional.
A2	Revista Argumentum * disponível <i>on-line</i> a partir do ano de 2009	2011	A política de educação superior e a formação profissional em Serviço Social: reflexões para o debate.	LEWGOY, Alzira Maria Baptista.	Política de educação superior; Formação e exercício profissional; Estágio supervisionado; Serviço Social.
	Revista Em Pauta * disponível <i>on-line</i> a partir do ano de 2007		Os impactos da Política Nacional de Estágio na formação profissional frente à universidade neoliberal.	SANTOS, Cláudia Mônica dos; ABREU, Maria Helena Elpídio.	Estágio supervisionado; Formação profissional; Política Nacional de Estágio; Universidade neoliberal.
		2009	As diretrizes curriculares e a política nacional de estágio: fundamentos, polêmicas e desafios.	RAMOS, Sâmia Rodrigues.	Estágio; Formação profissional; Serviço Social.

B1	Revista Temporalis *disponível <i>on-line</i> a partir do ano de 2010		Estágio supervisionado, formação e exercício profissional em serviço social: desafios e estratégias para a defesa e consolidação do projeto ético-político.	LEWGOY, Alzira Maria Baptista.	Estágio supervisionado; Formação e exercício profissional; Serviço Social.
			Dilemas e desafios do estágio curricular em serviço social: expressão dos (des)encontros entre a formação profissional e o mercado de trabalho.	VASCONCELOS, Iana.	Estágio curricular; Formação profissional; Mercado de trabalho; Serviço Social.
			O estágio no processo de formação dos assistentes sociais.	RIBEIRO, Eleusa Bilemjian.	Estágio; Processo de formação; Processo de trabalho; Assistentes sociais.
			Estágio supervisionado curricular em serviço social: elementos para reflexão.	OLIVEIRA, Cirlene Ap. Hilário Silva.	Estágio supervisionado; Serviço Social; Formação profissional; Diretrizes curriculares.
	2011	ABEPSS 2009-2010: estágio, pesquisa e consolidação institucional.	BEHRING, Elaine Rosseti.	Não consta.	
	2013	O estágio supervisionado em serviço social: desafios e estratégias para a articulação entre formação e exercício profissional.	LEWGOY, Alzira Maria Baptista.	Formação profissional; Estágio supervisionado; Serviço Social.	
	2014	A política nacional de estágio e a supervisão direta: avanços e desafios.	ORTIZ, Fátima da Silva Grave.	Política Nacional de Estágio; Supervisão; Formação profissional.	
B3	Revista Serviço Social & Realidade * disponível <i>on-line</i> a partir do ano de 2007	2008	Estágio, supervisão e trabalho profissional.	GOUVEA, Maria das Graças de.	Supervisão; Serviço Social; Supervisão acadêmica; Formação profissional.
		2009	Ensino superior e serviço social: uma reflexão sobre os desafios do processo de formação profissional.	OLIVEIRA, Cirlene Ap. Hilário Silva; MARTINS, Rosane Ap. de Sousa; MARIANO, Valquíria Alves.	Educação; Ensino Superior; Serviço Social; Formação profissional.
B5	Revista Serviço Social & Saúde * disponível <i>on-line</i> a partir do ano de 2002	2010	Políticas de estágio e o contexto do serviço social.	SOUZA, Tatiana Machiavelli Carmo; OLIVEIRA, Cirlene Ap. Hilário Silva; BUENO, Cléria Maria Lobo Bittar Pucci.	Políticas de estágio; Estágio supervisionado; Serviço Social; Formação profissional.

Fonte: A própria autora, (2014).

No quadro referencial 4, podemos notar não ser vasta a produção sobre a temática do estágio supervisionado e da supervisão direta em Serviço Social. Isso indica que ainda muitos debates e reflexões precisam ser construídos para fortalecer a importância fundamental do processo de estágio na formação do assistente social enquanto enfrentamento da precarização do ensino de Serviço Social nas escolas brasileiras.

No referido quadro referencial, organizamos as produções a partir do Qualis A1, A2, B1, B3 e B5, por considerarmos seu impacto e reconhecimento significativos pela comunidade científica. Os referidos periódicos podem ser classificados a partir das palavras-chave: estágio supervisionado; supervisão. O ano das produções identificadas nesse quadro ocorre a partir da década de 2000, ou seja, posterior à aprovação das Diretrizes Curriculares.

Identificamos, nos periódicos constantes no quadro a discussão a partir das deliberações constantes das Diretrizes Curriculares de 1996, bem como da construção e implantação da PNE, reafirmando a relevância do estágio em Serviço Social no projeto profissional, sendo analisada pelos autores a concepção de estágio supervisionado em Serviço Social a partir da precarização do ensino superior, indicando como interfere na execução do estágio. Considerando, os impactos da contrarreforma no ensino superior, especificamente, na formação do assistente social e, conseqüentemente, nos campos sócio-ocupacionais onde esse profissional atua. Indicando a precarização das condições e relações de trabalho. Dando destaque ao estágio supervisionado como parte do processo formativo, que precisa ser fortalecido a partir da defesa dos princípios e da direção social do projeto ético-político.

Há, também, a indicação nos periódicos da necessária relação entre o estágio e a supervisão, reforçando a importância da supervisão direta. Destacando o papel didático-pedagógico da supervisão na articulação das dimensões teórico-metodológica, ético-política e técnico-operativa na formação profissional.

Outra discussão identificada nos periódicos é acerca das modalidades de estágio – obrigatório e não obrigatório – afirmando o estágio enquanto espaço potencializador da articulação da formação e do exercício profissional. Abordagem essa, a partir da análise dos seguintes elementos: legalidade, legitimidade, sujeitos e lógica curricular. Reitera-se a importância do estágio supervisionado na construção da identidade do estudante de Serviço Social, por ser momento privilegiado na formação profissional independente da modalidade de estágio. E reforça a concepção de estágio como processo de ensino e aprendizado.

A seguir, no quadro referencial 5, apresentamos outro levantamento da produção acadêmica sobre formação profissional, estágio supervisionado e

supervisão direta de estágio, elaborado, igualmente, a partir da revisão de literatura de outros documentos, incluindo a produção anterior às Diretrizes Curriculares de 1996, de modo a reforçar a importância do processo de estágio e supervisão na formação profissional desde os primeiros cursos de Serviço Social no Brasil.

Quadro Referencial 5 - Distribuição de outras produções acadêmicas sobre formação profissional, estágio supervisionado e supervisão.

ANO	DOCUMENTO	TÍTULO DOCUMENTO	AUTORES	FONTE	PALAVRAS-CHAVE
1970	Revista Debates Sociais – N.º 11 (CBCISS)	Conferência de supervisão em grupo.	ARAUJO, Arcelina Ribeiro de.	Revista	Não consta.
1972	Cadernos Verdes (CBCISS)	Reflexões sobre a formação de supervisores em serviço social.	VIEIRA, Balbina Ottoni.	Revista	Não consta.
		Supervisão em serviço social.	CASTILHO, Lucia.	Revista	Não consta.
1973		Supervisão em serviço social: um método de treinamento de estudantes e desenvolvimento de profissionais.	PETTES, Doroty E.; MULLER, Irving.	Revista	Não consta.
		Características específicas de supervisão em serviço social de grupo.	MULLER, Irving.	Revista	Não consta.
1979	Livro	Supervisão em serviço social.	VIEIRA, Balbina Ottoni.	Livro	Estudo e ensino; Metodologia; Supervisores.
1981	Livro	Modelos de supervisão em serviço social.	VIEIRA, Balbina Ottoni.	Livro	Estudo e ensino; Metodologia; Supervisores.
1989	Livro	O estágio supervisionado.	BURIOLLA, Marta Alice Feiten.	Livro	Estágio supervisionado; Educação.
1994	Livro	Supervisão em serviço social: o supervisor, sua relação e seus papéis.	BURIOLLA, Marta Alice Feiten.	Livro	Supervisão; Serviço Social.
2009	Livro	Supervisão de estágio em serviço social: desafios para a formação e o exercício profissional.	LEWGOY, Alzira Maria Baptista.	Livro	Assistentes sociais; Prática profissional; Estágio; Serviço Social.
2009	Material Pedagógico do Curso de Especialização <i>lato sensu</i> em Serviço Social: Direitos Sociais e Competências Profissionais (CFESS, ABEPSS, CEAD-UnB)	Supervisão em serviço social.	GUERRA, Yolanda; BRAGA, Maria Elisa.	Livro: Serviço Social: Direitos Sociais e Competências Profissionais.	Não consta.
2013	Cartilha sobre	Meia formação não	CFESS – gestão	Site:	Não consta.

	estágio supervisionado	garante um direito: o que você precisa saber sobre a supervisão direta de estágio em serviço social.	2011-2014	http://www.cfess.org.br/arquivos/BROCHURACFESS_ESTAGIO-SUPERVISIONADO.pdf	
2013	Anais – III Simpósio Mineiro de Assistentes Sociais	A importância do estágio supervisionado na formação profissional do assistente social.	ALMEIDA, Suênya Thatiane Souza de	Site: http://www.cress-mg.org.br/arquivos/simposio/A%20IMPORTANCIA%20DO%20ESTAGIO%20SUPERVISIONADO%20NA%20FORMACAO%20PROFISSIONAL%20DO%20ASSISTENTE%20SOCIAL.pdf	Serviço Social; Formação profissional; Estágio supervisionado; Supervisão acadêmica.

Fonte: A própria autora, (2014).

A produção acadêmica contemplada no quadro referencial 5, também é resultado da revisão de literatura utilizada como embasamento teórico na construção deste estudo. Contempla obras produzidas antes da edição das Diretrizes Curriculares reforçando a importância do processo de estágio e de supervisão na formação profissional desde os primeiros cursos de Serviço Social no Brasil.

Na década de 1970, elencamos algumas das produções acadêmicas publicadas pelo Centro Brasileiro de Cooperação e Intercâmbio de Serviços Sociais (CBCISS). Dentre as publicações do CBCISS, encontra-se a Revista Debates Sociais e a Coleção de Temas Sociais – Caderno da Série Verde, referentes ao tema supervisão. Os textos que compõem estas publicações apresentam o conceito de supervisão e o relato de experiências de formação de supervisores para exercerem a supervisão de estágio em Serviço Social.

Ainda, na década de 1970, há a publicação do primeiro livro sobre o tema da supervisão em Serviço Social, de autoria de Balbina Ottoni Vieira, resultado dos cursos de formação de supervisores de estágio ministrados pela própria autora na PUC-RJ. A supervisão é apresentada como método de ensino-prático na formação do estudante-estagiário, focalizando as ações e atividades realizadas

pelos assistentes sociais. Na década de 1980, Balbina Ottoni Vieira publica mais uma obra sobre supervisão de estágio, demonstrando sua preocupação com a formação dos supervisores de campo, cujo objetivo é buscar um “modelo” para a prática da supervisão, a fim de facilitar o ensino-aprendizagem, essencial para a formação dos estagiários.

No final da década de 1980 e na década de 1990, identificamos as produções de Marta Alice Feiten Buriolla. Sua primeira publicação, “O estágio supervisionado”, é considerada um marco na formação profissional do assistente social. Na primeira parte, é proposta uma reflexão sobre a configuração do estágio, enfatizando a legislação e as concepções de estágio, e a relação entre as unidades de ensino e campo de estágio a partir do nível de representação dos docentes, dos supervisores de campo e dos estudantes de Serviço Social. A segunda parte o enfoque é a supervisão em Serviço Social, enfatizando os seguintes aspectos: prática profissional, relação teoria-prática, estratégias e planejamento da supervisão. Ainda, apresenta o resultado da pesquisa realizada com os três sujeitos do processo de estágio: docentes, supervisores de campo e estagiários.

A segunda publicação de Marta Alice Feiten Buriolla, “Supervisão em Serviço Social: o supervisor, sua relação e seus papéis”, apresenta a discussão sobre os aspectos relacionados à supervisão na formação profissional a partir dos conceitos de supervisão desde a gênese da profissão, do relacionamento entre supervisor e estagiário e dos papéis do supervisor numa perspectiva histórica.

A partir da década de 2000, as obras publicadas contemplam os princípios orientadores previstos nas Diretrizes Curriculares. Na obra de Alzira Maria Baptista Lewgoy, que versa sobre a supervisão em Serviço Social, abordam-se os desafios da formação profissional na contemporaneidade, a partir da relação com o projeto ético-político. Discorre-se sobre os caminhos percorridos pela supervisão de estágio em Serviço Social, dando ênfase à História: o movimento e os diferentes momentos em que a supervisão de estágio perpassa a formação profissional. Apresentam-se as concepções de supervisão como competência profissional, a partir das dimensões teórico-metodológica, ético-política e técnico-operativa.

Por fim, destacamos a produção acadêmica sobre supervisão em Serviço Social de autoria de Yolanda Guerra e Maria Elisa Braga, que instiga o debate sobre o processo de supervisão não somente de estágio, mas em suas

diversas modalidades, e como atribuição privativa do assistente social. No texto, a autora faz uma contextualização histórica acerca da supervisão, indicando ser atribuição do assistente social já prevista na primeira lei de regulamentação da profissão. Depois, apresenta pressupostos e premissas que sustentam o debate sobre a supervisão em Serviço Social: indissociabilidade entre o trabalho e formação profissional; unidade entre teoria e prática; vinculação com os componentes teórico, ético e político; a supervisão será sempre mediada por questões que particularizam as políticas sociais; unidade entre ensino e aprendizagem.

No decorrer da revisão de literatura, foram identificadas concepções de estágio supervisionado em Serviço Social, construídas durante a trajetória histórica da profissão no Brasil.

Uma das concepções de estágio em Serviço Social apresentada por Vieira explicita a importância do processo de ensino-aprendizagem e da supervisão dirigida aos estagiários que ocorre no campo de estágio, visando à formação profissional:

Estágio é “um *instrumento de formação* prática especializada através da concretização da teoria assimilada e de uma orientação específica visando à formação e ao desenvolvimento do futuro profissional”. É integração na realidade social, baseada na conjuntura social, e levando em conta que o objeto do Serviço Social é o homem em sua totalidade; é possibilidade de um trabalho de equipe com trocas de experiências significativas através da distribuição de tarefas e ainda oportunidades para experiência administrativa. É “uma visão global do campo social onde atua, apesar das limitações das tarefas para cada membro da equipe no exercício de suas atribuições específicas”. (VIEIRA, 1979, p.101, grifo da autora)

O estágio já era, nesse período, considerado parte integrante da formação profissional embora tivesse sua configuração como treinamento, como aproximação ao conhecimento dos elementos da prática, essenciais para o trabalho do assistente social. A autora demonstra a preocupação com o estudante em compreender as possíveis relações construídas entre a teoria e a prática realizada pelos assistentes sociais. Mas vamos observar que a concepção de estágio como treinamento mantém-se até o início da década de 1980.

Na primeira obra publicada por Buriolla (2011, p.13), no final da década de 1980, o estágio “[...] é concebido como um campo de treinamento, um

espaço de aprendizagem do fazer concreto do Serviço Social, onde um leque de situações, de atividades de aprendizagem profissional se manifestam para o estagiário [...]”. Reconhece-se ser o campo de estágio espaço de aprendizagem, não sendo, contudo, processo, porque o estudante é treinado somente a fazer por repetição. Portanto, não é possível a construção de mediações da realidade social a partir da unidade entre teoria e prática. No entanto, a concepção de estágio supervisionado definida pela autora amplia-se em outra publicação, na década de 1990: embora sua proposta esteja direcionada para a discussão sobre a supervisão de estágio no tocante à relação supervisor-supervisionado, propõe-se, na conclusão do trabalho, a seguinte concepção de estágio:

O estágio supervisionado configura-se, assim, um “ponto de partida, ou um dos pontos inaugurais da ruptura”, onde a liberdade pode ser expressada em sua forma mais verdadeira, pois deve haver a “possibilidade institucionalizada de uma transgressão”, onde o processo da supervisão ultrapasse o contexto supervisor-supervisionado e chegue ao plural político e se propague o patrimônio de conhecimentos advindos de cada um. (BURIOLLA, 1994, p.189)

Entendemos que o estágio supervisionado possibilita ao estudante à compreensão das relações teórico-prática. Podendo, dessa forma, contextualizar a realidade social do campo de estágio. Para tal, o processo de supervisão deve ser espaço de reflexão e diálogo.

Ao final da década de 1990, há a aprovação das Diretrizes Curriculares (1996, p.18), cuja concepção de estágio supervisionado, amplamente divulgada, é: “[...] uma atividade curricular obrigatória que se configura a partir da inserção do aluno no espaço sócioinstitucional, objetivando capacitá-lo para o exercício do trabalho profissional, o que pressupõe supervisão sistemática”. O estágio supervisionado passa a ser assunto imprescindível, motivo de aprofundamento em debates acadêmicos, reconhecendo-se a responsabilidade da unidade de ensino no processo formativo do assistente social.

Adentrando a década de 2000, identificam-se outras concepções de estágio supervisionado, por exemplo, a de Lewgoy:

[...] o estágio não é um lugar onde o aluno exerce o papel de substituto do profissional, mas um espaço em que reafirma sua formação, não numa condição de empregado, mas de estudante estagiário. A capacitação do aluno para o enfrentamento dos

desafios do exercício profissional vai sendo articulada na concretude do estágio, à medida que ocorre a compreensão da unidade entre a teoria e realidade [...] (LEWGOY, 2009, p.138)

Essa concepção apresenta a importância do estágio supervisionado na formação profissional do assistente social, como momento privilegiado de ensino-aprendizagem que possibilita a relação de unidade entre a teoria e prática. Portanto, o aprendizado deve ser priorizado, não podendo o estudante ser confundido como aquele a suprir o *déficit* de profissionais.

Para Almeida, o estágio,

[...] capacita o acadêmico a uma postura crítica e reflexiva, constituindo um momento único para a formação profissional. Ele proporciona ao estudante a inserção na prática profissional, possibilitando entrar em contato com uma realidade concreta e contraditória. Constitui um espaço de extrema importância para capacitar os discentes na intervenção social. (ALMEIDA, 2013, p.6)

Nessa concepção, mais uma vez, é ressaltada a importância do processo de estágio supervisionado na formação profissional do estudante. Pode constituir-se em momento ímpar no processo formativo se for possibilitado ao estagiário o contato com a realidade social, onde ocorrem as contradições diante das demandas institucionais para as quais o assistente social deve dar respostas.

Percebemos, ao analisar a produção teórica, que a discussão construída pela categoria profissional pauta-se no concebido pelas Diretrizes Curriculares, ou seja, reconhece-se o estágio supervisionado como parte constitutiva do processo formativo do assistente social, pois possibilita ao estudante a aproximação da prática profissional, que, segundo Oliveira (2009, p.107), não poderá “[...] restringir-se a um momento episódico na formação profissional”. Os estudos sobre estágio supervisionado têm apontado dificuldades em sua operacionalização.

Há, igualmente, a proteção do estágio supervisionado a partir da legislação, a qual não pode ser desconsiderada nesta pesquisa. Como aporte legal ao estágio supervisionado em Serviço Social, há a Lei n.º 8.662, de 07 de junho de 1993, que dispõe sobre a regulamentação da profissão. Em seu artigo 5º, estabelece como atribuição privativa do assistente social, nos incisos I e VI, o ato de supervisionar e a supervisão direta.

Art. 5º. [...] I - coordenar, elaborar, executar, **supervisionar** e avaliar estudos, pesquisas, planos, programas e projetos na área de Serviço Social; [...] VI - treinamento, avaliação e **supervisão direta** de estagiários de Serviço Social; [...]. (BRASIL, Lei n.º 8.662, de 07/06/1993, grifo nosso)

Ainda, no artigo 14 e parágrafo único dessa Lei, fica estabelecido, às unidades de ensino, o dever de comunicar e credenciar os campos de estágio e seus estudantes-estagiários junto aos Conselhos Regionais de Serviço Social, bem como designar quem serão os assistentes sociais supervisores responsáveis pela supervisão direta, estando devidamente no gozo de seus direitos profissionais.

Art. 14. Cabe às Unidades de Ensino credenciar e comunicar aos Conselhos Regionais de sua jurisdição os campos de estágio de seus alunos e designar os Assistentes Sociais responsáveis por sua supervisão. Parágrafo único. Somente os estudantes de Serviço Social, sob supervisão direta de Assistente Social em pleno gozo de seus direitos profissionais, poderão realizar estágio de Serviço Social. (BRASIL, Lei n.º 8.662, de 07/06/1993)

No Código de Ética Profissional, instituído pela Resolução n.º 273, de 13 de março de 1993, do Conselho Federal de Serviço Social (CFESS), estabelecem-se obrigações em relação ao estágio supervisionado em Serviço Social, no artigo 4º, alínea “e”, que vedam ao assistente social permitir ou exercer a supervisão direta em qualquer instituição que não possua, em seu quadro funcional, assistente social.

Art. 4º É vedado ao/a assistente social: [...] e - permitir ou exercer a supervisão de aluno/a de Serviço Social em Instituições Públicas ou Privadas que não tenham em seu quadro assistente social que realiza acompanhamento direto ao/à aluno/a estagiário/a. (CFESS, Resolução n.º 273, de 13/03/1993)

A preocupação do CFESS pressupõe a defesa da supervisão direta, a ser realizada privativamente pelo assistente social, mantendo a qualidade do processo de estágio supervisionado. Além disso, compreende-se tratar-se de momento de aprendizagem, não simplesmente treinamento do saber-fazer.

Outro dispositivo do Código de Ética merece destaque: o artigo 21, alínea “c”, que coloca como obrigação ao assistente social possibilitar ao estagiário tomar conhecimento e observância dos princípios e deveres impostos eticamente ao profissional no exercício desta profissão: “[...] Art. 21 São deveres do/a assistente

social: [...] c- informar, esclarecer e orientar os/as estudantes, na docência ou supervisão, quanto aos princípios e normas contidas neste Código”. (CFESS, Código de Ética do/a Assistente Social. Lei 8662/93, 2011, p.37)

A Lei de Diretrizes e Bases da Educação Nacional (LDB), no tocante ao estágio supervisionado, institui que: “[...] Art. 82. Os sistemas de ensino estabelecerão as normas de realização de estágio em sua jurisdição, observada a lei federal sobre a matéria”. O tratamento dispensado ao estágio é genérico, cabendo às instituições de ensino criar seus regulamentos de estágio segundo a legislação vigente.

O estatuto legal conhecido como a “lei de estágio” – Lei n.º 11.788, de 25/09/2008, disciplina o estágio em todos os níveis de ensino (fundamental, especial, médio, profissional e superior). No artigo 1º, concebe estágio como ato educativo e pressupõe supervisão independentemente do nível escolar do estudante.

Art. 1º Estágio é ato educativo escolar supervisionado, desenvolvido no ambiente de trabalho, que visa à preparação para o trabalho produtivo de educandos que estejam frequentando o ensino regular em instituições de educação superior, de educação profissional, de ensino médio, da educação especial e dos anos finais do ensino fundamental, na modalidade profissional da educação de jovens e adultos. (BRASIL. Lei n.º 11.788/2008)

A “lei de estágio” está inteiramente relacionada à organização do estágio e estabelece todas as regras a serem seguidas pelas instituições de ensino, mas, por tratar do estágio nos vários níveis de ensino, torna-se genérica. No entanto, é importante mencionar que estabelece o estágio como um componente do processo formativo, devendo estar previsto expressamente no projeto pedagógico da instituição de ensino, posto ser fundamental e imprescindível no processo formativo do estudante. Define, também, as modalidades de estágio obrigatório e não obrigatório, sendo a primeira modalidade necessária para a obtenção de diploma nos cursos de nível superior. Explicita que, por ser um ato educativo, o estágio supervisionado não gera vínculo empregatício, mas não dispensa a responsabilidade das partes envolvidas – instituição de ensino, unidade concedente de estágio e estudante – no processo de estágio, as quais deverão sempre observar suas obrigações, formalizadas por instrumento próprio.

Assim, diante da generalização do estágio pela “lei de estágio”, o CFESS instituiu a Resolução n.º 533, de 29/09/2008, no sentido de garantir a supremacia do processo de estágio supervisionado em Serviço Social como momento de ensino-aprendizagem, não meramente execução de atividades que distanciam o estagiário do processo formativo. Enfatiza a responsabilidade da supervisão direta durante o processo formativo, reconhecendo a indissociabilidade existente entre a supervisão de campo e acadêmica. Nas considerações iniciais da Resolução, apresenta-se a concepção de estágio supervisionado, em conformidade com o Parecer do Conselho Nacional de Educação (CNE), homologado em 09 de julho de 2001, que aprovou as Diretrizes Curriculares para o curso de Serviço Social.

O Estágio Supervisionado é uma atividade curricular obrigatória que se configura a partir da inserção do aluno no espaço sócioinstitucional, objetivando capacitá-lo para o exercício profissional, o que pressupõe supervisão sistemática. Esta supervisão será feita conjuntamente por professor supervisor e por profissional do campo, com base em planos de estágio elaborados em conjunto pelas unidades de ensino e organizações que oferecem estágio. (BRASIL, CNE/CES n.º 492/2001, 2008, p.1)

O Conselho Nacional de Educação e a Câmara Superior de Educação (CNE/CSE) apresentaram manifestação e deliberação sobre as Diretrizes Curriculares para o Curso de Serviço Social, com a publicação da Resolução n.º 492, de 03/04/2001, estabelecendo que o estágio em Serviço Social integralize a grade curricular do curso com a definição de carga horária e atividades acadêmicas pertinentes ao seu desenvolvimento. Essa Resolução apresenta a seguinte concepção de estágio supervisionado:

[...] uma atividade curricular obrigatória que se configura a partir da inserção do aluno no espaço sócioinstitucional, objetivando capacitá-lo para o exercício profissional, o que pressupõe supervisão sistemática. Esta supervisão será feita conjuntamente por professor supervisor e por profissional do campo, com base em planos de estágio elaborados em conjunto pelas unidades de ensino e organizações que oferecem estágio. (BRASIL, Conselho Nacional de Educação / Câmara Superior de Educação, Resolução n.º 492, de 03/04/2001, p.12)

Tal concepção de estágio supervisionado atende às aspirações da categoria profissional, debatidas e articuladas pelas entidades representativas do Serviço Social. O CNE/CSE instituiu a Resolução n.º 1.363, de 12/12/2001, que

orienta as instituições de ensino na formulação do projeto pedagógico, o qual deverá incluir o formato do estágio supervisionado em Serviço Social. O CNE/CSE instituiu, igualmente, a Resolução n.º 15, de 13/03/2002, que estabelece as Diretrizes Curriculares para os cursos de Serviço Social, no tocante à orientação da formulação do projeto pedagógico, indicadas nas Resoluções n.º 492 e n.º 1.363.

Vale salientar que, nas Diretrizes Curriculares, são apontados:

[...] pressupostos, princípios e diretrizes para nortear o projeto pedagógico de cada unidade de formação profissional e tratam o estágio supervisionado como um momento ímpar do processo ensino-aprendizagem, elemento síntese da relação teoria-prática, da articulação entre pesquisa e intervenção profissional, e que se consubstancia como exercício teórico-prático, mediante a inserção do/a aluno/a nos diferentes espaços ocupacionais das esferas pública e privada. (CFESS, Cartilha Estágio Supervisionado: meia formação não garante um direito, [s/d], p.11)

Portanto, não basta todo o aporte legal citado se a instituição de ensino deixar de compreender o processo de estágio como fundamental para a formação profissional. Ao aprovar as diretrizes para os cursos de Serviço Social, o principal objetivo da ABEPSS é garantir que o estudante possa, ao longo do processo de estágio, refletir criticamente, por meio de mediações entre o conhecimento apreendido na graduação e no campo de estágio. Essa entidade teve outra contribuição importante na regulamentação do estágio supervisionado em Serviço Social: em conformidade com as Diretrizes Curriculares, construiu a Política Nacional de Estágio (PNE), representando o amadurecimento dos debates sobre o tema, visando à consolidação do processo formativo do assistente social. Embora não tenha força de lei, a PNE é a representação legítima do debate engendrado pela categoria profissional sobre o estágio supervisionado, enfatizando a possibilidade de materialização das Diretrizes Curriculares e dos princípios do Código de Ética do Assistente Social.

A PNE é compreendida por Behring como orientação importante, suporte às IES na construção do processo de estágio supervisionado, em relação ao lugar a ser ocupado na formação profissional.

Em que pese um conjunto de iniciativas da gestão quanto à graduação, não há dúvidas de que engendramos nossos maiores e melhores esforços para adensar e melhor qualificar a concepção de estágio supervisionado nas Diretrizes Curriculares, criando um documento orientador de fôlego sobre a forma e o conteúdo do

estágio curricular em Serviço Social, denominado Política Nacional de Estágio da Associação Brasileira de Ensino e Pesquisa em Serviço Social – ABEPSS. (BEHRING, 2011, p.87)

A PNE reflete a energia estampada pela ABEPSS na formulação desse documento, expressando a preocupação e compromisso com o processo de estágio supervisionado como imperativo na formação do assistente social. Behring (2011) afirma que a PNE vem ao encontro da defesa da formação profissional com qualidade, servindo de argumento contra a banalização e a precarização do ensino em Serviço Social.

A concepção de estágio supervisionado indicada na PNE, tanto na modalidade obrigatória, quanto não obrigatória, é:

[...] um processo didático-pedagógico que se consubstancia pela “indissociabilidade entre estágio e supervisão acadêmica e profissional” (ABESS-CEDEPSS, 1997, p.62), um dos princípios das diretrizes curriculares para o curso de Serviço Social. Caracteriza-se pela atividade teórico-prática, efetivada por meio da inserção do(a) estudante nos espaços sócio-ocupacionais nos quais trabalham os(as) assistentes sociais, capacitando-o(a) nas dimensões teórico-metodológica, ético-política e técnico-operativa para o exercício profissional. (ABEPSS, Política Nacional de Estágio, 2009, p.14)

Essa concepção baliza as grades curriculares dos cursos de Serviço Social, ou pelo menos, presume-se isso, pois está de acordo com as Diretrizes Curriculares de 1996, aprovadas mediante esforço e empenho da categoria profissional. Sabemos que as contribuições da ABEPSS e demais entidades representativas do Serviço Social, em torno do estágio supervisionado, são intrincadas de obstáculos, todavia sua articulação, historicamente, busca a efetivação dos princípios orientadores da profissão, no intuito de dar continuidade à edificação do projeto ético-político, cumprindo fundamental papel na condução de acompanhar e avaliar o processo de formação profissional.

Portanto, levando em consideração as concepções de estágio apresentadas, torna-se claro ter sido, com frequência, o estágio supervisionado em Serviço Social entendido como momento de aprendizagem. Justamente, por esse motivo, tem se constituído, nas últimas décadas do século XX, um dos cerne de debate da categoria profissional frente ao avanço do ideário neoliberal, pois, com as mudanças significativas do mundo do trabalho, o estagiário, muitas vezes, é utilizado

como força de trabalho de baixo custo. Diante do risco constante dessa apropriação da mão de obra qualificada e barata do estudante de Serviço Social, fez-se necessária a observação constante do aparato legal que protege o estágio supervisionado, objetivando resguardar a qualidade do processo de formação profissional. Vale lembrar que a profissão teve a seguinte trajetória no Brasil:

[...] legou uma concepção crítico-dialética hegemônica à formação e ao exercício profissional. Esta concepção incide em especial no entendimento de que o estágio, na formação do/a assistente social, deva superar uma concepção praticista, dissociada do corpo teórico que lhe dá fundamento, rompendo com a visão voluntarista (ou ainda imediatista) do saber-fazer. Na perspectiva dessa superação, concebem-se o estágio e a supervisão como unidades indissolúveis. (CFESS, Cartilha Estágio Supervisionado: meia formação não garante um direito, [s/d], p.6)

Então, sem sombra de dúvida, o estágio supervisionado requer proteção legal para concretização da sua função no processo de formação do assistente social, ou seja, a superação do estágio como treinamento, o qual acarreta em prática profissional desvinculada da teoria.

Enfim, delineadas as concepções de estágio supervisionado constantes nas produções acadêmicas do Serviço Social e do aparato legal que protege seu desenvolvimento, torna-se oportuno apresentar as concepções de supervisão direta e suas implicações no processo de formação profissional do assistente social, pois, sem ela, não é possível acontecer o estágio supervisionado em Serviço Social.

A supervisão direta é parte da formação e do exercício profissional do assistente social. A fim de apresentar o movimento percorrido pelo processo de supervisão em Serviço Social, fizemos um breve resgate do contexto histórico do lugar que ocupou na história da profissão, mesmo antes de sua gênese no Brasil.

A supervisão começou com a primeira escola de Serviço Social, em 1898, nos Estados Unidos, com objetivo de treinamento filantrópico. Permanecendo essa ideia de treinamento até a Segunda Guerra Mundial, os assistentes sociais mais experientes não aceitavam para si a supervisão: bastava conhecer bem o Serviço Social e então já poderiam orientar estudantes, até mesmo assistentes sociais principiantes.

Somente em 1941, houve a necessidade de uma formação sistemática em supervisão, explicitada por Lucille Austin, pois a ação profissional sofisticava-se (BURIOLLA, 1994): a supervisão deveria ser realizada por assistentes sociais mais experientes. Mais tarde, já na década de 1970, nos Estados Unidos, para ser supervisor, era necessário curso de pós-graduação com a duração de dois anos. A partir de então, a concepção de supervisão sofre profunda alteração, pois a necessidade de formação é requerida, bem como um processo sistemático de supervisão para acompanhar o supervisionado.

No Brasil, a concepção de supervisão em Serviço Social decorre da influência norte-americana, mas sempre acompanhou o processo de formação do assistente social desde as primeiras escolas na década de 1930. Somente em 1948, organiza-se o primeiro curso de supervisão nas escolas de Serviço Social do Rio de Janeiro e de São Paulo e, posteriormente, em outras cidades do país.

As concepções de supervisão utilizadas, inicialmente, pelas escolas de Serviço Social no Brasil, segundo Castilho, foram:

1949 – Virgínia Robinson – “Supervisão é um processo educacional pelo qual uma pessoa, possuidora de um número de conhecimentos e prática, toma responsabilidade de treinar outra possuidora de menores recursos”.

1952 – Moss Ryan – “Supervisão é um processo pelo qual o Supervisor ajuda o assistente social a desenvolver suas habilidades e conhecimentos através da prática do Serviço Social”.

1958 – Margaret Kauffman – “Supervisão é o processo pelo qual o assistente social ou o estudante aprende a usar construtivamente a sua pessoa e os conhecimentos teóricos adquiridos no papel de ajudar o cliente”. (CASTILHO, 1975, p.1)

Nota-se ocorrer evolução de uma concepção para a outra, entretanto, permanecia-se o foco na figura do supervisor como aquele que orienta, ajuda, demonstra seus conhecimentos, é o responsável pelo treinamento dos estagiários. No curso “Metodologia da Supervisão em Serviço Social”, conforme Castilho, a concepção de supervisão adotada fora:

Supervisão em Serviço Social é um processo de formação e desenvolvimento profissionais pelo qual, através do relacionamento Supervisor-Supervisado e da atividade profissional, este adquire, exercita e desenvolve atitudes, habilidades e técnicas profissionais, aprendendo a traduzir na ação prática os princípios, conhecimentos, objetivos, metodologia e técnicas do serviço social. (CASTILHO, 1975, p.2)

Nessa concepção, a supervisão está voltada para a formação profissional, embora continue focado no supervisor. No decorrer das décadas seguintes, a evolução pedagógica influencia a concepção de supervisão em Serviço Social, ou seja, o enfoque da supervisão passa a ser o estagiário, destacando-se a importância da “[...] Supervisão como um *processo* educativo de formação, de desenvolvimento e de ajuda dinâmica dada pelo supervisor ao supervisionado” (VIEIRA, 1979, p.33, grifo da autora). Entendendo processo como uma ação continuada durante todo o aprendizado do estagiário no campo de estágio.

Durante o Movimento de Reconceituação, a profissão passa por mudanças que desencadeiam o que Netto (2011) denominou de renovação do Serviço Social brasileiro. Nesse contexto, a supervisão requer atenção, pois era entendida como processo que privilegiava a relação supervisor e supervisionado com enfoque didático-pedagógico, portanto, a abordagem acontecia sob o ângulo da operacionalização do trabalho do assistente social, na dimensão técnico-operativa, ou seja, no como fazer, nos aspectos voltados as atividades, instrumentos técnico-operativos, entre outros. No entanto, percebemos não ter havido avanço significativo em relação à concepção de supervisão, apesar da reflexão de renovação evocada pelo Movimento de Reconceituação, uma vez que o de estágio continua sendo visto como treinamento.

Para Buriolla (1994), embora o Movimento de Reconceituação tenha avançado teórica e metodologicamente, o debate sobre supervisão não consegue ultrapassar a concepção enraizada na experiência norte-americana.

Somente a partir das décadas de 1980 e 1990, houve alterações significativas na formação profissional do assistente social, pois se deixa de lado a prática do Serviço Social de caso, grupo e comunidade, e propõe-se uma visão crítica e comprometida com a transformação social (LEWGOY, 2009). Com a publicação das Diretrizes Curriculares de 1996, a proposta de formação profissional do assistente social é alterada de maneira substancial e, conseqüentemente, a supervisão de estágio passa a ser debatida pela categoria profissional tendo destaque no processo formativo.

Lewgoy expõe que as Diretrizes Curriculares de 1996 possibilitam uma reflexão no modo de realizar a supervisão:

A reflexão introduz, portanto, o modo atual de realizar a supervisão como prática docente e como atribuição do assistente social no contexto institucional. Até a década de 1980 a supervisão ficava por conta do profissional do campo de estágio, atribuindo-se a ele o “ensino da prática”. (LEWGOY, 2009, p.91)

Percebe-se, então, que a supervisão configura-se como um dos processos de trabalho do assistente social no campo sócio-ocupacional, determinada como atribuição privativa na forma da Lei. O acompanhamento e a orientação profissional ocorrido por meio da supervisão direta de campo e acadêmica são princípios das Diretrizes Curriculares, objetivando fundamentar a formação profissional, sendo preconizada pela ABEPSS a indissociabilidade entre a supervisão direta e o estágio supervisionado.

A indissociabilidade preconizada pela ABEPSS fica evidenciada nas considerações iniciais da Resolução n.º 533/2008 do CFESS, que estabelece a concepção de supervisão direta, amplamente publicizada nos cursos de Serviço Social e junto à categoria profissional:

[...] supervisão direta do estágio em Serviço Social constitui momento ímpar no processo ensino-aprendizagem, pois se configura como elemento síntese na relação teoria-prática, na articulação entre pesquisa e intervenção profissional e que se consubstancia como exercício teórico-prático, mediante a inserção do aluno nos diferentes espaços ocupacionais das esferas públicas e privadas, com vistas à formação profissional, conhecimento da realidade institucional, problematização teórico-metodológica. (CFESS, Resolução n.º 533, de 29/09/2008)

A concepção de supervisão direta enfatizada nesta Resolução torna nítido o quanto o estágio pode ser privilegiado no tocante à formação do estudante de Serviço Social, uma vez que possibilita o efetivo aprendizado sobre os saberes e a ação profissional do assistente social. A supervisão direta é reconhecida como processo que possibilita ao estagiário a compreender a relação existente entre teoria e prática, sendo essencial para o trabalho do assistente social. A mesma Resolução também define as atribuições do supervisor de campo e do supervisor acadêmico, respectivamente, nos artigos 6º e 7º. No artigo 8º, delinea a responsabilidade ética e técnica dos profissionais no exercício da supervisão direta.

Art. 6º. Ao supervisor de campo cabe a inserção, acompanhamento, orientação e avaliação do estudante no campo de estágio em conformidade com o plano de estágio. Art. 7º. Ao supervisor

acadêmico cumpre o papel de orientar o estagiário e avaliar seu aprendizado, visando a qualificação do aluno durante o processo de formação e aprendizagem das dimensões técnico-operativas, teórico-metodológicas e ético-política da profissão. Art. 8º. A responsabilidade ética e técnica da supervisão direta é tanto do supervisor de campo, quanto do supervisor acadêmico, [...]. (CFESS, Resolução n.º 533, de 29/09/2008)

É significativa a contribuição dessa Resolução do CFESS no esclarecimento da concepção da supervisão direta e do papel do supervisor de campo e acadêmico, não deixando dúvida quanto à importância do trabalho integrado do assistente social no campo sócio-ocupacional da docência com aquele que está fora da docência, no processo de formação do assistente social. A supervisão direta deve acontecer de forma integrada entre supervisor de campo e acadêmico, avançando a compreensão e o debate, pois ainda é pouco discutida e compreendida pelos assistentes sociais.

Lewgoy (2010, p.12) apresenta a supervisão de estágio como: “[...] uma das instâncias da formação profissional, é parte da história da profissão e, também, de grande relevância para o aprendizado do aluno no exercício das atribuições outorgadas aos assistentes sociais”. A supervisão deve contribuir com o estudante, de modo a possibilitar a compreensão das demandas advindas dos campos de estágio e estabelecer as devidas mediações para compreensão da realidade social.

A supervisão também se constitui como espaço afirmativo de formação, na direção da garantia de construção de um espaço efetivo de não tutela, mas de autonomia, de acolhimento, de fruição, de referência, de criatividade, de ensino-aprendizagem e de enfrentamento do cotidiano profissional, constituindo-se, desse modo, num aporte crítico para a intervenção na realidade social. (LEWGOY, 2009, p.186)

A concepção de Lewgoy reforça a supervisão como processo, possibilitando ao estagiário a construção da identidade profissional.

Percebemos que, além da concepção de estágio, a categoria profissional, principalmente, no âmbito acadêmico, tem debatido a supervisão a partir do preceituado nas Diretrizes Curriculares, reafirmando a importância de consolidar a indissociabilidade entre supervisão acadêmica e de campo. Portanto,

há muito a ser discutido e refletido, não sendo possível esgotar o assunto neste estudo.

Vale salientar, ainda, a existência do aparato legal de proteção da supervisão de estágio em Serviço Social. Iniciamos essa reflexão com a Lei que regulamenta a profissão de Serviço Social (Lei n.º 8.662 de 07/06/1993), pois estabelece dispositivos importantes referentes à supervisão de estágio. O artigo 5º, inciso VI, especifica como atribuição privativa do assistente social a supervisão do estagiário em Serviço Social: “[...] Art. 5º Constituem atribuições privativas do Assistente Social: [...] VI- treinamento, avaliação e supervisão direta de estagiários de Serviço Social; [...]”. (CFESS, Código de Ética do/a Assistente Social. Lei 8662/93, 2011, p.46)

A Lei dispõe sobre a obrigação das instituições de ensino em manter sempre informado o CRESS de sua jurisdição os campos de estágio conveniados, os estagiários que realizam estágio supervisionado e seus respectivos supervisores de campo e acadêmico, pois cabe ao Conselho fiscalizar o exercício profissional. Conforme o *caput* do “[...] Art. 14 Cabe às Unidades de Ensino credenciar e comunicar aos Conselhos Regionais de sua jurisdição os campos de estágio de seus alunos e designar os Assistentes Sociais responsáveis por sua supervisão”. No parágrafo único do mesmo artigo, observa-se que somente os estudantes de Serviço Social podem realizar estágio nessa área e a obrigação do supervisor direto de estar em dia com suas obrigações perante a legislação profissional e o CRESS, conforme segue: “[...] Parágrafo único. Somente os estudantes de Serviço Social, sob supervisão direta de Assistente Social em pleno gozo de seus direitos profissionais, poderão realizar estágio de Serviço Social”. (CFESS, Código de Ética do/a Assistente Social. Lei 8.662/93, 2011, p.51-52)

A supervisão direta tem implicações na formação e no exercício profissional do assistente social dada a “[...] complexidade que a envolve, pois diz respeito ao fato de que formação e exercício profissional estão imersos em um conjunto de relações sociais, o que faz com que sua compreensão não deva se esgotar em seu sentido estrito do fazer cotidiano”. (CFESS, Cartilha Estágio Supervisionado: meia formação não garante um direito, [s/a], p.7)

É importante, pois, defender a formação e o exercício profissional como enfrentamento dos desafios colocados ao assistente social em seu cotidiano

profissional: a formação de qualidade é primordial na materialização do projeto ético-político do Serviço Social, para a preservação dos princípios que pautam a profissão na defesa da sociedade.

2.3 A percepção dos sujeitos da pesquisa acerca da supervisão de estágio

No intuito de nos aproximarmos ainda mais do objeto de estudo, buscamos compreender a percepção dos sujeitos pesquisados acerca da concepção de supervisão de estágio em Serviço Social. A partir do registro das respostas no questionário encaminhado aos supervisores de campo procuramos identificar o discurso construído quanto ao entendimento das implicações da supervisão direta de estágio na formação profissional.

Partimos da informação de a maioria dos supervisores de campo participantes da pesquisa ter conhecimento da existência do aporte legal voltado a regulamentação do estágio supervisionado em Serviço Social, visando à legitimidade do processo com todas as garantias mínimas e essenciais ao seu desenvolvimento.

Analisando as respostas registradas pelos sujeitos da pesquisa, percebemos que o conhecimento da legislação possibilita identificar que os sujeitos partem do fundamento legal para entender o exercício profissional do assistente social.

A análise da percepção do sujeito acerca da supervisão dá-se a partir do recorte de duas questões específicas constantes do roteiro de questões sobre supervisão, respondido pelos sujeitos pesquisados, a saber: Para você, o que é a supervisão de estágio em Serviço Social? Para você, o que é supervisão direta de estágio em Serviço Social?

A princípio, parecem se confundir as duas questões, mas a intenção é demonstrar que a concepção de supervisão de estágio antes das Diretrizes Curriculares leva-nos ao entendimento de que o estudante “aprende fazendo”, denotando a ideia de treinamento, pois o estágio era o “como fazer” e “o que fazer” no campo de trabalho do assistente social, sendo o papel do supervisor mais administrativo do que pedagógico.

A partir das Diretrizes Curriculares, a supervisão de estágio passa a ser denominada de “supervisão direta”, indissociável do processo de estágio para a formação profissional, não podendo acontecer sem interação entre assistente social-supervisor de campo, estagiário e assistente social-supervisor acadêmico. A supervisão de estágio torna-se constitutiva e constituinte do processo de formação profissional¹⁹.

Desta forma, os resultados da pesquisa indicam elementos já identificados na revisão de literatura e na legislação.

A resposta dos sujeitos remete a concepção de supervisão focada na figura do supervisor.

*“[...] **contribuição** para a formação de um outro profissional”.*
(registro 1)

*“É a participação do estagiário na rotina do assistente social, sendo **acompanhado** em todas as suas ações.”* (registro 3)

*“**Momento de diálogo** entre supervisor e estagiário, quanto às situações e possibilidades vivenciadas através das atividades propostas para o estágio.”* (registro 5)

*“**Contribuir** com o estagiário e ainda mais aprender e aprimorar conhecimentos.”* (registro 6)

*“**Possibilitar** ao estagiário o conhecimento, da prática profissional e com ele (estagiário) renovar o conhecimento teórico.”* (registro 7)

*“É um **processo de supervisão integrado ao trabalho** do serviço social e do nosso projeto de formação profissional dentro dos espaços diferenciados.”* (registro 9)

*“A **oportunidade** de o profissional contribuir no processo de ensino-aprendizagem do graduando através de **experiências teórico-práticas**.”* (registro 10)

*“É **propiciar** ao aluno atividades de **aprendizagem** social, profissional e cultural na área de formação.”* (registro 11)

*“É um meio que permite que o estagiário(a) **adquirir conhecimento e experiência** na prática vivenciada no campo para um processo de formação profissional com qualidade.”* (registro 12)

¹⁹ A supervisão de estágio em Serviço Social caracteriza-se pela relação indissociável entre supervisão de campo e acadêmica. As Diretrizes Curriculares reafirmam esta característica, reforçando a indissociabilidade entre estágio e supervisão.

Nota-se que, na fala dos sujeitos, a supervisão é um processo de ensino-aprendizagem de mão única, ou seja, o estagiário aprende com o supervisor como se materializa a ação profissional. Podendo sugerir que há formas pré-estabelecidas de realização do trabalho do assistente social. Ocorrendo na descaracterização da formação generalista.

A partir das Diretrizes Curriculares e da legislação específica sobre estágio são construídas outras concepções tanto de estágio como de supervisão. Embora não conste das diretrizes uma concepção de supervisão, contempla-se a sua importância no processo formativo do assistente social. Conforme estabelecido nas Diretrizes Curriculares (1996, p.19), “[...] Esta supervisão será feita pelo professor supervisor e pelo profissional do campo, através da reflexão, acompanhamento e sistematização com base em planos de estágio [...]”. Essa orientação quanto à supervisão aparece no registro das respostas dos sujeitos da pesquisa, principalmente, quando indagamos sobre supervisão direta.

*“É o **acompanhamento direto** do aluno juntamente com a escola, um trabalho em conjunto.”* (registro 1)

*“É um **acompanhamento sistemático** ao estagiário.”* (registro 2)

*“É uma **dimensão formativa** que leva ao aluno a reflexão sobre valores, postura e atitudes que devem ser assumidos pelo(a) assistente social, diante da demanda apresentada e suas particularidades.”* (registro 9)

*“**Propiciar** ao aluno a participação em situações reais de vida e trabalho supervisionados por um Assistente Social e por um professor da faculdade de Serviço Social.”* (registro 11)

*“É uma **responsabilidade direta do supervisor de campo** sobre o estagiário(a) e do supervisor acadêmico com orientações e esclarecimento quanto ao trabalho desenvolvido.”* (registro 12)

Os sujeitos demonstram a compreensão de que a supervisão direta se faz conjuntamente entre supervisor de campo, estagiário e supervisor acadêmico, por meio de um processo de reflexão, acompanhamento e sistematização, exatamente conforme a orientação das diretrizes.

Na Resolução n.º 533 do CFESS, estabelece-se a concepção de supervisão direta, amplamente publicizada nos cursos de Serviço Social e junto à categoria profissional.

[...] supervisão direta do estágio em Serviço Social constitui momento ímpar no processo ensino-aprendizagem, pois se configura como elemento síntese na relação teoria-prática, na articulação entre pesquisa e intervenção profissional e que se consubstancia como exercício teórico-prático, mediante a inserção do aluno nos diferentes espaços ocupacionais das esferas públicas e privadas, com vistas à formação profissional, conhecimento da realidade institucional, problematização teórico-metodológica. (CFESS, Resolução n.º 533, de 29/09/2008)

Na concepção enunciada pela norma, além de afirmar ser único o momento do estágio, apresenta-se a relação a ser estabelecida pelo estudante durante o estágio acerca da unidade entre a teoria e a prática.

Consoantes às concepções apresentadas pelos sujeitos da pesquisa que reforçam o estágio como espaço para construção de mediações entre formação e exercício profissional.

*“É **acompanhar a apresentação da teoria x prática**, possibilitando que o aluno tenha uma compreensão da realidade apresentada como um todo, é um espaço que requer total **acompanhamento** do supervisor de campo de modo que se sanem as dúvidas ou se busquem respostas, já que o supervisor também se depara com dúvidas em seu cotidiano.”* (registro 2)

*“É **proporcionar** ao acadêmico a convivência com a realidade diária do serviço social e permitir-lhe entender a **relação teoria e prática**.”* (registro 3)

*“Se constitui em um processo de ensino-aprendizagem onde há a **possibilidade de relacionar teoria e prática** e onde o papel do supervisor é de suma importância e indispensável, pois ele que possibilita a qualificação do aluno e seu aprendizado baseado nas diretrizes curriculares, garantindo qualidade na formação.”* (registro 4)

*“É a **possibilidade de contribuir** para o processo de ensino aprendizagem do estagiário através de experiências vivenciadas nos espaços sócio-ocupacionais, possibilitando trocas e **relação teoria x prática** cotidiana.”* (registro 5)

*“É compreender que o estagiário está em formação, e que o supervisor deve **contribuir com este processo** de forma direta e contínua, com trocas constantes sobre o trabalho desenvolvido e **aporte teórico**.”* (registro 6)

As possibilidades de construção da relação entre a teoria e a prática se apresentam no registro das respostas dos sujeitos como fundamental no processo formativo. Logo, a frase “A teoria não tem nada a ver com prática” é um

mito, pois o assistente social compreende a importância da apropriação do conhecimento na qualificação do exercício profissional. Para Lewgoy (2009, p.166), “[...] A teoria e a prática são inseparáveis do processo de conhecimento, constituindo-se em unidade indissolúvel”.

Em outras respostas dos sujeitos pesquisados, a supervisão é reconhecida como atribuição privativa do assistente social.

*“É uma **atividade privativa** do Assistente Social que traduz a relação direta entre supervisores de campo, instituição de ensino, CRESS e estagiários, pois não existe exercício profissional com base na liberdade, democracia, cidadania, justiça e igualdade sem ter tido uma formação que o desperte para um processo de ensino-aprendizagem permanente, assegurando padrões de qualidade e se tornando um profissional comprometido e capaz de interpretar a realidade social e institucional. A supervisão direta pode e deve proporcionar isto ao aluno.”* (registro 4)

*“**Atribuição privativa** do assistente social e momento de o profissional **contribuir na formação** do futuro profissional.”* (registro 10)

As atribuições privativas estão estabelecidas na Lei que regulamenta a profissão. E são reconhecidas no cotidiano profissional. Dentre as atribuições privativas, consta a supervisão de estágio. Para lamamoto (2012, p.38), “[...] O que delimita o caráter da atividade enquanto privativa do assistente social é a sua qualificação enquanto matéria, área e unidade de Serviço Social”. A supervisão como atividade privativa não deve estar apenas contemplada no texto da Lei: depende do movimento dos assistentes sociais a partir da formação embasada nas dimensões teórico-metodológica, técnico-operativa e ético-política.

3 O ESTÁGIO SUPERVISIONADO EM SERVIÇO SOCIAL NA FACULDADE DE PRESIDENTE PRUDENTE (FAPEPE)

Neste capítulo, é apresentada a experiência do processo de estágio supervisionado do curso de Serviço Social da Faculdade de Presidente Prudente (FAPEPE). Consideramos que a discussão e a reflexão sobre esse processo levam à compreensão da formação do assistente social.

Como propomos ser estudada a experiência de estágio supervisionado da FAPEPE, instituição lócus deste estudo, fazemos breve contextualização da cidade de Presidente Prudente e região, onde está localizado o *campus* da instituição, enfocando os aspectos que motivaram sua instalação no município.

Apresentamos, ainda, de forma detalhada, a implantação do curso de Serviço Social na FAPEPE e a organização do estágio supervisionado, remetendo-nos à caracterização dos campos de estágio e a apresentação do perfil dos sujeitos desta pesquisa – supervisores de campo e estudantes-estagiários, bem como a análise desse perfil.

3.1 Presidente Prudente: breve contextualização

Presidente Prudente é um município brasileiro do interior paulista, pertencente à mesorregião e microrregião de mesmo nome, localizado a, aproximadamente, 558 km a oeste da capital do estado de São Paulo. Sua área geográfica abrange 562,794 km² e 16,5600 km² estão em perímetro urbano²⁰.

A história²¹ de Presidente Prudente teve início antes mesmo de sua emancipação política, com a migração de mineiros do sul de Minas Gerais que fugiam da convocação para a Guerra do Paraguai em 1865, vindo em busca de terras apropriadas para lavoura, face ao esgotamento das minas de ouro no estado mineiro. No entanto, chegando à região, encontraram índios da etnia Guarani das tribos Caiuás, Xavantes e Caingangos, que aqui já habitavam nessa época. Houve

²⁰ Fonte: <<http://www.presidenteprudente.sp.gov.br/site/acidade.xhtml>>. Acesso em: 12 de dez. de 2014.

²¹ Fonte: IBGE (2014).

muitos conflitos pela posse da terra com os povos indígenas, mas estes foram derrotados e suas terras, ocupadas. No entanto, a cidade foi emancipada somente no ano de 1921, com a Lei n.º 1.798, sendo desmembrada do município de Conceição de Monte Alegre. A versão histórica da etimologia de Presidente Prudente é uma homenagem ao ex-presidente brasileiro Prudente de Moraes.

Presidente Prudente teve sua colonização determinada, de fato, pela construção da ferrovia e a expansão da cultura cafeeira. Atravessou diversas fases econômicas, desde extração da madeira e criação de gado, passando pelo plantio do café, do algodão, da menta e do amendoim. Nas últimas décadas, no final do século XX, vem ocorrendo forte expansão da cana-de-açúcar.

O município de Presidente Prudente²² (sede) tem cerca de 220 bairros e os distritos de Ameliópolis, Eneida, Floresta do Sul e Montalvão. É conhecido como a “Capital do Oeste Paulista”, pois se constitui em um dos principais polos: da indústria, da educação, da saúde, da cultura e de outros serviços.

O território geográfico de Presidente Prudente é composto pela zona rural e urbana, havendo uma concentração maior da população prudentina na área urbana. O espaço urbano nas últimas décadas do século XX sofreu muitas transformações, em razão da migração da população rural. Assim como ocorre em demais cidades brasileiras, o êxodo rural, em Presidente Prudente, gerou problemas no ambiente urbano.

Na década de 1960, por causa da estagnação econômica e da ausência de políticas públicas para a agricultura e agropecuária, segundo Souza (2012), houve um esvaziamento populacional do campo, restando como alternativa a vinda para a cidade na busca de inserção produtiva. Somente a partir da década de 1990, começa a diminuição do êxodo rural nessa região. Diante do aumento do contingente populacional urbano, faz-se imprescindível a discussão, na esfera administrativa pública, para apontar e estabelecer os recursos necessários à gestão municipal, garantindo a efetivação dos direitos e de políticas públicas.

A região administrativa a qual pertence Presidente Prudente abrange 53 municípios. É considerada a quarta maior em extensão territorial, com uma área de 23.953 km² e concentração populacional de mais de 833 mil habitantes,

²² Fonte: <<http://www.presidenteprudente.sp.gov.br/site/acidade.xhtml>>. Acesso em: 12 dez. 2014.

representando 2% do total estadual, conforme Censo Demográfico de 2010, do Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística (IBGE). Presidente Prudente é o município com maior densidade demográfica, por isso, tornou-se a sede da região administrativa.

A seguir, apresentamos a classificação dos municípios brasileiros em pequeno, médio e grande porte, sugerida pelo Ministério de Desenvolvimento Social e Combate à Fome (MDS)²³, a partir dos dados populacionais do IBGE (2010).

Tabela 2 - Porte do município de acordo com a densidade populacional.

PORTE DO MUNICÍPIO	POPULAÇÃO
Pequeno Porte 1	Até 20.000 habitantes
Pequeno Porte 2	Entre 20.001 a 50.000 habitantes
Médio Porte	Entre 50.001 a 100.000 habitantes
Grande Porte	Entre 100.001 a 900.000 habitantes
Metrópoles	Superior a 900.000 habitantes

Fonte: A própria autora a partir de dados do MDS (2014).

Conforme a classificação da tabela 2, a maioria dos municípios da Região Administrativa de Presidente Prudente faz parte do grupo de municípios de pequeno porte 1, pois mais da metade possui população inferior a 10.000 habitantes, segundo o IBGE (2010). Nas últimas décadas, essa região vem seguindo a tendência estadual de decréscimo das taxas anuais de crescimento populacional. Conforme dados da tabela 3, entre 1980 e 2010, a participação da população da Região Administrativa de Presidente Prudente diminuiu seu crescimento em relação às taxas de crescimento estaduais.

Tabela 3 - Evolução da população da região administrativa de Presidente Prudente.

ANOS	POPULAÇÃO TOTAL		
	REGIÃO ADMINISTRATIVA DE PRESIDENTE PRUDENTE	ESTADO DE SÃO PAULO	DISTRIBUIÇÃO RELATIVA RA/ESP (%)
1980	662.163	25.042.074	2,64
1991	734.312	31.588.925	2,32
2000	788.195	37.035.456	2,13
2010	833.530	41.262.199	2,02

Fonte: A própria autora a partir de dados do IBGE, Censos Demográficos 1980 a 2010 (2014).

²³ Fonte: *site* do Ministério do Desenvolvimento Social e Combate à Fome (MDS).

Após breve explanação da origem do município de Presidente Prudente e da região a qual pertence no estado de São Paulo, apresentamos informações dos seus indicadores econômicos e sociais.

3.1.1 Presidente Prudente: indicadores econômicos e sociais

O desenvolvimento econômico de Presidente Prudente e região ocorreu com a expansão da cultura do café no início do século XX, mas havia também, em menor escala, outras culturas, a saber: cana-de-açúcar, milho, feijão, dentre outras consideradas de subsistência. Somente em meados do século XX, a pecuária passou a ganhar espaço na economia, transformando a região em um dos maiores polos de exportação de carne do país. Já no século XXI, a base agrícola da Região Administrativa de Presidente Prudente diversifica-se, com complexos agroindustriais de açúcar e álcool de cana. Segundo dados do IBGE (2014), entre os anos de 2002 e 2005, quando ocorre a recuperação econômica, enquanto o índice de crescimento do Produto Interno Bruto (PIB) do estado de São Paulo alcança 3% ao ano, na Região Administrativa de Presidente Prudente, há uma perda de 0,3% anual. Essa queda repercutiu de forma significativa na agroindústria, com uma taxa anual de 7,4% de declínio.

Em contrapartida, o setor de serviços apresentou crescimento no período supracitado, principalmente, em Presidente Prudente, já que possui, em seu entorno, adensamentos populacionais importantes para impulsionar o setor. A administração pública, também, cresceu nesse período, evitando uma maior queda no valor adicionado ao PIB. A composição setorial do PIB, tanto na agropecuária, como na indústria, vem crescendo em participação, associada ao setor sucroalcooleiro e à fabricação de combustíveis. Presidente Prudente apresenta a contribuição mais elevada do PIB (IBGE, 2014), pois as atividades econômicas que determinam o crescimento do PIB da Região Administrativa em que se localiza estão ligadas ao perfil agroindustrial e ao contexto de expansão do complexo da agroindústria canavieira no interior do estado.

Economicamente, em Presidente Prudente e na Região Administrativa, há integração entre as atividades primárias e secundárias (indústria e serviços), sendo a agroindústria o principal segmento da indústria de transformação.

Quanto ao setor terciário (comércio), na região, Presidente Prudente ocupava, em 2008, a primeira posição em número de estabelecimentos, com cerca de 40% do total regional (IBGE, 2014).

Quanto à empregabilidade, a liderança ficou com os serviços, em torno de 25%. Os empregos formais no município de Presidente Prudente, em 2008, apresentavam os seguintes dados (IBGE, 2014): os serviços ocupavam 34,4% do total dos postos de trabalho; o comércio, 26,7%; a indústria de transformação, 21,7%; e a administração pública, 9,4%. A taxa média de desemprego (IBGE, 2014) para a Região Administrativa de Presidente Prudente é de 14,4%, sendo inferior à taxa encontrada na Região Metropolitana de São Paulo, que atinge 19,6%. A taxa de desemprego na cidade de Presidente Prudente é de 14,1% e de assalariamento é de 61,5%. Os postos de trabalho criados nos últimos anos estão voltados a: trabalhadores da cultura de cana-de-açúcar; trabalhadores volantes da agricultura; alimentadores de linha de produção; motoristas de caminhão; trabalhadores de serviços de manutenção de edifícios e logradouros; cozinheiro geral; tratoristas agrícolas. Tais ocupações associam-se a um nível de ensino e requisitos de treinamento não muito elevados.

Ainda, conforme dados do IBGE (2014), o rendimento médio da população prudentina apresenta-se superior em relação aos demais municípios que compõem a sua Região Administrativa, com o valor de R\$ 845,00 (oitocentos e quarenta e cinco reais). Considera-se rendimento toda a renda proveniente do trabalho da população ocupada, não englobando os salários considerados renda advinda do emprego assalariado. No entanto, quanto à dimensão riqueza²⁴, essa região ocupa a penúltima colocação: mesmo apresentando crescimento e tendo uma população, relativamente, bem escolarizada, não há muitas oportunidades, por se tratar de uma economia de menor dinamismo.

No contexto regional, Presidente Prudente destaca-se em função da polarização na oferta de serviços públicos e privados (hospital regional, clínicas médicas e odontológicas especializadas, instituições de ensino superior, etc.) e pela presença de atividades comerciais. É um importante entroncamento viário de acesso

²⁴ Fonte: Secretaria de Planejamento e Desenvolvimento Regional – Caracterização Socioeconômica de São Paulo: Região Administrativa de Presidente Prudente, 2013.

para o Centro-Oeste, pois, além de possuir transportes ferroviário e rodoviário, situa-se às margens dos rios Tietê e Paraná, facilitando o escoamento de produtos aos países do MERCOSUL.

Na tabela 4, apresentam-se alguns aspectos econômicos de Presidente Prudente, conforme dados do IBGE (2014) e da Fundação SEADE (2014), possibilitando a compreensão quantitativa das informações anteriormente mencionadas.

Tabela 4 - Aspectos econômicos de Presidente Prudente.

ECONOMIA (PIB, Empresas e População Economicamente Ativa)		
ECONOMIA / PIB	ANO	MUNICÍPIO
PIB (a preços correntes)	2012	4.830.824
PIB <i>per capita</i> (a preços correntes)	2012	22.960,96
ECONOMIA / EMPRESAS	ANO	MUNICÍPIO
Empresas Atuentes	2012	9.107
Pessoal ocupado assalariado	2012	63.406
Pessoal ocupado total	2012	75.571
Salário médio mensal (salário mínimo)	2012	2,6
Salários e outras remunerações (em reais)	2012	1.317.679
ECONOMIA (POP. ECONOMICAMENTE ATIVA)	ANO	MUNICÍPIO
Homens (com 16 anos ou mais)	2010	59.558
Mulheres (com 16 anos ou mais)	2010	45.693
ECONOMIA (RENDIMENTO POP. OCUPADA)	ANO	MUNICÍPIO
Rendimento Médio (conta própria / em reais)	2010	1.752,16
Rendimento Médio (empregado com carteira assinada / em reais)	2010	1.223,55
Rendimento Médio (empregado sem carteira assinada / em reais)	2010	799,95
Rendimento Médio (empregador / em reais)	2010	5.225,58
Rendimento Médio (militar ou estatutário / em reais)	2010	2.720,46

Fonte: A própria autora a partir de dados do IBGE (2014); Fundação SEADE (2014).

Realizada as considerações acerca da economia de Presidente Prudente, apresentamos os dados populacionais e as condições de vida, sendo esta a cidade de maior concentração populacional de sua Região Administrativa. É o centro polarizador no que se refere à oferta de atividades industriais, comerciais e outros serviços, bem como ao atendimento nas políticas sociais, principalmente, saúde e educação (ensino superior e cursos profissionalizantes).

A população de Presidente Prudente, conforme o Censo IBGE de 2010 (tabela 5), está estimada em 207.610 habitantes. Em 2014, o mesmo Instituto apresentou a estimativa da população prudentina para 220.599 (tabela 5).

Tabela 5 - Dados populacionais e condições de vida em Presidente Prudente.

POPULAÇÃO	ANO	MUNICÍPIO
População	2010	207.610
População estimada 2014	2014	220.599
Razão de sexo (%)	2010	92,7
População residente na zona urbana	2010	203.375
População residente na zona rural	2010	4.235
POPULAÇÃO ECONOMICAMENTE ATIVA	ANO	MUNICÍPIO
Homens (com 16 anos ou mais)	2010	59.558
Mulheres (com 16 anos ou mais)	2010	45.693
ESTATÍSTICAS VITAIS	ANO	MUNICÍPIO
Taxa de Natalidade (por mil habitantes)	2012	12,79
Taxa de Mortalidade Infantil (por mil nascidos vivos)	2012	12,63
Mães Adolescentes (com menos de 18 anos / em %)	2011	6,14
Índice de Envelhecimento (em %)	2013	78,58
População com menos de 15 anos (em %)	2013	18,63
População com 60 anos e mais (em %)	2013	14,64
CONDIÇÕES DE VIDA	ANO	MUNICÍPIO
Índice de Desenvolvimento Humano Municipal – IDHM	2010	0,806
Índice de Desenvolvimento Humano Municipal – IDHM	2000	0,746
Índice de Desenvolvimento Humano Municipal – IDHM	1991	0,623
MAPA DE POBREZA E DESIGUALDADE	ANO	MUNICÍPIO
Incidência da Pobreza (%)	2003	14,47
Incidência da Pobreza Subjetiva (%)	2003	10,84
Índice de Gini	2003	0,46
Limite Inferior da Incidência da Pobreza Subjetiva (%)	2003	9,66
Limite Inferior da Incidência da Pobreza (%)	2003	10,10
Limite Inferior da Incidência do Índice de Gini	2003	0,44
Limite Superior da Incidência da Pobreza (%)	2003	18,85
Limite Superior do Índice de Gini	2003	0,49
Limite Superior da Incidência da Pobreza Subjetiva (%)	2003	12,02
HABITAÇÃO E INFRAESTRUTURA URBANA	ANO	MUNICÍPIO
Coleta de Lixo (em %)	2010	99,44
Abastecimento de Água (em %)	2010	99,01
Esgoto Sanitário (em %)	2010	97,96

Fonte: A própria autora a partir de dados do IBGE (2014); Fundação SEADE (2014).

O crescimento populacional é resultado da melhoria da qualidade de vida dos prudentinos, explicitamente demonstrado com a diminuição da taxa de mortalidade e aumento da longevidade. Isso ocorre devido a vários indicadores: coleta de lixo, abastecimento de água e esgoto sanitário com cobertura quase total na cidade (tabela 5). Outro indicador importante é o Índice de Desenvolvimento Humano Municipal (IDHM), pois, de acordo com a tabela 5, houve crescimento significativo entre os anos de 1991 a 2010. Demonstra-se a evolução no desenvolvimento humano, podendo ser atribuído a esse avanço o desenvolvimento da política educacional.

A Região Administrativa de Presidente Prudente ocupa a terceira colocação no indicador de escolaridade, a nona posição na dimensão longevidade e a penúltima em riqueza. Em termos de longevidade, os dados levantados pela Fundação SEADE (2010) apontam a possibilidade de melhorias, considerando que a taxa de mortalidade infantil reduziu-se entre 2006 e 2008, mantendo-se estabilizada. Conforme Atlas Brasil,

O IDH reúne três dos requisitos mais importantes para a expansão das liberdades das pessoas: a oportunidade de se levar uma vida longa e saudável – saúde –, ter acesso ao conhecimento – educação – e poder desfrutar de um padrão de vida digno – renda. (ATLAS DO DESENVOLVIMENTO HUMANO NO BRASIL, 2013, p.24)

Quanto à educação, desenvolve os valores pessoais e sociais do indivíduo e conscientiza-o da sua atuação na sociedade como cidadão, com base na honestidade, dignidade e respeito ao próximo. O acesso ao conhecimento é fundamental nas escolhas dos indivíduos ao longo da sua vida, determinante para o bem-estar e o exercício das liberdades individuais. Na tabela 6, vislumbramos dados sobre a situação da escolarização da população prudentina.

Tabela 6 - Dados educacionais de Presidente Prudente.

EDUCAÇÃO (população alfabetizada, docentes, rede escolar e matrículas)		
POPULAÇÃO ALFABETIZADA	ANO	MUNICÍPIO
População residente alfabetizada	2010	186.259
População residente alfabetizada (homens)	2010	89.765
População residente alfabetizada (mulheres)	2010	96.494
População residente alfabetizada (5 a 10 anos)	2010	186.259
População residente alfabetizada (10 a 15 anos ou mais)	2010	175.316
População residente alfabetizada (20 a 29 anos)	2010	34.316
População residente alfabetizada (30 a 39 anos)	2010	32.400
População residente alfabetizada (40 a 49 anos)	2010	30.237
População residente alfabetizada (a partir de 50 anos)	2010	40.169
TAXA DE ABANDONO ESCOLAR PRECOCE	ANO	MUNICÍPIO
Mulheres (entre 18 e 24 anos em %)	2010	18,6
Homens (entre 18 e 24 anos em %)	2010	26,5
TAXA DE ANALFABETISMO	ANO	MUNICÍPIO
Mulheres (entre 15 anos ou mais em %)	2010	4,5
Homens (entre 15 anos ou mais em %)	2010	2,9
DOCENTES	ANO	MUNICÍPIO
Ensino Fundamental	2012	1.406
Escola Privada (Ensino Fundamental)	2012	444
Escola Pública Estadual (Ensino Fundamental)	2012	580
Escola Pública Municipal (Ensino Fundamental)	2012	382
Ensino Médio	2012	753
Escola Privada (Ensino Médio)	2012	251
Escola Pública Estadual (Ensino Médio)	2012	502

REDE ESCOLAR	ANO	MUNICÍPIO
Ensino Fundamental (Privada)	2012	27
Ensino Fundamental (Pública Estadual)	2012	23
Ensino Fundamental (Pública Municipal)	2012	32
Ensino Médio (Privada)	2012	17
Ensino Médio (Pública Estadual)	2012	23
MATRICULAS	ANO	MUNICÍPIO
Ensino Fundamental (Privada)	2012	6.108
Ensino Fundamental (Pública Estadual)	2012	9.978
Ensino Fundamental (Pública Municipal)	2012	9.252
Ensino Médio (Privada)	2012	1.738
Ensino Médio (Pública Estadual)	2012	7.236
PESSOAS QUE FREQUENTAVAM A ESCOLA	ANO	MUNICÍPIO
Pessoas entre 6 e 14 anos (Ensino Fundamental)	2010	21.804
Pessoas entre 15 e 17 anos (Ensino Médio)	2010	6.715
Pessoas entre 18 e 24 anos (Ensino Superior)	2010	5.506

Fonte: A própria autora a partir de dados do IBGE, Censo Demográfico 2010, (2015).

A maioria da população tem entre 16 e 49 anos de idade (tabela 6), predominando a população do sexo feminino. Portanto, o perfil da população prudentina é de jovens e adultos, sendo necessário, portanto, maior planejamento e gestão das políticas públicas em educação, saúde, lazer, cultura, habitação, dentre outras. Estas informações, ainda, permitem uma prospecção para o futuro de que Presidente Prudente terá uma população idosa considerável.

Na dimensão escolaridade²⁵, segundo dados da Secretaria de Planejamento e Desenvolvimento Regional do estado de São Paulo (2013), o município de Presidente Prudente e região encontram-se entre os melhores, ocupando a terceira colocação estadual. A população jovem de 15 a 17 anos, com ensino fundamental completo, alcançou o percentual de 82,8%, enquanto a média estadual fica em 77,5%. Já os jovens com ensino médio completo, na faixa etária de 18 e 19 anos, tiveram um aumento de 63,8%, superando a média estadual de 56,6%. Quanto ao abandono escolar, a mesma Secretaria aponta, a partir de estudos da Fundação SEADE, que Presidente Prudente apresenta taxa inferior à média estadual nas etapas do ensino fundamental e médio. A população prudentina, portanto, encontra-se relativamente escolarizada nessas etapas do ensino, sendo importante a ampliação da oferta de vagas no ensino superior para proporcionar mais e melhores oportunidades no mercado de trabalho.

²⁵ Fonte: Secretaria de Planejamento e Desenvolvimento Regional – Caracterização Socioeconômica de São Paulo: Região Administrativa de Presidente Prudente, 2013.

Nesse município, há quatro Instituições de Ensino Superior (IES), com cursos presenciais: Faculdade de Presidente Prudente (FAPEPE); Centro Universitário Toledo; Universidade do Oeste Paulista (UNOESTE); e Universidade Estadual Paulista (UNESP). Esta última é pública e as demais instituições, privadas.

A FAPEPE (instituição lócus desta pesquisa) instalou-se na região, apresentando, em seu Projeto Pedagógico, a educação como base para o desenvolvimento social e econômico. Desde sua fundação, em 08 de maio de 2000, direciona seus esforços para o atendimento da população de baixa renda²⁶. Sua política educacional embasa-se no discurso do desenvolvimento social local e regional, por meio da abertura de vagas destinadas aos jovens e adultos que queiram dar sequência ao estudo de ensino superior. A FAPEPE oferta cursos de graduação com o propósito de formar profissionais com o perfil exigido pelo mercado de trabalho. Assim, mantém a política de concessão de bolsa de estudo e financiamento para estudantes, comprovadamente, oriundos de famílias de baixa renda. Mais adiante, expomos, detalhadamente, como está estruturada e organizada essa IES, pois, primeiramente, é importante tratar do trajeto feito pelo ensino superior no Brasil.

O ensino superior data mais de um século de trajetória no Brasil, marcada pelas Constituições Federais de 1891 e 1988: a primeira Carta Magna possibilita a existência dessa etapa de ensino e a segunda, seguindo o princípio liberal, mantém-na livre à iniciativa privada sob a autorização e avaliação do Poder Público. Isso leva a uma dualidade na organização do ensino superior, pois, de um lado, é público e gratuito, mantido pelo Poder Público, por outro, constitui-se de instituições privadas. As IES – universidades, centros universitários, instituições isoladas – seguem a legislação federal, que determina as diretrizes curriculares dos cursos ofertados, sendo acompanhadas pelo Ministério da Educação (MEC).

O ensino superior, público e privado, acompanha o desenvolvimento socioeconômico e cultural do país. Segundo Sampaio (2011, p.28), “[...] Essas partes constitutivas do sistema de ensino superior – o público e o privado – estão em constante movimento [...]” Esse movimento se faz necessário para atender a

²⁶ Decreto n.º 6.135, de 26/06/2007: em seu Art. 4º, Inciso II estabelece que família de baixa renda seja “[...] aquela com renda familiar mensal per capita de até meio salário mínimo; ou a que possua renda familiar mensal de até três salários mínimos”. (Grifo nosso)

necessidade de uma sociedade em plena evolução, transformada constantemente e ficando, cada vez mais, industrializada e urbanizada. Assim sendo, as mudanças no ensino superior são notórias e importantes. Neste estudo, nos atemos a compreender o processo de desenvolvimento do ensino superior privado, já que a Instituição lócus desta pesquisa encontra-se nesse âmbito.

No início do século XXI, há, no Brasil, um substancial financiamento do ensino superior privado. Contudo, a expansão da iniciativa privada teve início na década de 1970, em razão da pressão de vários segmentos da sociedade. Segundo Sampaio,

Para um contingente cada vez maior da população, a formação superior passava a fazer parte de seus projetos de realização pessoal e de ascensão social. A iniciativa privada, atenta às demandas de novos e potenciais consumidores, respondeu de forma ágil. (SAMPAIO, 2011, p.29)

Sem dúvida, o setor privado mobilizado em atender à crescente demanda por formação superior para inserção no mercado de trabalho, que se expande muito rapidamente e exige profissionais cada vez mais qualificados, utiliza-se de espessos recursos e sai na frente do setor público, ainda que o ensino oferecido não seja de qualidade.

Sampaio (2011) levanta dados importantes quanto ao número de matrículas entre as décadas de 1960 e 1980: de 200 mil matrículas, o número saltou para 1,4 milhão, perfazendo um percentual de 500% no setor público e mais de 800% no setor privado. O ensino privado expande-se sem rigor, passando a complementar ao ensino público, que não cresce com tanta rapidez. Ainda, de acordo com Sampaio:

[...] essa complementaridade entre os setores manifestou-se sob vários aspectos: natureza institucional dos estabelecimentos, política de acesso, localização geográfica, existência de pesquisa e pós-graduação *stricto sensu*, áreas de concentração dos cursos, titulação e regime de trabalho dos docentes, etc. (SAMPAIO, 2011, p.29)

A sociedade sente-se contemplada por ter a possibilidade de ingressar no ensino superior, ainda que seja privado, e realizar o desejo de formação superior necessária à inserção no mercado de trabalho.

O crescimento do ensino superior nos anos 1970 ocorre por meio da criação de instituições isoladas que conseguem aumentar o número de vagas e de

cursos oferecidos. O setor público, em contrapartida, investe na pesquisa e nos cursos de pós-graduação (SAMPAIO, 2011). Já na década de 1980, a “década perdida”, período de transição da ditadura para a democracia, de estagnação da economia e problemas de toda natureza (desemprego, inflação, etc.), o ensino superior apresenta sinais de esgotamento, demonstrando ora estabilidade, ora redução no número de matrículas.

A taxa de analfabetismo é alta, em consequência à restrita cobertura do ensino fundamental, somada à repetência e evasão escolar. Dessa forma, fica prejudicada a etapa de ensino médio, porta de saída para o ensino superior. Sampaio (2011, p.30) enfatiza: “[...] não havia sinais de reversão desse cenário em curto prazo [...]”.

Entretanto, desde a redemocratização do país, o Estado propõe regulamentações voltadas ao ensino superior, destacando-se a Constituição de 1988 e a Lei de Diretrizes e Bases da Educação (LDB) de 1996, e uma série de disposições legais do MEC e de seus órgãos assessores (SAMPAIO, 2011). No final do século XX, o quadro estabelecido é um Estado regulador através de normas legais e burocráticas e um mercado estagnado (SAMPAIO, 2011). Todavia, o setor privado começa a se movimentar no sentido de se adequar à nova legislação, bem como buscar brecha para driblar a crise em que se encontra submerso pela falta de demanda. Sampaio aponta que:

O primeiro sinal de que transformações estavam ocorrendo na educação superior, mais especificamente no setor privado, foi a corrida das instituições privadas para se transformarem em universidades. Ao disciplinar o princípio de autonomia para as universidades, a Constituição de 1988 criou um instrumento importante para o setor privado: a possibilidade de liberar-se o controle burocrático do antigo Conselho Federal de Educação (CFE), especialmente no que diz respeito à criação e extinção de cursos na sede e ao remanejamento do número de vagas oferecidas. (SAMPAIO, 2011, p.30)

Esse princípio constitucional foi o privilégio que faltava às instituições privadas de ensino superior para se colocarem no atendimento da demanda existente pela busca da sonhada formação superior. Conforme Sampaio (2011), o número de universidades privadas triplicou entre os anos 1985 e 1996: com autonomia e abrangência, ofereceram uma diversidade de cursos em todas as áreas do conhecimento, com propostas vantajosas para a clientela interessada na

formação superior diante do mercado ainda estagnado. A ampliação do número de universidades particulares fez com que instituições isoladas diminuíssem “[...] evidenciando processos de fusão e/ou incorporação de instituições no setor”. (SAMPAIO, 2011, p.31)

Segundo Sampaio (2011, p.31) há outros fatores importantes para o crescimento do ensino superior privado, além do aumento de universidades privadas, a saber: “[...] a desconcentração regional, a interiorização das matrículas e a diversificação da oferta de cursos”. Em meados da década de 1990, o número de universidades privadas e/ou a abertura de novos cursos cresceu muito no interior das regiões Norte e Centro-Oeste. Já nas demais regiões do país, houve diminuição desse número.

Mudança significativa ocorreu também em relação à natureza jurídica dessas instituições de ensino superior: com o Decreto n.º 2.306, de 19/08/1997, puderam escolher se passariam a atuar sob a natureza civil ou comercial, classificando-se, segundo Sampaio (2011, p.31), em “[...] entidade mantenedora de instituição sem finalidade lucrativa e entidade mantenedora de instituição particular, em sentido estrito, com finalidade lucrativa”.

Conforme artigo 1º do Decreto n.º 2.306:

Art. 1º As pessoas jurídicas de direito privado, mantenedoras de instituições de ensino superior, previstas no inciso II do art. 19 da Lei n.º 9.394, de 20 de dezembro de 1996, poderão assumir qualquer das formas admitidas em direito, de natureza civil ou comercial e, quando constituídas como fundações, serão regidas pelo disposto no art. 24 do Código Civil Brasileiro. (BRASIL, Decreto n.º 2.306, de 19/08/1997)

Na década de 1990, o referido Decreto – revogado pelo Decreto n.º 3.860, de 09/07/2001, sendo este revogado pelo Decreto n.º 5.773, de 09/05/2006 – facilitou, sobremaneira, a expansão das instituições de ensino superior privado, pois poderiam alterar seus estatutos de forma a ampliar seus rendimentos com a atividade educacional. Inclusive, as instituições de natureza civil que optaram por ter finalidade lucrativa, administradas por pessoa física, ficavam submetidas à legislação mercantil, respondendo como entidades comerciais (SAMPAIO, 2011).

A escolha permitiu definir qual seria a relação com o Estado, ou seja, aquelas sem finalidade lucrativa ficariam mais sujeitas ao controle estatal, do que as

com finalidade lucrativa, regidas pela legislação comercial. Até 2011, passados quatorze anos da edição do Decreto n.º 2.306, o percentual de instituições de ensino superior privadas com finalidade lucrativa é de 48% do total de 2.016 instituições dessa natureza (SAMPAIO, 2011). A partir dessas mudanças na década de 1990, foram lançadas para o século vindouro as transformações que poderiam ocorrer no ensino superior privado.

De acordo com Sampaio (2011), todavia, na primeira década do século XXI, a expansão do ensino superior privado permaneceu igual, bem como não houve mudanças significativas na sociedade que apontassem para o aumento da demanda pelo ensino superior. O desafio para o século XXI para o setor privado está em “[...] manter – o que significa não parar de crescer – sua larga fatia de participação no sistema de ensino superior [...] e acirrar a competição por alunos no interior do próprio setor.” (SAMPAIO, 2011, p.34)

Na tabela 7, vislumbramos o que significava essa fatia de participação no sistema de ensino superior, na primeira década do século XXI.

Tabela 7 - Crescimento das matrículas de ensino superior (2000-2008).

ANO	SETOR PRIVADO	SETOR PÚBLICO	TOTAL
2000	1.807.219	780.166	2.594.245
2002	2.428.258	1.051.655	3.479.913
2004	2.985.405	1.178.328	4.163.733
2006	3.467.342	1.209.304	4.676.646
2008	3.806.091	1.273.965	5.080.056

Fonte: A própria autora a partir de dados do MEC – Sinopse estatística do ensino superior (2015).

Estrategicamente, para manter a atividade educacional de forma mais rentável, as instituições de ensino superior privadas, por meio da autonomia conferida constitucionalmente, desenvolvem uma política de aumentar ou diminuir a oferta de vagas em conformidade com a demanda, criando e extinguindo cursos para acompanhar o que pede o mercado (SAMPAIO, 2011).

O crescimento do número de universidades ocorrido desde o final dos anos 1980 até o início do novo século está refletido no percentual de matrículas nas universidades no País: quase 60% dos alunos de ensino superior estudam hoje em universidades e, dentre estes, quase 60% em universidades particulares, o que contrasta com o cenário do final do século XX quando as matrículas do setor

privado concentravam-se em escolas isoladas. (SAMPAIO, 2011, p.36)

Fica evidente a predominância do ensino superior privado, porém, para continuar a ter essa expressão nacionalmente, é necessário utilizar táticas criativas para alimentar o sonho das pessoas pela formação superior, atendimento ao mercado na hora certa e em harmonia com o capitalismo contemporâneo.

Conforme Mota,

O mundo do trabalho está a exigir profissionais mais bem formados do que simplesmente informados, onde a capacidade de trabalhar em equipe e a preparação para a educação permanente ao longo da vida estejam presentes. Enfim, habilidades e competências capazes de fazer com que o profissional não tema o novo e esteja preparado para desafios, sejam eles quais forem. (MOTA, 2010, p.12)

A fim de acompanhar as exigências do mundo do trabalho e beneficiar-se do acelerado desenvolvimento econômico do país, algumas das instituições de ensino superior privado buscam o capital internacional como forma de investimento para a atividade educacional neste século, indicando que o crescimento continuará.

No entanto, o investimento dessa natureza no ensino privado, segundo Sampaio (2011), abre o debate sobre a dualidade público e privado, e a qualidade do serviço oferecido.

O rápido crescimento do investimento privado no ensino superior no Brasil por meio de grandes redes educacionais, a maioria de caráter internacional, tem provocado mudanças profundas no âmbito do próprio setor privado e trazido novas questões para se somar às velhas no debate sobre o ensino superior no País. (SAMPAIO, 2011, p.42)

Garcia e Filgueiras complementam:

Atualmente, as principais linhas de financiamento são o Fundo de Financiamento ao Estudante do Ensino Superior (Fies) e o Programa Universidade para Todos (ProUni), mas que atendem não mais do que um milhão de alunos, menos 20% do total existente no Ensino Superior. (GARCIA; FILGUEIRAS, 2010, p.84)

Diante disso, constatamos que a insuficiência de financiamento estudantil no ensino superior leva à falta de qualidade dos cursos oferecidos, pois, diante da guerra entre as IES, na disputa de quem oferece a

mensalidade mais baixa, ficam sem o capital necessário para investimento no aprimoramento acadêmico dos cursos ofertados. O financiamento do ensino superior acontece de acordo com a classificação das IES, de natureza pública ou privada²⁷. IES públicas são mantidas pelo poder público (federal, estadual ou municipal), financiadas pelo Estado e não cobram matrícula ou mensalidade dos estudantes. As privadas são gerenciada por pessoas físicas ou jurídicas de direito privado, podendo ser com ou sem finalidade lucrativa. As IES privadas com finalidade lucrativa podem classificar-se em:

- ❖ Comunitárias: incluem em sua entidade mantenedora representantes da comunidade.
- ❖ Confessionais: atendem a determinada orientação confessional ou ideológica.
- ❖ Filantrópicas: prestam serviços à população em caráter complementar às atividades do Estado.
- ❖ Particulares: instituições definidas basicamente com finalidade lucrativa. Criadas por proprietários ou mantenedores não oriundos do meio educacional, mas com origem e formação no campo empresarial ou político.

Quanto à classificação acadêmico-administrativa, podem ser denominadas: universidade, centro universitário, faculdade ou instituto federal.

A IES denominada universidade, conforme a LDB é a mais estrita, pois se trata de instituição acadêmica pluridisciplinar, com produção intelectual institucionalizada, requisitos mínimos de titulação do corpo docente – um terço de mestres e doutores –, e carga de trabalho do corpo docente equivalente a um terço em tempo integral. Possui autonomia para criar cursos e sedes acadêmicas e administrativas. Pode ainda, expedir diplomas, fixar currículos e número de vagas a serem ofertadas, bem como firmar contratos, acordos e convênios, entre outras ações, sempre em consonância com a legislação vigente.

²⁷ Fonte: Divisão de Temas Educacionais. Itamaraty: Ministério das Relações Exteriores. Disponível em: <http://www.dce.mre.gov.br/nomenclatura_cursos.html>. Acesso em 20 de jan. de 2015.

O centro universitário é instituição pluridisciplinar, abrangendo uma ou mais áreas do conhecimento. Assemelha-se à universidade na organização estrutural, no entanto, não está definido pela LDB e não apresenta o requisito da pesquisa institucionalizada.

A IES denominada faculdade pode ser: instituição sem autonomia para conferir títulos e diplomas ou unidades orgânicas de uma universidade, por exemplo, Faculdade de Direito da Universidade Federal de Pernambuco.

Os institutos federais estão voltados à formação técnica, oferecendo capacitação profissional em diversas áreas. Podem ofertar ensino médio integrado ao ensino técnico, cursos técnicos, cursos superiores de tecnologia, licenciaturas e pós-graduação.

A manutenção de uma IES define-se em mantenedora ou mantida. Mantenedora é a pessoa jurídica que provê os recursos necessários ao funcionamento da instituição e a representa legalmente. Já a mantida realiza a oferta do ensino superior.

Os tipos de cursos²⁸ que as IES podem oferecer são: graduação; bacharelado; licenciatura; tecnologia; pós-graduação *stricto sensu*; especialização ou pós-graduação *lato sensu*; residência médica; residência multiprofissional em saúde; e extensão.

1 - Graduação: cursos superiores que conferem diplomas. São cursos abertos a candidatos que tenham concluído o ensino médio e passaram por processo seletivo, podendo conferir grau de: bacharelado, licenciatura ou tecnologia.

2 - Bacharelado: curso superior generalista de formação científica ou humanística, proporciona ao diplomado competências em determinado campo do saber para o efetivo exercício profissional, acadêmico ou cultural. Confere o grau de bacharel.

3 - Licenciatura: curso superior que confere ao diplomado competências para exercer a profissão de professor na educação básica, com o grau de licenciado.

²⁸ Fonte: Divisão de Temas Educacionais. Itamaraty: Ministério das Relações Exteriores. Disponível em: <http://www.dce.mre.gov.br/nomenclatura_cursos.html>. Acesso em 20 de jan. de 2015.

4 - Tecnologia: cursos superiores de formação especializada em áreas científicas e tecnológicas. Confere ao diplomado o grau de tecnólogo, com possibilidade de atuação em áreas profissionais específicas.

5 - Pós-Graduação *Stricto Sensu*: compreendem programas de mestrado e doutorado acadêmico e profissional, conferindo diplomas ao concluinte do curso com grau de mestre ou doutor.

6 - Especialização ou Pós-Graduação *Lato Sensu*: programas abertos a candidatos diplomados em cursos de graduação, desde que preencham as exigências das instituições de ensino. Há uma carga horária mínima e requisitos fixados em normas próprias a esta modalidade de ensino, sendo conferido aos concluintes certificados.

7 - Residência Médica: pós-graduação *lato sensu*, especialização na área médica, caracterizada como treinamento em serviço.

8 - Residência Multiprofissional em Saúde: pós-graduação *lato sensu*, especialização nas áreas de saúde distintas da medicina, caracterizada como treinamento em serviço.

9 - Extensão: formação do ensino superior com o objetivo de aproximar a IES e a sociedade, por meio de programas, projetos e cursos destinados a disseminar ao público externo o conhecimento produzido e sistematizado no âmbito do ensino e da pesquisa de uma instituição de ensino. É aberta a candidatos que preencham os requisitos exigidos pela instituição e confere certificado ao concluinte.

As formas de financiamento ocorrem de acordo com o modelo de instituição. O sistema de ensino superior público é mantido pelo Poder Público, segundo o nível de governo – federal, estadual, e municipal –, sendo, portanto, o ensino gratuito aos estudantes.

As IES federais têm como mantenedor principal o Governo Federal. Nas IES estaduais, de acordo com Mantovani ([s/d], p.32), o principal financiador é o governo estadual, no entanto, essas instituições podem utilizar recursos provenientes de fundações estaduais de “[...] apoio à pesquisa como um meio adicional de captação de recursos através da realização de cursos de extensão ou através da prestação de serviços”. Já as IES municipais contam apenas com apoio financeiro do governo municipal.

As IES do setor privado tem seu financiamento proveniente do pagamento de mensalidade pelos estudantes matriculados na instituição. Algumas dessas instituições recebem recursos de mantenedores membros da comunidade ou de ordens religiosas. Não podem receber recursos públicos, a não ser por meio de projetos de pesquisa e de pós-graduação. Segundo Mantovani, os recursos financeiros dessas IES são:

Os recursos financeiros movimentados pelo setor privado de Ensino Superior são bastante consideráveis, pois, tomando como referência a anuidade média praticada em contratos do Fundo de Financiamento ao Estudante de Ensino Superior (FIES), os dados apontam para o dobro do que o governo federal gasta com as Instituições Federais de Ensino Superior. (MANTOVANI, [s/d], p.34)

Isso é reflexo do processo de privatização em decorrência da escassez de investimento de recursos públicos no financiamento das instituições públicas, abrindo espaço para a expansão das instituições de caráter privado. Para Mantovani,

Reconhecida e incentivada pelo Ministério da Educação, a expansão do sistema de Ensino Superior precisa do setor privado da educação, uma vez que corresponde a 70% das matrículas e absorve um contingente muito expressivo de alunos de graduação. (MANTOVANI,[s/d], p.35)

O sistema de educação privado tem ofertado o maior número de vagas no ensino superior. Mesmo assim, a falta de investimento de recursos públicos prejudica parcela da população que não consegue acessar o ensino superior privado, pois a ampliação do número de vagas depende, também, da capacidade de pagamento do estudante ou da existência de fontes de financiamento, por exemplo, Fies ou bolsa de estudo.

Delineadas as considerações sobre as IES no Brasil, apresentamos a história da FAPEPE, instituição lócus deste trabalho de pesquisa.

3.2 As instituições de ensino superior (IES) no Brasil: apresentação da Faculdade de Presidente Prudente (FAPEPE)

No século XX, a política educacional desenvolveu-se tal qual as demais políticas sociais, em virtude da consolidação do capitalismo monopolista no

Brasil. O amplo desenvolvimento da educação aconteceu em resposta às exigências produtivas de formar um indivíduo que atende ao apelo do consumo e adapta-se ao padrão de produção. É, também, uma resposta à luta da classe trabalhadora para ter acesso ao conhecimento como contribuição ao processo de socialização.

O íngreme crescimento da educação ocorreu após 1970, diante da grave crise de acumulação capitalista, que ocasiona transformações societárias, por exemplo, a produção em massa proposta pelo modelo fordista. Nos países da América Latina, a ideologia desenvolvimentista é imposta por meio de regimes políticos ditatoriais. A solução proposta para superação da crise acontece por meio de processos de reestruturação produtiva, globalização dos capitais financeiros e retração do Estado quanto ao provimento dos direitos sociais.

Portanto, nesse contexto do projeto neoliberal, a política educacional é relegada ao segundo plano pelo Estado, por meio de ações focalistas, dando abertura à exploração mercadológica das necessidades sociais. A partir desse momento, a educação, antes vista como direito, é considerada serviço, segundo a lógica mercantil, que visa a obtenção de lucro pelo oferecimento desse serviço.

Conforme Dahmer, a partir da retração do Estado, a educação de nível superior passa a ser amplamente aberta ao mercado, que busca de forma incessante o lucro, aproveitando-se do desejo e da necessidade das pessoas de fazerem um curso superior.

[...] a existência das políticas sociais universalizantes e do acesso à educação pública – tradutores da concretude dos direitos sociais e com uma explícita dimensão civilizatória, produto das lutas sociais ao longo dos séculos XIX e XX – torna-se extremamente limitada. (DAHMER, 2008, p.38)

A educação enquanto direito social fica à margem das lutas sociais. Diante dessa fragilização, grandes grupos empresariais percebem o nicho de mercado e começam a investir maciçamente na abertura de cursos de graduação, em todas as áreas do conhecimento. Isso ocorre no Brasil, na década de 1990, com a chancela do Estado e da burguesia, mediante a contrarreforma estatal atrelada às exigências do capital mundializado, que insere a educação como atividade não exclusiva do Estado.

Dahmer expõe que, na década de 1990, há uma expansão exacerbada da educação privada:

[...] o ensino superior constitui-se um veio extremamente lucrativo para o capital e, ao mesmo tempo, destaca-se pelo seu papel na disseminação ideológica da sociabilidade colaboracionista, por meio da formação de intelectuais colaboradores e empreendedores, sob a ótica do capital. (DAHMER, 2008, p.42)

Portanto, a presença do setor privado no ensino superior vem crescendo sob a validação e o incentivo do Estado. O Grupo Educacional UNIESP está entre as instituições criadas a partir da expansão do ensino superior privado no Brasil, na década de 1990, em resposta à ideologia do empreendedorismo.

A FAPEPE é uma instituição isolada particular de ensino superior. Como as demais IES, segue a legislação federal que determina as diretrizes curriculares dos cursos ofertados, acompanhados pelo Ministério da Educação (MEC). É uma das unidades integrantes do Grupo Educacional UNIESP (União das Instituições de Ensino Superior), mantenedor da FAPEPE. A título de informação, salientamos que todos os dados e informações a seguir começaram a ser coletados em abril de 2014. Nossa fonte de pesquisa foram documentos da IES – Projeto Político Pedagógico do Curso de Serviço Social e documentos do Núcleo de Prática em Serviço Social – e o *site* oficial do Grupo Educacional UNIESP²⁹ e da FAPEPE³⁰.

A UNIESP propõe atuação pautada na “Educação Solidária”, nas diversas áreas do conhecimento. A “Educação Solidária” é um dos propósitos da Fundação UNIESP Solidária³¹, instituição filantrópica criada em 1999, cujos preceitos são: a educação possibilita a qualificação para o mercado de trabalho, impulsionando o desenvolvimento e a promoção da melhoria na qualidade de vida das pessoas; a falta ou a escassez dela é um dos fatores embrionários da pobreza, da exclusão social e da criminalidade; a Educação, portanto, é único meio de evolução intelectual, social e cultural.

O Grupo UNIESP tem expandido suas unidades de ensino superior em todo o território nacional. Oferta ensino superior a todas as classes sociais, por meio de programas de bolsa de estudo da própria instituição, e projetos sociais,

²⁹ Fonte: <<http://www.uniesp.edu.br>>. Acesso em: 20 de jan. de 2015.

³⁰ Fonte: <<http://www.uniesp.edu.br/prudente>>. Acesso em: 20 de jan. de 2015.

³¹ Fonte: <<http://www.uniesp.edu.br/grupoEducacionalUniespSolidaria.asp>>. Acesso em: 20 de jan. de 2015.

oriundos de parcerias com empresas, órgãos públicos, organizações, Governos Federal, Estadual e Municipal.

Quanto aos Projetos Sociais³² da Fundação UNIESP Solidária, trata-se do departamento administrativo responsável, nas unidades de ensino pertencentes ao Grupo Educacional UNIESP, por firmar convênios com: prefeituras, sindicatos, empresas, associações, fundações, cooperativas, entre outras instituições. A Fundação UNIESP Solidária administra os programas:

1 - Programa Universidade Para Todos (ProUni): destinado à concessão de bolsas de estudos integrais (100%) e parciais (50%) para cursos de graduação e tecnólogo. Foi criado pelo MEC e lançado em 2005;

2 - Fundo de Financiamento ao Estudante do Ensino Superior (FIES): programa do MEC criado em 1999, destinado a financiar a graduação presencial no ensino superior em instituições particulares não gratuitas;

3 - Programa UNIESP Paga: o estudante que optar pelo Programa FIES pode financiar até 100% da mensalidade do curso que pretende fazer;

4 - Programa Escola da Família: programa desenvolvido em parceria com o governo estadual, por meio da Secretaria da Educação, em funcionamento desde 2003. O estudante recebe uma bolsa de estudo de 100%, sendo 50% custeada pela Faculdade e 50% pelo governo do estado. Em contrapartida, o estudante, nos finais de semana, presta trabalho voluntário à comunidade nas escolas da rede estadual de ensino, por meio de atividades esportivas, culturais, educacionais, de saúde e de qualificação para o trabalho;

5 - Programa Bolsa Alfabetização: voltado aos estudantes dos cursos de Letras e Pedagogia. Objetiva a colaboração dos estudantes na prática pedagógica de sala de aula, junto aos professores da rede pública estadual. Criado por meio do Decreto Estadual³³ n.º 51.627, de 01/03/2007;

6 - Programa UNIESP 100: proporciona ao estudante ingressante um valor mensal acessível, por meio de pagamento do valor parcial da mensalidade

³² Fonte: <<http://www.uniesp.edu.br/projetosSociaisGrupoEducacional.asp>>. Acesso em: 20 de jan. de 2015.

³³ Decreto Estadual n.º 51.627, de 01/03/2007, que institui o Programa “Bolsa Formação – Escola Pública e Universidade”.

do curso. Após a conclusão do curso, há a possibilidade de obtenção de desconto e parcelamento para quitar o saldo contratual devedor;

7 - Programa UNIESP Social: concessão de bolsa de estudo até 50% aos estudantes de baixa renda. Em contrapartida ao benefício recebido, os bolsistas desenvolvem, voluntariamente, atividades em instituições sociais, tais como asilos, creches, hospitais e ONGs;

8 - Programa Segunda Graduação: desconto de até 50% para estudantes egressos que tenham interesse em realizar uma segunda graduação, especializar-se ou ter novas opções no mercado de trabalho;

9 - Projeto Educação Continuada: oferece aos seus funcionários e dependentes bolsas de estudo de 100%, como incentivo à permanência e diminuição da rotatividade de funcionários, e ao fortalecimento dos laços entre a IES e seus colaboradores;

10 - Programa Campanha do Amigo: objetiva a inclusão de novos estudantes por indicação dos estudantes regularmente matriculados, com possibilidade de receber prêmio de até R\$1.000,00 (um mil reais).

O Grupo Educacional UNIESP é mantenedor de unidades de ensino nos seguintes estados: São Paulo³⁴; Rio de Janeiro³⁵; Tocantins³⁶; Minas Gerais³⁷; Bahia³⁸; Paraná³⁹; Santa Catarina⁴⁰; Mato Grosso do Sul⁴¹; Paraíba⁴²; Espírito Santo⁴³; Pernambuco⁴⁴.

³⁴ **São Paulo (Capital:** Butantã; Centro Novo; Centro Velho; Guaianazes; Interlagos; Mooca; Penha; São Mateus; Tucuruvi / **Grande São Paulo:** Barueri; Caieiras; Diadema; Franco da Rocha; Guarulhos; Itapeverica da Serra; Jandira; Mauá; Mogi das Cruzes; Ribeirão Pires; Rio Grande da Serra; Santo André; São Bernardo do Campo; São Caetano do Sul; Suzano / **Litoral:** Guarujá; Itanhaém / **Interior:** Araçatuba; Araraquara; Assis; Auriflora; Avaré; Bauru; Birigui; Boituva; Campinas; Dracena; Garça; Guararapes; Guaratinguetá; Hortolândia; Ibitinga; Ibiúna; Ilha Solteira; Itu; Jacareí; Jaú; José Bonifácio; Jundiá; Marília; Mirandópolis; Mirassol; Monte Alto; Olímpia; Orlandia; Ourinhos; Penápolis; Piraju; Presidente Epitácio; Presidente Prudente; Presidente Venceslau; Rancharia; Ribeirão Preto; Rio Claro; Santa Barbara D'Oeste; Santa Rita do Passa Quatro; São Carlos; São José do Rio Preto; São Roque; Sertãozinho; Sorocaba; Sumaré; Taquaritinga; Teodoro Sampaio; Tietê; Tupã; Vargem Grande Paulista; Vinhedo).

³⁵ **Rio de Janeiro (Capital:** Campo Grande; Centro; Madureira; Méier / **Grande Rio:** Duque de Caxias; Niterói).

³⁶ **Tocantins (Interior:** Colina do Tocantins).

³⁷ **Minas Gerais (Capital:** Belo Horizonte / **Interior:** Frutal; Santa Luzia).

³⁸ **Bahia (Capital:** Cajazeiras; Vasco da Gama / **Interior:** Luís Eduardo Magalhães).

³⁹ **Paraná (Capital:** Curitiba / **Interior:** Cascavel; Cornélio Procópio; Ibaiti; Ibioporã; Nova Esperança; Santo Antônio da Platina; Sarandi; Umuarama).

⁴⁰ **Santa Catarina (Capital:** Florianópolis / **Interior:** Brusque).

A UNIESP atua em todos os níveis educacionais: fundamental, médio e superior (graduação e pós-graduação). Oferta cursos em todas as áreas do conhecimento: ciências exatas, humanas, sociais e biológicas. O quadro docente das unidades educacionais do Grupo Educacional UNIESP constitui-se de: 51% de mestres; 31% de doutores; 15% de especialistas; e 3% de pós-doutores.

O Grupo Educacional UNIESP denomina-se *holding*⁴⁵, atuando como gestora das unidades que a compõem, sendo responsável pelo provimento dos recursos financeiros necessários à consecução dos objetivos educacionais das suas geridas. Entre essas unidades, está a FAPEPE.

Figura 1 - Foto do campus da FAPEPE em Presidente Prudente (2012).



Fonte: Arquivo próprio da FAPEPE (2012).

⁴¹ **Mato Grosso do Sul (Interior:** Amambai; Anastácio; Fátima do Sul; Jardim; Naviraí; Nova Andradina; Paranaíba; Ponta Porã; Três Lagoas).

⁴² **Paraíba (Capital:** João Pessoa).

⁴³ **Espírito Santo (Interior:** Serra)

⁴⁴ **Pernambuco (Capital:** Recife).

⁴⁵ “*Holding* é uma empresa que possui como atividade principal a participação acionária majoritária em uma ou mais empresas, ou seja, possui a maioria das ações de outras empresas e detém o controle de sua administração e políticas empresariais”. Disponível em: <http://www.significados.com.br/holding/> Acesso em 02 de maio de 2014.

A FAPEPE é uma Instituição de Ensino Superior privada, criada em 08 de maio de 2000. Segundo seu fundador⁴⁶, nasceu com intuito de contribuir para a formação de profissionais nas diferentes áreas de conhecimento, oferecendo cursos de graduação que atendam o perfil profissional exigido pelo mercado de trabalho. Em maio de 2001, foi credenciada e autorizada a entrar em funcionamento, por meio da Portaria n.º 911, de 17/05/2001, publicada no Diário Oficial da União (DOU), em 21/05/2001. No ano de 2012, ocorreu o credenciamento da FAPEPE, por meio da Portaria n.º 359, de 05/04/2012, publicada no DOU em 10/04/2012.

A missão da FAPEPE é “Formar profissionais, objetivando a inserção social, com valores e princípios éticos, senso de justiça e igualdade, capaz de exercerem a cidadania em sua plenitude.”⁴⁷

A FAPEPE tem ofertado à comunidade de Presidente Prudente e região cursos de graduação (tabela 8) nas três grandes áreas do conhecimento: ciências humanas, exatas e biológicas.

Tabela 8 - Cursos de graduação ofertados pela FAPEPE.

CIÊNCIAS HUMANAS	Administração	Bacharelado
	Ciências Contábeis	Bacharelado
	Comunicação Social – Jornalismo	Bacharelado
	Comunicação Social – Publicidade e Propaganda	Bacharelado
	Design de Moda	Bacharelado
	Direito	Bacharelado
	Letras	Licenciatura
	Pedagogia	Licenciatura
	Secretariado Executivo	Bacharelado
	Serviço Social	Bacharelado
	Turismo	Bacharelado
CIÊNCIAS EXATAS	Engenharia Civil	Bacharelado
	Engenharia de Produção	Bacharelado
	Física	Licenciatura
	Química	Licenciatura
	Matemática	Licenciatura
	Sistemas de Informação	Bacharelado
CIÊNCIAS BIOLÓGICAS	Ciências Biológicas	Licenciatura
	Engenharia Ambiental e Sanitária	Bacharelado
	Educação Física	Licenciatura
	Enfermagem	Bacharelado

Fonte: A própria autora a partir dos dados do *link* <http://www.uniesp.edu.br/prudente> (2015)

⁴⁶ José Fernando Pinto da Costa (Presidente do Grupo Educacional UNIESP).

⁴⁷ Fonte: Projeto Pedagógico do Curso de Serviço Social da FAPEPE (2013).

A FAPEPE possui um grande número de estudantes que ingressaram no ensino superior, por meio da inserção dos programas de financiamento estudantil ou de bolsas de estudos. Por isso, aposta nos cursos de graduação (tabela 8) que necessitam de baixo investimento de organização e estruturação, diferentemente da maioria dos cursos na área da saúde. Esses cursos são frequentados por estudantes na sua maioria trabalhadores, que optam por estudar no período noturno, buscando a formação com foco no mercado de trabalho.

Agregando outros propósitos à formação de seu estudante, a FAPEPE mantém núcleos de apoio pedagógico, estágio curricular obrigatório e atividades complementares, organizados e estruturados segundo o Projeto Pedagógico de cada curso de graduação. Os núcleos de apoio são: Núcleo de Apoio Didático Pedagógico ao Docente e Discente (NADPDD); Núcleo de Apoio Psicopedagógico (NAPSI); Núcleo de Pesquisa e Extensão (NUPE).

O NADPDD, coordenado por uma pedagoga, foi criado para atender estudantes com dificuldades nos estudos e na aprendizagem, desenvolve atividades em parceria com os demais departamentos da Instituição, e, também, atividades de formação voltada aos docentes.

No NAPSI, coordenado por uma psicóloga, são realizados atendimentos individualizados de cunho psicológico aos estudantes, no tocante a questões pessoais que interferem no processo de aprendizagem.

NUPE regula e organiza as atividades de pesquisa e extensão na Instituição. É coordenado por um professor que compõe o corpo docente. Atende todos os cursos de graduação oferecidos na Instituição.

Os demais núcleos estão relacionados diretamente a cada curso de graduação e são responsáveis pela organização e estruturação do estágio curricular obrigatório e atividades complementares. Mais adiante, destacamos o Núcleo de Prática em Serviço Social, que compreende o estágio supervisionado e atividades complementares em Serviço Social e atividades de pesquisa e iniciação científica.

A instituição também conta com a “Revista Saber Acadêmico”, criada pelo Grupo Educacional UNIESP, para atender as unidades educacionais que mantém e para receber publicações de toda comunidade científica. Caracteriza-se como uma revista eletrônica multidisciplinar, com publicação em série. As publicações em série recebem um código numérico como identificador unívoco para

cada título. Possui pelo sistema ISSN⁴⁸ o número de identificação 1980-5950. As produções podem ter o formato de entrevistas, sínteses de trabalhos científicos, artigos, resenhas, relatos de experiências, contos e poesias. As temáticas são as mais diversas, mas passam, antes da publicação, pelo crivo do Conselho Editorial e do Conselho Consultivo.

A primeira edição da “Revista Saber Acadêmico” foi em junho de 2006, com periodicidade semestral, junho e dezembro. Em 2007, recebeu Qualis em duas áreas distintas, geografia e história. Depois, em 2008, foram agregadas outras áreas, incluindo o Serviço Social.

A FAPEPE, seguindo a orientação legal da Lei n.º 10.861, de 14/04/2004, a qual institui o Sistema Nacional de Avaliação da Educação Superior (SINAES), implantou a Comissão Própria de Avaliação (CPA), composta por estudantes, docentes e funcionários da área técnico-administrativa. O objetivo da CPA na IES “é planejar, implantar e desenvolver ações contínuas de autoavaliação, que forneçam subsídios para o processo de gestão da Instituição, buscando potencializar o desenvolvimento da Faculdade e minimizar suas falhas”.⁴⁹ A CPA conduz um sistema de avaliação institucional que contribui com a IES na gestão de suas ações estratégicas e operacionais voltadas à melhoria da qualidade do ensino. Os princípios⁵⁰ que orientam o trabalho dessa comissão estão em: responsabilidade e comprometimento de cada membro com a melhoria da qualidade de ensino oferecido pela Instituição; respeito à identidade, missão e história da instituição ao avaliá-la; globalidade, levando em consideração todos os elementos da vida acadêmica; adesão voluntária e não impositiva aos participantes do processo avaliativo; sigilo dos participantes, preservando sua identidade de maneira a garantir uma avaliação idônea; processo formativo e não punitivo, objetivando consolidar o processo contínuo de melhoria da qualidade, sem enfatizar somente o problema, mas apontando possíveis soluções; utilização de métodos qualitativos e

⁴⁸ O ISSN (*International Standard Serial Number*), sigla em inglês para Número Internacional Normalizado para Publicações Seriadas, é o código aceito internacionalmente para individualizar o título de uma publicação seriada. Fonte: <<http://www.ibict.br/informacao-para-ciencia-tecnologia-e-inovacao%20centro-brasileiro-do-issn/apresentacao/impressao>>. Acesso em: 15 de jul. de 2015.

⁴⁹ Fonte: <<http://www.uniesp.edu.br/prudente>>. Acesso em: 20 de jan. de 2015.

⁵⁰ Fonte: <<http://www.faculadefapepe.edu.br>>. Acesso em: 20 de jan. de 2015.

quantitativos; autonomia, preservando uma atuação independente da direção da Instituição.

Os instrumentos utilizados para a realização da autoavaliação são: formulário eletrônico com questões que seguem uma escala de avaliação de “muito ruim” a “muito bom”, disponibilizado no *site* da IES aos participantes – estudantes, docentes, coordenadores dos cursos e funcionários administrativos; ouvidoria eletrônica, que facilita a comunicação entre a comunidade acadêmica e a gestão da Instituição, sendo as manifestações recebidas por correio eletrônico disponível no *site* da FAPEPE; ouvidoria com representantes, por meio da participação, em reuniões, dos estudantes eleitos como representantes de seus pares; entrevistas e avaliações documentais, que complementam o processo de avaliação nas dimensões não contempladas pelos outros instrumentos.

Esgotadas as informações sobre a fundação, organização e estrutura da FAPEPE na cidade de Presidente Prudente, vamos ao relato sobre a criação e funcionamento do curso de Serviço Social, pois estamos, especificamente, estudando a formação do assistente social na FAPEPE, dando ênfase ao processo de estágio supervisionado.

No entanto, sem aprofundarmo-nos, antes de iniciarmos a exposição do curso de Serviço Social da unidade de Presidente Prudente, ressaltamos haver outras unidades do Grupo UNIESP que oferecem o curso de Serviço Social presencial, a saber: São Paulo (Capital: Centro Velho; Interlagos; Tucuruvi) / Grande São Paulo: Mauá; São Caetano do Sul / Interior: Birigui; Hortolândia; Mirandópolis; Presidente Prudente; Presidente Venceslau); Rio de Janeiro (Grande Rio: Duque de Caxias); Tocantins (Colina do Tocantins); Minas Gerais (Interior: Frutal); Bahia (Capital: Cajazeiras; Vasco da Gama); Paraná (Interior: Nova Esperança).

3.3 Faculdade de Presidente Prudente (FAPEPE): apresentando o curso de Serviço Social

Por que criar o curso de Serviço Social na FAPEPE? Qual a motivação de oferecer o referido curso nessa cidade e região? A justificativa

apresentada no Projeto Pedagógico⁵¹ para criação do curso de Serviço Social na FAPEPE deu-se a partir das demandas sociais inerentes à cidade de Presidente Prudente e aos demais municípios que compõem a Região Administrativa onde está localizada a instituição.

A Região Administrativa de Presidente Prudente faz parte do contexto brasileiro, sendo, portanto, também afetada pelas mudanças, a partir do neoliberalismo, de caráter político, econômico, social e cultural ocorridas no país, principalmente, a partir da década de 1990. Dessa forma, expressões da “questão social”, como, desemprego, violência urbana e rural, entre outras existentes na Região Administrativa de Presidente Prudente, são fruto das transformações societárias vivenciadas pela sociedade brasileira nas últimas décadas.

O movimento histórico da contemporaneidade acompanha a expansão do capitalismo, o processo de globalização e as inovações tecnológicas. Desse modo, há aumento de desigualdade social, exploração social, pobreza, etc., pressupondo novos desafios à educação, levando a repensar à função social do ensino superior e o processo de socialização dos conhecimentos.

As forças produtivas, considerando o aumento da utilização de máquinas e robôs na geração de bens e serviços, apontam a redução da participação do trabalho humano no processo produtivo, exigindo a necessidade de maior qualificação profissional dos trabalhadores. Esse processo apresenta uma contradição crescente, pois em nenhuma época o ser humano foi capaz de produzir tanta riqueza e, ao mesmo tempo, provocar tanta exclusão social. A apropriação da riqueza socialmente produzida está cada vez mais concentrada nas mãos de uma minoria, resultando no agravamento constante das expressões da “questão social”.

Como parte deste cenário nacional e global, Presidente Prudente e região não fogem à regra, ou seja, defrontam-se diariamente com as expressões da “questão social”.

Segundo dados estatísticos levantados pela Fundação Seade (2010), já apontados anteriormente, a Região Administrativa de Presidente Prudente possui baixa participação no Produto Interno Bruto (PIB) estadual, conseqüentemente, não acompanha o desenvolvimento econômico ocorrido nas

⁵¹ Projeto Político Pedagógico do Curso de Serviço Social da FAPEPE (2013).

demais regiões paulistas. Os municípios que compõem a referida Região Administrativa são considerados pequenos, de porte 1, e não possuem uma ampla rede de serviços, gerando uma demanda maior ao município sede da região, Presidente Prudente.

À medida que a FAPEPE passou a desenvolver seu projeto educacional na cidade de Presidente Prudente e região, houve aproximação com a realidade social. Em um curto espaço de tempo, iniciado em maio de 2001, o processo de sensibilização da Instituição em relação aos problemas locais e regionais ampliaram-se, por meio dos programas de bolsas de estudo, que pressupõem aos estudantes beneficiados a prestação de trabalho voluntário em instituições sociais e filantrópicas.

Levando todas as informações acima em consideração, nasce o desafio para a FAPEPE de conceber e implantar o curso de Serviço Social, com intuito de formar um profissional qualificado e propositivo para dar respostas às demandas colocadas nos espaços sócio-ocupacionais do assistente social. Segundo Iamamoto:

Os assistentes sociais, por meio da prestação de serviços socioassistenciais nas organizações públicas privadas, interferem nas relações sociais cotidianas no atendimento às mais variadas expressões da “questão social” vividas pelos indivíduos sociais no trabalho, na família, na luta pela moradia e pela terra, na saúde, na assistência social pública, etc. (IAMAMOTO, 2009, p.176)

Necessita-se, portanto, formar profissionais competentes para atuar nessa Região Administrativa, sendo o Serviço Social uma profissão de caráter interventivo e investigativo, cujo objeto de intervenção são as expressões da “questão social”. Segundo Guerra,

Ao assistente social, no âmbito da sua inserção na divisão social e técnica do trabalho, cabe captar como as diversas expressões da questão social se particularizam em cada espaço sócio-ocupacional e chegam como demandas que dependem de sua intervenção profissional. (GUERRA, 2009, p.704)

Formar um profissional que consiga compreender e atuar nas expressões da “questão social” é a proposta da FAPEPE ao implantar o curso de Serviço Social. Portanto, o curso de Serviço Social da FAPEPE teve sua implantação face às políticas públicas e sociais, considerando as demandas sociais

ou em decorrência das necessidades sociais reconhecidas via indicadores sociais existentes a nível local e regional. Indica-se, por conseguinte, a necessidade de formação de profissionais qualificados para articular respostas aos problemas sociais, por meio da atuação como gestores dos serviços, programas, projetos e ações decorrentes das políticas públicas e sociais.

A FAPEPE estabeleceu enquanto premissa para o curso de Serviço Social oferecer aos estudantes uma formação profissional pautada nas competências teórico-metodológica, ético-política e técnico-operativa, definidas pelas Diretrizes Curriculares de 1996 para os cursos de Serviço Social, tornando-os habilitados para exercer essas competências nos diversos campos sócio-ocupacionais do Serviço Social. As competências de natureza técnico-operativas estabelecidas pela Comissão de Especialistas de Ensino em Serviço Social para comporem as respectivas Diretrizes Curriculares seguiram as competências já definidas na Lei que regulamenta a profissão. Além de pautar-se nas competências mencionadas, a Instituição, para definir a principal diretriz para o curso de Serviço Social, tomou por base o processo de construção e consolidação do projeto ético-político do assistente social, vislumbrando a formação de um profissional generalista, crítico e comprometido com os princípios e valores dessa profissão.

Netto esclarece que:

[...] entrou na agenda do Serviço Social a questão de redimensionar o ensino com vistas à formação de um profissional capaz de responder, com *eficácia e competência*, às demandas tradicionais e às demandas emergentes na sociedade brasileira – em suma, a construção de um novo *perfil profissional*. (NETTO, 2009, p.153, grifos do autor)

Diante do exposto, o projeto ético-político do Serviço Social está compromissado com a competência, conforme Netto (2009), por meio da formação profissional qualificada capaz de viabilizar ao assistente social fazer análise crítica da realidade social.

No entendimento de lamamoto (2009, p.193), “[...] O projeto ético-político do Serviço Social é certamente um desafio, mas não uma impossibilidade [...]”. O Serviço Social é uma das poucas profissões que possui um projeto profissional coletivo e hegemônico, construído pela categoria profissional a partir da década de 1970, objetivando expressar o compromisso dessa categoria profissional

com a construção de uma nova ordem societária, mais justa, democrática e garantidora de direitos sociais. Projeto profissional que tem contornos claramente expressos na Lei n.º 8.662 de 1993, que regulamenta a profissão, no Código de Ética Profissional instituído com a Resolução do CFESS n.º 273 de 1993 e nas Diretrizes Curriculares de 1996.

Assim, a formação do assistente social deve ser articulada com o exercício profissional, para que sua atuação venha ao encontro da realidade social, em uma conjuntura permeada por mudanças constantes. Diante da justificativa de criação e implantação do curso de Serviço Social na FAPEPE, cabe compreendermos como está organizado o curso a partir do seu Projeto Político Pedagógico.

O curso de Serviço Social na FAPEPE foi criado em 2008 e autorizado a funcionar por meio da Portaria n.º 380 do Ministério da Educação (MEC). Em fevereiro de 2008, ingressou a primeira turma no curso de Serviço Social da FAPEPE. O reconhecimento do curso ocorreu em 11 de dezembro de 2013. Até julho de 2014, foram diplomadas seis turmas, totalizando 265 (duzentos e sessenta e cinco) diplomados como bacharéis, conforme representado na tabela 9.

Tabela 9 - Distribuição das turmas diplomadas em Serviço Social pela FAPEPE por número de estudantes e mês de conclusão do curso.

TURMA	MÊS DE CONCLUSÃO DO CURSO	NÚMERO DE ESTUDANTES
Primeira	Dezembro/2011	52
Segunda	Junho/2012	24
Terceira	Dezembro/2012	64
Quarta	Junho/2013	28
Quinta	Dezembro/2013	63
Sexta	Julho/2014	34
Total de diplomados.....		265

Fonte: A própria autora a partir de dados do Núcleo de Estágio Supervisionado em Serviço Social da FAPEPE (2014).

O curso de Serviço Social da FAPEPE apresenta a seguinte estrutura (quadro referencial 6), em termos de vagas, turno de funcionamento, regime escolar e integralização da carga horária.

Quadro Referencial 6 - Apresentação da estrutura e integralização final da carga horária do curso de Serviço Social da FAPEPE.

ESTRUTURA DO CURSO DE SERVIÇO SOCIAL	
Total de Vagas Anual	200 vagas
Turno de Funcionamento	Matutino e Noturno
Regime Escolar	Seriado Semestral
Integralização da carga horária do curso	Mínimo: 04 anos (oito semestres) Máximo: 07 anos (catorze semestres)
CARGA HORÁRIA DO CURSO DE SERVIÇO SOCIAL	
Disciplinas Básicas e Específicas	3.200 horas
Atividades Complementares	150 horas
Estágio Supervisionado	480 horas
TOTAL DA CARGA HORÁRIA	3.830 horas

Fonte: A própria autora a partir de dados do Projeto Pedagógico do Curso de Serviço Social da FAPEPE (2013).

A forma como está estruturada e integralizada a carga horária do curso atende à demanda de candidatos que buscam o vestibular para o Serviço Social e às exigências do MEC. A estrutura curricular é constituída pelos componentes curriculares, com respectivas cargas horárias e pré-requisitos, conforme orientação do MEC.

A gestão administrativa e financeira da FAPEPE fica sob a responsabilidade do Grupo Educacional UNIESP, interferindo na autonomia da IES. O curso de Serviço Social não possui orçamento próprio para prover os meios necessários ao seu pleno funcionamento, cabendo à Direção Geral da FAPEPE solicitar à mantenedora a aprovação anual do seu plano orçamentário e financeiro. As decisões dos Órgãos Colegiados que importem aumento de despesas não previstas no plano orçamentário e financeiro anual da FAPEPE dependem da prévia aprovação da mantenedora.

Dessa forma, a falta de autonomia administrativa e financeira torna-se um entrave para a realização de eventos e atividades direcionadas aos estudantes e profissionais de Serviço Social, realizadas com recursos provenientes da cobrança de taxas de inscrição ou parcerias com empresas ou entidades assistenciais. Entre as atividades e eventos realizados pelo curso de Serviço Social estão: semana de Serviço Social; encontro de iniciação científica; encontro com supervisores de campo; ciclo de debates; entre outros.

Outra dificuldade encontrada no curso de Serviço Social é o fato de não possuir secretaria acadêmica própria para obter suporte administrativo, sendo

todas as questões nesse âmbito geridas por uma única secretaria acadêmica, que atende todos os cursos de graduação existentes na instituição.

A contratação de docentes para o curso de Serviço Social ocorre pelo Departamento de Recursos Humanos, seguindo a solicitação do coordenador do curso, após avaliar o candidato ao cargo de docente por meio de currículo e aula didática. No entanto, todo o corpo docente do curso de Serviço Social da FAPEPE é contratado para lecionar em regime parcial e são classificados como horistas. No ano de 2014, constatamos os dados relativos à titulação do corpo docente do curso de Serviço Social contratado como horistas, sendo: 1 doutor; 4 mestres, e 8 especialistas, demonstrando, ainda, faltarem esforços e investimentos na ampliação da formação acadêmica dos docentes.

A coordenação do curso de Serviço Social fica a cargo de um assistente social com titulação de mestre em educação, que tem a responsabilidade de organizar e coordenar didática e pedagogicamente as ações realizadas pelo corpo docente do curso. A carga horária do coordenador do curso é definida de acordo com o número de estudantes matriculados em cada semestre. Além da carga horária pertinente à coordenação do curso, o coordenador exerce carga horária na função de docente.

O curso de Serviço Social mantém o Núcleo de Prática em Serviço Social que se constitui por dois outros núcleos: o Núcleo de Estágio Supervisionado e o Núcleo de Estudo e Pesquisa em Políticas Públicas. O primeiro é responsável pelo desenvolvimento e acompanhamento do estágio supervisionado e das atividades complementares, coordenado por assistente social contratado especificamente para a função. E o segundo é coordenado por um professor doutor em ciências políticas, que compõe o corpo docente do curso. A finalidade desse núcleo é a realização de grupos de estudo, encontros de iniciação científica e ciclos de debate, sendo uma forma de estimular o desenvolvimento da atitude investigativa dos estudantes de Serviço Social da FAPEPE.

Todas as ações realizadas no curso de Serviço Social estão previstas no Projeto Político Pedagógico, identificado como a direção para a formação profissional e instrumento de planejamento, sistematização, acompanhamento e avaliação do processo de ensino-aprendizagem do estudante de Serviço Social da FAPEPE. Esse instrumento é orientador da formação

profissional e tem sido permanentemente revisado, segundo a trajetória do curso dentro da Instituição, sempre respeitando o que está proposto pelas Diretrizes Curriculares, bem como as propostas delineadas nas discussões travadas pela categoria profissional, por meio das suas entidades representativas (CFESS/CRESS; ABEPSS; ENESSO).

A FAPEPE não está filiada à ABEPSS, mas isso não é impedimento para que a formação seja orientada a partir das determinações indicadas pelas Diretrizes Curriculares. No entanto, a não filiação a ABEPSS não é uma decisão compartilhada pela coordenação e corpo docente do curso de Serviço Social. A justificativa pela não filiação relaciona-se ao valor anual e à quantidade de cursos de Serviço Social oferecidos pelo Grupo UNIESP.

Entendemos que a construção do Projeto Político Pedagógico deve ser um processo presente no cotidiano da Instituição, busca contínua de compreender a formação profissional como necessária na qualificação de profissionais para atuarem diante dos desafios colocados a partir de novas demandas e questões relativas à realidade social, em constante movimento. Dessa forma, o Projeto Político Pedagógico do curso de Serviço Social foi construído com vistas à inclusão de disciplinas, ementas, perfil do ingressante, etc., atendendo à Resolução CNE/CES n.º 15, de 13 de março de 2002, que estabelece as Diretrizes Curriculares dos cursos de Serviço Social para a formação do assistente social. Conforme segue o artigo 2º da referida resolução:

Art. 2º O projeto pedagógico de formação profissional a ser oferecida pelo curso de Serviço Social deverá explicitar: a) o perfil dos formandos; b) as competências e habilidades gerais e específicas a serem desenvolvidas; c) a organização do curso; d) os conteúdos curriculares; e) o formato do estágio supervisionado e do Trabalho de Conclusão do Curso; f) as atividades complementares previstas. (BRASIL, CNE/CES, Resolução n.º 15, de 13/03/2002)

O Projeto Político Pedagógico do Serviço Social da FAPEPE, para além do cumprimento dos dispositivos da Resolução, mantém a preocupação constante de formar um profissional qualificado, que possa articular respostas profissionais para atender as necessidades sociais demandadas nos diversos espaços sócio-ocupacionais. Assim, a missão definida para o curso de Serviço Social nesse Projeto é:

Formar profissionais com compromisso ético e conhecimento teórico e técnico capaz de compreender e intervir na realidade social e sua inter-relação com a questão social em um processo de construção da cidadania, preparando os acadêmicos para a investigação social da realidade em que vivem e a formulação de políticas sociais públicas em consonância com o projeto ético-político da profissão. (FAPEPE, Projeto Pedagógico, 2013, p.35)

Essa missão pressupõe a formação de um profissional que será inserido na divisão social e técnica do trabalho, e/ou atuará interventivamente no âmbito da “questão social”. Trata-se de uma profissão inscrita no âmbito das relações sociais, devendo ser compreendida a partir das transformações da própria sociedade e das determinações políticas, econômicas, sociais e culturais. Essas transformações, determinadas pela reestruturação produtiva e pela contrarreforma do Estado, vão mudar as formas de enfrentamento da “questão social”, alterando, também, as demandas profissionais para o assistente social.

O assistente social pode inserir-se em diversas áreas de atuação, tais como: saúde, previdência social, educação, habitação, lazer, assistência social, justiça, etc. Deverá exercer suas competências e atribuições privativas conforme determina a Lei que regulamenta a profissão. Esse profissional efetiva sua intervenção nas relações sociais existentes entre os indivíduos no cotidiano da vida social, por meio de uma ação global de cunho socioeducativo e de prestação de serviços. O debate e reflexão em sala de aula sobre as competências e atribuições privativas, recorrente no curso de Serviço Social da FAPEPE, considera que a atuação do assistente social ocorre em diversos campos sócio-ocupacionais não exclusivos deste profissional, sendo necessário o conhecimento e domínio dessas competências e atribuições privativas.

No Projeto Político Pedagógico do Curso de Serviço Social da FAPEPE (2013, p.35), está definido como objetivo: “Capacitar o futuro profissional nas dimensões: teórico-metodológica, ético-política e técnico-operativa, como requisito fundamental para o exercício profissional.” Entendemos que, na graduação, o estudante tem o primeiro contato com essas dimensões, imprescindíveis para a compreensão do significado social da profissão e de seu desenvolvimento sócio-histórico nos cenários internacional e nacional. Desvelam-se, a partir dessa compreensão, as possibilidades de ação contidas na realidade onde vão atuar,

reconhecendo as demandas sociais emergentes e formulando respostas profissionais competentes, para o enfrentamento das expressões da “questão social”.

Para garantir a concretização desse objetivo, faz-se necessária uma estrutura curricular que assegure a formação do estudante a partir do perfil esperado, conforme traçado nas Diretrizes Curriculares, sem deixar de considerar a indissociabilidade entre o ensino-pesquisa-extensão, parte da construção do conhecimento. Está expresso nas Diretrizes Curriculares o perfil esperado do formando:

Profissional que atua nas expressões da questão social, formulando e implementando propostas de intervenção para seu enfrentamento, com capacidade de promover o exercício pleno da cidadania e a inserção criativa e propositiva dos usuários do Serviço Social no conjunto das relações sociais e no mercado de trabalho. (CFESS, Diretrizes Curriculares para os cursos de Serviço Social, Resolução n.º 15, de 13 de março de 2002, p.1)

Por isso, prioriza-se a formação que prepara o profissional com perfil dimensionado nas Diretrizes Curriculares, capaz de atuar nas expressões da “questão social” a partir das competências: teórico-metodológica, ético-política e técnico-operativa. Profissional que consegue propor e implementar propostas de intervenção para o enfrentamento das diversas demandas sociais de seu cotidiano de trabalho, com competência e capacidade de promover o exercício da cidadania e a inserção criativa e propositiva da população usuária do Serviço Social, no conjunto das relações sociais.

Formação, ainda, que deve garantir o desenvolvimento de atitudes e qualificações que são identificadas na:

Capacidade crítica de analisar as relações sociais nas quais estão inseridas o seu fazer profissional de modo a compreender a construção histórica das contradições da sociedade; Capacidade teórica, através de conhecimento das ciências sociais e das correntes filosóficas contemporâneas, que dão base ao saber profissional; Compromisso para posicionar-se técnica e politicamente nos espaços de intervenção; Competência técnica, eficiência na atuação profissional através do conhecimento do instrumental operativo do Serviço Social; Compromisso com o projeto ético-político da profissão e, mais especificamente, com a consolidação e efetivação dos direitos sociais; Compromisso com as transformações da sociedade e com a emancipação humana; Competência para realizar pesquisas sistemáticas sobre a realidade e o próprio Serviço

Social, contribuindo para subsidiar ações profissionais e outros processos interventivos e para o avanço da produção do conhecimento no campo da profissão; Capacidade para integrar equipes multidisciplinares de atuação nos diversos campos da atuação profissional: saúde, habitação, comunidade, trabalho, educação, assistência social, dentre outros; Hábil na construção de relações interpessoais relativas ao desenvolvimento da ação profissional, na dimensão psicossocial e política; Responsável com a sua constante atualização e formação profissional; Sensível e sintonizado com as especificidades sociais e culturais da população usuária de seus serviços; Propositivo e criativo na construção e implementação de estratégias que respondam às demandas identificadas no espaço profissional; Mobilizador de recursos institucionais, interinstitucionais e comunitários; Aberto a novas tecnologias que favoreçam ao desenvolvimento do trabalho profissional; Formação generalista, entretanto, deve ser hábil para buscar referências adequadas às demandas institucionais; Administrar os Serviços Sociais em instituições públicas, privadas ou ONG's. (FAPEPE, Projeto Pedagógico, 2013, p.36-37)

Formar assistentes sociais com habilidades que possibilitam, no exercício profissional,

Formular, implementar e avaliar políticas sociais; Assessorar e apoiar os movimentos e grupos sociais populares no exercício, defesa e conquista dos direitos civis, políticos e sociais; Realizar assessoria e consultoria a órgãos da administração pública, empresas privadas, ONG's e outras organizações; Orientar indivíduos e grupos de usuários dos seus serviços, onde estão inseridos profissionalmente, no sentido de identificar recursos e de fazer uso dos mesmos no atendimento à defesa e efetivação dos seus direitos, além de outras demandas; Planejar e executar pesquisas que contribuam para a análise e produção do conhecimento da realidade social, de forma a contribuir com a intervenção profissional; Planejar e gerenciar grupos e serviços. (FAPEPE, Projeto Pedagógico, 2013, p.37-38)

Em suma, o profissional que se deseja formar no curso de Serviço Social da FAPEPE é aquele que possa exercer a profissão em qualquer espaço sócio-ocupacional. Para atingir este objetivo, a IES busca seguir as Diretrizes Curriculares Nacionais para o curso de Serviço Social.

O Projeto Político Pedagógico do Serviço Social da FAPEPE está em consonância com a proposta da ABEPSS, considerando os princípios recomendados:

Flexibilidade e dinamicidade dos currículos plenos expressas na organização de disciplinas e outros componentes curriculares, tais como: oficinas, seminários temáticos, estágio, atividades complementares; - Rigoroso trato teórico, histórico e metodológico da

realidade social e do Serviço Social, que possibilite a compreensão dos problemas e desafios com os quais o profissional se defronta no universo da produção e reprodução da vida social; - Adoção de uma teoria social crítica que possibilite a apreensão da totalidade social em suas dimensões de universalidade, particularidade e singularidade; - Estabelecimento das dimensões investigativa e interpretativa como princípios formativos e condição central da formação profissional, e da relação teoria e realidade; - Presença da interdisciplinaridade no projeto de formação profissional; indissociabilidade das dimensões de ensino, pesquisa e extensão; - Exercício do pluralismo como elemento próprio da vida acadêmica e profissional, impondo-se o necessário debate sobre as várias tendências teóricas que compõem a produção das ciências humanas e sociais; - Compreensão da ética como princípio que perpassa toda a formação profissional; - Necessária indissociabilidade entre a supervisão acadêmica e profissional na atividade de estágio. (MEC, Diretrizes Curriculares, 1999, p.2-3)

Compreendendo que estes princípios pautam-se no projeto profissional definido nas décadas de 1980 e 1990, respeitando a construção feita coletivamente pela categoria profissional, implicando sempre na capacitação consoante às dimensões teórico-metodológica, ético-política e técnico-operativa, as quais proporcionam ao assistente social:

Apreensão crítica do processo histórico como totalidade; - Investigação sobre a formação histórica e os processos sociais contemporâneos que conformam a sociedade brasileira, no sentido de apreender as particularidades da constituição e desenvolvimento do capitalismo e do Serviço Social no país; - Apreensão do significado social da profissão desvelando as possibilidades de ação contidas na realidade; - Apreensão das demandas – consolidadas e emergentes – postas ao Serviço Social via mercado de trabalho, visando formular respostas profissionais que potencializem o enfrentamento da questão social, considerando as novas articulações entre público e privado; - Exercício profissional cumprindo as competências e atribuições previstas na legislação profissional em vigor. (ABEPSS, Diretrizes Gerais para o Curso de Serviço Social, 1996, p.6-7)

Considerando as mudanças verificadas nos padrões de acumulação e regulação social exigirem um redimensionamento das formas de pensar e agir dos profissionais diante das novas demandas, possibilidades e das respostas dadas, o pressuposto central das diretrizes é a permanente construção de conteúdos teóricos, éticos, políticos e culturais para intervenção profissional nos processos sociais, organizados de forma dinâmica, flexível, assegurando padrões de qualidade na formação do assistente social.

Entende-se que a efetivação de um projeto de formação profissional remete, diretamente, a um conjunto de conhecimentos indissociáveis, organizados e propostos nas Diretrizes Curriculares em três núcleos fundamentais no processo formativo, a partir dos quais a FAPEPE estruturou a grade curricular do curso de Serviço Social. No quadro referencial 7 apresentamos os referidos núcleos conforme definidos pela ABEPSS e as disciplinas correspondentes a cada núcleo de fundamentação.

Quadro Referencial 7 - Distribuição dos núcleos de fundamentação e as disciplinas da matriz curricular do curso de Serviço Social da FAPEPE.

NÚCLEO DE FUNDAMENTAÇÃO	DISCIPLINAS DA MATRIZ CURRICULAR
Núcleo de fundamentos teóricos metodológicos da vida social	Introdução à Filosofia; Introdução à Sociologia; Filosofia Contemporânea; Teoria Sociológica Contemporânea; Introdução à Psicologia; Psicologia Social; Antropologia Cultural; Trabalho e Contemporaneidade; Direito e Legislação Social.
Núcleo de fundamentos da formação sócio-histórica da sociedade brasileira	Formação Econômica, Política e Social do Brasil; Economia Política; Economia Brasileira Contemporânea; Classes e Movimentos Sociais.
Núcleo de fundamentos do trabalho profissional	Seguridade Social I e II; Gestão Social I e II; Administração e Planejamento do Serviço Social; Pesquisa em Serviço Social I e II; Processo de trabalho e Serviço Social; Família e Política Social; Metodologia do Trabalho Científico; Introdução ao Serviço Social; Questão Social e o Serviço Social; Fundamentos Históricos e Teórico-metodológicos do Serviço Social I, II, III e IV; Política Social I e II; Ética e o Serviço Social; Trabalho, Informação e Documentação I e II; Supervisão Acadêmica I, II, III e IV; Português Instrumental; Seminário I, II e III; Estatística; Políticas Sociais e Questões Regionais; Estrutura e Organização de Trabalho de Conclusão de Curso I e II; Optativa I, II, III e IV; Trabalho de Conclusão de Curso I e II.

Fonte: Projeto Pedagógico do Curso de Serviço Social da FAPEPE (2013).

Os três núcleos agrupam os conteúdos necessários para a compreensão do processo de trabalho do assistente social, buscando totalidade no tocante ao conhecimento, priorizando a articulação ensino-pesquisa-extensão durante o processo de formação profissional, o tripé dos conhecimentos propostos para a formação do assistente social na busca de superar a fragmentação do processo de ensino-aprendizagem.

As Diretrizes Curriculares para os cursos de graduação apontam como aspecto fundamental na composição dos currículos a flexibilidade curricular, orientação seguida pelo curso de Serviço Social da FAPEPE. Essa flexibilidade expressa-se na possibilidade de definição de disciplinas e/ou outros componentes curriculares, tais como, oficinas, seminários temáticos, atividades complementares, além de garantir a regionalização dos estudos, como forma de favorecer a dinâmica do currículo. Por meio da flexibilização curricular, possibilita-se ao estudante a atualização de conhecimentos e introdução de novas práticas, permitindo uma construção permanente das informações repassadas.

A forma de operacionalização da flexibilidade curricular relacionada às atividades complementares é desenvolvida conforme estabelecido em regimento próprio pela coordenação do curso de Serviço Social da FAPEPE. Essas atividades complementares podem ser: simpósios, semanas de curso, colóquios, seminários, congressos, seminários, encontros, e outras atividades pertinentes à formação em Serviço Social.

Outro indicativo de flexibilidade curricular é em relação às disciplinas optativas (I, II, III e IV), propostas pelo Núcleo Docente Estruturante (NDE) do curso de Serviço Social, conforme exigência da realidade social e das demandas emergentes para a profissão com temáticas bastante atuais. Essas temáticas expressam-se nos diversos espaços sócio-ocupacionais do assistente social, que deve pensar em estratégias de enfrentamento frente a essa demanda. Por isso, o curso de Serviço Social da FAPEPE proporciona ao estudante, por meio de disciplina optativa, discussões sobre a releitura da história do mundo africano, a diversidade cultural brasileira e a questão étnico-racial e indígena.

Na mesma lógica, o curso contempla outros temas, seguindo a Proposta de Diretrizes Curriculares Nacional para a Educação Ambiental. Na disciplina optativa “Serviço Social e Sustentabilidade”, discute-se a incorporação das demandas socioambientais nos espaços sócio-ocupacionais do assistente social, no setor privado e setor público, e sua interlocução com as políticas sociais de saúde, assistência social, habitação, dentre outras. Reflete-se, também, sobre as políticas de sustentabilidade como proteção social pela via da prevenção e possibilita ao estudante a reflexão acerca das catástrofes climáticas e suas consequências para

as populações atingidas. Além dessa disciplina, abordam-se tais questões, de forma mais sucinta, na disciplina optativa “Responsabilidade Social e Serviço Social”.

As disciplinas optativas são obrigatórias, com carga horária de 40 horas/aula, pois a denominação optativa indica apenas a possibilidade de propor temáticas que atendam às necessidades da formação profissional, de acordo com contexto em que os estudantes atuam.

As temáticas previstas a serem desenvolvidas no Serviço Social da FAPEPE, além das supracitadas, são: língua brasileira de sinais (LIBRAS); produção de textos acadêmicos; ciência política; novas ferramentas de informação no Serviço Social; políticas públicas e gênero; assessoria e consultoria em Serviço Social; identidade étnica e cultural brasileira. A organização e a estruturação curricular do curso de Serviço Social da FAPEPE ocorrem por meio de disciplinas básicas e específicas, ainda que esta não seja a única forma possível para a organização do conhecimento acadêmico.

A metodologia de ensino do curso de Serviço Social segue o princípio da orientação aos estudantes nos estudos e reflexões do conhecimento, abrangendo as dimensões: teórico-metodológico, ético-político e técnico-operativo. Isso pressupõe o desenvolvimento da consciência crítica, desenvolvimento da capacitação técnica e instrumentalização plena do estudante para o trabalho nos campos de atuação profissional. Dessa forma, não se perdem de vista a formação cultural do estudante e o princípio de educar não apenas para o trabalho, mas para a vida. O ensino no curso de Serviço Social dá ênfase às disciplinas de caráter teórico, ético e político, como também de preparação para inserção no mercado de trabalho, destacando as habilidades de planejamento e gestão, intervenção profissional e execução de serviços sociais nos mais diferentes espaços sócio-ocupacionais, nas esferas públicas e privadas.

Nas disciplinas, cabe ao docente, juntamente com a coordenação de curso, estabelecer a melhor e mais eficaz estratégia metodológica e didática de ensino: aulas expositivas com a utilização de equipamentos tecnológicos; lousa; dinâmicas de grupo, fomentando o debate e a construção do conhecimento; discussão de textos e filmes; trabalhos individuais e em grupo; apresentação de trabalhos, seminários, etc.

Busca-se uma aprendizagem significativa, que dê consistência à formação de um profissional competente, preponderando a compreensão da articulação das diferentes áreas do saber de modo inter-relacionado. Nessa concepção, a interdisciplinaridade constitui-se tanto princípio da estruturação e articulação curricular, quanto do desenvolvimento das práticas pedagógicas do curso de Serviço Social. Nesse sentido, como um dos meios de pensar a interdisciplinaridade, realiza-se, no segundo bimestre de cada semestre letivo, a Prova Interdisciplinar de Serviço Social (PISS), com conteúdo de todas as disciplinas ministradas no semestre.

Tabela 10 - Matriz curricular do curso de Serviço Social da FAPEPE.

MATRIZ CURRICULAR – Disciplinas e Carga Horária		
PRIMEIRO TERMO	Português Instrumental	40 horas/aula
	Formação Econômica, Política e Social do Brasil	80 horas/aula
	Introdução à Filosofia	40 horas/aula
	Introdução à Sociologia	80 horas/aula
	Metodologia do Trabalho Científico	40 horas/aula
	Introdução ao Serviço Social	80 horas/aula
	Seminário I	40 horas/aula
SEGUNDO TERMO	Filosofia Contemporânea	40 horas/aula
	Teoria Sociológica Contemporânea	80 horas/aula
	Questão Social e o Serviço Social	40 horas/aula
	Fundamento Histórico e Teórico-metodológico do Serviço Social I (FHTM)	80 horas/aula
	Introdução à Psicologia	40 horas/aula
	Economia Política	80 horas/aula
	Seminário II	40 horas/aula
TERCEIRO TERMO	Psicologia Social	80 horas/aula
	Fundamento Histórico e Teórico Metodológico do Serviço Social II (FHTM)	80 horas/aula
	Antropologia Cultural	80 horas/aula
	Estatística	40 horas/aula
	Economia Brasileira Contemporânea	80 horas/aula
	Seminário III	40 horas/aula
QUARTO TERMO	Fundamento Histórico e Teórico-metodológico do Serviço Social III (FHTM)	80 horas/aula
	Política Social I	80 horas/aula
	Ética e Serviço Social	80 horas/aula
	Trabalho e Contemporaneidade	40 horas/aula
	Direito e Legislação Social	80 horas/aula
	Trabalho, Informação e Documentação I (TID)	40 horas/aula
QUINTO TERMO	Pesquisa em Serviço Social I	40 horas/aula
	Política Social II	80 horas/aula
	Fundamento Histórico e Teórico-metodológico do Serviço Social IV (FHTM)	40 horas/aula
	Processo de Trabalho e Serviço Social	80 horas/aula
	Supervisão Acadêmica I	80 horas/aula
	Optativa I	40 horas/aula
	Trabalho, Informação e Documentação II (TID)	40 horas/aula
SEXTO TERMO	Classes e Movimentos Sociais	80 horas/aula
	Família e Política Social	80 horas/aula

	Administração e Planejamento em Serviço Social	40 horas/aula
	Pesquisa em Serviço Social II	40 horas/aula
	Optativa II	40 horas/aula
	Gestão Social I	40 horas/aula
	Supervisão Acadêmica II	80 horas/aula
SÉTIMO TERMO	Gestão Social II	40 horas/aula
	Seguridade Social I	80 horas/aula
	Trabalho de Conclusão de Curso I (TCC)	120 horas/aula
	Estrutura e Organização de TCC I	40 horas/aula
	Optativa III	40 horas/aula
	Supervisão Acadêmica III	80 horas/aula
OITAVO TERMO	Seguridade Social II	80 horas/aula
	Optativa IV	40 horas/aula
	Trabalho de Conclusão de Curso II (TCC)	120 horas/aula
	Supervisão Acadêmica IV	80 horas/aula
	Estrutura e Organização de TCC II	40 horas/aula
	Políticas Sociais e Questões Regionais	40 horas/aula

Fonte: Projeto Pedagógico do Curso de Serviço Social da FAPEPE (2013).

A matriz curricular do curso de Serviço Social da FAPEPE passou por alterações realizadas pela gestão acadêmica do Grupo UNIESP. Após as modificações, o corpo docente e o NDE avaliaram se foram necessárias e se ocorreram para atender às necessidades da formação profissional do assistente social, considerando a realidade social e as demandas profissionais em seus campos sócio-ocupacionais, de acordo com a legislação pertinente ao Serviço Social. Em tempo, vale salientar que o NDE é constituído por docentes do curso de Serviço Social, pois cada curso da FAPEPE possui seu próprio Núcleo, embora nem sempre tenha autonomia para tomar todas as decisões, ficando sob sua responsabilidade decisões mais simplificadas.

Esboçada como ocorreu a implantação do curso de Serviço Social e apresentada sua organização estrutural e curricular, passamos a compreender como está organizado e estruturado o estágio supervisionado em Serviço Social, essencial no processo formativo do assistente social.

3.4 O estágio supervisionado em Serviço Social na FAPEPE

Iniciamos a temática sobre o estágio supervisionado, apresentando a concepção de estágio que consta do Projeto Político Pedagógico do curso na FAPEPE:

O estágio supervisionado é considerado espaço privilegiado de contato direto do discente de Serviço Social com o cotidiano da atuação do Assistente Social, assim como com o mercado de trabalho e com o cotidiano institucional. É um espaço da práxis, singular da relação teórico-prático, do contato direto do aluno com o lócus da atuação profissional. (FAPEPE, Projeto Pedagógico, 2013, p.76)

A concepção do estágio supervisionado em Serviço Social na FAPEPE define-se como processo de aproximação à realidade experienciada pelos assistentes sociais inseridos nos campos sócio-ocupacionais. Portanto, o foco do curso está no processo de inserção do estudante no campo de estágio e as Diretrizes enfatizam o processo de aprendizagem desencadeado no decorrer do estágio supervisionado. Contudo, é uma concepção aquém dos preceitos debatidos pela categoria profissional, mas que atende a orientação contida nas Diretrizes Curriculares. Entendemos que o aprofundamento do estágio supervisionado deu-se e continua acontecendo conforme o amadurecimento e consolidação do curso e do corpo docente nessa IES.

As normas de funcionamento e organização do estágio supervisionado estão previstas em regulamento próprio (Anexo 2), com fundamento na legislação pertinente ao estágio supervisionado em Serviço Social – Lei n.º 8.662 de 1993, Código de Ética Profissional de 1993, Lei n.º 11.788 de 2008, Resolução n.º 533 do CFESS de 2008. Desde o início do estágio supervisionado, com a primeira turma, há uma busca constante de desenvolver tal processo de acordo com os parâmetros definidos na Política Nacional de Estágio (PNE) proposta pela ABEPSS.

O estágio supervisionado em Serviço Social na FAPEPE configura-se como atividade curricular obrigatória a partir da inserção do estudante no 5º semestre do curso (5º termo), com carga horária total de 480 (quatrocentos e oitenta) horas. O estudante realiza, em cada semestre, 120 (cento e vinte) horas, equivalendo a quatro semestres (do 5º ao 8º termo) que, ao final, somam-se às 480 (quatrocentos e oitenta) horas. Essa carga horária é distribuída ao longo do semestre, de modo a não ocorrer o desligamento do estudante do campo de estágio, garantindo a unidade entre a teoria e a prática.

Quando a carga horária no semestre for superior a 120 (cento e vinte) horas, o estudante pode utilizar o excedente como estágio extracurricular, para fins de atividades complementares. O estudante pode iniciar o estágio supervisionado, somente, quando estiver matriculado no quinto termo e já tenha cursado as disciplinas “Fundamentos Históricos e Teóricos Metodológicos do Serviço Social I, II e III” e “Ética e o Serviço Social”, conforme preconiza o Regulamento de Estágio.

Durante o processo de estágio, o estudante tem a supervisão direta do supervisor de campo e do supervisor acadêmico, assistentes sociais, conforme definido pela PNE. Ao supervisor de campo, cabe a supervisão no espaço sócio-ocupacional, já ao supervisor acadêmico, a supervisão na sala de aula. A carga horária da supervisão acadêmica é de 80 (oitenta) horas/aula ministradas em sala de aula, com horário específico estabelecido na grade horária. Na supervisão acadêmica são discutidos conteúdos referentes a métodos e técnicas de supervisão, prática profissional, documentos de estágio, instrumentos e sistematização da ação profissional, entre outros. Portanto, o estágio supervisionado I, II, III e IV em Serviço Social é acompanhado por meio da disciplina de Supervisão Acadêmica I, II, III e IV, ofertada na matriz curricular.

O direcionamento do estágio na formação profissional do estudante de Serviço Social da FAPEPE busca a indissociabilidade entre as dimensões: teórico-metodológica, ético-política e técnico-operativa, objetivando garantir um processo dialético entre essas dimensões e a unidade entre a teoria e a prática.

Tabela 11 - Ementário do estágio supervisionado e da supervisão acadêmica.

EMENTAS TERMOS	ESTÁGIO SUPERVISIONADO	SUPERVISÃO ACADÊMICA
QUINTO TERMO	Planejamento e organização das atividades de estágio. Supervisão acadêmica sobre o processo inicial de estágio.	Planejamento e organização das atividades de estágio. Supervisão acadêmica sobre o processo inicial de estágio.
SEXTO TERMO	Reflexão teórico-metodológica sobre as atividades desenvolvidas pelo Assistente Social. Discussão sobre o projeto de intervenção profissional e a participação do estagiário. Estudo da população, das demandas, dos recursos institucionais.	Reflexão teórico-metodológica sobre as atividades desenvolvidas pelo Assistente Social. Discussão sobre o projeto de intervenção profissional e a participação do estagiário. Estudo da população, das demandas, dos recursos institucionais.

SÉTIMO TERMO	Reflexão e planejamento das estratégias de ação a partir da análise das atividades desenvolvidas. Desenvolvimento de habilidades teórico-metodológicas. Identificação das dificuldades e limites da ação profissional.	Reflexão e planejamento das estratégias de ação a partir da análise das atividades desenvolvidas. Desenvolvimento de habilidades teórico-metodológicas. Identificação das dificuldades e limites da ação profissional.
OITAVO TERMO	Reflexões sobre as atividades desenvolvidas no último semestre de estágio. Principais dificuldades teórico-metodológicas do estagiário. Expectativas, dúvidas e orientações ao estagiário com relação ao mercado de trabalho do assistente social no município e na região.	Reflexões sobre as atividades desenvolvidas no último semestre de estágio. Principais dificuldades teórico-metodológicas do estagiário. Expectativas, dúvidas e orientações ao estagiário com relação ao mercado de trabalho do assistente social no município e na região.

Fonte: Projeto Pedagógico do Curso de Serviço Social da FAPEPE (2013).

É notória a busca pela relação indissociável entre estágio supervisionado e supervisão acadêmica, reforçando as determinações previstas nos marcos legais. Entretanto, a supervisão acadêmica ainda não cumpre todos os princípios expressos na PNE. Há dificuldade quanto ao princípio que orienta sobre uma maior articulação entre o supervisor de campo e acadêmico.

[...] articulação entre Formação e Exercício Profissional, expressa e potencializada por meio da interlocução entre estudantes, professores(as) e assistentes sociais dos campos de estágio. Possibilita, portanto, a identificação e análise das demandas, desafios e respostas mobilizadas no cotidiano de trabalho dos(as) assistentes sociais e fomenta a construção/socialização de conhecimentos e reflexões, bem como o desenvolvimento de competências profissionais (ABEPSS, Política Nacional de Estágio, 2009, p.13).

A falta de articulação entre os supervisores ocorre, porque o horário de trabalho dos docentes na IES é voltado apenas para a sala de aula, já que o contrato de trabalho é de horista. A fim de esses supervisores acadêmicos poderem realizar o contato com o supervisor de campo, faz-se necessária a remuneração dessas horas. Todavia, não há disponibilidade por parte da IES em atender o princípio preconizado pela PNE.

[...] o estágio, enquanto atividade didático-pedagógica, pressupõe a supervisão acadêmica e de campo, numa ação conjunta, integrando planejamento, acompanhamento e avaliação do processo de ensino-aprendizagem e do desempenho do(a) estudante, na perspectiva de desenvolvimento de sua capacidade de investigar, apreender criticamente, estabelecer proposições e intervir na realidade social. (ABEPSS, Política Nacional de Estágio, 2009, p.13)

Além do princípio da indissociabilidade entre a supervisão acadêmica e de campo indicada pela PNE, há a orientação quanto ao número de estagiários distribuídos para cada supervisor. Quanto à quantidade de estagiários a serem supervisionados pelo supervisor de campo segue-se o que está preceituado pela Resolução do CFESS n.º 533/2008:

Art. 3º. [...] Parágrafo único. A definição do número de estagiários a serem supervisionados deve levar em conta a carga horária do supervisor de campo, as peculiaridades do campo de estágio e a complexidade das atividades profissionais, sendo que o limite máximo não deverá exceder 1 (um) estagiário para cada 10 (dez) horas semanais de trabalho. (CFESS, Resolução N.º 533, 2008, p.3)

A PNE (2009, p.34) indica que a “[...] supervisão acadêmica não deve ultrapassar o limite de 15 estudantes por turma, tendo em vista as especificidades da disciplina de estágio [...]”.

A norma em relação à quantidade de estagiários por supervisor de campo tem sido atendida, pois o Núcleo de Estágio Supervisionado que é responsável pelo acompanhamento do estágio em Serviço Social da FAPEPE tem orientado constantemente os supervisores de campo e estagiários. No entanto, a orientação da PNE em relação à quantidade de estagiários para a supervisão acadêmica se encontra em processo de ajuste.

Entre as atribuições definidas para o Núcleo, está a responsabilidade de organizar a programação dos encontros/reuniões com os supervisores de campo, como forma de estreitar as relações profissionais, bem como cumprir as orientações da PNE sobre a importância desse elo na discussão e reflexão a respeito do estágio supervisionado e da supervisão direta como fundamental na formação profissional. Isso tem ocorrido por meio da realização de encontros sistemáticos com os supervisores de campo e acadêmico, objetivando a discussão do processo de formação profissional. Além disso, busca-se a indissociabilidade entre a supervisão de campo e acadêmica.

A organização administrativa do estágio supervisionado em Serviço Social na FAPEPE teve início no segundo semestre de 2009, com a criação e a estruturação do Núcleo de Estágio Supervisionado em Serviço Social, responsável pela organização do estágio supervisionado na instituição, sob a coordenação de um assistente social. O Núcleo tem a função primordial de organizar e acompanhar a

realização do estágio supervisionado dos estudantes regularmente matriculados no curso de Serviço Social. Essa função é exercida por meio da coordenação do Núcleo e dos supervisores acadêmicos. Semestralmente, é encaminhada ao CRESS a relação dos estudantes que se encontram em processo de estágio supervisionado, bem como dos respectivos campos de estágio e seus supervisores de campo e acadêmicos, conforme estabelece a Resolução n.º 533 do CFESS.

O assistente social que exerce a função de coordenação do Núcleo tem uma carga horária para o acompanhamento do estágio supervisionado de dez horas semanais. Essa carga horária é insuficiente para atender todas as exigências preconizadas pela PNE, embora já tenha sido solicitada a direção sua ampliação. A carga horária é distribuída a cada semestre entre o período matutino e noturno, no intuito de atender as demandas dos estudantes e as de cunho administrativo, pois não há um oficial administrativo. As atribuições da coordenação de estágio e de todas as partes envolvidas no processo de estágio – coordenador do curso, supervisores de campo e acadêmico, instituição de ensino e estagiários – estão previstas e definidas no Regulamento de Estágio (Anexo 2).

No Núcleo, é mantida e organizada toda a documentação dos estudantes em processo de estágio supervisionado, no formato de prontuários. O estágio supervisionado é avaliado e sistematizado, por meio de documentos entregues obrigatoriamente pelos estudantes, a saber: apólice de seguro de vida; termo de compromisso de estágio (TCE); plano de estágio; relatórios mensais das atividades realizadas no campo de estágio; análise institucional; perfil e análise do usuário de Serviço Social de acordo com o campo de estágio do estudante; artigo científico; projeto de intervenção; avaliação do supervisor de campo; autoavaliação do estudante; declaração semestral de cumprimento da carga horária; e termos aditivos, conforme o termo de compromisso de estágio sofre alterações. O estudante mantém uma pasta de estágio com uma via de todos os documentos de seu prontuário.

Esses documentos são recebidos pelo supervisor acadêmico, conforme cronograma elaborado pelo Núcleo, no início de cada semestre letivo. Essa documentação é avaliada e revisada sistematicamente pelo coordenador do estágio supervisionado, juntamente com os supervisores acadêmicos, objetivando

compreensão e avaliação do processo de ensino-aprendizagem, durante a realização do processo de estágio.

3.4.1 Caracterização dos campos de estágio supervisionado em Serviço Social conveniados com a FAPEPE

O estágio supervisionado da primeira turma do curso de Serviço Social da FAPEPE teve início no primeiro semestre letivo de 2010. No entanto, o contato inicial com as instituições que mais tarde foram formalizadas como os primeiros campos de estágio começaram no semestre anterior, quando o Núcleo iniciou suas atividades. O contato com os campos de estágio estabeleceu-se diretamente com o assistente social da instituição, a fim de estreitar a relação entre o supervisor de campo e o Núcleo. O propósito do contato era discutir as perspectivas para a realização do estágio supervisionado e da supervisão direta.

O Regulamento de Estágio determina que, para a inserção do estudante no campo de estágio, são necessárias: a celebração do Termo de Convênio com a instituição que disponibiliza vagas para realização do estágio supervisionado; e a celebração do Termo de Compromisso de Estágio (TCE) entre o estudante, o campo de estágio e a FAPEPE, por meio do Núcleo de Estágio Supervisionado.

As instituições são conveniadas pela FAPEPE, conforme oferta de vagas de estágio. Na tabela 12, indica-se em que proporção, desde o início do estágio supervisionado em Serviço Social, foram sendo conveniados os campos de estágio.

Tabela 12 - Distribuição dos campos de estágio em Serviço Social conveniados.

CAMPOS DE ESTÁGIO CONVENIADOS NA CIDADE DE PRESIDENTE PRUDENTE, NAS CIDADES DA REGIÃO DE PRESIDENTE PRUDENTE E EM OUTROS ESTADOS DA FEDERAÇÃO							
ÁREA \ ANO	2010	2011	2012	2013	2014	TOTAL	
ASSISTÊNCIA SOCIAL	33	17	13	6	3	72	
EDUCAÇÃO	0	1	2	0	0	3	
EMPRESA	1	1	0	0	0	2	
SAÚDE	12	10	7	5	0	34	
SOCIOJURÍDICO	5	1	0	0	1	7	
TOTAL	51	30	22	11	4	118	

Fonte: Núcleo de Prática em Serviço Social da FAPEPE (2014).

Os campos de estágio em Serviço Social conveniados pela FAPEPE concentram-se na esfera pública, nas áreas: assistência social, saúde, educação e sociojurídico. Tal constatação reforça ainda mais os dados levantados pelo CFESS, ou seja, o campo sócio-ocupacional constituído por órgãos públicos é majoritário.

Já as áreas de atuação profissional que apresentam maior número de vagas de estágio são a assistência social e a saúde. Constatação feita por Raichelis (2009, p.383): “[...] os assistentes sociais continuam sendo majoritariamente trabalhadores assalariados, principalmente dos organismos governamentais, com ênfase para o campo da seguridade social nas políticas de saúde e assistência social”.

Embora haja um número expressivo de campos de estágio na esfera pública não temos como desconsiderar o crescimento do terceiro setor responsável por parte da prestação dos serviços sociais a sociedade, principalmente, nas áreas de assistência social e saúde.

Outra observação importante é fato de o estágio supervisionado não ser remunerado na maioria dos campos de estágio: o estudante-estagiário não recebe nenhuma bolsa auxílio ou ajuda de custo nas despesas com transporte para deslocamento até o campo de estágio. Os estágios remunerados são apenas da esfera pública estadual, pertencentes à Secretaria da Administração Penitenciária do estado de São Paulo e da Fundação Instituto de Terras do Estado de São Paulo.

O convênio com o campo de estágio não indica obrigatoriedade, por parte da instituição concedente, de ter estagiário todo semestre, podendo haver períodos sem estagiário, seja por opção do próprio supervisor de campo, seja porque a IES não tem estudante para encaminhar àquele campo.

No entanto, essa situação não compromete o convênio firmado, que continua em vigência. O prazo de vigência dos convênios entre a FAPEPE e os campos de estágio é de sessenta meses, podendo ser renovado após vencimento por tempo indeterminado, se as condições para realização do estágio supervisionado forem mantidas e se for de interesse das partes (FAPEPE e Unidade Concedente).

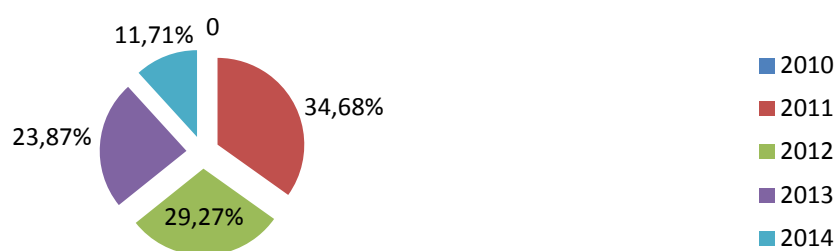
3.4.2 Perfil dos supervisores de campo em Serviço Social da FAPEPE

O número de supervisores de campo cadastrados na FAPEPE, conforme levantamento realizado pela pesquisadora no primeiro semestre de 2014, chega a 125 (cento e vinte e cinco) assistentes sociais, distribuídos entre os campos de estágio conveniado na cidade de Presidente Prudente e região e outros estados.

O grupo de supervisores de campo ao qual nos referimos apresenta características importantes a serem analisadas, para compreensão do perfil dos profissionais que exercem a atribuição da supervisão de estágio em Serviço Social na FAPEPE. O cadastro dos supervisores de campo da FAPEPE teve início no ano de 2010, quando a primeira turma de Serviço Social iniciou seu processo de estágio supervisionado.

Conforme demonstrado pelo gráfico 1, no ano de 2011, o percentual de supervisores cadastrados foi o mais significativo (35%), já em 2014, não foi expressivo (1%).

Gráfico 1 - Distribuição dos supervisores de campo por ano de cadastro na FAPEPE.

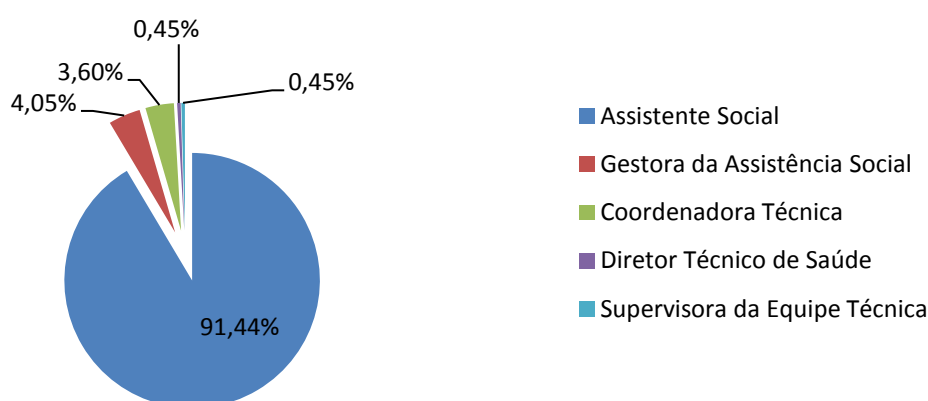


Fonte: A própria autora, (2014)

Dos assistentes sociais que exercem a atribuição de supervisores de estágio, 91,44% (gráfico 2) não acumulam cargos de coordenação ou gestão, ou outra função que requer autoridade sobre a equipe de trabalho. Apenas 8,56% exercem alguma função de chefia, não impedindo-os de serem supervisores de campo, pois atribuições de gestão e coordenação são pertinentes ao exercício profissional. Exercer uma função ou cargo de gestor, chefe ou coordenador ocorre porque, segundo Iamamoto (2009, p.367, grifo da autora), no Brasil, com “[...] O

processo de descentralização das políticas sociais públicas, com ênfase na municipalização, requer dos assistentes sociais – como de outros profissionais – novas *funções e competências*”. No gráfico 2 podemos constatar essa afirmação, ainda que não sejam muitos os assistentes sociais que exerçam cargos ou funções com destaque na gestão das políticas sociais.

Gráfico 2 - Distribuição dos supervisores de campo por cargo ou função exercida.

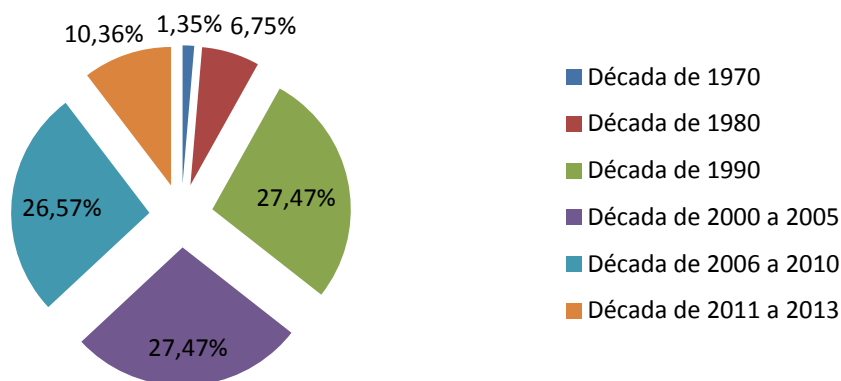


Fonte: A própria autora, (2014).

Outro dado importante para delinear o perfil do supervisor de campo da FAPEPE é o ano da graduação em Serviço Social, pois constatamos a variação do tempo de formação do supervisor de campo entre um até trinta anos de exercício profissional (gráfico 3). Prevalece, contudo, a média dos dez anos de formação.

Nos contatos realizados com os assistentes sociais, individualmente ou nos encontros de supervisores, desde o início do estágio supervisionado na FAPEPE, percebe-se que graduados a partir da década de 1990 têm maior disponibilidade e interesse de terem estagiários e exercerem supervisão direta.

Gráfico 3 - Distribuição dos supervisores de campo por ano da graduação em Serviço Social.



Fonte: A própria autora, (2014).

O percentual de 85% fez a graduação de Serviço Social na cidade de Presidente Prudente, em uma instituição de ensino superior privada que mantém o curso de Serviço Social há mais de 25 anos. Porém, 6% são assistentes sociais formados pela própria FAPEPE, são, portanto, supervisores de campo, pois a primeira turma graduada foi em dezembro de 2011. Há, ainda, 1% de assistentes sociais que se graduou em instituições de ensino superior que ofertam o curso de Serviço Social à distância.

Tabela 13 - Distribuição da IES responsável pela graduação do supervisor de campo da FAPEPE.

INSTITUIÇÃO DE ENSINO SUPERIOR	ESTADO DA FEDERAÇÃO ONDE ESTÁ SITUADA A IES
Centro Universitário Toledo	São Paulo (Presidente Prudente)
Universidade Estadual de Londrina (UEL)	Paraná (Londrina)
Faculdade de Presidente Prudente (FAPEPE)	São Paulo (Presidente Prudente)
Instituto Superior de Ciências Aplicadas (FECEA)	Paraná (Paranavaí)
Faculdade Paulista de Serviço Social	São Paulo (São Caetano do Sul)
Faculdade de Serviço Social de Piracicaba	São Paulo (Piracicaba)
FUCMAT	Mato Grosso do Sul (Campo Grande)
Faculdade de Serviço Social de Lins	São Paulo (Lins)
Centro Universitário do Triângulo (UNITRI)	Minas Gerais (Uberlândia)
ANHANGUERA-UNIDERP	Mato Grosso do Sul (Campo Grande)
UNOPAR	Paraná

Fonte: A própria autora a partir de dados do Núcleo de Prática em Serviço Social da FAPEPE, (2014).

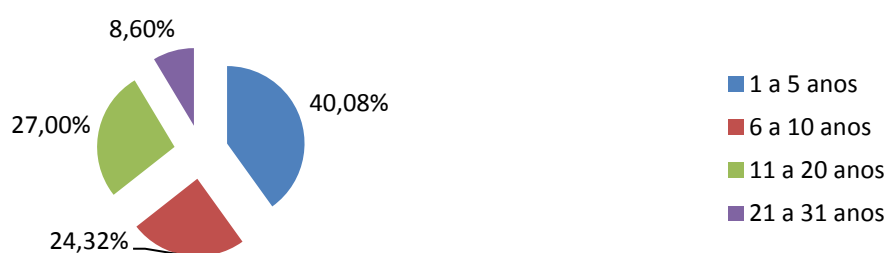
A maioria dos supervisores de campo fez sua graduação na cidade de Presidente Prudente, exercendo a profissão de Serviço Social nessa cidade, em diversos campos sócio-ocupacionais.

Dado relevante é não haver busca pela formação continuada, pois o percentual de supervisores de campo que fizeram pós-graduação *lato sensu* ou *stricto sensu* não é significativo diante do número de profissionais formados. Os supervisores de campo que possuem pós-graduação atingem o percentual de 38% e as áreas de especialização são: administração e planejamento de políticas sociais; política pública; metodologia do ensino superior; terapia de família e casal; violência doméstica; trabalho social com família; metodologia do serviço social; administração em serviço social; gestão de políticas e seguridade social; gerontologia; auditoria em serviço social; saúde mental; política social e processos de gestão; educação especial; dependência química; psicopedagogia; gestão pública; gestão educacional; gestão de pessoas; gestão de projetos sociais; política de atendimento à criança e ao adolescente; recursos humanos e psicologia organizacional; serviço social em direito de família; saúde pública. O percentual de profissionais que não fizeram nenhuma pós-graduação é de 62%.

Pesquisamos se os supervisores de campo da FAPEPE têm outra graduação e chegamos ao resultado de que apenas 5% possuem outra graduação, nas seguintes áreas: educação física; comunicação social; geografia e história; filosofia; ciências sociais; direito; pedagogia; educação artística; teologia.

O tempo de exercício da profissão dos supervisores é de um a quinze anos de atuação, como demonstra o gráfico 4.

Gráfico 4 - Distribuição dos supervisores de campo por tempo de exercício profissional.



Fonte: A própria autora, (2014).

As cidades em que estão localizados os campos sócio-ocupacionais dos supervisores de campo cadastrados e exercendo a supervisão direta na FAPEPE são: Presidente Prudente (com o percentual de 42,81% dos supervisores de campo); Martinópolis; Álvares Machado; Pirapozinho; Presidente Bernardes; Santo Anastácio; Teodoro Sampaio; Regente Feijó; Presidente Venceslau; Iepê; Rancharia; Presidente Epitácio; Rosana; Caiuá; Tarabai; Alfredo Marcondes; Nantes; Taciba; Santo Expedito; Narandiba; Estrela do Norte; Mirante do Paranapanema; Marabá Paulista; Anhumas; Sandovalina; Caiabu; Euclides da Cunha Paulista; Ribeirão dos Índios; Emilianópolis. Todas essas cidades localizam-se na Região Administrativa de Presidente Prudente. Constam, também, as cidades de Centenário do Sul, no Paraná, e a cidade de Bataguassu, no Mato Grosso do Sul.

3.4.3 Perfil dos estagiários de Serviço Social da FAPEPE

Conforme levantamento da pesquisadora, no segundo semestre letivo de 2014, o curso de Serviço Social da FAPEPE tinha 287 (duzentos e oitenta e sete) estudantes matriculados regularmente do primeiro ao oitavo termo, dos quais 186 (cento e oitenta e seis) estavam em processo de estágio curricular obrigatório, do quinto ao oitavo termo, terceiro e quarto anos da graduação em Serviço Social na FAPEPE, conforme a distribuição no quadro referencial 8:

Quadro Referencial 8 - Distribuição dos estudantes em processo de estágio supervisionado.

TERMO	NÚMERO DE ESTUDANTES	PERÍODO
5º Termo A	8 alunos	Diurno
5º Termo B	9 alunos	Noturno
6º Termo A	27 alunos	Diurno
6º Termo B	16 alunos	Diurno
6º Termo C	39 alunos	Noturno
7º Termo A	34 alunos	Noturno
8º Termo A	26 alunos	Noturno
8º Termo A	27 alunos	Noturno

Fonte: Núcleo de Estágio Supervisionado em Serviço Social da FAPEPE (2014).

As duas turmas de quinto termo que compreende o início do processo de estágio supervisionado na FAPEPE havia 17 (dezessete) estudantes

inseridos no estágio obrigatório⁵². A predominância absoluta era do sexo feminino. Turmas no período matutino e noturno. A faixa etária dessas turmas era entre 18 a 60 anos de idade, sendo predominante a faixa etária entre 18 a 45 anos de idade.

No sexto termo destacam-se as seguintes informações: predominância de estudantes do sexo feminino; turmas no período matutino e noturno; maior volume de estudantes – 82 (oitenta e dois) – distribuídos em três turmas. Quanto à faixa etária, identificou-se os estudantes distribuídos entre 18 a 45 anos de idade.

No sétimo termo, a turma se constituía de 34 (trinta e quatro) estudantes matriculados no período noturno. Havia predominância do sexo feminino; e a faixa etária compreendia entre 18 a 45 anos de idade.

Os estudantes matriculados no oitavo termo estavam distribuídos no período noturno, com 53 (cinquenta e três) estudantes. Havia predominância do sexo feminino. E a faixa etária dessa turma era entre 18 e 45 anos de idade.

Enfim, constatamos através dos dados coletados que no curso de Serviço Social da FAPEPE, há um recorte de gênero que segundo Iamamoto (2010, p.104): “[...] uma categoria profissional predominantemente feminina, uma profissão tradicionalmente de mulheres e para mulheres”. A identidade dessa profissão tem sido a condição feminina, mas isso não significa o desconhecimento do, embora minoritário, contingente masculino.

Quanto à faixa etária das turmas nos leva a análise de que há duas perspectivas em andamento: a primeira indica que parte dos estudantes concluiu o ensino médio e ingressou no ensino superior. A segunda indica um contingente de estudantes que ingressaram tardiamente no ensino superior: por necessitar imediatamente de se inserir no mercado de trabalho; busca de maior qualificação profissional e o desejo de melhores salários; diante da facilidade de financiamento estudantil, ingressaram para realizar o sonho do curso superior que não puderam concretizar na juventude.

⁵² O estágio em Serviço Social está definido em duas modalidades: estágio obrigatório e não obrigatório. O estágio obrigatório está estabelecido nas Diretrizes Curriculares e o não obrigatório na Lei n.º 11.788/2008.

Quadro Referencial 9 - Distribuição dos estagiários por faixa etária.

FAIXA ETÁRIA	5º TERMO	6º TERMO	7º TERMO	8º TERMO
18 a 25 anos de idade	6	30	11	17
26 a 35 anos de idade	4	21	12	17
36 a 45 anos de idade	5	21	10	12
46 a 55 anos de idade	1	9	1	6
56 a 60 anos de idade	1	0	0	1
Mais de 60 anos de idade	0	1	0	0
TOTAL	17	82	34	53

Fonte: Núcleo de Estágio Supervisionado em Serviço Social da FAPEPE (2016).

Passamos a analisar a carga horária semanal de cumprimento do estágio supervisionado na FAPEPE. A indicação do cumprimento da carga horária foi estabelecida pelo Núcleo de Estágio Supervisionado e está em conformidade com a legislação sobre estágio remunerado, que não pode ultrapassar seis horas diárias, podendo se constituir numa carga horária semanal de vinte ou trinta horas.

A carga horária mínima e máxima para o estágio não remunerado, não está estabelecido na legislação. Dessa forma, após estudos, reuniões e avaliações realizadas pela coordenação de estágio na FAPEPE em 2009/2010, ficou definido o limite de oito a doze horas semanais de carga horária, preservando a carga horária máxima de seis horas diárias.

Analisando a média de carga horária cumprida pelas turmas de estágio supervisionado, chegamos aos seguintes resultados: todas as turmas – do quinto ao oitavo termo – cumpriram carga horária semanal entre oito a doze horas, ficando dentro dos parâmetros estabelecidos pelo Núcleo de Estágio Supervisionado; a variação da carga horária acontece de acordo com a disponibilidade de tempo do estudante-estagiário para realização do estágio supervisionado, e a disponibilidade do supervisor de campo em realizar a supervisão direta.

Identificamos que 23 (vinte e três) campos de estágio oferecem estágio supervisionado remunerado ao estudante-estagiário da FAPEPE. Esses campos de estágio compreendem prefeituras municipais, fundação estadual e unidades prisionais. O valor predominante das bolsas de estágio oferecidas é de um salário mínimo nacional.

Quanto aos dados referentes à área de atuação dos campos de estágio há predominância na política de assistência social (órgão gestor; CRAS; CREAS; entidades do terceiro setor), seguida da política de saúde (UBS; CAPs-AD; saúde mental; órgão gestor); áreas constituídas pelo sistema prisional, política fundiária e educação.

Diante do universo de 186 (cento e oitenta e seis) estudantes em processo de estágio supervisionado, constatamos, no período de realização do levantamento, não ser significativa a mudança de campo de estágio, ou seja, eles iniciam o processo de estágio supervisionado em um respectivo campo de estágio e permanecem até a conclusão do curso. Quando há alteração do campo de estágio, os motivos alegados são: oportunidade de estágio remunerado; oportunidade de estágio na cidade de domicílio; interesse em conhecer outros campos sócio-ocupacionais do Serviço Social; e não adaptação ao campo de estágio.

Outra constatação é de que a maioria dos estudantes-estagiários realizava o estágio supervisionado em campos de estágio localizados em suas cidades de domicílio.

No levantamento realizado conseguimos identificar, também, as atividades realizadas pelos estudantes-estagiários das turmas em processo de estágio supervisionado a partir dos relatórios entregues mensalmente no Núcleo de Estágio Supervisionado (quadro referencial 10). As atividades expressam um conjunto de ações relacionadas às competências e atribuições privativas do assistente social.

Porém, separamos dos demais termos as atividades realizadas pelos estagiários do quinto termo, pois, no primeiro semestre de estágio supervisionado, os estagiários ficam mais na posição de observação, muito pertinente por ser o contato inicial com o exercício profissional.

Como podemos constatar no quadro referencial 10, as atividades realizadas pelos estagiários no primeiro semestre de estágio supervisionado são voltadas para a observação sistemática.

A observação sistemática consiste na aproximação do estudante ao campo de estágio, permitindo a identificação e a análise da vida social e da realidade social. Desta forma, entendendo o processo de estágio supervisionado como uma primeira aproximação do estudante com o espaço e a prática profissional,

por meio da observação, o estudante adquire conhecimentos da realidade social, bem como compreende as habilidades profissionais a partir do processo de aprendizagem da profissão.

Assim, observando o assistente social no campo de estágio, o estudante apreende a sua atuação e o modo como age. Essa compreensão é referência para o estudante de Serviço Social no processo da formação de sua identidade profissional. Isto possibilita ao estudante a transformar aquilo que aprendeu em posturas, produtos, serviços e informações.

No entanto, essa atividade de observação indicada no quadro referencial 10 tem sido mantida em todos os semestres de estágio, demonstrando que o estagiário continuará a observar a atuação do assistente social durante o processo de ensino-aprendizagem.

Quadro Referencial 10 - Distribuição das atividades realizadas pelos estagiários do quinto termo.

EIXOS DE ANÁLISE	DESCRIÇÃO DAS ATIVIDADES	COMPETÊNCIAS E ATRIBUIÇÕES (Lei n.º 8.662/1993)
<p style="text-align: center;">AÇÕES RELACIONADAS À ATUAÇÃO DIRETA COM OS USUÁRIOS (Atividades de Observação e Acompanhamento / Atividades de Registro e Organização de Documentos)</p>	Observação/Acompanhamento dos atendimentos individuais dos usuários.	Encaminhar providências e prestar orientação social a indivíduos, grupos e à população.
	Observação/Acompanhamento das ações socioeducativas com famílias beneficiárias dos programas de transferência de renda.	Elaborar, implementar, executar e avaliar políticas sociais junto a órgãos da administração pública, direta ou indireta, empresas, entidades e organizações populares.
	Observação/Acompanhamento do preenchimento do cadastro dos usuários nos programas sociais.	
	Observação/Acompanhamento da realização da entrevista social com usuário.	
	Observação/Acompanhamento do encaminhamento do usuário para rede de apoio.	
	Observação/Acompanhamento de triagem e da visita domiciliar.	Orientar indivíduos e grupos de diferentes segmentos sociais no sentido de identificar recursos e de fazer uso dos mesmos no atendimento e na defesa de seus direitos.
	Observação/Acompanhamento do atendimento grupal dos usuários.	
	Participação e colaboração na organização de atividades externas com os usuários.	
	Contato telefônico com os usuários.	
	Elaboração de relatório referente ao atendimento realizado ao usuário.	Realizar vistorias, perícias técnicas, laudos periciais, informações e pareceres sobre a matéria de Serviço Social.
Organização e registro dos atendimentos nos prontuários dos usuários.		
<p style="text-align: center;">AÇÕES RELACIONADAS</p>	Conhecimento dos serviços / atividades oferecidas pela Instituição.	Planejar, organizar e administrar programas e projetos em Unidade de Serviço Social.
	Leitura / conhecimento dos documentos institucionais (plano de ações, prontuários, relatórios, legislação, textos da área de atuação, etc.).	

AO RECONHECIMENTO DA INSTITUIÇÃO COMO CAMPO OCUPACIONAL PARA O TRABALHO DO ASSISTENTE SOCIAL	Participação de reunião técnica da equipe de trabalho.	
	Participação e colaboração na organização de atividades comemorativas.	
	Participação de reuniões com as instituições que compõem da rede de apoio.	
	Participação de cursos referentes à área de atuação da Instituição.	
	Participação das reuniões do Conselho Municipal de Direitos da Criança e Adolescente (CMDCA).	
	Contato telefônico com as instituições que constituem a rede de apoio.	
AÇÕES DIRECIONADAS AO DESENVOLVIMENTO DA ATITUDE INVESTIGATIVA	Levantamento de dados quantitativos para elaboração do perfil do usuário.	Realizar estudos socioeconômicos com os usuários para fins de benefícios e serviços sociais junto a órgãos da administração pública direta e indireta, empresas privadas e outras entidades.
	Levantamento de dados quantitativos quanto aos beneficiários do Benefício de Prestação Continuada (BPC).	
	Elaboração de fôlder e cartilha para divulgação do trabalho da instituição.	Planejar, organizar e administrar programas e projetos em Unidade de Serviço Social.

Fonte: A própria autora a partir de dados do Núcleo de Estágio Supervisionado em Serviço Social da FAPEPE (2014).

É importante frisar também que as atividades realizadas pelos estagiários cumprem as competências e atribuições privativas requeridas na formação do assistente social, conforme a Lei que regulamenta a profissão. Por isso, no quadro referencial 10, fizemos o comparativo entre as atividades realizadas pelas turmas do quinto termo com a Lei n.º 8.662/1993. Dessa forma, podemos concluir que as atividades realizadas pelos estudantes do quinto termo no campo de estágio, ainda que sejam por meio da observação sistemática, estão relacionadas às competências e atribuições do assistente social, permitindo-lhes fazerem a análise crítica da realidade. Portanto, possibilita-se estruturar o trabalho para o enfrentamento das situações e demandas sociais apresentadas no cotidiano institucional.

De modo a concluir o perfil dos estagiários de Serviço Social da FAPEPE, apresentamos as atividades realizadas pelas turmas do sexto ao oitavo termo, em seus respectivos campos de estágio, as quais foram identificadas nos relatórios entregues mensalmente no Núcleo de Estágio Supervisionado (quadro referencial 11).

Observamos como as atividades em relação ao primeiro semestre (quinto termo) de estágio foram ampliadas, mantendo-se até o final do processo de

estágio, demonstrando o maior envolvimento do estagiário com as ações desenvolvidas no campo de estágio.

As atividades realizadas pelos estudantes-estagiários das turmas do sexto ao oitavo termo no campo de estágio estão relacionadas às competências e atribuições privativas do assistente social. Entendemos que a relação permite-nos observar que, a partir do segundo semestre de estágio supervisionado, o estudante passa a ter a possibilidade de realizar a análise crítica da realidade, pois começa a participar da execução das ações desenvolvidas no campo de estágio, partindo da observação sistemática e realizando ações constitutivas da dimensão técnico-operativa.

Quadro Referencial 11 - Distribuição das atividades realizadas pelos estagiários do sexto ao oitavo termo.

EIXOS DE ANÁLISE	DESCRIÇÃO DAS ATIVIDADES	COMPETÊNCIAS E ATRIBUIÇÕES (Lei n.º 8.662/1993)
AÇÕES RELACIONADAS À ATUAÇÃO DIRETA COM OS USUÁRIOS.	Observação e acompanhamento dos atendimentos individuais realizados aos usuários.	Encaminhar providências, e prestar orientação social a indivíduos, grupos e à população.
	Participação das ações socioeducativas com famílias beneficiárias dos programas de transferência de renda.	Elaborar, implementar, executar e avaliar políticas sociais junto a órgãos da administração pública, direta ou indireta, empresas, entidades e organizações populares.
	Preenchimento do cadastro dos usuários nos programas sociais.	
	Orientação sobre o Benefício de Prestação Continuada (BPC) ao usuário.	
	Acompanhamento e realização de triagem.	Orientar indivíduos e grupos de diferentes segmentos sociais no sentido de identificar recursos e de fazer uso dos mesmos no atendimento e na defesa de seus direitos.
	Realização de encaminhamento do usuário para rede de apoio.	
	Contato telefônico com os usuários.	
	Participação de atendimento grupal dos usuários.	
	Observação e acompanhamento de visita domiciliar.	
	Participação e colaboração na organização de atividades externas com os usuários.	Realizar vistorias, perícias técnicas, laudos periciais, informações e pareceres sobre a matéria de Serviço Social.
	Acompanhamento e realização de entrevista social com usuário.	
	Elaboração de relatório referente ao atendimento realizado ao usuário.	
	Organização e registro dos atendimentos nos prontuários dos usuários.	
	Preenchimento de ficha de atendimento ambulatorial	
AÇÕES RELACIONADAS AO RECONHECIMENTO DA INSTITUIÇÃO COMO CAMPO OCUPACIONAL	Conhecimento dos serviços / atividades oferecidas pela Instituição.	Planejar, organizar e administrar programas e projetos em Unidade de Serviço Social.
	Leitura / conhecimento dos documentos institucionais (plano de ações, prontuários, relatórios, legislação, textos da área de atuação, etc.).	
	Participação de reunião técnica da equipe de	

PARA O TRABALHO DO ASSISTENTE SOCIAL.	trabalho.	
	Participação e colaboração na organização de atividades comemorativas.	
	Participação de reuniões com as instituições que compõem a rede de apoio.	
	Acompanhamento de visita técnica a Instituição da rede de apoio.	
	Participação de cursos referente à área de atuação da Instituição.	
	Contato telefônico com as instituições que constituem a rede de apoio.	
	Participação das reuniões do Conselho Municipal de Direitos da Criança e Adolescente (CMDCA).	
	Participação das reuniões do Conselho Municipal de Habitação (CMH).	
	Participação das reuniões do Conselho Municipal de Saúde (CMS).	
	Participação das reuniões do Conselho Municipal de Assistência Social (CMAS).	
	Participação de fórum e palestras referentes à área de atuação da Instituição.	
	Participação das reuniões para elaboração do Plano Municipal de Assistência Social.	
	Participação do planejamento de evento para captação de recursos.	
Participação do planejamento anual das ações para próximo ano.		
AÇÕES DIRECIONADAS AO DESENVOLVIMENTO DA ATITUDE INVESTIGATIVA.	Levantamento de dados quantitativos para elaboração do perfil do usuário.	Realizar estudos socioeconômicos com os usuários para fins de benefícios e serviços sociais junto a órgãos da administração pública direta e indireta, empresas privadas e outras entidades. Planejar, organizar e administrar programas e projetos em Unidade de Serviço Social.
	Levantamento de dados quantitativos quanto aos beneficiários do Benefício de Prestação Continuada (BPC).	
	Levantamento socioeconômico dos usuários atendidos pela Instituição.	
	Elaboração de folder e cartilha para divulgação do trabalho da instituição.	

Fonte: A própria autora a partir dos dados do Núcleo de Estágio Supervisionado em Serviço Social da FAPEPE (2014).

Dos resultados construídos por meio da pesquisa documental e apresentados nesse capítulo merece destaque: a área de maior concentração de oferta de vagas de estágio é na política de assistência social, principalmente, no Centro de Referência de Assistência Social (CRAS), no Centro de Referência Especializado de Assistência Social (CREAS) e no terceiro setor constituído por entidades sem fins lucrativos. Esse dado confirma que a política pública de assistência social é a área de predominância na atuação dos assistentes sociais. O poder público ainda é o maior empregador de assistentes sociais, principalmente, na esfera municipal.

Quanto aos dados referentes ao perfil do supervisor de campo, destacamos que a maioria dos assistentes sociais formou-se na década de 1990,

em média com dez anos de formação, identificando um volume significativo de supervisores formados após a aprovação das Diretrizes Curriculares de 1996.

Outro dado que merece destaque é a preocupação dos supervisores de campo com a sua formação continuada. Identificamos que uma pequena parcela de supervisores tem investido nesta formação. Podemos dizer que as condições objetivas de trabalho (remuneração baixa; não autorização para estudar em horário de trabalho; falta de oferta de cursos que sejam atrativos no município onde residem; etc.) são o grande empecilho para o investimento na formação continuada.

No tocante aos dados referentes ao perfil dos estudantes-estagiários, merecem destaque as atividades realizadas pelos estagiários nos campos de estágio, relacionando-as ao cumprimento dos objetivos propostos para cada turma. As atividades realizadas permitem ao estudante aproximar-se da realidade social através da observação e, paulatinamente, vão participando da intervenção profissional do assistente social junto ao usuário que busca atendimento, sendo possível se aproximarem concretamente das expressões da “questão social”. Outra observação é que a maioria das atividades propostas aos estagiários está no atendimento direto ao usuário; enfocando as ações treinamento, de “como fazer”, e da utilização dos instrumentos técnico-operativos. Observa-se a necessidade de aprimoramento das ações que possibilitem ao estudante construir as possíveis mediações entre o conteúdo apreendido em sala de aula, análise dos dados da realidade social na sua totalidade para a compreensão da “questão social”.

4 A SUPERVISÃO DIRETA EM SERVIÇO SOCIAL NA FORMAÇÃO PROFISSIONAL DO ASSISTENTE SOCIAL

Este capítulo é desenvolvido a partir dos seguintes eixos:

- trabalho e as condições de trabalho do supervisor de campo;
- inserção e acompanhamento do estudante de Serviço Social no campo de estágio;
- planejamento e a execução do processo de supervisão de estágio, desenvolvida pelo supervisor de campo.

No primeiro eixo, são apresentadas informações relativas às condições de trabalho do supervisor de campo. O objetivo é demonstrar como essas condições permeiam o cotidiano da atuação profissional do assistente social e interferem no desenvolvimento das ações profissionais, bem como no processo de planejamento e execução da supervisão de estágio.

No segundo eixo, destacam-se: o processo de inserção do estagiário no campo de estágio, o acompanhamento e a avaliação do desempenho do estudante. Considera-se que o estágio supervisionado é processo de construção do perfil profissional do estudante, contribuindo para sua formação.

No terceiro eixo, foram enfatizadas as ações de planejamento da supervisão de estágio, realizadas pelo supervisor de campo, a fim de alcançar a finalidade do processo de formação profissional. Planejar as ações pressupõe que a supervisão seja identificada como parte do processo pedagógico a ser desenvolvido com o estagiário, com vistas a sua formação profissional. A ideia em curso é evitar que as ações desenvolvidas no decorrer do estágio caiam numa rotina de mero cumprimento de tarefas ou de resolução de problemas imediatistas que são identificadas pelos estudantes e se apresentam no cotidiano do estágio. Esse alerta decorre de uma percepção inicial de que o estudante-estagiário demanda ao supervisor de campo respostas às suas inquietações, decorrentes da percepção que vão construindo sobre a realidade social vivenciada no estágio, configurando-se, assim, que é demandada pela iniciativa do estudante, sem um planejamento anterior, configurando-se como uma supervisão assistemática.

Os eixos construídos neste capítulo resultam da análise das repostas registradas no questionário encaminhado aos sujeitos da pesquisa, supervisores de campo. As repostas analisadas apresentam variação a partir de dois elementos: um questionário devolvido com registro incompleto e algumas questões que possibilitaram o registro de mais de uma resposta por parte do sujeito. Foram encaminhados e devolvidos doze questionários, correspondendo a 10% do universo de supervisores de campo cadastrados e ativos na FAPEPE no ano de 2015.

Nos procedimentos para análise dos dados, foram tomadas as seguintes decisões: manutenção da linguagem utilizada pelos sujeitos no preenchimento do questionário; preservação da identidade dos mesmos; estruturação dos dados de acordo com os eixos citados anteriormente. As repostas registradas pelos sujeitos permitiram a verificação de uma tendência no conteúdo explicitado sobre o estágio supervisionado, apresentada no decorrer deste capítulo.

4.1 O trabalho e as condições de trabalho do supervisor de campo

A construção da reflexão acerca do trabalho desenvolvido pelo supervisor de campo implica na compreensão de que, com a expansão do capital financeiro, o mundo do trabalho sofre transformações, que incidem sobre e nas condições de realização do trabalho do assistente social. Para nortear a construção dessa discussão, recorreremos à leitura de autores como Iamamoto (2010, 2009), Guerra (2010), Silva e Silva (2011) e Marx (2013), entre outros.

Iamamoto (2010) afirma que o trabalho do assistente social não surge apenas como parte da divisão do trabalho, mas como uma profissão que tem seu exercício respaldado em um conhecimento sistematizado e produzido cientificamente por seus profissionais e pesquisadores. Trata-se de uma profissão cuja natureza analítica e interventiva requer a construção de ações interventivas, cunhada a partir das direções estabelecidas desde o processo formativo: teórico-metodológica, ético-política e técnico-operativa. A ênfase, portanto, não somente no fazer, mas na necessária articulação entre os saberes e o fazer profissional.

Para Marx (2013, p.255) o trabalho pode ser identificado como “[...] um processo entre o homem e a natureza, processo este em que o homem, por sua

própria ação, medeia, regula e controla seu metabolismo com a natureza [...]”. Há uma interação entre o homem e o mundo natural, ou seja, o mundo natural é modificado pelo homem para atingir seus objetivos. Portanto, o homem apropria-se do mundo natural para suprir suas necessidades. Dessa forma, pode-se afirmar que por meio do trabalho o homem se humaniza.

Marx (2013, p.256) compreende que “[...] os momentos simples do processo de trabalho são, em primeiro lugar, a atividade orientada a um fim, ou o trabalho propriamente dito; em segundo lugar, seu objeto e, em terceiro, seus meios”. Nesse sentido, o homem possui a terra como uma fonte original para suprir suas necessidades de subsistência, sendo uma condição já existente independente do trabalho humano. No entanto, os objetos de trabalho são separados dessa totalidade, o objeto de trabalho que pode vir a ser matéria-prima. Para Marx (2013, p.256), “[...] Toda matéria-prima é objeto de trabalho, mas nem todo objeto de trabalho é matéria-prima. O objeto de trabalho só é matéria-prima quando já sofreu uma modificação mediada pelo trabalho”. O trabalho vivo transforma a matéria-prima em produto. Logo, produtos não se configuram tão somente como resultados, ao mesmo tempo, são condições de processo de trabalho. Aquilo que o homem toma para si da natureza que já está pronto e serve-lhe como subsistência não é objeto de trabalho, mas sim meio de trabalho.

Segundo Iamamoto (2010, p.83-84) o Serviço Social é uma profissão reconhecida como uma “[...] especialização do trabalho coletivo, dentro da divisão social e técnica do trabalho, partícipe do processo de produção e reprodução das relações sociais”. O discurso de que o assistente social tem sua atuação na reprodução das relações sociais está presente no cotidiano profissional e acompanha a formação profissional, sendo uma das análises utilizadas na abordagem sobre a profissão como trabalho pela categoria profissional.

A matéria-prima com a qual o assistente social atua na intervenção profissional “[...] é composta por múltiplas determinações, heterogêneas e contraditórias, que se movimentam, se alteram e se convertem em outras [...]”. (GUERRA, 2010, p.157). Essas determinações são reflexo de como ocorre a inserção do Serviço Social na divisão social e técnica do trabalho, levando a uma

“ausência de especificidade”⁵³. Essa pode ser uma das dificuldades do assistente social em identificar o que é a profissão e o que faz o profissional.

Ainda, segundo Marx (2013, p.256), “[...] O meio de trabalho é uma coisa ou um complexo de coisas que o trabalhador interpõe entre si e o objeto do trabalho e que lhe serve de guia de sua atividade sobre esse objeto”. Por meio do trabalho, produz-se o novo, por isso, o trabalho é considerado uma categoria social. O trabalho deixa de estar vinculado a uma particularidade e é meio para a criação da riqueza de uma sociedade. A sociedade burguesa, por exemplo, desenvolveu-se e diversificou o modo de produção historicamente.

Por isso, na sociedade em “[...] que domina o capital, predomina o elemento social, historicamente criado”. (MARX, 2011, p.60). Assim, sob essa lógica, o que prevalece é como e com que meios se realiza o trabalho. A concepção de trabalho sofre modificações diante da mudança do modo de produção. O processo de trabalho apresenta-se em seus elementos simples e abstratos como atividade orientada a um fim, para produzir valores de uso, por exemplo, apropriação do natural para satisfazer as necessidades humanas.

Então, mas uma vez, buscamos em Marx (2103, p.258) o entendimento de que “[...] o processo de trabalho inclui entre seus meios [...] as condições objetivas [...] necessárias à realização do processo”. E, ainda, “No processo de trabalho [...] a atividade do homem [...] opera uma transformação do objeto do trabalho segundo uma finalidade concebida desde o início. [...] O trabalho [...] está objetivado, e o objeto está trabalhado”. No sistema capitalista o homem não participa de todo o processo de produção de um produto, sendo possível desconhecer o produto final do qual participou da produção.

Nesse contexto, o Serviço Social, profissão considerada trabalho desde sua origem, tem como objeto de trabalho as expressões da “questão social”. Para Iamamoto (2010, p.22), “[...] o Serviço Social é uma especialização do trabalho, uma profissão particular inscrita na divisão social e técnica do trabalho coletivo da sociedade”. Essa premissa⁵⁴ confirma os pressupostos de: ampliação do reconhecimento da profissão na ultrapassagem da visão de execução terminal das

⁵³ Sobre a discussão da especificidade do Serviço Social ver: MONTAÑO, Carlos. “A natureza do Serviço Social”, 2007.

⁵⁴ Essa premissa foi construída por Netto (2011).

políticas sociais; dimensão investigativa traduzida em uma atitude que permite a análise da vida social e a produção de conhecimento, que, embora não dê estatuto de ciência à profissão, não a diminui perante as demais profissões; formação profissional que acompanha o movimento sócio-histórico, tensionando as demandas, necessidades e ambiguidades presentes no exercício profissional; construção de um projeto profissional com vistas a consolidar a profissão a partir de uma direção social crítica que tenha unidade e a superação da visão praticista.

Contudo, ao vender sua força de trabalho para instituições públicas e privadas, o assistente social se institui na órbita do trabalho assalariado, como trabalhador assalariado, logo, isso resulta em uma contradição. Para Silva e Silva (2011, p.42), trata-se de uma contradição fundante: “[...] na medida em que os profissionais recebem um mandato das classes dominantes para atuarem junto à classe trabalhadora, isto é, as primeiras contratam e remuneram e a segunda recebe os serviços [...]”. Isso revela a separação existente entre aqueles que contratam daqueles que demandam os serviços prestados pelos profissionais.

O assistente social, enquanto trabalhador assalariado, vende sua força de trabalho a partir dos seus saberes, da sua criatividade. Não controla o produto do seu trabalho por não ser quantificável, nem estabelecido pelo próprio profissional. Não gera mais-valia diretamente sobre o produto, mas indiretamente sobre o trabalhador. Trata-se de trabalho abstrato, porque tem sua atuação profissional na reprodução das relações sociais: tem como objeto as expressões da “questão social” que afetam a profissão e são historicamente determinadas. Para Iamamoto (2010), a premissa de que o Serviço Social tem sua atuação na reprodução das relações sociais está sustentada pela base teórica de que:

[...] a direção social projetada pelo assistente social ao seu exercício, permeada por interesses de classes e grupos sociais, que incidem nas condições que circunscrevem o trabalho voltado ao atendimento de necessidades de segmentos majoritários das classes trabalhadoras. (IAMAMOTO, 2010, p.415)

Todavia, a direção social da profissão consolida-se na medida em que o assistente social ao analisar a realidade, toma decisões que se configuram na lógica analítica e interventiva. Esta direção se consolida na defesa da democracia e do acesso aos direitos sociais, estabelecidos como princípios do Código de Ética.

Essa direção social também consolida-se por meio da formação profissional a partir das três direções proposta pelas Diretrizes Curriculares: teórico-metodológica, ético-política e técnico-operativa. Iamamoto (2010) afirma que:

[...] projeções coletivas da categoria, materializada nas ações de seus pares, apoiam-se em conhecimentos teórico-metodológicos concernentes ao Serviço Social nas relações entre o Estado e a sociedade de classes, e em princípios éticos e políticos balizados do comportamento dos profissionais, que moldam as ações empreendidas. (IAMAMOTO, 2010, p.416)

Nesse sentido, os assistentes sociais buscam uma direção para seu trabalho. Por isso, a necessidade de construção de um projeto profissional com vistas a: consolidar uma direção à profissão, como uma das estratégias para construir relações entre a teoria e a prática, pois, para alguns profissionais, o exercício profissional configura-se ora praticista, ora teoricista; romper com a percepção do exercício profissional com vieses fatalistas e messiânicos⁵⁵. Assim, afirma-se que somente a vontade política do profissional não é suficiente para empreender uma mudança no modo como os assistentes sociais realizam seu exercício profissional.

Há o desafio de colocar o exercício profissional no centro do debate para compreensão dos processos e formas de trabalho realizados pelo assistente social. Para tanto, Iamamoto (2010, p.417) afirma que é necessário entender a “[...] natureza qualitativa dessa atividade profissional”, uma vez que a ação do assistente social está orientada para um fim: a resposta às demandas apresentadas pela população usuária no cotidiano do seu trabalho profissional.

O Serviço Social não possui processos de trabalho específicos, mas se apropria daqueles que contribuem para a construção das respostas profissionais historicamente determinadas. A caracterização do trabalho do assistente social ocorre do fato de ele ser o possuidor de uma força de trabalho especializada,

⁵⁵ Segundo Iamamoto (2010, p.213): “O fatalismo, inspirado em interpretações que naturalizam a vida social, apreendida à margem da subjetividade humana, redundando em uma visão perversa da profissão concebida como totalmente atrelada às malhas de um poder tido como monolítico, resultando disso a impotência e a subjugação do profissional ao instituído. Por outro lado, o messianismo utópico privilegiando os propósitos do profissional individual, num voluntarismo, não permite o desenvolvimento do movimento social e das determinações que a prática profissional incorpora nesse movimento, ressuscitando inspirações idealistas que reclamam a determinação da vida social pela consciência”.

resultado do seu processo formativo. Uma vez incorporada aos meios imprescindíveis para sua realização, transforma-se em uma atividade. Segundo lamamoto (2010, p.429) “[...] o trabalho é atividade de um sujeito vivo, enquanto realização de capacidades, faculdades e possibilidades do sujeito trabalhador”.

No entanto, os meios para realização do trabalho do assistente social estão monopolizados pelos seus empregadores. Para lamamoto (2010, p.63), mesmo sendo uma profissão regulamentada como liberal – com a Lei n.º 8.662/1993 – não se realiza como tal, pois o assistente social “[...] não detém todos os meios necessários para a efetivação de seu trabalho: financeiros, técnicos e humanos necessários ao exercício profissional autônomo”. Em sua condição de assalariamento, o assistente social depende da organização que o contrata para exercer um trabalho especializado, ou seja, possui uma “relativa autonomia” para conduzir e efetivar seu trabalho. Isso interfere na atuação profissional, sobretudo, no processo de tomada de decisões e nas condições de trabalho do assistente social.

O assistente social, ainda que com relativa autonomia, mas possuidor de conhecimento resultante da sua formação profissional que o torna proprietário de uma força de trabalho especializada, faz que, nos campos sócio-ocupacionais, possa exercer suas atribuições privativas e competências, redirecionando seu trabalho para uma direção diferente da estabelecida pelos empregadores, no intuito de atender aos interesses sociais da população usuária.

O reconhecimento desse espaço de trabalho do assistente social amplia suas possibilidades interventivas, na medida em que ultrapassa os limites na própria instituição que o contrata. A dimensão interventiva presente no exercício profissional mantém estreita relação com a realidade social, as condições objetivas de vida do usuário e os determinantes presentes no espaço sócio-ocupacional. Ainda: a dimensão interventiva explicita o fazer profissional; dela emerge a existência, a materialidade e a concreticidade da profissão.

Os assistentes sociais, quando realizam sua ação profissional, dispõem de um conjunto de conhecimentos já existentes, que englobam não somente os conhecimentos do campo teórico, mas também o conhecimento técnico, o conhecimento relativo à instrumentalidade, o conhecimento advindo do acervo da experiência profissional, que, relacionados entre si, facultam ao assistente social

realizar a análise de uma dada situação singular, mesmo quando esses conhecimentos não foram produzidos com esse fim.

Para Yamamoto e Carvalho (1990, p.75), “[...] As condições que peculiarizam o exercício profissional são uma concretização da dinâmica das relações sociais vigentes na sociedade, em determinadas conjunturas históricas”. É relevante identificar e conhecer a realidade social constitutiva do exercício profissional. O que significa reconhecer as múltiplas dimensões constitutivas que o seu trabalho, bem como a análise da realidade social. Contudo, o reconhecimento da realidade social deve ser sob a lógica da totalidade, ou seja, o real não é fragmentado, não é aparência. Analisar a realidade sob a lógica da totalidade possibilita reconhecer o que particulariza as determinações do real.

Portanto, o exercício profissional decorre: do modo como o assistente social compreende a profissão socialmente determinada, mobiliza saberes e relaciona-se com os outros assistentes sociais e profissionais de outras áreas. O exercício profissional decorre também das necessidades sociais evidenciadas pela classe trabalhadora e identificadas pelo Estado como necessárias ao desenvolvimento do capital; da inserção do Serviço Social na divisão social e técnica do trabalho, como uma atividade especializada, participando das estratégias de controle sobre as condições de vida e de trabalho da classe trabalhadora.

O assistente social realiza: a gestão dos serviços apensos às políticas públicas e sociais; e a orientação social com vistas à ampliação do acesso dos usuários aos direitos sociais. Exerce suas atribuições em múltiplos campos sócio-ocupacionais, principalmente, nas áreas da saúde, da assistência social, da habitação, previdência social, educação, sistema sociojurídico, entre outros. Afirma compromissos com os interesses dos usuários e, para tal, defende a qualidade dos serviços ofertados; o acesso à informação e aos direitos.

Diante do exposto, analisar as respostas registradas no questionário sobre o trabalho e as condições de trabalho dos sujeitos dessa pesquisa – supervisores de campo – permite compreender em que condições concretizam-se o seu exercício profissional e como acontece a supervisão de estágio, enquanto atribuição privativa do assistente social. É importante compreender se o assistente social, ao exercer a função de supervisor de estágio apresenta ter clareza das suas condições de trabalho para que o estudante-estagiário não seja mero ajudante.

Entre os sujeitos pesquisados, 25% realiza seu exercício profissional em mais de um campo sócio-ocupacional. Desse universo, 16,6% atuam na docência e 8,3%, atua em outro campo, porém na mesma área. As áreas de atuação desses profissionais são: assistência social, saúde, sociojurídica e docência.

Para Yamamoto (2009, p.342), analisar os espaços sócio-ocupacionais do assistente social “[...] requer inscrevê-los na totalidade histórica, considerando as formas assumidas pelo capital no processo de revitalização da acumulação no cenário da crise mundial”. Podemos compreender que o trabalho do assistente social contribui com o processo (re)produção das relações sob o escudo da acumulação capitalista.

Quanto ao vínculo empregatício dos sujeitos pesquisados, 66,6% são celetistas e 33,3%, servidores públicos municipais e estaduais. Como podemos perceber, todos os supervisores de campo têm trabalho formal. Os campos sócio-ocupacionais dos sujeitos que têm o regime de trabalho normatizado pela Consolidação das Leis do Trabalho (CLT) estão concentrados no terceiro setor, nas áreas da assistência social e saúde. Os sujeitos estatutários estão vinculados à prefeitura municipal de Presidente Prudente e à Secretaria da Administração Penitenciária do Estado de São Paulo.

A jornada de trabalho dos supervisores de campo pesquisados divide-se em 30 e 40 horas de trabalho semanais. 58,3% dos sujeitos cumprem a carga horária de 30 horas por semana, conforme dispõe a Lei n.º 12.317, de 26 de agosto de 2010: “Art. 5º-A. A duração do trabalho do Assistente Social é de 30 (trinta) horas semanais”. Entre os sujeitos pesquisados foi identificado que 33,3% cumprem carga horária de 40 horas, dos quais 25% cumprem essa carga horária porque, além das atribuições e competências pertinentes ao assistente social, ocupam cargo de coordenação do trabalho realizado pela instituição ou têm sua atuação em mais de um campo sócio-ocupacional.

Portanto, a jornada de trabalho é variável de acordo com o cargo ocupado ou o acúmulo de mais de um trabalho. Para Marx (2013, p.305), “[...] a força de trabalho é comprada e vendida pelo seu valor, o qual, como o de qualquer outra mercadoria, é determinado pelo tempo de trabalho necessário à sua produção”. Isso depende da necessidade de subsistência do trabalhador. No

entanto, a jornada de trabalho é variável, mas deve haver um limite máximo determinado “[...] pela limitação física da força de trabalho”. (MARX, 2013, p.306)

O trabalhador precisa descansar e satisfazer suas necessidades vitais de alimentar-se, higienizar-se, dormir, etc. Além da limitação física, Marx (2013, p.306) considera que “[...] há também limites morais que impedem o prolongamento da jornada de trabalho”. Assim, identifica-se que é necessário que o trabalhador tenha satisfeitas outras necessidades, tais como, as intelectuais e sociais.

É importante destacar na discussão das condições de trabalho do assistente social a necessidade de identificar as condições físicas do seu espaço de trabalho. Sabemos que o CFESS, ao deliberar sobre os espaços físicos de trabalho, vem responder à solicitação dos profissionais que reivindicam serem adequados ao exercício profissional. A resposta do CFESS ocorreu por meio da Resolução n.º 493/2006, que estabelece as necessárias condições éticas e técnicas do exercício profissional do assistente social. Nos artigos 1º e 2º da Resolução, são indicadas as condições necessárias do espaço físico, a fim de possibilitar o atendimento da população usuária.

Art. 1º - É condição essencial, portanto obrigatória, para a realização e execução de qualquer atendimento ao usuário do Serviço Social a existência de espaço físico, nas condições que esta Resolução estabelecer.

Art. 2º - O local de atendimento destinado ao assistente social deve ser dotado de espaço suficiente, para abordagens individuais ou coletivas, conforme as características dos serviços prestados, e deve possuir e garantir as seguintes características físicas: a- iluminação adequada ao trabalho diurno e noturno, conforme a organização institucional; b- recursos que garantam a privacidade do usuário naquilo que for revelado durante o processo de intervenção profissional; c- ventilação adequada a atendimentos breves ou demorados e com portas fechadas; d- espaço adequado para colocação de arquivos para a adequada guarda de material técnico de caráter reservado. (CFESS, Resolução n.º 493, de 21/08/2006, p.2)

No questionário respondido pelos supervisores de campo, havia uma questão sobre as condições físicas do local de trabalho. Ao analisar as repostas registradas, percebemos que a maioria reconhece que os espaços físicos (tabela 14) onde ocorre seu exercício profissional cotidianamente estão adequados.

Salientamos que todos os pesquisados apontaram ter conhecimento da Resolução do CFESS n.º 493/2006.

Tabela 14 - Distribuição das condições do espaço físico dos campos de estágio.

TIPO	N.º ABSOLUTO			%		
	Adequado	Inadequado	Necessidade adequação	Adequado	Inadequado	Necessidade adequação
Espaço Físico	9	1	2	75,0	8,3	16,6
Mobiliário	10	0	1	83,3	0	8,3
Equipamento Segurança	10	1	0	83,3	8,3	0
Equipamento Informática	9	1	1	75,0	8,3	8,3

Fonte: A própria autora a partir de dados registrados no questionário respondido pelos sujeitos da pesquisa (2016).

A Resolução do CFESS n.º 493/2006 estabelece, também, as condições éticas do exercício profissional do assistente social, enfocando a privacidade e o sigilo do atendimento direcionado à população usuária do serviço, conforme dispõem os artigos 3º, 4º e 5º:

Art. 3º - O atendimento efetuado pelo assistente social deve ser feito com portas fechadas, de forma a garantir o sigilo.

Art. 4º - O material técnico utilizado e produzido no atendimento é de carácter reservado, sendo seu uso e acesso restrito aos assistentes sociais.

Art. 5º - O arquivo do material técnico, utilizado pelo assistente social, poderá estar em outro espaço físico, desde que respeitadas as condições estabelecidas pelo artigo 4º da presente Resolução. (CFESS, Resolução n.º 493, de 21/08/2006, p.2)

Com relação ao registro das respostas dos supervisores de campo quanto à questão sobre a privacidade e sigilo na realização do atendimento da população usuária, 91,6% apontam haver essa garantia em seu espaço sócio-ocupacional. No entanto, quando não há a privacidade necessária, 50% indicaram utilizarem as seguintes estratégias para haver essa garantia: agendamento dos atendimentos direcionados aos usuários; agendamento dos encontros de supervisão dos estagiários; agendamento da sala de atendimento.

Podemos concluir que o supervisor de campo, em observação às condições éticas estabelecidas pela Resolução citada e, ainda, em respeito ao Código de Ética, lança mão do agendamento como estratégia para garantir o sigilo

do atendimento realizado com a população usuária, bem como realizar a supervisão de estágio.

Ainda, acerca da discussão das condições de trabalho desse supervisor de campo, há o registro das ações desenvolvidas por ele em seu campo sócio-ocupacional. Notamos que as respostas registradas sobre essas ações expressam, de forma apropriada, a relação entre as competências e atribuições privativas do assistente social. As ações identificadas pelos sujeitos da pesquisa são aquelas existentes nos múltiplos campos sócio-ocupacionais do assistente social. Observamos, ainda, que essas ações concentram-se a partir de três eixos: ações relacionadas aos instrumentos técnico-operativos; ações relacionadas à gestão; e ações relacionadas ao atendimento da população usuária.

I – Ações relacionadas aos instrumentos técnico-operativos: o assistente social precisa entender qual instrumento utilizará para realizar o atendimento. A instrumentalidade compõe os processos de trabalho desse profissional. Pode ser entendida pelo conjunto de saberes que colocam em evidência as dimensões do político, da ética e da intervenção propriamente dita. Sob essa perspectiva, propõe que, no exercício profissional, o assistente social seja capaz de inovar e recriar seu instrumental técnico a partir da apreensão teórica da diversidade presente no cotidiano da prática profissional. O que chama a atenção é que os supervisores nomeiam as atividades realizadas a partir dos instrumentos técnico-operativos utilizados para sua realização, ou seja, confundem instrumentos com atividades.

“[...] visitas domiciliares, trabalho com o grupo de usuários (oficinas), relatórios dos trabalhos mensais”. (registro 1)

“[...] realização de relatório, pareceres e demais documentos [...] realização de grupos operativos, entre outros”. (registro 2)

“[...] acompanhamento de frequência de usuários [...] responsável por toda a burocracia [...] relatórios, etc.” (registro 3)

“[...] Elaboração do Plano de Atendimento Individual Familiar”. (registro 4)

“[...] realização de reuniões técnicas e estudo de caso”. (registro 5)

“Entrevista social, a qual possibilita o primeiro contato com o usuário e o reconhecimento imediato de sua realidade social, articulação com

a rede sócioassistencial de apoio do meu trabalho, relatório, estatística”. (registro 7)

“[...] acolhimento, acompanhamento e orientações”. (registro 9)

“[...] visitas domiciliares; busca ativa; abordagem social; construção de fluxos e protocolos com parceiros”. (registro 10)

“[...] pesquisas de satisfação do usuário com objetivo de melhorias no atendimento prestado com qualidade e humanização”. (registro 12)

Esta forma de identificar as atividades tende a retirar os conteúdos teóricos, enfatizando os procedimentos e a visão imediata da ação desenvolvida. Os instrumentos fazem parte das ações e atividades desenvolvidas pelos profissionais, mas, não são elas mesmas. Os instrumentos técnico-operativos são imprescindíveis para o desenvolvimento do trabalho profissional. Deve-se observar que cada instrumento utilizado pelo assistente social possui uma intencionalidade, portanto, deve estar relacionada a uma direção ético-política.

Segundo Guerra:

[...] os instrumentos técnico-operativos medeiam a concretização das ações profissionais e estão presentes na execução das habilidades [...]. Cumprem, portanto, um papel de ferramenta, de elementos mediadores, perpassados pela linguagem escrita e falada. (GUERRA, 2012, p.71)

No Serviço Social, essas ações profissionais podem ser orientadas por diversos tipos de instrumentos (relatórios, entrevistas, visitas domiciliares, etc.), conforme constatamos nas respostas registradas pelos supervisores de campo. O exercício profissional é um desafio cotidiano, não cabe imitação e repetição de procedimentos, atividades e instrumentos.

II – Ações relacionadas à gestão: compreendem a dimensão gerencial, ou seja, referem-se ao modo pelo qual o assistente social vai gerir seu trabalho a partir do exercício das funções de planejar, organizar, dirigir e controlar. A gestão é uma das requisições direcionadas ao assistente social. Por meio das ações desenvolvidas na gestão, torna-se possível efetivar as políticas sociais e a facilitação do acesso da população usuária a bens e serviços. Contudo, requer do profissional, conforme aponta Sarmiento (2012, p.119), “[...] novos conhecimentos procedimentais e uma clara capacidade de reflexão sobre eles”. Trata-se de mais um desafio colocado ao exercício profissional do assistente social.

“[...] trabalho em equipe, entre outros”. (registro 2)

“[...] trabalho em equipe; responsável por toda a burocracia; contato direto com diretoria; contato e acompanhamento junto a monitores de oficinas; projeto, relatórios, prestação de contas junto a órgãos públicos; etc.” (registro 3)

“[...] Trabalho Equipe Interdisciplinar”. (registro 4)

“Gestão do serviço e equipe técnica de referência, organização das ações junto ao órgão gestor, participação de capacitações técnicas custeadas pelo órgão gestor [...]”. (registro 5)

“[...] reconhecimento imediato de sua realidade social, articulação com a rede socioassistencial de apoio do meu trabalho”. (registro 7)

“Coordenação do curso”. (registro 8)

“[...] construção de fluxos e protocolos com parceiros”. (registro 10)

A gestão assegura que as ações realizadas pelo assistente social alcancem o resultado pretendido, pois percorre todas as fases do trabalho profissional. Possibilita o suporte necessário para a intervenção junto à população usuária, no tocante à consolidação de seus direitos sociais.

III – Ações relacionadas ao atendimento da população usuária: as demandas que o assistente social recebe têm caráter muito mais individual do que coletivo. Porém, no cotidiano profissional, é requerida uma direção social em suas ações, independente do tipo de intervenção.

“Atendimento individual [...]”. (registro 1)

“Atendimento ao usuário [...]”. (registro 2)

“Atendimento à família [...]”. (registro 3)

“[...] Acompanhar, orientar e esclarecer através dos atendimentos toda informação, dúvida, direitos e necessidades do usuário efetivando direitos [...]”. (registro 4)

“Trabalho frente aos usuários de substância psicoativas, através da ação realizada no âmbito educativo, cultural, espiritual, buscando mediar o processo de mudança de comportamento desse público [...]”. (registro 9)

“Realização de atendimentos e acompanhamentos [...]”. (registro 10)

“Atendimentos aos pacientes e seus familiares e/ou acompanhantes, na escuta qualificada, através de telefone; e-mail; em sala e através das pesquisas de satisfação do usuário com objetivo de melhorias no atendimento prestado com qualidade e humanização”. (registro 12)

A legitimidade dessa profissão decorre das respostas interventivas construídas. Por meio das ações profissionais consideradas atribuição do assistente social é possível viabilizar respostas às demandas institucionais, às demandas identificadas pelos próprios profissionais, bem como aquelas demandadas pelos usuários.

As ações profissionais explicitadas pelos sujeitos da pesquisa são identificadas pelos profissionais através dos instrumentos técnico-operativos. Mas toda ação profissional tem que ter fundamentação teórica e uma direção ética e política.

Para Guerra, os assistentes sociais,

[...] enquanto desenvolvem uma atividade, não são apenas técnicos como também críticos, já que o domínio do instrumental requisita-lhe um conhecimento das finalidades e das formas de alcançá-las, e estas não se encerram na razão de ser do Serviço Social. (GUERRA, 2010, p.169)

Não basta lançar mão somente dos instrumentos para a intervenção profissional, pois sua prática não decorre apenas da técnica, sendo necessária a reflexão crítica. Por isso, construir relações teóricas e práticas é essencial para o trabalho do assistente social.

Assim, as ações registradas no questionário pelos supervisores de campo traduzem-se como respostas profissionais às demandas institucionais que, segundo Trindade, (2012, p.73) pressupõem as “[...] dimensões: teórica (do saber, do conhecimento), técnica (saber fazer) e ética (os objetivos que indicam as intencionalidades)”. Essas respostas profissionais são direcionadas pelo projeto profissional.

Ainda, segundo Trindade (2012, p.73) “[...] respostas construídas e definidas pelos profissionais, inseridas no contexto das demandas sociais e das requisições institucionais”. As demandas institucionais apresentadas pela população usuária têm seu cerne nas expressões da questão social e exigem respostas profissionais balizadas e condizentes com o projeto ético-político. O processo de trabalho do assistente social decorre dessas formas de expressões da questão social, como em todos os campos sócio-ocupacionais. Portanto, as respostas devem ser construídas para vir ao encontro das necessidades da população atendida, bem como das requisições apresentadas pela organização contratante.

Concluimos que o assistente social precisa ter posicionamento frente às demandas apresentadas no seu cotidiano de trabalho, manifestando que seu compromisso profissional está consolidado pelo projeto ético-político. Essa postura profissional contribui potencialmente com o processo de formação profissional do estudante-estagiário, ao qual lhe será oportunizada a possibilidade de vivenciar e experienciar o exercício da ética profissional diante das questões pertinentes ao exercício profissional do assistente social.

4.1.1 A supervisão de estágio como atribuição privativa

“É uma atividade privativa do Assistente Social que traduz a relação direta entre supervisores de campo, instituição de ensino, CRESS e estagiários, pois não existe exercício profissional com base na liberdade, democracia, cidadania, justiça e igualdade, sem ter tido uma formação que o desperte para um processo de ensino aprendizagem permanente, assegurando padrões de qualidade e se tornando um profissional comprometido e capaz de interpretar a realidade social e institucional. A supervisão direta pode e deve proporcionar isto ao aluno”. (registro 4)

“Atribuição privativa do assistente social e momento do profissional contribuir na formação do futuro profissional”. (registro 10)

Conforme as respostas registradas pelos supervisores de campo, a supervisão em Serviço Social é uma atribuição privativa. Atribuição privativa prevista na Lei de regulamentação da profissão, Lei n.º 8.662/1993, no “Art. 5º Constituem atribuições privativas do Assistente Social: [...] VI - treinamento, avaliação e **supervisão direta** de estagiários de Serviço Social; [...]”. Nos termos da Lei, é considerada indissociável do trabalho e da formação profissional. Para Guerra (2009, p.535), a supervisão é “[...] a mediação necessária na preparação de profissionais aptos a realizar seu trabalho com competência e compromisso na direção da efetivação dos princípios e valores do projeto ético-político profissional”. A supervisão é um processo com a finalidade de preparação e qualificação profissional para o exercício profissional, possibilita aos estagiários elaborarem possíveis relações teórico-práticas, as quais são constitutivas dos saberes e fazeres do profissional de Serviço Social.

Segundo Oliveira, o assistente social – supervisor de campo – desempenha um papel fundamental na formação desse estagiário.

O supervisor de campo tem grande contribuição na socialização com os conhecimentos específicos da área em que é desenvolvido o trabalho profissional. A mediação deste saber produzido, alicerçado nos fundamentos teórico-metodológicos, é fundamental no processo de capacitação profissional do estudante de Serviço Social. (OLIVEIRA, 2009, p.106)

O estágio devidamente supervisionado tem peso importante no processo de formação desse estudante, pois é sua primeira aproximação com o espaço sócio-ocupacional, com as demandas de trabalho apresentadas aos assistentes sociais e com o exercício profissional do assistente social propriamente dito.

Oliveira (2009, p.106) destaca também o papel fundamental do supervisor acadêmico no processo de supervisão direta, pois “[...] é responsável pela reflexão teórico-metodológica das questões pertinentes ao exercício profissional cotidiano, emergentes da realidade social e de seus desdobramentos”. Dessa forma, é inconteste a necessidade de buscar a indissociabilidade entre a supervisão de campo e acadêmica no processo formativo do estudante. Essa indissociabilidade é um dos princípios postos pelas Diretrizes Curriculares na formação do assistente social.

Lewgoy aponta que a supervisão de estágio configura-se como:

[...] processo de trabalho do assistente social nos campos e na docência, como uma *atribuição privativa*, correspondendo a um dos princípios. Tal perspectiva abre potencialmente, nos distintos espaços, a necessidade de explicitar a dimensão *pedagógica* que permeia essa relação, por articular a relação entre ensino e serviço na efetivação da competência profissional. (LEWGOY, 2009, p.105)

O princípio da indissociabilidade da supervisão direta possibilita a superação da lógica de que um ensina os conteúdos teóricos e o outro ensina os conteúdos constitutivos da ação profissional. A particularidade pedagógica do processo de supervisão de estágio pode ser identificada justamente nessa relação indissociável.

No projeto de formação profissional, que resultou na aprovação das Diretrizes Curriculares, há a defesa de que o Serviço Social possui sua particularidade.

[...] como especialização do trabalho coletivo, inscrito na divisão social e técnica do trabalho, está organicamente vinculada às configurações estruturais e conjunturais da “questão social” e às formas históricas do seu enfrentamento – que são permeadas pela ação dos trabalhadores, do capital e do Estado. (ABESS/CEDEPSS, 1996, p.154)

Para tanto, a formação do assistente social, por meio das dimensões teórico-metodológica, ético-política e técnico-operativa, deve possibilitar ao estudante a compreensão da realidade social. Isso será possível ser efetivado durante as aulas; a elaboração de pesquisas; a participação em eventos e debates científicos; e no estágio supervisionado, ou seja, na operacionalização de todos os componentes curriculares presentes no processo formativo.

Iamamoto (2012) entende, igualmente, que, no trabalho, é possível a criação de novas necessidades. O Serviço Social como trabalho é entendido como mercadoria apropriada pelo capital e, ao mesmo tempo, atende às demandas da classe trabalhadora.

Assim, o trabalho do assistente social encontra-se sujeito a um conjunto de determinantes externos, que fogem ao seu controle do indivíduo e impõem limites, socialmente objetivos, à consecução de um projeto profissional coletivo no cotidiano do mercado de trabalho. (IAMAMOTO, 2009, p.354)

A fim de exercer o trabalho condizente com seu projeto profissional, o assistente social busca estratégias “político-profissionais”. A supervisão como processo de elaboração e apropriação de conhecimentos, bem como uma atividade coletiva exige sistematização em sua ação, para consubstanciar a indissociabilidade entre a unidade teoria e prática. Ao expressar a unidade entre teoria e prática, por meio de determinado referencial teórico, possibilita a construção de alternativas e respostas profissionais. Dessa forma, a supervisão é utilizada pelo assistente social para a concretização do seu trabalho, ou seja, na construção das ações profissionais. Desse modo, é requerido do supervisor que tenha clareza da relação teoria-prática.

Discorrer sobre a unidade entre teoria e prática é compreender, segundo Vázquez (2011, p.262), que “[...] A prática mantém sua primazia com respeito à teoria, sem que essa primazia dissolva a teoria na prática nem a prática na teoria. Por manterem relações de unidade e não de identidade [...]”.

Parafraseando Santos (2013), unidade não é sinônimo de identidade. Falar em unidade significa haver vínculo intenso e profundo entre coisas diferentes, mas essa diferença determina o âmbito de cada uma delas. O âmbito da prática refere-se à efetividade de dada ação sobre o mundo. O âmbito da teoria é a produção de conhecimento. Logo, a prática traduz-se na efetividade e a teoria em possibilidade.

Por isso, o processo de supervisão de estágio deve ser construído por meio de orientação, reflexão e acompanhamento durante o processo de ensino-aprendizagem do estagiário. Nesse sentido, é possível contribuir para a compreensão da unidade entre teoria e prática, bem como possibilitar ao estagiário o desenvolvimento das competências teórico-metodológica, ético-política e técnico-operativa pertinentes ao exercício profissional.

Notadamente não é possível discutir supervisão – atribuição privativa – deslocada do processo formativo e do exercício profissional.

Morani (2010) entende que a supervisão de estágio é:

[...] processo de ensino/aprendizagem, constituinte do processo de trabalho do Serviço Social, que se realiza a partir dos fundamentos teórico-metodológicos e ético-políticos da profissão, no âmbito da sua inserção nos espaços de atuação profissional, sob a orientação direta do profissional de campo em permanente relação com a unidade de ensino. (MORANI, 2010, p.95)

Esse processo pressupõe formar profissionais para o enfrentamento das expressões da “questão social”. Assim, como o Serviço Social tende a enfrentar diversos desafios postos pela realidade social diante de suas transformações. Logo, há rebatimentos na supervisão, já que é parte do processo de trabalho do assistente social.

Morani (2010, p.96) identifica como um desafio “[...] compreender e analisar, a partir da categoria processo de trabalho, o trabalho profissional e o exercício da supervisão”. Essa compreensão inicia-se com a compreensão de como

o Serviço Social está organizado nos espaços sócio-ocupacionais e como ocorre a supervisão de estágio nesses espaços.

A supervisão deve ser entendida como elemento que integra o processo de trabalho do Serviço Social, não apenas como período extra de trabalho, identificado por Marx como “sobretalho”, posto que a supervisão não pode ser confundida com a prática profissional de prestação de serviço na instituição.

Portanto, pensar a supervisão de estágio é desafio constante, visto articular exercício e formação profissional, ultrapassa o campo da informação. As respostas registradas pelos supervisores de campo demonstram haver percepção do papel fundamental que exercem ao realizar a supervisão de estágio.

“[...] contribuição para a formação de um outro profissional”. (registro 1)

“É acompanhar a apresentação da teoria X prática, possibilitando que o aluno tenha uma compreensão da realidade apresentada como um todo, é um espaço que requer total acompanhamento do supervisor de campo de modo que se sanem as dúvidas ou se busquem respostas, já que o supervisor também se depara com dúvidas em seu cotidiano”. (registro 2)

“É proporcionar ao acadêmico a convivência com a realidade diária do serviço social e permitir-lhe entender a relação teoria e prática”. (registro 3)

“Se constitui em um processo de ensino-aprendizagem onde há a possibilidade de relacionar teoria e prática e onde o papel do supervisor é de suma importância e indispensável, pois ele possibilita a qualificação do aluno e seu aprendizado, baseado nas diretrizes curriculares, garantindo qualidade na formação”. (registro 4)

“É a possibilidade de contribuir para o processo de ensino aprendizagem do estagiário através de experiências vivenciadas nos espaços sócio- ocupacionais, possibilitando trocas e relação teoria X prática cotidiana”. (registro 5)

“Contribuir com o estagiário e ainda mais aprender e aprimorar conhecimentos”. (registro 6)

“Possibilitar ao estagiário o conhecimento, da prática profissional e com ele (estagiário) renovar o conhecimento teórico”. (registro 7)

“A supervisão é realizada pelo professor da disciplina sem sala de aula”. (registro 8)

“É um processo de supervisão integrado ao trabalho do serviço social e do nosso projeto de formação profissional dentro dos espaços diferenciados”. (registro 9)

“A oportunidade do profissional contribuir no processo de ensino-aprendizagem do graduando através de experiências teórico-práticas”. (registro 10)

“É propiciar ao aluno atividades de aprendizagem social, profissional e cultural na área de formação”. (registro 11)

“É um meio que permite que o estagiário(a) adquira conhecimento e experiência na prática vivenciada no campo para um processo de formação profissional com qualidade”. (registro 12)

As respostas dos supervisores de campo sobre o questionamento do significado de “supervisão de estágio” explicita a consciência da responsabilidade que têm com a formação do estudante. Há clareza de que a supervisão faz parte do trabalho profissional e do seu caráter pedagógico.

No entanto, ao analisarmos as respostas sobre a indagação do significado de “supervisão direta” no processo de estágio, não observamos diferenças com as respostas da questão anterior. A maioria dos supervisores de campo não compreende que supervisão direta é um processo indissociável entre supervisão de campo, acadêmica e estagiário. Isso implica também na responsabilidade da unidade formadora em desempenhar seu papel de proporcionar a aproximação dos supervisores de campo e acadêmico, ou seja, de dar as condições necessárias para que isso ocorra. Para Lewgoy (2009, p.174), essa aproximação pressupõe “[...] organização da prática, participação no planejamento acadêmico, preparação das supervisões, das visitas a campos, das reuniões com os supervisores, leituras de documentação, até a remuneração do professor”. Tudo isso compõe a observação das condições de trabalho do supervisor, imprescindível para não ser dissociada a supervisão de campo e acadêmica.

Dentre todas as respostas registradas, identificamos apenas três sujeitos que entendem que a relação entre supervisão de campo e acadêmica são indissociáveis.

“É o acompanhamento direto do aluno juntamente com a escola, um trabalho em conjunto”. (registro 1)

“Propiciar ao aluno a participação em situações reais de vida e trabalho supervisionados por um Assistente Social e por um professor da faculdade de Serviço Social”. (registro 11)

“É uma responsabilidade direta do supervisor de campo sobre o estagiário(a) e do supervisor acadêmico, com orientações e esclarecimento quanto ao trabalho desenvolvido”. (registro 12)

Quanto às demais repostas dos supervisores de campo sobre o significado da supervisão direta, é expresso o quanto está limitada apenas ao campo de estágio.

“É um acompanhamento sistemático ao estagiário”. (registro 2)

“É a participação do estagiário na rotina do assistente social, sendo ‘acompanhado’ em todas as suas ações”. (registro 3)

“Momento de diálogo entre supervisor e estagiário, quanto às situações e possibilidades vivenciadas através das atividades propostas para o estágio”. (registro 5)

“É compreender que o estagiário está em formação, e que o supervisor deve contribuir com este processo de forma direta e contínua, com trocas constantes sobre o trabalho desenvolvido e aporte teórico”. (registro 6)

“Acompanhar preferencialmente o estagiário no campo de estágio”. (registro 7)

“Direta é a supervisão realizada no campo de estágio”. (registro 8)

“É uma dimensão formativa que leva ao aluno a reflexão sobre valores, postura e atitudes que devem ser assumidos pelo(a) assistente social, diante da demanda apresentada e suas particularidades”. (registro 9)

É recorrente o debate e a reflexão sobre o que pressupõe as Diretrizes Curriculares para o processo de supervisão direta, ou seja, a superação da dissociação da supervisão de campo e acadêmica. Assim, como afirma Lewgoy (2009, p.114), na “[...] na trilha chamada ‘supervisão’ encontra-se, contudo, a dimensão pedagógica, permeando tanto a supervisão acadêmica como a de campo, uma proposta que está ancorada nas Diretrizes Curriculares”.

Portanto, o estágio e a supervisão direta devem ser compreendidos como componentes essenciais na formação profissional. Neste sentido, o estágio não se reduz apenas a mero treinamento do que fazer: é possibilidade de reflexão, sendo essencial a supervisão direta durante esse processo. Por isso o envolvimento dos atores – supervisor de campo, supervisor acadêmico e estagiário – no processo

de estágio supervisionado é fundamental para a formação profissional comprometida com o projeto ético-político.

O *supervisor* constitui o elo privilegiado da relação entre instituição/campo de estágio e o processo de ensino, cabendo-lhe o acompanhamento cotidiano do aluno no âmbito de dinâmica institucional, apoiando-se no exercício das atividades do estágio. (IAMAMOTO, 1992, p.206, grifo da autora)

Os supervisores de campo e acadêmico contribuem diretamente com o processo de formação do estagiário, por meio da reflexão sobre a conjuntura que permeia a realidade sócioinstitucional, alicerçada em conhecimentos teórico-metodológicos. Segundo Oliveira (2009, p.106), “[...] devem ter uma ação integrada em que possam discutir a fundamentação teórico-metodológica, a capacitação técnico-operativa e a dimensão ético-política do trabalho profissional que orientam o processo de formação [...]”. Mais uma vez, reforça-se que a supervisão é parte do processo de trabalho do assistente social.

Igualmente, no processo de estágio é importante o envolvimento da IES – coordenação de estágio e supervisor acadêmico – para o acompanhamento do processo de ensino-aprendizagem do estudante, um dos princípios orientadores das Diretrizes Curriculares. É necessário que a gestão da IES possibilite ao supervisor acadêmico condições para a propositura de ações que provoquem a participação efetiva dos supervisores de campo, no processo de formação do estudante.

Nas respostas registradas pelos supervisores de campo quanto à relação estabelecida entre da FAPEPE e o campo de estágio, observamos não haver efetivação do princípio da indissociabilidade entre supervisão acadêmica e de campo. A interação ocorre por meio de documentos solicitados pelo Núcleo de Estágio Supervisionado, encontros/reuniões semestrais e, às vezes, telefonemas. Portanto, o estreitamento da relação entre supervisores acadêmicos e de campo resvala nas condições de trabalho, pois não há investimento por parte da IES para realizar essa aproximação.

“Infelizmente por telefone”. (registro 1)

“Já foi mais estreita. Eu noto uma preocupação da faculdade com os alunos, contudo os espaços para nossa participação não são frequentes e sinto falta”. (registro 2)

“Através do contrato de estágio; relatórios desenvolvidos por estagiários e supervisor; encontros com supervisores e sempre que necessário, através de telefone”. (registro 3)

“Através de telefonemas, e-mail, encontros na FAPEPE/Uniesp”. (registro 4)

“Através dos instrumentais avaliativos propostos pela instituição, contrato de estágio e encontros entre supervisores propostos pela instituição de ensino”. (registro 5)

“De forma transparente e próxima”. (registro 6)

“De forma bastante disponível para retirada de dúvidas e resolução de problemas”. (registro 7)

“A relação acontece através de contato telefônico”. (registro 9)

“Considero que a relação poderia ser mais próxima, pois a FAPEPE poderia promover reuniões de supervisores com mais frequência”. (registro 10)

“Tranquilo”. (registro 11)

“Acredito que se estabelece através de reuniões entre ambos com propostas educativas”. (registro 12)

Apesar de maioria dos sujeitos da pesquisa ter apontado que possuem conhecimento das atribuições e ações desenvolvidas pelo Núcleo de Estágio Supervisionado, há a necessidade de aprofundar a relação entre supervisores de campo e acadêmicos. Apenas uma minoria dos supervisores de campo já recorreu ao referido núcleo para sanar dúvidas, sendo o contato mais próximo que tiveram com a IES.

“Sobre uma avaliação que o supervisor realiza no final do semestre. A aluna não sabia dizer sobre a minha dúvida”. (registro 1)

“Sobre estagiária que não estava apta a exercer a profissão; e outra que não se identificou com o campo”. (registro 3)

“Documentações referentes ao estagiário”. (registro 6)

“Questões referentes à avaliação e ao cumprimento de horas do estagiário”. (registro 10)

“Apenas uma vez, estagiária sem ética, sem comprometimento, sem responsabilidade, e isso estava prejudicando suas colegas e deixando o departamento de Serviço Social sem credibilidade”. (registro 11)

Assim, compartilhamos com Oliveira de que o processo de supervisão de estágio acontece por meio do envolvimento de:

[...] duas dimensões de acompanhamento e orientação profissional: uma supervisão acadêmica compreendida como prática docente e, portanto, sob responsabilidade de docentes integrantes do quadro funcional do curso de Serviço Social da UFA; e a supervisão de campo, que compreende o acompanhamento direto realizado pelo assistente social das atividades desenvolvidas pelo estagiário, no contexto do campo de estágio. (OLIVEIRA, 2009, p.105)

É fundamental a identificação desses papéis no processo de supervisão, para não ocorrer equívocos no desenvolvimento do estágio supervisionado.

Quanto ao estagiário, este precisa receber orientação e acompanhamento adequado de seus supervisores de campo e acadêmico, a fim de compreender o conjunto de atividades a desenvolver e a contemplar no plano de estágio. Por isso, precisa participar ativamente do processo de supervisão direta como sujeito do seu processo de formação. Oliveira especifica, ainda, que o estagiário tem:

[...] papel importante no campo de estágio, que é contribuir no processo de “oxigenação” da ação profissional do assistente social, na medida em que apresenta questionamentos acerca do trabalho realizado e possibilidades de enfrentamento às situações vivenciadas no cotidiano profissional. (OLIVEIRA, 2009, p.105)

Sem dúvida o estágio é a possibilidade do estudante de Serviço Social vivenciar o processo de ensino-aprendizagem e construir sua identidade profissional de forma responsável e compromissada com o projeto profissional.

As respostas sobre a contribuição da supervisão direta para a superação das dificuldades apresentadas pelo estagiário durante o processo de estágio indica que a inserção deste, no campo sócio-ocupacional do assistente social, possibilita “[...] conhecer os limites da instituição, entender as relações de poder que se estabelecem e como construir estratégias inerentes à ação profissional”. (OLIVEIRA, 2009, p.104)

“Acredito que se realizado um trabalho mais efetivo de campo de estágio e supervisor acadêmico, com certeza o supervisor de campo poderá ajuda-lo mais”. (registro 1)

“É fundamental. O Serviço Social trabalha sobretudo com questões subjetivas. Não existe uma receita de bolo para o enfrentamento das situações apresentadas e somente a supervisão direta pode ajudar o aluno nestas respostas”. (registro 2)

“Creio que com a convivência e a troca de conhecimentos entre supervisor e estagiário, os mesmos vão adquirindo “confiança” e passam a desempenhar suas ações de forma mais segura e concreta, chegando a demonstrar suas ideias”. (registro 3)

“A supervisão direta amplia as possibilidades de o aluno/estagiário superar as dificuldades apresentadas de forma crítica e segura”. (registro 4)

“Ela é fundamental pois possibilita o diálogo entre as características do espaço sócio-ocupacional e os anseios trazidos pelo estagiário em seu cotidiano, enriquecendo a experiência de estágio tanto para o supervisor quanto para o estagiário”. (registro 5)

“A supervisão direta, na minha opinião, possibilita a retirada de dúvidas imediatamente e dá mais segurança para o estagiário”. (registro 7)

“Diante da troca de experiência”. (registro 8)

“A supervisão direta contribui na aprendizagem do processo de trabalho através da relação teoria/prática, no enfrentamento das condições reais do público atendido onde serão construídas alternativas e respostas profissionais”. (registro 9)

“Através da troca de conhecimentos, informações e experiências da prática profissional”. (registro 10)

“No esclarecimento de dúvidas e saber que o estagiário não está sozinho”. (registro 11)

“Pode contribuir no dia a dia nas conversas e orientações ao estagiário de maneira ética e adequada, e na escrita qualificada”. (registro 12)

É imprescindível conhecer e debater sobre o tratamento dado à supervisão de estágio no processo de formação profissional e no processo de trabalho do assistente social pelos sujeitos envolvidos, supervisor acadêmico, supervisor de campo e estudante.

Quando questionamos a contribuição da supervisão direta para o seu próprio desenvolvimento profissional, as respostas registradas foram unânimes em afirmar que a contribuição é valiosa.

“Penso que estarei mais atualizado acompanhando tudo que é lançado de novo no mercado profissional da área”. (registro 1)

“Totalmente. A estagiária me traz algo novo. Através dela busco melhorar profissionalmente para que possa de fato auxiliá-la na sua formação”. (registro 2)

“Ter estagiários nos leva a constante reciclagem e busca de entendimento de legislações; projetos, programas... no intuito de esclarecer àquele que está sob sua responsabilidade”. (registro 3)

“Através do estágio estou atualizando meus conhecimentos profissionais; contribuir para formação de qualidade desses futuros profissionais; além de construir uma relação de amizade duradoura”. (registro 4)

“Como já dito, este espaço permite trocas entre supervisor e estagiário que possibilitam o enriquecimento das ações tanto para o estagiário quanto para o supervisor que revê sua prática”. (registro 5)

“Pois existe troca, e reforça o processo de formação continuada”. (registro 6)

“É uma troca de conhecimento, a qual é importante tanto para o estagiário quanto para o profissional”. (registro 7)

“Contribuí, pois o estagiário tem um suporte, não estando só para realizar as atividades se sente seguro”. (registro 8)

“É o momento de o profissional contribuir na formação do estagiário para que este possa transpor os conhecimentos adquiridos em sala de aula através da aproximação com o campo de atuação”. (registro 10)

“Todo mundo tem algo de bom para passar para o outro. Como supervisora tenho a prática e as estagiárias, a teoria”. (registro 11)

“Acredito que a supervisão direta de estágio tem contribuído muito para meu desenvolvimento profissional nas trocas de experiências com o estagiários(as) e no ensino direto a eles”. (registro 12)

Portanto, a supervisão direta, enquanto umas das atribuições privativas do assistente social é um processo de ensinar e aprender, por meio das dimensões: teórico-metodológica, ético-política e técnico-operativa. Essa articulação entre as dimensões garante ao estagiário as possibilidades de desenvolver suas competências e habilidades profissionais previstas nas Diretrizes Curriculares.

4.2 Inserção e acompanhamento do estudante de Serviço Social no campo de estágio

O estágio supervisionado em Serviço Social inicia-se com a inserção do estudante no campo sócio-ocupacional do assistente social, conforme pressupõem as Diretrizes Curriculares (1996, p.15-16): “É uma atividade curricular obrigatória que se configura a partir da inserção do aluno no espaço sócio-institucional, objetivando capacitá-lo para o exercício do trabalho profissional, o que pressupõe supervisão sistemática”.

A primeira questão do questionário respondido pelos supervisores de campo foi em relação ao recebimento do estudante no campo de estágio. É importante ressaltar que cabia mais de uma resposta para essa questão.

Uma das respostas mais registradas pelos supervisores de campo foi de que a aceitação em ter um estagiário para supervisionar ocorreu em atendimento ao pedido da coordenação do Núcleo de Estágio Supervisionado do Curso de Serviço Social da FAPEPE. Fica a compreensão de que o Núcleo, desse modo, tem cumprindo uma das suas atribuições, que é formalizar, por meio de convênios, a abertura de campos de estágio e oferece-los ao estudante de Serviço Social.

Há de se ressaltar, também, a iniciativa dos estudantes em buscar campos de estágio, pois o estudante comprometido com seu processo de formação demonstra a preocupação em realizar o processo de estágio, tão logo esteja apto para tal. Segundo o Regulamento do Estágio Supervisionado em Serviço Social, o estudante pode comunicar a coordenação do curso e do estágio ao tomar conhecimento da existência de campos de estágio não conveniados, para que a formalização da abertura desses campos seja providenciada. Portanto, embora haja o trabalho de captação de vagas de estágio por parte da IES, ainda assim, em muitas das situações, a inserção do estudante ocorre com seu próprio esforço. Isso é reflexo do crescimento dos cursos de Serviço Social em Presidente Prudente e região (presenciais e a distância), situação já indicada na PNE pela ABEPSS:

O estágio supervisionado curricular, além dos aspectos pedagógicos relacionados diretamente às disciplinas, implica, ainda, na ampliação de estratégias que viabilizem a oferta e qualificação de campos aos estudantes, que se alteram profundamente mediante o crescimento

do número de escolas e de estudantes de Serviço Social. (ABEPSS, PNE, 2009, p.34)

Há, em menor número, assistentes sociais que concordaram em exercer a supervisão porque, quando da contratação pela instituição, encontrou o estudante já em processo de realização do estágio. Esses assistentes sociais demonstram o compromisso com a formação profissional e a compreensão de que a supervisão de estágio é atribuição sua. Além disso, a interrupção do processo de estágio poderia ser prejudicial à formação do estudante.

Na mesma proporção, há supervisores de campo que exercem a supervisão por se sentirem obrigados a atender uma determinação da coordenação do seu local de trabalho. Nessa situação, fica expressa a “relativa autonomia” do assistente social em decidir se quer ou não exercer a atribuição da supervisão de campo. Entendemos que, quando isso ocorre, o processo de estágio pode correr o risco de ser inviabilizado. Essa “relativa autonomia”, segundo Iamamoto (2010), aponta que o assistente social, para efetivar seu trabalho,

[...] depende, na *organização da atividade*, do Estado, da empresa, entidades não governamentais que viabilizam aos usuários o acesso a seus serviços, fornecem meios e recursos para a sua realização, estabelecem prioridades a serem cumpridas, interferem na definição de papéis e funções que compõem o cotidiano do trabalho institucional. (IAMAMOTO, 2010, p.63, grifo da autora)

O fato de o assistente social não ter a autonomia para escolher se quer ou não exercer a supervisão pode configurar-se um “sobretabalho”, ou seja, supervisionar o estagiário é trabalho extra. E, ainda, a não aceitação de forma espontânea em supervisionar pode comprometer o papel fundamental do supervisor, tem de garantir que o processo de estágio, conforme Oliveira (2009, p.106), imprima “[...] confiança e maturidade ao estagiário, contribuindo para a formação profissional do futuro assistente social”.

Compreendemos, contudo, haver outro lado dessa questão: às vezes, o assistente social não quer ter o estagiário para supervisionar por identificar que faltam condições fundamentais para a realização do processo de estágio, a saber: “[...] espaço físico, recursos materiais, concessão de tempo para a realização da supervisão e participação nas atividades inerentes à referida prática” (OLIVEIRA, 2009, p.101). Nesta perspectiva, a inserção do estagiário deve acontecer de forma

ética para cumprir os princípios da formação profissional do assistente social indicados nas Diretrizes Curriculares.

Ainda, nas respostas ao questionário, há o registro de como acontece essa inserção do estudante no campo de estágio. Analisando as respostas, observamos que o processo de inserção ocorre a partir de três eixos: apresentação do espaço físico (estrutura física); apresentação da equipe e demais funcionários, e das normas de funcionamento do campo de estágio; apresentação do trabalho desenvolvido pelo assistente social.

I - Apresentação do espaço físico (estrutura física): primeira aproximação ao espaço sócio-ocupacional e à prática profissional do assistente social. Trata-se do primeiro contato com o assistente social, que será seu supervisor de campo durante o processo do estágio supervisionado.

“É realizado uma apresentação geral do espaço físico, identificando cada sala [...]”. (registro 1)

“[...] apresento [...] o prédio e suas dependências [...]”. (registro 3)

“[...] mostra a estrutura física do campo de estágio [...]” (registro 4)

“No primeiro momento, são apresentados a estrutura física [...]”. (registro 6)

“[...] apresenta-se o local [...]”. (registro 7)

“Primeiramente, é apresentado ao aluno os espaços físicos disponíveis [...]”. (registro 9)

“Realizada no primeiro momento com apresentação [...] do ambiente institucional”. (registro 10)

“Nos primeiros dias de estágio [...] também é apresentado a ele(a) cada setor da instituição”. (registro 12)

Conhecer o espaço físico faz parte do processo de acolhimento do estagiário: possibilita identificar as condições técnicas e éticas do trabalho desenvolvido pelo assistente social naquele campo sócio-ocupacional, sendo importante para planejar as ações futuras.

II - Apresentação da equipe e demais funcionários e das normas de funcionamento do campo de estágio: compreensão de que o trabalho do assistente social não é isolado ou individualizado. Aliás, uma das requisições feitas ao assistente social é saber trabalhar em equipe. Além disso, proporciona a observação

da interação profissional nas áreas diferentes, bem como a própria interação do estagiário com a equipe de trabalho. O trabalho do assistente social requer profissionais parceiros para a realização das ações e atividades, uma vez que o atendimento da população usuária não se constrói a partir de uma só área de conhecimento. Igualmente, tomar conhecimento das normas de funcionamento da instituição faz-se pertinente, pois permite compreender a postura e o comportamento necessário no campo de estágio como forma de resguardar seus direitos, dos demais funcionários e dos usuários.

“[...] e também é realizada uma apresentação das pessoas, membros da diretoria se estiverem no local, senão é apresentado posteriormente”. (registro 1)

“Na entrevista, já coloco sobre as atribuições do mesmo ao apresentar o projeto e objetivos do trabalho da entidade, após apresento os profissionais do local [...] acertamos os horários”. (registro 3)

“O Assistente Social responsável realiza uma explanação ao estagiário [...] apresenta o Estatuto e o Regimento Interno”. (registro 4)

“O estagiário é recebido com data e horário previamente agendados. Neste primeiro contato conhece os demais profissionais do campo [...]”. (registro 5)

“No primeiro momento são apresentados [...] os funcionários. Documentações pertinentes ao campo bem como as legislações referentes, e objetivo do local [...]”. (registro 6)

“Explica-se o trabalho desenvolvido, apresenta-se [...] os funcionários [...]”. (registro 7)

“Realizada no primeiro momento com apresentação da equipe, [...] bem como a rotina da instituição e apresentação das normativas relativas ao público”. (registro 10)

“Nos primeiros dias de estágio é informado ao estagiário(a) as normas e rotinas do setor [...]”. (registro 12)

Portanto, conhecer a equipe técnica, funcionários e normas de funcionamento do campo de estágio, compõe o momento de acolhimento do estagiário. Essa apresentação possibilita ao estagiário começar a ter contato com o trabalho realizado pelo assistente social, seu cotidiano de trabalho. Esta aproximação abre caminhos para que o estagiário possa conhecer as atribuições e

competências profissionais do assistente social enquanto membro da equipe de trabalho da instituição concedente do estágio.

Outra observação quanto ao conhecimento da equipe técnica é em relação à importância das discussões interdisciplinares, de modo a encontrar a melhor solução para as demandas apresentadas aos assistentes sociais. E ainda, entender a necessidade de manter interlocução com outros setores da instituição que prestam apoio para que o serviço seja prestado aos usuários com presteza e qualidade.

III - Apresentação do trabalho desenvolvido pelo assistente social: o supervisor de campo apresenta as ações realizadas com os usuários e as ações de gestão do serviço. Apresentar o trabalho desenvolvido pelo assistente social ao estagiário demonstra, inicialmente, seu comprometimento com o projeto profissional. Contribui, ainda, com o despertar da motivação e interesse pelo processo de ensino-aprendizagem por parte do estagiário. Aqui começa o relacionamento entre supervisor e estagiário que, segundo Buriolla (1994, p.81), “[...] são sujeitos coletivos que se relacionam por uma especificidade – relacionam-se em função do exercício profissional – o que torna específico e significativo este contexto relacional”. Envolver o estagiário aos poucos, possibilita a aproximação e o conhecimento das ações profissionais, as dificuldades, as contradições, os fracassos, os êxitos, etc.

Essa aproximação possibilita os sujeitos – supervisor de campo e estagiário – identificar as diferenças, individuais e profissionais, existentes entre eles. Para Buriolla (1994, p.84), “[...] de *per si*, justifica a relação de não igualdade”. Não impede, no entanto, que ambos possam manter uma relação respeitosa, dialogada e de amizade.

“O estagiário é recebido com data e horário previamente agendados. [...] apresenta as atividades de gestão e suas atividades [...]”.
(registro 5)

“[...] são apresentados [...] objetivo [...] da atuação profissional”.
(registro 6)

“Explica-se o trabalho desenvolvido, apresenta-se [...] as atribuições do assistente social e do estagiário”. (registro 7)

“Primeiramente é apresentado ao aluno [...] e logo após as ações que estão sendo realizadas e as que ainda estão em andamento”.
(registro 9)

“Realizada no primeiro momento com apresentação [...] das ações e competências do profissional [...]”. (registro 10)

“Nos primeiros dias de estágio, é informado ao estagiário(a) [...] o trabalho que é desenvolvido pelo assistente social [...]”. (registro 12)

Conhecer a realidade concreta do trabalho e das ações desenvolvidas pelo assistente social faz parte, também, do acolhimento do estagiário no campo de estágio. Para Silva e Silva (2011, p.248), “[...] outra questão fundamental quanto à articulação da proposta de ação refere-se à articulação da prática profissional com a realidade”. A articulação da prática profissional com a realidade é um dos desafios postos pelo projeto ético-político do Serviço Social. Trata-se de ter clareza que a dimensão teórico-metodológica é um dos sustentáculos para entender a realidade social, ou seja, é o recurso necessário para a leitura crítica da realidade.

A partir da inserção do estagiário no campo de estágio, inicia-se o acompanhamento, por meio da supervisão direta de campo e acadêmica. Para acontecer o acompanhamento, é necessário o planejamento como processo dinâmico e contínuo, conforme esboçamos no item a seguir.

4.3 Planejamento e execução do processo de supervisão de estágio

O planejamento das ações de estágio facilita e viabiliza a operacionalização do processo de supervisão. Planejamento compreendido como processo dinâmico e contínuo. Segundo Baptista (2007, p.14), “[...] o planejamento é a ferramenta para pensar e agir dentro de uma sistemática analítica própria, estudando as situações, prevendo limites e suas possibilidades, propondo-se objetivos, definindo-se estratégias”.

O planejamento no estágio supervisionado é o instrumento para sistematizar o processo de supervisão direta com estagiário, a fim de que objetivos sejam atingidos. É a previsão das atividades concretas a serem desenvolvidas no campo de estágio estabelecidas no plano de estágio, bem como os objetivos; os procedimentos e as estratégias de ensino-aprendizagem. Através do planejamento das atividades a serem desenvolvidas com o estagiário, é possível a reflexão sobre

o processo de estágio, enquanto possibilidade de construção do conhecimento; a construção de atitude reflexiva e analítica acerca da realidade social, contribuindo para a formação profissional.

O compromisso do supervisor de campo e acadêmico é contribuir, igualmente, para o desenvolvimento do potencial do estagiário, por meio do processo de ensino-aprendizagem. Isso vai além do só transmitir informações, sendo necessário criar um contexto em que valores éticos sejam trabalhados, no intuito de desenvolver a postura e a identidade profissional do estagiário.

Portanto, o processo de ensino-aprendizagem do estágio supervisionado deve ser construído com o estagiário. Planejar é o ato de pensar antes de agir; isso significa que os supervisores de estágio utilizam de seu conhecimento teórico-metodológico para desenvolver a supervisão direta do estagiário.

Compreendemos, outrossim, que o planejamento do estágio supervisionado passa por duas direções: a relação do supervisor de estágio com o estagiário e a construção do projeto e plano de estágio.

A primeira direção é construída a partir da responsabilidade assumida pelo supervisor de campo e acadêmico em realizar a supervisão do estagiário, sabendo terem papel fundamental no processo formativo do futuro profissional. Para Costa ([s/d], [s/p]), “[...] na operacionalização do estágio supervisionado, há que se considerar a participação destes três sujeitos, com seus respectivos papéis e funções, cuja interação deve se dar na direção de um processo construtivo da supervisão e do estágio”. A tríade – supervisor de campo, supervisor acadêmico e estagiário – estabelece um vínculo importante para que o processo de estágio aconteça com sucesso e atinja os objetivos propostos. Então, o relacionamento deve ser construído de forma correta e ética.

A segunda direção é a decisão sobre o caminho a ser percorrido para o acompanhamento e execução do processo de estágio supervisionado, ou seja, o planejamento é “[...] ato primordial desse processo”. (COSTA, [s/d], [s/p])

Segundo Oliveira (2009, p.102), “[...] o plano de estágio é um documento utilizado como constante referência tanto para o estagiário quanto para o supervisor de campo e acadêmico”. Nesse documento, devem ser propostas as atividades que serão desenvolvidas pelo estagiário, seguindo os princípios do

projeto ético-político e as diretrizes do projeto pedagógico do curso de Serviço Social, onde está inserido o estudante.

Lewgoy afirma que o processo de estágio depende da consciência e comprometimento da unidade formadora e da unidade concedente de estágio.

A ação consciente, competente e crítica de alunos, professores e supervisores transforma a realidade pelas reflexões vivenciadas no planejamento e, conseqüentemente, no que é proposto no projeto de ensino do professor ou de trabalho do supervisor e no de aprendizagem do aluno. A articulação entre formação e exercício profissional, tendo como solo a formação e competência profissional, precisa ser potencializada no processo de supervisão de estágio nos espaços sócio-ocupacionais. (LEWGOY, 2009, p.174) aprendizado.

No espaço sócio-ocupacional, há possibilidade de o estagiário desenvolver suas habilidades e competências relativas ao processo de planejamento, execução e sistematização, de acordo com o que foi traçado no plano e no projeto de estágio supervisionado. Além disso, o contato permite relacionar aspectos da ação planejada com o planejamento das políticas sociais, a gestão dos serviços oferecidos, etc.

No entanto, esse planejamento revela que alguns dos supervisores realiza a supervisão de estágio de forma sistemática e outros, de forma assistemática. O processo de supervisão de planejamento de forma sistemática possibilita “[...] suscitar a reflexão, tomada de decisões, sua aplicação e acompanhamento”. (LEWGOY, 2009, p.173)

“Através de um projeto”. (registro 1)

“Semanalmente e de acordo com as necessidades da estagiária”. (registro 2)

“A supervisão é organizada diariamente no início do expediente de acordo com as atividades. Há também o agendamento de supervisão quinzenais e/ou semanais quando necessário”. (registro 4)

“A supervisão ocorre semanalmente para retirada de dúvidas, contudo, durante a execução do estágio, é realizada também a retirada de dúvidas e explicação da rotina do trabalho”. (registro 7)

“Semanalmente”. (registro 8)

“Ela é feita semanalmente”. (registro 9)

“Através dos instrumentais disponibilizados pela Faculdade”. (registro 10)

“Semanal, mas, devido trabalharmos com seres humanos, as dúvidas, dificuldades são trabalhadas diariamente”. (registro 11)

A supervisão de estágio sistemática contribui para a compreensão do estagiário quanto às demandas institucionais apresentadas pelos usuários: é importante para a ultrapassagem da imediaticidade no atendimento dessas demandas, pois o estagiário tem subsídios para analisar e refletir sobre a realidade a ser trabalhada.

Para Lewgoy (2009, p.176), “[...] As atividades sistemáticas e interinstitucionais desenvolvidas pela universidade ou pelos campos de estágio precisam ser construídas permanentemente”. Na supervisão direta sistemática, estabelecem-se temas para discussão. No registro das respostas dos supervisores de campo quanto às questões tratadas na supervisão de estágio, bem como quem decide o que será tratado na supervisão, observamos, na maioria das respostas, que a construção da pauta da supervisão é conjunta, demonstrando haver flexibilidade.

“[...] o técnico junto com a aluna, sempre converso antes de iniciar a supervisão”. (registro 1)

“Eu levo minhas questões e ela também pode acrescentar as delas”. (registro 2)

“Como disse anteriormente, a supervisão ocorre sempre que surge alguma ação a ser executada pelo estagiário; ele tem total abertura para realizar questionamentos e sugestões”. (registro 3)

“[...] A pauta da supervisão é decidida pelo supervisor e estagiário”. (registro 4)

“São tratadas questões referentes à avaliação final das ações que foram propostas e efetivamente executadas pelo estagiário. A decisão acerca do que será tratado, na maioria das vezes, parte dos questionamentos levantados pelo estagiário”. (registro 5)

“Andamento do processo das atividades e entendimento do estagiário, sendo uma troca para supervisor acadêmico e de campo”. (registro 6)

“É uma conversa aberta com discussão sobre as atividades desenvolvidas e o estagiário tem autonomia para apresentar as questões a serem discutidas”. (registro 7)

“São apresentadas as dificuldades do estagiário bem como os apontamentos que acho necessário para o crescimento do estagiário”. (registro 8)

“Serão as que o aluno estagiário está com mais dificuldade de compreensão e a decisão é feita em conjunto estagiário e supervisor”. (registro 9)

“Trata-se de decisão conjunta, buscando sanar as dúvidas do estagiário”. (registro 10)

“[...] As questões tratadas são: visitas nas clínicas com orientação e entrega das pesquisas de satisfação do usuário; recolhimento das pesquisas nas urnas e tabulação das mesmas com retorno em resposta aos comentários escritos nelas. A supervisora responsável pelo aluno/estagiário no campo é quem decide o que e como irá ser realizado as atividades”. (registro 12)

A construção coletiva da discussão sobre a temática a ser abordada na supervisão de estágio pelos sujeitos envolvidos no processo de estágio supervisionado não se limita a meros procedimentos, nem se realiza em momento único. Possibilita ao estagiário a abordagem de assuntos em que possui dúvidas e, ainda, atende às suas necessidades específicas.

O desafio apontado por Morani (2010, p.96) é de “[...] rompimento com a prática da supervisão que se organiza de forma assistemática e que não é privilegiada na organização do processo de trabalho do Serviço Social”. A supervisão assistemática configura-se quando a supervisão é vista como trabalho extra, não como exercício de uma atribuição privativa do assistente social.

A supervisão assistemática fica centrada nas atividades do cotidiano, nas quais o estagiário demonstra dificuldade de execução.

“Não estabeleço o dia da supervisão; conforme a rotina vai ocorrendo, discutimos as ações; estratégias; comportamentos”. (registro 3)

“Temos por hábito realizar a supervisão ao término de cada atividade propostas, contudo mantendo o diálogo cotidiano acerca de qualquer situação surgida no campo de estágio”. (registro 5)

“Pessoalmente, procuro envolver o estagiário em todas as atividades pontuando os objetivos e procuro fazer de forma dinâmica”. (registro 6)

“Da melhor forma, procurando sempre orientar e esclarecer dúvidas que o estagiário(a) possa ter”. (registro 12)

A supervisão de estágio assistemática nos remete ao entendimento da necessidade de valorização desse processo. Conforme aponta Lewgoy,

A direção teórico-técnico-política do processo de supervisão pressupõe concepção, objetivos, estratégias pedagógicas e metodológicas, conhecimento das expressões da questão social e da realidade dos campos de estágio, conhecimento dos saberes profissionais das áreas trabalhadas, incentivo à investigação, articulação constante e programática entre os sujeitos do processo [...]. (LEWGOY, 2009, p.188)

Por isso, é imprescindível haver, por parte do supervisor de estágio, o reconhecimento de que o planejamento das ações relacionadas ao estágio supervisionado assegura o processo de ensino-aprendizagem que atenda aos preceitos da formação profissional com qualidade, de acordo com o projeto da profissão.

Há outro desafio a ser vencido e que ficou explícito nas respostas dos supervisores de campo sobre o envolvimento do supervisor acadêmico no processo de estágio supervisionado: não se realiza a supervisão direta de forma indissociável no processo de estágio supervisionado da FAPEPE, não se efetivando, portanto, o referendado pelas Diretrizes Curriculares para a construção dos saberes relacionados às dimensões teórico-metodológica, ético-política e técnico-operativa.

“Apenas contato para assinatura de documentos”. (registro 1)

“[...] Acho que temos pouquíssimos espaços para conversar”.
(registro 2)

“Normalmente quando discutimos os trabalhos solicitados pelo mesmo. Também ao discutirmos as ‘burocracias’ que devem ser apresentadas à faculdade”. (registro 3)

“Através de algumas atividades acadêmicas e de campo. Porém não é de forma sistemática”. (registro 6)

“Somente quando tenho dificuldades no processo de estágio”.
(registro 7)

“Esse processo só acontece através da avaliação mensal”. (registro 9)

“Através dos instrumentos disponibilizados pela Faculdade”. (registro 10)

“Somente em situações constrangedoras em que o estagiário esteja envolvido”. (registro 11)

“Através dos trabalhos desenvolvidos junto ao estagiário”. (registro 12)

A supervisão direta possibilita ao estagiário compreender o projeto profissional. Sabemos, entretanto, que, muitas vezes, a não efetivação desse processo da forma como dispõem as Diretrizes Curriculares e a PNE é consequência das condições de trabalho dos supervisores de campo e acadêmico.

Os supervisores de campo deixam evidente, nas respostas registradas, o desafio de realizar supervisão direta e o quanto as condições objetivas de trabalho têm impactado na realização da supervisão de estágio.

“Tempo, transporte, falta de comunicação do supervisor acadêmico com o campo de estágio”. (registro 1)

“Tempo, interferência de terceiros, grande demanda de trabalho”. (registro 2)

“Conciliação das atividades; neste momento, como coordenadora técnica; conciliação com atividades burocráticas”. (registro 4)

“A manutenção de sua periodicidade frente à rotina imposta ao supervisor, no campo de estágio”. (registro 5)

“O volume de trabalho cotidiano, a responsabilidade pela formação do estagiário que terá em você uma representação profissional”. (registro 7)

“A questão do ‘tempo livre’ é o maior desafio”. (registro 8)

“O maior desafio é fazer que o aluno-estagiário possa relacionar teoricamente as situações vivenciadas no cotidiano institucional com sua totalidade social”. (registro 9)

“Tempo, em virtude da rotina de atendimentos e atividades a serem realizadas no dia a dia de trabalho”. (registro 10)

“A quantidade de demanda atendida”. (registro 11)

As condições de trabalho têm um impacto significativo no processo de supervisão, que não permite, muitas vezes, ao supervisor perceber os aspectos facilitadores do processo. Nas respostas registradas sobre a existência desses aspectos, mais uma vez, aparece que as condições de trabalho influenciam na realização da supervisão.

“Não sei exatamente se facilitador, mas pelo menos, no meu caso e nesse momento, seria o supervisor acadêmico vir até o meu local de trabalho campo de estágio”. (registro 1)

“Acho que o ‘pacto’ estabelecido no início do estágio, para que as estagiárias façam questionamentos/apontamentos”. (registro 3)

“Disponibilidade de horário do estagiário”. (registro 4)

“Rotina semanal previamente estabelecida, o que possibilita garantir espaços para realizar a supervisão”. (registro 5)

“Autonomia para a realização das atividades, e local apropriado. Entendimento sobre o processo de estágio”. (registro 6)

“A demanda de trabalho que possibilita ao estagiário contato direto com o usuário e a realização de seus desdobramentos”. (registro 7)

Ainda, quando questionados sobre a existência de aspectos limitadores para a realização da supervisão direta, mais uma vez são apontados limites relacionados às condições de trabalho do assistente social:

“Tempo, interferência de terceiros, grande demanda de trabalho, espaço inadequado (a sala que ocupo é de uso comunitário)”. (registro 2)

“O fato de ser responsável pelo ‘serviço’; assim, muitas vezes, a supervisão é interrompida para que eu resolva outras questões”. (registro 3)

“Rotina de trabalho imposta ao supervisor, cujas ações não previstas, comprometem o planejado”. (registro 5)

“Volume de trabalho”. (registro 7)

“A demanda atendida, e por você estar trabalhando diretamente com pessoas, com doença, morte. As pessoas fragilizadas sempre acham que seu problema, sua doença, é prioridade. Aí a dificulta uma supervisão mais restrita”. (registro 11)

“O que muitas vezes limita com que o trabalho na supervisão direta de campo no setor [...] seja perfeitamente desenvolvida são algumas demandas sigilosas, a qual dependemos da supervisão de um outro setor para responder no prazo e, muitas vezes, esse retorno por parte do outro setor não é dado no prazo, limitando, assim, o melhor desenvolvimento do trabalho”. (registro 12)

Chegamos ao final da análise dos dados, mas não chegamos ao fim da discussão e reflexão da temática, pois essa sempre permeará o processo de estágio supervisionado no Serviço Social, diante da preocupação dos assistentes sociais em garantir a qualidade da formação profissional.

Assim, concluímos que efetivar o processo de supervisão direta de forma planejada para possibilitar o acompanhamento do estagiário consoante aos preceitos do projeto profissional requer a compreensão por parte dos sujeitos envolvidos no processo de estágio supervisionado – supervisor de campo,

supervisor acadêmico e estagiário – de que o comprometimento é fundamental, pois a sintonia entre a formação e a supervisão direta materializa a proposta das Diretrizes Curriculares. As respostas a seguir confirmam:

“Penso que o supervisor de campo tem um papel ímpar na formação do aluno. Uma supervisão mal realizada pode gerar até mesmo um ‘desencantamento’ com a profissão. Precisamos estreitar os laços entre faculdade e supervisor de campo, de modo que o aluno seja atendido em sua totalidade”. (registro 2)

“Me levaram à reflexão sobre minha forma de conduzir a supervisão... creio que estou no caminho”. (registro 3)

“As questões abordadas estão bem pertinentes ao tema pois traz eixos que possibilitarão entender as implicações do estágio supervisionado, que poderão contribuir para implementações tão importantes no processo de formação do estagiário de serviço social”. (registro 7)

“Que o Núcleo de Estágio, a faculdade esteja mais presente no Campo de Estágio, as reuniões que eram realizadas junto ao supervisor de estágio. Que a faculdade reconhecesse o supervisor de estágio, sua disponibilidade, seu compromisso com o aluno estagiário. Pois estagiário é uma responsabilidade e trabalhoso”. (registro 11)

CONSIDERAÇÕES FINAIS

A supervisão direta se configura como parte do processo formativo do assistente social. Partindo desta afirmativa adveio a inquietação que acabou se tornando o problema da presente pesquisa: como os supervisores de campo que atuam com os estudantes estagiários do curso de Serviço Social da FAPEPE reconhecem a supervisão direta no processo formativo do assistente social?

Para analisar a supervisão direta no processo formativo do assistente social nos propusemos a investigar e compreender como os supervisores de campo desenvolvem a supervisão. Neste sentido, foi realizada uma pesquisa social envolvendo a pesquisa documental e de campo, cujos resultados foram apresentados ao longo desta dissertação.

Quanto aos objetivos propostos nesta pesquisa, foi possível concluir que foram alcançados. No entanto, há que se reconhecer que não há conclusões definitivas, pois, a temática pressupõe continuidade do debate e reflexão. Essa temática não se esgota uma vez que ao ser analisada como parte do processo formativo dos assistentes sociais, o estágio e a supervisão, também acompanham os movimentos contraditórios constitutivos da sociedade burguesa. Assim, discutir e refletir sobre o processo de supervisão de estágio em Serviço Social é desafio constante posto ao assistente social que precisa compreender a dimensão pedagógica desse processo. Visto ser um processo que articula formação e exercício profissional.

É importante lembrar que a coleta de dados da pesquisa ocorreu de duas formas, através da pesquisa documental realizada a partir dos documentos relacionados ao processo de estágio supervisionado dos estudantes da FAPEPE e do registro de respostas pelos supervisores de campo no questionário encaminhado a eles. Desta forma, a análise aconteceu do entrecruzamento dos dados coletados na pesquisa documental e no questionário respondido pelos sujeitos da pesquisa, bem como da revisão de literatura possibilitando a construção dos resultados apresentados nesta pesquisa.

Iniciamos o estudo apresentando elementos para a compreensão do percurso histórico da profissão e sua institucionalização no Brasil. E ao percorrer

essa trajetória também nos propusemos a compreender o processo de estágio supervisionado na formação profissional do assistente social a partir das concepções de estágio e supervisão direta, bem como a percepção dos sujeitos da pesquisa sobre as implicações da supervisão direta no processo formativo do assistente social. Mas a discussão sobre essa temática teve sua ênfase, principalmente, a partir da implantação das Diretrizes Curriculares de 1996, pois buscamos através deste estudo a compreensão de como se constitui a supervisão direta de estágio, analisando os elementos presentes na concepção desse processo por parte dos sujeitos envolvidos.

Levamos em consideração também nesse estudo a normatização do estágio supervisionado como: a Lei Federal n.º 11.788/2008; a Resolução do CFESS n.º 533/2008; a Lei n.º 8.662/1993; o Código de Ética. E ainda, buscamos a Política Nacional de Estágio (PNE), como documento fundamental produzido pelas entidades representativas do Serviço Social brasileiro (CFESS/CRESS, ABEPSS e ENESSO).

O processo de estágio em Serviço Social sempre foi inerente à formação profissional do assistente social, pois percebemos que a preocupação com esse tema existe desde a criação dos primeiros cursos de Serviço Social no Brasil, logo, isso sugere que este tema é fundamental e essencial para primar pela qualidade da formação profissional do assistente social.

Durante a revisão de literatura identificamos que as concepções de estágio supervisionado e supervisão de estágio sofreram alterações e, até mesmo, foram sendo ressignificadas no decorrer da história da profissão no Brasil. Observamos que com a aprovação das Diretrizes Curriculares de 1996 os debates sobre o estágio supervisionado e a supervisão de estágio se ampliaram, mas sempre partindo da concepção definida por esse documento.

No entanto, mesmo partindo das diferentes interpretações dessas concepções podemos perceber que sempre houve e haverá o desafio colocado ao supervisor no que tange fazer a relação entre a unidade teoria e prática para dar respostas aos estudantes de Serviço Social acerca das demandas sociais e indagações apresentadas por ele durante o processo de estágio supervisionado. Entendendo ser esta uma das implicações para a realização do processo de supervisão direta.

Isso nos leva à compreensão de que a sala de aula é o local apropriado e privilegiado desse processo de ensino-aprendizagem, mas não é o único nem poderá ser proporcionando a troca de conhecimento e saber. É o espaço onde o estudante adquire embasamento teórico como contribuição para se tornar efetivo o estágio supervisionado em Serviço Social, porém observando criteriosamente a realização desse estágio e da supervisão direta com qualidade.

A unidade entre a teoria e a prática aparece no registro das respostas dos sujeitos como fundamental no processo formativo. Isso denota que a frase “a teoria não tem nada a ver com prática” é apenas um mito, pois o assistente social reconhece a importância da apropriação do conhecimento para a qualificação do exercício profissional.

Igualmente, durante este estudo contextualizamos a cidade de Presidente Prudente e região administrativa para situar o campus da FAPEPE considerando ser essa a instituição lócus da nossa pesquisa. Analisando a dimensão da escolaridade nessa região do estado de São Paulo identificamos que entre os jovens com ensino médio completo, na faixa etária de 18 e 19 anos, ocorreu um aumento de 63,8% superando a média estadual de 56,6%. E justamente visando atender essa parcela da população de Presidente Prudente e região que busca a formação profissional de ensino superior é que a FAPEPE se instalou nessa região, tendo como lema a educação como base para o desenvolvimento social e econômico para atrair o público alvo.

É importante lembrar que a FAPEPE fundada no final da década de 1990 e início da década de 2000, faz parte do processo de expansão das instituições privadas de ensino superior no Brasil. Fenômeno relacionado à contrarreforma do Estado brasileiro, pois diante da retração do Estado a educação de nível superior passa a ser amplamente aberta ao mercado que busca de forma incessante o lucro, o qual se aproveita do desejo e necessidade das pessoas em fazer um curso superior. Portanto, a presença do setor privado no ensino superior só vem crescendo sob a validação e incentivo do Estado em resposta a ideologia do empreendedorismo. E a educação enquanto direito social fica a margem das lutas sociais. Diante dessa fragilização grandes grupos empresariais percebem o nicho de mercado e começam a investir maciçamente na abertura de cursos de graduação em todas as áreas do conhecimento.

Durante este estudo explicitamos de forma detalhada a implantação do curso de Serviço Social na FAPEPE e a estruturação e organização do estágio supervisionado. Nesse sentido, apresentamos a caracterização dos campos de estágio conveniados com a FAPEPE e o perfil dos supervisores de campo e dos estagiários. O resultado constatado com a pesquisa documental quanto à caracterização dos campos de estágio é que a área de maior concentração de oferta de vagas de estágio foi na área da política de assistência social (CRAS e CREAS) e no terceiro setor constituído por entidades sem fins lucrativos. Este dado confirma que a política pública de assistência social é a área majoritariamente onde há maior número de assistentes sociais atuando, sendo o poder público municipal o maior empregador de assistentes sociais.

Os dados referentes ao perfil do supervisor de campo os resultados indicam que a maioria dos assistentes sociais que têm estagiários se formou na década de 1990. São profissionais em média com dez anos de formação demonstrando que fizeram a graduação, provavelmente, após a implantação das Diretrizes Curriculares que propõe que o estágio supervisionado enquanto processo de ensino-aprendizagem, possibilitando a formação de um profissional comprometido com a defesa dos direitos sociais através da mediação entre o conteúdo apreendido na sala de aula e os dados extraídos da realidade social onde se insere o campo de estágio. Também há referência nas Diretrizes Curriculares da importância da supervisão direta quanto à indissociabilidade do estágio supervisionado, ou seja, não é possível acontecer o processo de estágio sem a supervisão direta realizada por um assistente social supervisor de campo e o supervisor acadêmico.

Os dados referentes ao perfil dos estudantes-estagiários é a predominância no curso de Serviço Social de mulheres reforçando o caráter de profissão eminentemente feminina, conceito existente desde a gênese do Serviço Social. É oportuno comentar sobre as atividades realizadas pelos estagiários nos campos de estágio que estão de acordo com o objetivo proposto para cada turma.

O resultado da pesquisa de campo nos permitiu, ainda, levantar os aspectos relacionados ao trabalho e condições de trabalho do supervisor de campo, bem como a inserção e acompanhamento do estudante no campo de estágio e o planejamento e a execução do processo da supervisão direta. Possibilitou-nos

identificar algumas das implicações que impossibilita, desafia ou limita a efetivação do processo de supervisão direta, mas sem perder de vista a realidade social que permeia o exercício profissional do assistente social que requer a compreensão de que com a expansão do capital financeiro o mundo do trabalho sofre transformações, as quais vão incidir nas condições de realização do trabalho do assistente social.

Assim, conforme analisado nesta pesquisa a partir das respostas registradas no questionário encaminhado aos supervisores de campo identificamos as seguintes implicações relacionadas ao processo de supervisão direta:

Relação entre a unidade teoria e prática: a supervisão ao expressar as relações entre teoria e prática por meio de um determinado referencial teórico possibilita a construção de alternativas e respostas profissionais. É requerido ao supervisor que tenha clareza da relação teoria-prática. Relação que deve ser construída cotidianamente e não tem uma única forma de se expressar. Portanto, o estágio não se reduz apenas a mero treinamento do “como fazer”, mas sim como possibilidade de reflexão, sendo essencial a supervisão direta durante esse processo.

Fragilização na aproximação entre supervisor de campo e acadêmico: nas respostas registradas pelos supervisores de campo quanto à relação estabelecida entre a FAPEPE e o campo de estágio, observamos que não há efetivação do princípio da indissociabilidade entre supervisão acadêmica e de campo. A interação ocorre através dos documentos solicitados pelo Núcleo de Estágio Supervisionado, dos encontros/reuniões semestrais e às vezes por meio de telefonemas. Portanto, o estreitamento da relação entre supervisores acadêmicos e de campo resvala nas condições de trabalho, pois não há investimento por parte da IES para realizar essa aproximação. Apesar da maioria dos supervisores de campo terem apontado possuir conhecimento das atribuições e ações desenvolvidas pelo Núcleo de Estágio Supervisionado fica ainda a necessidade de aprofundar a relação entre supervisores de campo e acadêmicos. Apenas uma minoria dos supervisores de campo já recorreu ao referido núcleo para sanar dúvidas, sendo este o contato mais próximo que tiveram com a IES.

As condições de trabalho do professor-supervisor acadêmico – horista – diante da precarização do ensino superior privado: é necessário que a

gestão da IES possibilite ao supervisor acadêmico condições para a propositura de ações que provoquem a participação efetiva dos supervisores de campo no processo de formação do estudante. No processo de estágio é imprescindível o envolvimento da IES para o acompanhamento do processo de ensino-aprendizagem do estudante, sendo um dos princípios orientadores das Diretrizes Curriculares.

Organização e estruturação do curso de Serviço Social na FAPEPE em semestres: esta forma de organização do processo formativo prejudica o estágio supervisionado diante da descontinuidade de realização do estágio, pois a cada semestre o estudante poderá mudar de campo de estágio. Embora não ocorra a mudança de campo de estágio com frequência pelos estudantes, observamos que isso só não acontece porque o número de estagiários é grande e a oferta de vagas de estágio é pequena para atender a quantidade de estudantes em processo de estágio. Mas os estudantes expressam essa vontade de mudar de campo de estágio semestralmente.

Na FAPEPE a ênfase no processo de formação está no ensino: a indissociabilidade entre ensino, pesquisa e extensão não pode ficar restrita apenas à conceituação ou legislação. Essa indissociabilidade demanda a existência de projetos institucionais vinculados a pesquisa e extensão, que necessitam de articulação acadêmica e pedagógica. Requer investimento na contratação de docentes para o desenvolvimento desses projetos, pois não basta estar previsto nos projetos pedagógicos dos cursos.

As condições de trabalho do supervisor de campo tem impactado na realização da supervisão sistemática: para exercer o trabalho condizente com seu projeto profissional o assistente social busca estratégias “político-profissionais”. E a supervisão como um processo de conhecimento e como uma atividade coletiva exige sistematização em sua ação para consubstanciar a indissociabilidade entre a unidade teoria e prática. O planejamento das ações de estágio facilita e viabiliza a operacionalização do processo de supervisão. As condições de trabalho tem um impacto significativo no processo de supervisão que não permite muitas vezes o supervisor perceber os aspectos facilitadores do processo. Nas respostas registradas sobre a existência desses aspectos mais uma vez aparece que as condições de trabalho influenciam na realização da supervisão.

A supervisão direta ainda não está na órbita da atribuição privativa, sendo tomada como sobrecarga de trabalho: a supervisão deve ser entendida como elemento que integra o processo de trabalho do Serviço Social e, não apenas, como período extra de trabalho. Portanto, pensar a supervisão de estágio é desafio constante posto ao assistente social que precisa compreender a dimensão pedagógica desse processo. Visto ser um processo que articula exercício e formação profissional, ultrapassando o campo somente da informação.

A inserção do assistente social em seus múltiplos campos de trabalho: o assistente social realiza a gestão dos serviços apensos às políticas públicas e sociais; a orientação social com vistas à ampliação do acesso dos usuários aos direitos sociais. Exerce suas atribuições em múltiplos campos sócio-ocupacionais, principalmente, nas áreas da saúde, da assistência social, da habitação, previdência social, educação, sistema sociojurídico, entre outros. Afirma compromissos com os interesses dos usuários e para isto defende a qualidade dos serviços ofertados; o acesso à informação e aos direitos. Constrói e reconstrói cotidianamente o projeto profissional, articulado a um projeto societário que defende a democracia e os direitos sociais. Diante do exposto, analisar as respostas registradas no questionário sobre o trabalho e as condições de trabalho dos sujeitos dessa pesquisa – supervisores de campo – permite compreender em que condições se concretizam o seu exercício profissional e como acontece a supervisão de estágio enquanto atribuição privativa do assistente social. É importante compreender se o assistente social ao exercer a função de supervisor de estágio possui clareza das suas condições de trabalho para que o estudante-estagiário não seja mero ajudante.

O estudante trabalhador não consegue realizar uma carga horária adequada ao processo de ensino-aprendizagem: quanto ao estagiário precisa receber a orientação e acompanhamento adequado de seus supervisores de campo e acadêmico, para compreender o conjunto de atividades que irá desenvolver e que deverá estar contemplado no plano de estágio. Por isso, precisa participar ativamente do processo de supervisão direta como sujeito do seu processo de formação. Sem dúvida o estágio é uma possibilidade do estudante de Serviço Social vivenciar o processo de ensino-aprendizagem e construir sua identidade profissional de forma responsável e compromissada com o projeto profissional. Analisando a

média de carga horária cumprida pelas turmas de estágio supervisionado chegamos aos seguintes resultados. Todas as turmas cumpriram carga horária semanal entre oito a doze horas, ficando dentro dos parâmetros estabelecidos pelo Núcleo de Estágio Supervisionado. A variação da carga horária acontece de acordo com a disponibilidade do estudante-estagiário de tempo para realização do estágio supervisionado, bem como de acordo com a disponibilidade do supervisor de campo em realizar a supervisão direta.

Ao finalizar esta dissertação entendemos que há muito para estudar, debater e refletir sobre o estágio supervisionado em Serviço Social. Ainda há indagações e inquietações a serem estudadas.

REFERÊNCIAS

ABESS/CEDEPSS. Proposta básica para o Projeto de Formação Profissional. In: **Serviço Social & Sociedade**. São Paulo, n.50, ano XVII, p.143-171, abr.1996.

ABEPSS. **Lei de Diretrizes Curriculares. Diretrizes Gerais para o Curso de Serviço Social** (Com base no Currículo Mínimo aprovado em Assembleia Geral Extraordinária de 8 de novembro de 1996). Disponível em: <http://www.abepss.org.br/briefing/graduacao/Lei_de_Diretrizes_Curriculares_1996.pdf> Acesso em 06 de outubro 2013.

ABEPSS. **Diretrizes Gerais para o Curso de Serviço Social**. Rio de Janeiro, 1996. Disponível em: <http://www.cressrs.org.br/docs/Lei_de_Diretrizes_Curriculares.pdf>. Acesso em 14 de jul. de 2015.

ABEPSS. **Política Nacional de Estágio**. Disponível em: <http://www.abepss.org.br/arquivos/pneabepss_maio2010_corrigida.pdf>. Acesso em 06 de maio de 2014.

ABREU, Maria Helena Elpídio; SANTOS, Cláudia Mônica dos. Os Impactos da Política Nacional de Estágio na Formação Profissional Frente à Universidade Neoliberal. In: **Revista Em Pauta**. Rio de Janeiro, v.9, n.27, p.127-142, jul. 2011. Disponível em: <<http://www.e-publicacoes.uerj.br/index.php/revistaempauta/article/view/2502>>.

ALMEIDA, Suênya Thatiane Souza de. **A importância do estágio supervisionado na formação profissional do assistente social**. Disponível em: <<http://www.cress-mg.org.br/arquivos/simposio/A%20IMPORT%C3%82NCIA%20DO%20EST%C3%81GIO%20SUPERVISIONADO%20NA%20FORMA%C3%87%C3%83O%20PROFISSIONAL%20DO%20ASSISTENTE%20SOCIAL.pdf>>. Acesso em 12 de dez. de 2014.

BARROCO, Maria Lucia Silva; TERRA, Sylvia Helena. **Código de Ética do/a Assistente Social Comentado**. São Paulo: Cortez; CFESS, 2012.

BAPTISTA, Myrian Veras. **A Investigação em Serviço Social**. São Paulo: Veras Editora; Lisboa (Portugal): CPIHTS, 2012.

BAPTISTA, Myrian Veras. **Planejamento Social: intencionalidade e instrumentação**. 2.ed. São Paulo: Veras Editora; Lisboa (Portugal): CPIHTS, 2007.

BEHRING, Elaine Rossetti. **Brasil em contra-reforma: desestruturação do Estado e perda de direitos**. 2.ed. São Paulo: Cortez, 2008.

BEHRING, Elaine Rossetti. **ABEPSS 2009-2010: estágio, pesquisa e consolidação institucional**. In: *Temporalis*, Brasília, ano 11, n. 22, jul./dez. 2011.

BOURGUIGNON, Jussara Ayres. **A Particularidade Histórica da Pesquisa no Serviço Social**. São Paulo: Veras Editora; Ponta Grossa, PR: Editora UEPG, 2008.
BRASIL. **Decreto n.º 2.306, de 19 de agosto de 1997**. Disponível em: <http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/decreto/D2306.htm>. Acesso em 17 de jan. de 2015.

BRASIL. **Lei n.º 9.394, de 20/12/1996. Lei de Diretrizes e Bases da Educação Nacional**. Disponível em: <http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/Leis/L9394.htm>. Acesso em 22 de mar. de 2015.

BRASIL. **Lei n.º 11.788, de 25/09/2008. Lei do Estágio**. Disponível em: <http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/_ato20072010/2008/lei/11788.htm>. Acesso em 22 de mar. de 2015.

BRASIL. **Lei n.º 1.889, de 13/06/1953**. Disponível em: <http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/leis/1950-1969/L1889.htm>. Acesso em 22 de mar. de 2015.

BRASIL. **Decreto n.º 35.311, de 02/04/1954**. Disponível em: <<http://www2.camara.leg.br/legin/fed/decret/1950-1969/decreto-35311-2-abril-1954-449402-publicacaooriginal-1-pe.html>>. Acesso em 22 de mar. de 2015.

BRASIL. Ministério da Administração e da Reforma do Estado. **Plano Diretor da Reforma do Aparelho do Estado**. Disponível em: <<http://www.bresserpereira.org.br/documents/mare/planodiretor/planodiretor.pdf>>. Acesso em 17 de mar. de 2016.

BRASIL. **Ministério de Desenvolvimento Social e Combate à Fome**. Bolsa Família Informa. Disponível em: <<http://www.mds.gov.br/bolsafamilia/informes/informe-gestores/InformeP2099.pdf.pagespeed.ce.5ji1e7O73Z.pdf>>. Acesso em 15 de jan. de 2015.

BRASIL. **Ministério de Desenvolvimento Social e Combate à Fome**. Política Nacional de Assistência Social – PNAS/2004 – Norma Operacional Básica – NOB/SUAS. Brasília: Secretaria Nacional de Assistência Social, 2009.

BRASIL. **Ministério da Educação. Diretrizes Curriculares. Curso: Serviço Social**. Brasília: Secretaria de Educação Superior, 1999. Disponível em: <http://cfess.org.br/arquivos/legislacao_dir etrizes.pdf>. Acesso em 27 de jan. de 2015.

BRASIL. Ministério da Educação. **Parecer CNE/CES n.º 492, de 03 de abril de 2001**. Disponível em: <<http://portal.mec.gov.br/cne/arquivos/pdf/CES0492.pdf>>. Acesso em 09 de jul. de 2015.

BRASIL. Ministério da Educação. **Parecer CNE/CES n.º 1.363, de 12 de dezembro de 2001**. Disponível em: <http://portal.mec.gov.br/cne/arquivos/pdf/2001/pces1363_01.pdf>. Acesso em 09 de jul. de 2015.

BRASIL. Ministério da Educação. **Resolução CNE/CES n.º 15, de 13 de março de 2002**. Brasília: Conselho Nacional de Educação e Câmara de Educação Superior, 2002. Disponível em: <<http://portal.mec.gov.br/cne/arquivos/pdf/CES152002.pdf>>. Acesso em 09 de jul. de 2015.

BURIOLLA, Marta Alice Feiten. **O estágio supervisionado**. 7.ed. São Paulo: Cortez, 2011.

BURIOLLA, Marta Alice Feiten. **Supervisão em Serviço Social: o supervisor, sua relação e seus papéis**. São Paulo: Cortez, 1994.

CARDOSO, Priscila Fernanda Gonçalves. **Havia uma ética no meio do caminho?** A afirmação da necessária centralidade da ética na formação profissional dos assistentes sociais. Tese de Doutorado. São Paulo, PUC/SP, 2006. Disponível em: <http://www.sapientia.pucsp.br/tde_busca/arquivo.php?codArquivo=4401>. Acesso em 10 de jul. de 2015.

CASTILLO, Lucia. **Supervisão em Serviço Social**. In: Centro Brasileiro de Cooperação e Intercâmbio de Serviços Sociais - CBCISS. Rio de Janeiro, ano V – 1972, n.46, p.1-21, 2.ed. 1975.

CASTRO, Marina Monteiro de Castro e; TOLEDO, Sabrina Navarro. **A reforma curricular do Serviço Social de 1982 e sua implantação na Faculdade de Serviço Social da Universidade Federal de Juiz de Fora**. Disponível em: <http://www.libertas.ufjf.emnuvens.com.br/libertas/article/download/1592/1157>>. Acesso em 12 de jul. de 2015.

CFESS. **Cartilha Estágio Supervisionado: meia formação não garante um direito**. Brasília: CFESS. Disponível em: http://www.cfess.org.br/arquivos/BROCHURACFESS_ESTAGIO-SUPERVISIIONADO.pdf>. Acesso em 22 de mar. de 2015.

CFESS. **Código de Ética do/a Assistente Social**. Lei 8.662/93 de regulamentação da profissão. 9.ed. rev. e atual. Brasília: CFESS, 2011.

CFESS. **Diretrizes Curriculares para os cursos de Serviço Social, Resolução n.º 15, de 13 de março de 2002**. Disponível em: <http://www.cfess.org.br/arquivos/legislacao_diretrizes_cursos.pdf>. Acesso em 14 de jul. de 2015.

CFESS. **Parâmetros para atuação de assistentes sociais na política de assistência social**. Brasília: CFESS, 2009.

CFESS. **Resolução n.º 493, de 21 de agosto de 2006**. Disponível em: <http://www.cfess.org.br/arquivos/Resolucao_493-06.pdf>. Acesso em 22 de abr. de 2016.

CFESS. **Resolução n.º 533, de 29 de setembro de 2008**. Disponível em: <<http://www.cfess.org.br/arquivos/Resolucao533.pdf>>. Acesso em 14 de jul. de 2015.

CHIZZOTTI, Antonio. **Pesquisa em Ciências Humanas e Sociais**. 11. Ed. São Paulo: Cortez, 2010.

CHIZZOTTI, Antonio. **Pesquisa Qualitativa em Ciências Humanas e Sociais**. 4. Ed. Petrópolis, RJ: Vozes, 2011.

COSTA, Selma Frossard. **O planejamento do estágio em Serviço Social**. Disponível em: http://www.uel.br/revistas/ssrevista/c_v1n1_planejamento.htm. Acesso em 13 de maio de 2016.

DAHMER, Larissa. Mercantilização do ensino superior, educação à distância e Serviço Social. In: **Revista Temporalis**. Brasília: ABEPSS, Ano VIII, n.15, p.35-52, jan./jun. 2008.

FRAGA, Cristina Kologeski. A Atitude Investigativa no Trabalho do Assistente Social. In: **Serviço Social & Sociedade**. São Paulo, n.101, p.40-64, jan./mar. 2010.

FUNDAÇÃO SEADE. **Perfil Municipal**. Disponível em: <http://www.seade.gov.br/produtos/perfil/perfilMunEstado.php>. Acesso em 12 de abr. 2014.

GARCIA, Maurício; FILGUEIRAS, Carlos Alberto Degas. **Ideias Básicas e Diretrizes para a Definição de Políticas Educativas do Próximo Governo: gargalos para a expansão com qualidade**. Revista Estudos: Associação Brasileira de Mantenedoras de Ensino Superior (ABMES), Ano 27, N.º 39, Brasília, Dez. 2010. Disponível em: http://www.abmes.org.br/abmes/public/arquivos/publicacoes/Estudo_39.pdf. Acesso em 18 de jan. de 2015.

GUEDES, Olegna de Souza. **A compreensão da pessoa humana na gênese do Serviço Social no Brasil: uma influência neotomista**. In: Serviço Social em Revista, Londrina, vol. 4, n. 1, jul./dez. 2001.

GUERRA, Yolanda. **A dimensão investigativa no exercício profissional**. In: CFESS: ABEPSS. Serviço Social: direitos sociais e competências profissionais. Brasília-DF, 2009, pp.701-717.

GUERRA, Yolanda. **A instrumentalidade do Serviço Social**. 8.ed. São Paulo: Cortez, 2010.

GUERRA, Yolanda; BRAGA, Maria Elisa. **Supervisão em Serviço Social**. In: CFESS: ABEPSS. Serviço Social: direitos sociais e competências profissionais. Brasília-DF, 2009, pp.531-552.

GUIMARAES, André Rodrigues; MONTE, Emerson Duarte; FARIAS, Laurimar de Matos. **O trabalho docente na expansão da educação superior brasileira: entre o produtivismo acadêmico, a intensificação e a precarização do trabalho**. Disponível em: <http://www.portal.andes.org.br/imprensa/publicacoes/imp-pub-1716063987.pdf>. Acesso em 27 de set. de 2015.

Prefeitura Municipal de Presidente Prudente. **Histórico da cidade de Presidente Prudente**. Disponível em: <<http://www.presidenteprudente.sp.gov.br/site/acidade.xhtml>>. Acesso em 12 de dez. de 2014.

IAMAMOTO, Marilda Villela. **O Serviço Social na contemporaneidade: trabalho e formação profissional**. 19.ed. São Paulo: Cortez, 2010.

IAMAMOTO, Marilda Villela. **Projeto Profissional, espaços ocupacionais e trabalho do(a) Assistente Social na atualidade**. In: Atribuições Privativas do/a Assistente Social em Questão. Brasília, CFESS, 2012, pp.33-74.

IAMAMOTO, Marilda; CARVALHO, Raul de. **Relações Sociais e Serviço Social no Brasil: esboço de uma interpretação histórico-metodológica**. 7.ed. São Paulo: Cortez; Lima, Peru: CELATS, 1990.

IAMAMOTO, Marilda Villela. **Renovação e conservadorismo no Serviço Social: ensaios críticos**. São Paulo: Cortez, 1992.

IAMAMOTO, Marilda Villela. **As Dimensões Ético-Políticas e Teórico-Metodológicas no Serviço Social Contemporâneo**. In: Serviço Social e Saúde: formação e trabalho profissional. 4.ed. São Paulo: Cortez, 2009.

IAMAMOTO, Marilda Villela. **Os espaços sócio-ocupacionais do assistente social**. In: CFESS: ABEPSS. Serviço Social: direitos sociais e competências profissionais. Brasília-DF, 2009, pp.341-375.

IAMAMOTO, Marilda Villela. **Trabalho e indivíduo social**. 5.ed. São Paulo: Cortez, 2012.

IBGE. São Paulo. Presidente Prudente. **Infográficos: histórico**. Disponível em: <<http://www.cidades.ibge.gov.br/painel/historico.php?lang=&codmun=354140&search=sao-paulo|presidente-prudente|infograficos:-historico>>. Acesso em 12 de dez. de 2014.

LEWGOY, Alzira Maria Baptista. O Estágio Supervisionado em Serviço Social: desafios e estratégias para a articulação entre formação e exercício profissional. In: **Revista Temporalis**. Brasília, ano 13, n.25, p.63-90, jan./jun. 2013.

LEWGOY, Alzira Maria Baptista. **Supervisão de Estágio em Serviço Social: desafios para a formação e o exercício profissional**. São Paulo: Cortez, 2009.

MANTOVANI, Kátia Cristina Cota. **Ensino Superior no Brasil: guia do estudante 2**. Disponível em: <<http://www.institutoibe.com.br/arquivos/tk-50cc5a6d784ab.pdf>>. Acesso em 20 de jan. de 2015.

MARTINELLI, Maria Lúcia. **Serviço Social: identidade e alienação**. 5.ed. São Paulo: Cortez, 1997.

MARX, Karl. **Grundrisse**: Manuscritos econômicos de 1857-1858: esboços da crítica da economia política. Tradução por Mario Duayer, Nélio Schneider. São Paulo: Boitempo, 2011.

MARX, Karl. **O capital**: crítica da economia política. Tradução por Rubens Enderle. São Paulo: Boitempo, 2013. Livro I.

MEC. **Diretrizes Curriculares**. Brasília, 1999. Disponível em: <http://www.cfess.org.br/arquivos/legislacao_diretrizes.pdf>. Acesso em 14 de jul. de 2015.

MINAYO, Maria Cecília de Souza (org.). **Pesquisa Social**: Teoria, método e criatividade. 17 ed. Petrópolis, RJ: Vozes, 2008.

MORANI, Carla do Nascimento Santos. **A supervisão de estágio e o processo de trabalho do assistente social**. 2010. 297 f. Dissertação (Mestrado em Serviço Social) - Pontifícia Universidade Católica, Rio de Janeiro, 2010.

MOTA, Ronaldo. **Olhando para o futuro**: visões da educação brasileira para os próximos dez anos. Revista Estudos: Associação Brasileira de Mantenedoras de Ensino Superior (ABMES), Ano 27, N.º 39, Brasília, Dez. 2010. Disponível em: <http://www.abmes.org.br/abmes/public/arquivos/publicacoes/Estudo_39.pdf>. Acesso em 18 de jan. de 2015.

NETTO, José Paulo. **A Construção do Projeto Ético-Político do Serviço Social**. In: Serviço Social e Saúde: formação e trabalho profissional. 4.ed. São Paulo: Cortez, 2009.

NETTO, José Paulo. **Capitalismo monopolista e Serviço Social**. 8.ed. São Paulo: Cortez, 2011.

NETTO, José Paulo. **Ditadura e Serviço Social**: uma análise do Serviço Social no Brasil pós-64. 16.ed. São Paulo: Cortez, 2011.

OLIVEIRA, Cirlene Aparecida Hilário da Silva. Estágio Supervisionado Curricular em Serviço Social: Elementos para reflexão. In: **Revista Temporalis**. Brasília: ABEPSS, Ano IX, n.17, p.99-110, jan. 2009.

OLIVEIRA, Cirlene Aparecida Hilário da Silva. **Formação profissional em Serviço Social**: “velhos” e novos tempos. Disponível em: <http://ucbweb2.castelobranco.br/webcaf/arquivos/13147/9270/Formacao_profissional_em_Servico_Social_3.doc>. Acesso em 14 de jul. de 2015.

PNUD. **O Índice de Desenvolvimento Humano Municipal Brasileiro**: Atlas do Desenvolvimento Humano no Brasil 2013. Brasília: PNUD, 2013.

PEREIRA, Larissa Dahmer. **Política educacional brasileira e serviço social**: do confessionalismo ao empresariamento da formação profissional. Tese de Doutorado. Rio de Janeiro, UFRJ, 2007. Disponível em:

<<http://www.bvseps.iciet.fiocruz.br/lildbi/docsonline/get.php?id=1661>>. Acesso em 16 de mar. de 2016.

PINTO, Rosa Maria Ferreira. “**Estágio e supervisão: um desafio teórico-prático do serviço social**”. Núcleo de Estudos e Pesquisa sobre Identidade. (São Paulo), 1997. PONTES, Reinaldo Nobre. De ABESS a ABEPSS: crise, transição e conquistas. In: **Revista Temporalis**, Brasília, ano 11, n. 22, jul./dez. 2011.

RAICHELIS, Raquel. **O trabalho do assistente social na esfera estatal**. In: CFESS: ABEPSS. Serviço Social: direitos sociais e competências profissionais. Brasília-DF, 2009.

SAMPAIO, Helena. **O setor privado de ensino superior no Brasil: continuidades e transformações**. Disponível em: <http://www.revistaensinosuperior.gr.unicamp.br/edicoes/ed04_outubro2011/05_ARTIGO_PRINCIPAL.pdf>. Acesso em 17 de jan. de 2015.

SANTOS, Cláudia Mônica dos; BACKX, Sheila; GUERRA, Yolanda (Organizadoras). **A dimensão técnico-operativa no Serviço Social: desafios contemporâneos**. Juiz de Fora: Ed. UFJF, 2012.

SANTOS, Cláudia Mônica dos. **Na prática a teoria é outra? Mitos e dilemas na relação entre teoria, prática, instrumentos e técnicas no Serviço Social**. 3.ed. Rio de Janeiro: Lumen Juris, 2013.

SECRETARIA DE PLANEJAMENTO E DESENVOLVIMENTO REGIONAL. **Caracterização Socioeconômica das Regiões do Estado de São Paulo: região administrativa de Presidente Prudente**. Disponível em: <http://www.planejamento.sp.gov.br/noti_anexo/files/uam/manuais/presidentepudente.pdf>. Acesso em 12 de dez. de 2014.

SILVA E SILVA, Maria Ozanira da [et al]. **O Serviço Social e o Popular: resgate teórico-metodológico do Projeto Profissional de Ruptura**. 7.ed. São Paulo: Cortez, 2011.

SOUZA, Paulo Cesar de. **Políticas públicas e desenvolvimento rural na região de Presidente Prudente: Programa Nacional de Fortalecimento da Agricultura Familiar (PRONAF) e Programa Nacional de Microbacias Hidrográficas (PEMH)**. 2012. 303 f. Tese (Doutorado em Geografia) - Universidade Estadual Paulista, Faculdade de Ciências e Tecnologia, Presidente Prudente, 2012.

UNIESP. **Fundação UNIESP Solidária**. Disponível em: <<http://www.uniesp.edu.br/grupoEducativoUniespSolidaria.asp>>. Acesso em 20 de jan. de 2015.

UNIESP. **Projetos Sociais**. Disponível em: <<http://www.uniesp.edu.br/projetosSociaisGrupoEducativoUniespSolidaria.asp>>. Acesso em 20 de jan. de 2015.

UNIESP. **Revista Saber Acadêmico**. Disponível em: <<http://www.uniesp.edu.br/revista/revista1/index.php>>. Acesso em 24 de jan. de 2015.

VÁZQUEZ, Adolfo Sánchez. **Filosofia da práxis**. Tradução por Maria Encarnación Moya. 2.ed. São Paulo: Expressão Popular, 2011.

VIEIRA, Balbina Ottoni. **História do Serviço Social**. 5.ed. Rio de Janeiro: Agir Editora, 1989.

VIEIRA, Balbina Ottoni. **Supervisão em Serviço Social**. 2.ed. Rio de Janeiro: Agir Editora, 1979.

YAZBEK, Maria Carmelita. **Fundamentos históricos e teórico-metodológicos do Serviço Social**. In: CFESS: ABEPSS. Serviço Social: direitos sociais e competências profissionais. Brasília-DF, 2009.

APÊNDICES

Apêndice 1 – Carta-convite destinada aos sujeitos da pesquisa

Presidente Prudente, ___ de _____ de _____.

Prezada _____,

Meu nome é ADRIANA MARTINS GOMES, sou assistente social e trabalho como docente e coordenadora de estágio no Curso de Serviço Social da Faculdade de Presidente Prudente (FAPEPE) do Grupo Educacional UNIESP. Estou realizando uma pesquisa denominada "**A Supervisão Direta de Estágio em Serviço Social na Formação Profissional: um estudo a partir da experiência dos supervisores de campo da FAPEPE**". Estudo como os supervisores de campo percebem a importância e o significado da supervisão direta na formação profissional do assistente social, portanto, sua experiência é fundamental para esta pesquisa.

Este trabalho parte da experiência e da vivência do assistente social como supervisor de campo no seu cotidiano profissional. Assim, não há um padrão esperado de resposta, pois acredito que a experiência é algo que não se quantifica. Ao contrário, compartilhar essa experiência é fundamental para o entendimento da supervisão de estágio exercida pelo assistente social e sua importância no processo de formação profissional.

Para realização desta etapa do meu estudo, envio a você um **questionário de pesquisa**, que corresponde à segunda parte do trabalho. No questionário, as questões versam sobre:

- I- Identificação do supervisor de campo
- II- Campo de trabalho e condições de trabalho do assistente social
- III- Conhecimento da legislação pertinente ao estágio supervisionado em Serviço Social
- IV- O estagiário e o processo de estágio supervisionado
- V- Processo de estágio supervisionado e supervisão direta de estágio
- VI- Relação entre supervisor de campo e a instituição de ensino

Para o preenchimento do questionário, você precisa ficar atenta às questões, pois todas são de resposta obrigatória. O não preenchimento inviabiliza o questionário. Espero que você queira compartilhar sua experiência comigo. Estou no aguardo de sua resposta, pois sem ela, a pesquisa não tem condição de prosseguir.

Para troca de ideias, contato e esclarecimentos, coloco à sua disposição meu telefone celular (18) 99776-2250; *e-mail*: drimargomes@hotmail.com e telefone para recado (18) 3917-2303.

Obrigada por aceitar meu convite.

ADRIANA MARTINS GOMES

CRESS 26.975

Apêndice 2 – Termo de consentimento livre e esclarecido (TCLE)

"A Supervisão Direta de Estágio em Serviço Social na Formação Profissional: um estudo a partir da experiência dos supervisores de campo da FAPEPE"

Prezada Senhora:

Gostaríamos de convidá-la a participar da pesquisa "**A Supervisão Direta de Estágio em Serviço Social na Formação Profissional: um estudo a partir da experiência dos supervisores de campo da FAPEPE**", a ser realizada em Presidente Prudente, estado de São Paulo, na instituição Faculdade de Presidente Prudente – FAPEPE. O objetivo da pesquisa é: analisar a supervisão direta no processo de estágio na formação profissional do assistente social da Faculdade de Presidente Prudente – FAPEPE. Sua participação, por meio de questionário com questões semiestruturadas, é muito importante.

Esclarecemos que sua participação é totalmente voluntária, podendo a senhora: recusar-se a participar ou mesmo desistir a qualquer momento, sem acarretar qualquer ônus ou prejuízo à sua pessoa. Esclarecemos, também, que suas informações serão utilizadas somente para os fins desta pesquisa ou futuras pesquisas relacionadas a temática e serão tratadas com o mais absoluto sigilo e confidencialidade, de modo a preservar a sua identidade.

Esclarecemos, ainda, que a senhora não pagará, nem será remunerada por sua participação. Garantimos que todas as despesas decorrentes da pesquisa serão ressarcidas, quando devidas e decorrentes especificamente de sua participação.

Os benefícios esperados são a reflexão sobre o tema, o qual nos remete à defesa da formação profissional de qualidade, sendo uma das principais frentes de luta hoje do Serviço Social brasileiro. No atual momento, é fundamental entender o significado da expansão desmedida do ensino superior sem qualidade e a distancia, em geral, com fins lucrativos, como resposta à ideologia do empreendedorismo. Portanto, acredita-se ser de relevante importância tal pesquisa pela contribuição teórica na reflexão e discussão sobre a supervisão direta do estágio supervisionado em Serviço Social, atividade intrínseca e primordial da formação profissional do

assistente social, e ainda, diante da complexidade dos campos de estágio ofertados, os quais apresentam a intersectorialidade das políticas sociais e a formação generalista deste profissional.

Não haverá riscos, pois não será realizada nenhuma experiência física. Caso a senhora tenha dúvidas ou necessite de maiores esclarecimentos, poderá nos contatar: Adriana Martins Gomes (pesquisadora), domiciliada na rua Carolina Dassan Carlos, 314, Bairro Conjunto Habitacional Mario Amato, CEP 19.064-150, Presidente Prudente, São Paulo, telefone (18) 99776-2250 e (18) 3918-4700 (ramal 163) ou pelo *e-mail* drimargomes@hotmail.com.

Este termo deverá ser preenchido em duas vias de igual teor, sendo uma delas devidamente preenchida, assinada e entregue à senhora.

Presidente Prudente, ___ de _____ de 201__.

ADRIANA MARTINS GOMES

RG: 21.946.749-3

_____, tendo sido devidamente esclarecida sobre os procedimentos da pesquisa, concordo em participar **voluntariamente** da pesquisa descrita acima.

Assinatura (ou impressão dactiloscópica): _____

Data: _____

Apêndice 3 – Questionário encaminhado aos supervisores de campo

I – IDENTIFICAÇÃO DO SUPERVISOR DE CAMPO:

1.1 Área de atuação:

() Assistência Social () Cultura () Criança e Adolescente () Direitos Humanos

() Docência () Educação () Empresa () Habitação () Idoso

() Meio Ambiente () Movimentos Sociais (especificar)_____

() Mulher () Pessoa com deficiência () Previdência Social () Saúde

() Sociojurídico () outros (especificar):_____

1.2 Tempo de atuação (em anos):

1.3 Nome da unidade de ensino na qual realizou a graduação em Serviço Social:

1.3.1 Ensino: () presencial () sistema EAD

1.4 Ano de formação:_____

1.5 Formação continuada:

1.5.1 Outra graduação: () Sim () Não

Se sim, em qual área?

() presencial () sistema EAD

1.5.2 Pós-graduação: () Sim () Não

Qual a área?_____

() presencial () sistema EAD

1.5.3 Maior Titulação:

() Graduação em Serviço Social () Especialização () Mestrado () Doutorado () Pós-Doutorado

II – CAMPO DE TRABALHO E CONDIÇÕES DE TRABALHO DO ASSISTENTE SOCIAL:

2.1 Atua em mais de um campo sócio-ocupacional? () Sim () Não

2.2 Carga horária de trabalho (semanal/total):_____

2.3 Tipo de contrato:

- Celetista Estatutário Contrato Temporário Sistema de Cooperativa
- Outros (especificar): _____

2.4 Quais as condições físicas do seu local de trabalho?

- espaço físico adequado à realização das ações previstas
- espaço físico inadequado para a realização das ações previstas
- espaço físico com necessidade de adequação para a realização das ações previstas
- mobiliário adequado à realização das ações previstas
- mobiliário inadequado à realização das ações previstas
- mobiliário apresentando necessidades de adequação para a realização das ações previstas
- equipamentos de segurança (alarme, chaveamento de armários e mesas, etc.) adequados à realização das ações previstas
- equipamentos de segurança (alarme, chaveamento de armários e mesas, etc.) inadequados à realização das ações previstas
- equipamentos de segurança (alarme, chaveamento de armários e mesas, etc.) apresentando necessidades de adequação para realização das ações previstas
- equipamentos de informática adequados para a realização das atividades previstas
- equipamentos de informática inadequados para a realização das atividades previstas
- equipamentos de informática (computadores, acesso a internet, sistema de registro de informações, etc.) apresentando necessidades de adequação para a realização das atividades previstas

2.5 Você tem primado pela organização um espaço de trabalho que proporcione privacidade no decorrer da realização das atividades? Sim Não**2.5.1 Caso sim, quais são as estratégias utilizadas para garantir as condições éticas e técnicas no decorrer da realização do seu trabalho?**

- agendamento da sala de atendimento
- agendamento dos atendimentos direcionados aos usuários
- agendamento dos encontros de supervisão de estagiários
- outros (especificar) _____

2.6 Quais ações VOCÊ desenvolve no seu campo de trabalho? (Cite aquelas que, do seu ponto de vista, contribui para a formação do aluno-estagiário).

III – CONHECIMENTO DA LEGISLAÇÃO PERTINENTE AO ESTAGIO SUPERVISIONADO EM SERVIÇO SOCIAL:

3.1 Você conhece a Lei n.º 8.662/1993, que regulamenta a profissão? () Sim () Não

3.2 Você conhece o Código de Ética do Assistente Social instituído pela Resolução n.º 273/1993 do CFESS? () Sim () Não

3.3 Você tem conhecimento das Diretrizes Curriculares de 1996, elaboradas pela ABEPSS para a formação em Serviço Social? () Sim () Não

3.4 Você tem conhecimento da Resolução n.º 493/2006, que estabelece as condições éticas para o exercício profissional? () Sim () Não

3.5 Você conhece a Lei n.º 11.788/2008, que disciplina os estágios no Brasil? () Sim () Não

3.6 Você conhece a Resolução n.º 533/2008 do CFESS, que estabelece condições para a realização da supervisão direta? () Sim () Não

IV – O ESTAGIÁRIO E O PROCESSO DE ESTÁGIO SUPERVISIONADO:

4.1 Você recebe estagiário em qual(is) da(s) situação(ões) abaixo relacionadas?

() atendendo à solicitação das unidades de ensino instaladas na cidade/região

() atendendo a um pedido direto do aluno-estagiário

() atendendo à determinação do coordenador do local de trabalho

() em substituição ao supervisor de campo anterior

() quando comecei a trabalhar nesse local, o aluno já estava estagiando

4.2 Como acontece a apresentação do campo de estágio ao estagiário?

4.3 Como você planeja a rotina dos estagiários no campo de estágio?

4.4 Que preparo o estagiário deve ter para ser inserido no campo de estágio?

4.5 Quais aspectos são levados em consideração para avaliar o estagiário no seu desempenho no campo de estágio?

4.6 Quais ações, atividades e instrumentos são utilizados para avaliar o desempenho do estagiário?

4.7 Quais conhecimentos esse campo de estágio pode propiciar aos estagiários?

4.8 Quais dificuldades os estagiários apresentam ao iniciar o processo de estágio?

V – PROCESSO DE ESTAGIO SUPERVISIONADO E SUPERVISÃO DIRETA DE ESTAGIO:

5.1 Há quanto tempo exerce a função de supervisor de campo?

() até 1 ano () 2 a 5 anos () 6 a 10 anos () 11 a 15 anos

() 16 a 20 anos () 21 a 30 anos () mais de 30anos

5.2 Você já participou de capacitação para exercer a função de supervisor de campo?

() Sim () Não

Se sim, qual o ano de realização da capacitação? _____

5.2.1 A capacitação foi ofertada (permite mais de uma resposta):

() pela unidade de ensino onde fez a graduação em Serviço Social

() pela unidade de ensino onde está vinculada como supervisora de estágio

() pelo conjunto CFESS/CRESS

() pela ABEPSS itinerante

()

outros: _____

5.2.2 Modalidade da capacitação (permite mais de uma resposta):

() Curso

() Oficinas promovidas pelo conjunto CFESS/ CRESS/ ABEPSS

() Encontros promovidos pela unidade de ensino onde está vinculada como supervisora de estágio

5.3 Para você, o que é a supervisão de estágio em Serviço Social?

5.4 Para você, o que é supervisão direta de estágio em Serviço Social?

5.5 Como você planeja a supervisão de estágio no seu campo de trabalho?

5.6 Como você envolve o supervisor acadêmico no processo de supervisão do estagiário?

5.7 Você executa o que foi planejado?

() Sim () Não

5.8 Qual é a periodicidade da supervisão?

() Semanal () Quinzenal () Mensal

5.9 Quais questões são tratadas na supervisão de estágio? Quem decide o que será tratado na supervisão?

5.10 Como a supervisão direta pode contribuir para superação das dificuldades apresentadas pelos estagiários durante o processo de estágio?

5.11 Quais são os desafios encontrados para realizar a supervisão direta de estágio?

5.12 Aponte, caso exista, aspectos facilitadores para a realização da supervisão direta no seu campo de trabalho.

5.13 Aponte, caso exista, aspectos limitadores para a realização da supervisão direta no campo de trabalho.

5.14 Você entende que a supervisão direta de estágio contribui para o seu desenvolvimento profissional? () Sim () Não

Se sim, como isso acontece? Se não, por quê?

VI – RELAÇÃO ENTRE SUPERVISOR DE CAMPO E A INSTITUIÇÃO DE ENSINO:

6.1 Como se estabelece a relação entre a FAPEPE/UNIESP e o campo de estágio?

6.2 Você conhece as atribuições e ações desenvolvidas pelo Núcleo de Estágio Supervisionado em Serviço Social da FAPEPE/UNIESP? () Sim () Não

6.3 Você já precisou recorrer ao núcleo para resolver questões relacionadas ao estágio supervisionado? () Sim () Não

Se sim, quais foram as questões?

6.4 Você gostaria de fazer mais alguma consideração sobre as questões abordadas?

ANEXOS

Anexo 1 – Ofício de autorização da direção da FAPEPE para a realização da pesquisa

Faculdade de Presidente Prudente

UNIESP

100%  Brasileira

OF. DIR. Nº 07/14

Presidente Prudente, 28 de julho de 2014

Com nossos respeitosos cumprimentos e em resposta ao OF. M/D SER. Nº 13/2014, informamos a Vossa Senhoria que autorizamos a professora **ADRIANA MARTINS GOMES** a acessar e analisar todos os documentos necessários para o trabalho em pesquisa social que está realizando como aluna de Pós-Graduação em Serviço Social e Política Social da Universidade Estadual de Londrina.

Atenciosamente,



MARIA HELENA DE CARVALHO E SILVA BUENO
Diretora Geral

Ilma. Profa. Dra.

JOLINDA DE MORAES ALVES

Coordenadora do Programa de Pós-Graduação Universidade Estadual de Londrina

Faculdades

São Paulo: Belenzinho - Brooklin - Butantã - Centro Paulistano - Centro Novo - Centro Velho - Interlagos - Mooca - Penha - São Mateus - Tucuruví
Ribeirão Pires: Santo André - São Bernardo do Campo - São Caetano do Sul
Litoral: Guarujá
Interior: Araçatuba - Araraquara - Auriflama - Avaré - Baurú - Birigui - Boituva - Campinas - Dracena - Garça - Guararapes - Guaratinguetá - Hortolândia - Ibitinga - Ilha Solteira - Itu - Jau - José Bonifácio - Marília - Mirandópolis - Mirassol - Olímpia - Orlândia - Penápolis - Presidente Epitácio - Presidente Prudente - Presidente Venceslau - Rancharia - Ribeirão Preto - Rio Claro - São Carlos - São José do Rio Preto - São Roque - Sertãozinho - Sorocaba - Sumaré - Taquaritinga - Tupã - Vargem Grande Paulista
Rio de Janeiro: Campo Grande - Centro - Madureira - Méier
Grande Rio: Duque de Caxias
Tocantins: Colinas do Tocantins
Mato Grosso do Sul: Amambai - Naviraí - Fátima do Sul - Nova Andradina
Minas Gerais: Frutal
Bahia: Salvador
Santa Catarina: Balneário Camboriú - Blumenau - Brusque - Florianópolis
Paraná: Cornélio Procopio - Ibatí - Iporã - Nova Esperança - Santo Antônio da Platina - Umuarama

Anexo 2 – Regulamento de estágio do curso de Serviço Social da FAPEPE



Recredenciada pela Portaria nº 359 de 05/04/2012. DOU 10/04/2012
Av. Pres. Prudente, 6093, Jd. Aeroporto - Pres. Prudente/SP - CEP 19053-210. Fone: (18) 3918-4700

REGULAMENTO DO ESTÁGIO SUPERVISIONADO EM SERVIÇO SOCIAL

I - DISPOSIÇÕES GERAIS

Art. 1º. O Regulamento de Estágio do Curso de Serviço Social da Faculdade de Presidente Prudente – FAPEPE, destina-se a regulamentar todas as questões relativas ao Estágio Supervisionado mantida pela União Nacional das Instituições Educacionais São Paulo – Grupo Educacional UNIESP.

Art. 2º. O regulamento é norteado pelos princípios e regras constantes do Regimento Geral e do Plano de Desenvolvimento Institucional da União Nacional das Instituições Educacionais São Paulo – Grupo Educacional UNIESP e tendo em vista o disposto na Lei Federal n.º. 11.788, de 25 de setembro de 2008; na Resolução do Conselho Federal de Serviço Social n.º. 273, de 13 de março de 1993; da Lei Federal n.º. 8.662, de 7 de dezembro de 1993; das Diretrizes Curriculares da ABEPSS, de 8 de novembro de 1996; da Lei Federal 9.394, de 20 de dezembro de 1996, e no Parecer do CNE/CES n.º. 492, de 3 de abril de 2001.

II - DO ESTÁGIO SUPERVISIONADO

Art. 3º. Define-se neste Regulamento o Estágio Supervisionado como toda atividade integrante do processo de ensino-aprendizagem pertinente à formação acadêmica do aluno do curso de Serviço Social da Faculdade de Presidente Prudente – FAPEPE, a partir de sua inserção em situações concretas relativas ao exercício profissional, podendo ser realizada na comunidade em geral ou junto a pessoas jurídicas de direito público ou privado sob a responsabilidade e coordenação desta Instituição de Ensino.

Art. 4º. O Estágio Prático configura-se a partir da inserção do aluno no espaço socioinstitucional, objetivando capacitá-lo para o exercício profissional, o que supõe supervisão sistemática.

Art. 5º. O estágio supervisionado acontece nos quatro últimos semestres do curso de Serviço Social, ou seja, 5º, 6º, 7º e 8º Termos, concomitante com a disciplina de Oficina de Formação Profissional I, II, III, e IV (onde ocorre a Supervisão Acadêmica do Estágio Supervisionado). A aprovação no estágio implica em aprovação na disciplina de Oficina de Formação Profissional. Neste sentido, entendendo-se que sendo o Estágio Supervisionado, disciplina obrigatória e curricular com Supervisão de Campo e com Supervisão Acadêmica, sua aprovação implica, necessariamente, no cumprimento das orientações e carga horárias das Supervisões de Campo e Acadêmica.

III - DA FORMALIZAÇÃO DO PROCESSO DE ESTÁGIO SUPERVISIONADO

Art. 6º. O Estágio Supervisionado em Serviço Social será formalizado mediante:

- I- A celebração do Termo de Convênio entre a União Nacional das Instituições Educacionais São Paulo e a Unidade Concedente do Estágio;
- II- O Termo de Compromisso de Estágio firmado entre o aluno e a Unidade Concedente do Estágio com a interveniência da Instituição de Ensino, instrumento que deverá mencionar o Termo de Convênio a que se vincula;
- III- O Plano de Estágio a ser elaborado pela Unidade Concedente, em conjunto com o(a) estagiário(a) e a Instituição de Ensino que deverá estabelecer as etapas sucessivas e interdependentes do desenvolvimento do processo de estágio.

IV - DA ORGANIZAÇÃO DO NÚCLEO DE ESTÁGIO

Art. 7º. É de responsabilidade da Coordenadoria de Estágio Supervisionado a organização do prontuário de todos os alunos encaminhados aos diferentes campos de estágio, constando, obrigatoriamente, nesse prontuário, os seguintes dados:

1. Nome do aluno;
2. Nome da instituição, programa ou projeto, onde faz o estágio;
3. Data do início do estágio;
4. Programa de estágio (e/ou plano de estágio)
5. Dias, horários em que o estagiário esteve presente e participou das atividades previstas;
6. Avaliação mensal, bimestral, semestral ou anual (dependendo de cada local de estágio, de cada programa, de cada projeto de que o aluno participou);
7. Instituir o Caderno de Campo para cada aluno estagiário, onde o aluno deverá registrar suas atividades, anotando dia, mês, ano, horário das atividades pertinentes à prática profissional;
8. Manter contatos permanentes com os Supervisores de Campo e com os professores Supervisores Acadêmicos, cabendo a estes o registro das frequências dos alunos às Supervisões Acadêmicas, estas agendadas para atendimentos individuais e grupais, obedecendo a Grade Horária prevista;
9. Aceitar, como campo de estágio, no caso de aluno que exerça atividade funcional remunerada, desde que as atividades estejam relacionadas ao Perfil do Profissional de Serviço Social, como o previsto pelas Diretrizes Curriculares, bem como seja assegurada ao aluno uma Supervisão de Campo, ministrada por Assistente Social, credenciado pela Coordenadoria do Curso;
10. Acompanhar o aproveitamento do aluno, sua participação, seus conhecimentos, seus procedimentos ético-profissionais, sua responsabilidade, seu interesse, sua postura de profissional em formação.

Parágrafo único - O Supervisor de Campo atribuirá uma nota entre 0 (zero) e 10 (dez) semestralmente, a partir das avaliações feitas no decorrer do período. A nota é atribuída pelo Supervisor de Campo, obrigatoriamente, um Assistente Social, com registro no Conselho Regional de Serviço Social - CRESS, funcionário ou não da instituição que oferece o estágio, mas que assumiu a responsabilidade ética e profissional pela Supervisão de Campo e devidamente autorizado pela Coordenação do Curso de Serviço Social.

V - DA UNIDADE CONCEDENTE DE ESTÁGIO SUPERVISIONADO

Art. 8º. Considera-se Unidade Concedente de Estágio ou Campo de Estágio pessoas jurídicas de Direito Público ou Privado, que tenham condições de proporcionar experiência na área de formação em Serviço Social.

Art. 9º. É condição para a formalização do Estágio Supervisionado em Serviço Social que as Instituições Públicas ou Privadas tenham em seu quadro Assistente Social que realize acompanhamento direto ao aluno estagiário.

VI - DA SUPERVISÃO DO ESTÁGIO NA UNIDADE CONCEDENTE

Art. 10. A Supervisão do aluno na Unidade Concedente de Estágio é obrigatória de acordo com a Lei Federal n.º. 11.788/2008, e constitui-se em uma atribuição privativa do Assistente Social, conforme dispõe a Lei n.º. 8.662/1993, que regulamenta a profissão de Assistente Social, e a Resolução do CFESS n.º. 273/1993, que institui o Código de Ética Profissional do Assistente Social.

Art. 11. A Supervisão deve priorizar a reflexão da Prática de Estágio, bem como o planejamento das atividades desenvolvidas pelo estagiário.

Art. 12. A forma de Supervisão deve ser:

- I- Sistemática, com periodicidade semanal ou quinzenal;
- II- Individual ou grupal, de acordo com a característica da Unidade Concedente de Estágio;
- III- Registrada em forma de relatório, especificando a pauta e os encaminhamentos;
- IV- Acontecer em locais formalmente adequados.

VII - AS MODALIDADES DE ESTÁGIO SUPERVISIONADO E SUA ORGANIZAÇÃO

Art. 13. O Estágio Supervisionado na Faculdade de Presidente Prudente - FAPEPE é atividade curricular que compreende as seguintes modalidades:

- I- Estágio Supervisionado Obrigatório;
- II- Estágio Supervisionado Não Obrigatório.

Art. 14. O Estágio Supervisionado Obrigatório é uma atividade curricular que deverá ser desenvolvida a partir do terceiro ano do Curso de Serviço Social, sendo denominado Estágio Supervisionado Obrigatório I, II, III e IV.

§ 1º. A realização do Estágio Supervisionado Obrigatório é requisito para a conclusão do Curso de Graduação e expedição do respectivo diploma.

§ 2º. A atividade de Estágio Supervisionado Obrigatório tem como correquisito a atividade de Supervisão Acadêmica.

Art. 15. O Estágio Supervisionado Obrigatório I, II, III e IV compõe o processo de formação acadêmica do aluno do Curso de Serviço Social e, como tal, deve ser desenvolvido durante o ano letivo estabelecido no calendário escolar do Curso de Serviço Social da Faculdade de Presidente Prudente - FAPEPE.

Parágrafo único. Qualquer alteração no período de estágio motivada pelo aluno ou pela Unidade Concedente de Estágio deverá ser apreciada e autorizada, ou não, pela Coordenação do Núcleo de Estágio do Curso de Serviço Social da Faculdade de Presidente Prudente - FAPEPE.

Art. 16. A carga horária do Estágio Supervisionado Obrigatório é de 480 (quatrocentas e oitenta) horas, que deve ser cumprida da seguinte forma:

- I- Estágio Supervisionado Obrigatório I: 120 (cento e vinte) horas cumpridas na Unidade Concedente de Estágio no quinto Termo do Curso de Serviço Social.
- II- Estágio Supervisionado Obrigatório II: 120 (cento e vinte) horas cumpridas na Unidade Concedente de Estágio no sexto Termo do Curso de Serviço Social.
- III- Estágio Supervisionado Obrigatório III: 120 (cento e vinte) horas cumpridas na Unidade Concedente de Estágio no sétimo Termo do Curso de Serviço Social.
- IV- Estágio Supervisionado Obrigatório VI: 120 (cento e vinte) horas cumpridas na Unidade Concedente de Estágio no oitavo Termo do Curso de Serviço Social.

Parágrafo único. A carga horária do Estágio Supervisionado Obrigatório I, II, III e IV deve ser distribuída e cumprida durante o ano letivo, sendo vedado ao aluno o seu desenvolvimento em um único semestre.

Art. 17. O aluno deverá cumprir integralmente o total da carga horária exigida no Estágio Supervisionado Obrigatório, conforme dispõem as Diretrizes Curriculares para o Curso de Serviço Social.

Parágrafo único. É vedado ao aluno o abono de faltas, entretanto, merecem tratamento especial aluna gestante e/ou alunos portadores de doenças graves, agudas ou agonizadas, e outros casos específicos.

Art. 18. A ausência injustificada do estagiário na Unidade Concedente de Estágio em período superior a 20 (vinte) dias configurará abandono, acarretando ao mesmo o seu desligamento.

Art. 19. Considera-se Estágio Supervisionado Não Obrigatório a atividade complementar do currículo escolar desenvolvida a partir do interesse do aluno do Curso de Serviço Social em diferentes campos de atuação da área social.

Art. 20. O Estágio Supervisionado Não Obrigatório não dispensa o aluno do cumprimento do Estágio Supervisionado Obrigatório.

Art. 21. O Estágio Supervisionado Não Obrigatório poderá ser desenvolvido do primeiro ao quarto ano do Curso de Serviço Social, sendo recomendada a realização desse estágio a título de observação.

Art. 22. A definição de carga horária e de frequência no processo de Estágio Supervisionado Não Obrigatório caberá à Unidade Concedente de Estágio, em comum acordo com a Coordenação do Curso de Serviço Social da Faculdade de Presidente Prudente - FAPEPE.

Art. 23. Na realização do Estágio Supervisionado Obrigatório, caso a Unidade Concedente obrigue que o estagiário possua cobertura de seguro, o próprio aluno deverá arcar com tal despesa, e poderá negociar o valor e/ou necessidade, ou, ainda, realizar o estágio em outra unidade concedente apropriada ao seu estágio.

Art. 24. Compete à Coordenação do Estágio Supervisionado o acompanhamento e a avaliação do Estágio Supervisionado Não Obrigatório.

VIII - DA SUPERVISÃO ACADÊMICA

Art. 25. A Supervisão Acadêmica é uma atividade curricular obrigatória, coordenada por um professor Assistente Social.

Art. 26. Consiste na orientação sistemática do aluno inserido em processo de estágio possibilitando a reflexão teórico-crítica do exercício profissional.

Art. 27. Ocorre semanalmente em sala de aula individualmente e/ou em grupos de, no máximo, 20 (vinte) alunos.

Art. 28. A Supervisão Acadêmica tem por objetivos:

- I- Possibilitar ao aluno a discussão da práxis profissional em seus aspectos teóricos, metodológicos e éticos. Propiciar ao aluno a construção teórico-crítica do exercício profissional do Assistente Social;
- II- Articular e aproximar as experiências e vivências de estágio aos conteúdos desenvolvidos pelas disciplinas do Curso de Serviço Social.

Art. 29. A Supervisão Acadêmica deverá ser desenvolvida no quinto, sexto, sétimo e oitavo Termos do Curso de Serviço Social, na disciplina de Oficina de Formação profissional I, II, III e IV, respectivamente.

Art. 30. A carga horária total da Supervisão Acadêmica é de 320 (trezentos e vinte) horas/aula, que devem ser cumpridas durante os quatro semestres, da seguinte forma:

- I- Supervisão Acadêmica I: 80 (oitenta) horas cumpridas na Instituição de Ensino no quinto Termo do Curso de Serviço Social;
- II- Supervisão Acadêmica II: 80 (oitenta) horas cumpridas na Instituição de Ensino no sexto Termo do Curso de Serviço Social;
- III- Supervisão Acadêmica III: 80 (oitenta) horas cumpridas na Instituição de Ensino no sétimo Termo do Curso de Serviço Social;
- IV- Supervisão Acadêmica I: 80 (oitenta) horas cumpridas na Instituição de Ensino no oitavo Termo do Curso de Serviço Social;

Art. 31. O aluno deverá cumprir no mínimo 75% (setenta e cinco por cento) do total da carga horária exigida para Supervisão Acadêmica.

Parágrafo único. É vedado ao aluno o abono de faltas, entretanto, merecem tratamento especial aluna gestante e/ou alunos portadores de doenças graves, agudas ou agonizadas, e outros casos específicos.

IX - APROVAÇÃO E AVALIAÇÃO NO PROCESSO DE ESTÁGIO SUPERVISIONADO OBRIGATÓRIO

Art. 32. Será considerado aprovado nas atividades de Estágio Supervisionado Obrigatório e Supervisão Acadêmica o aluno que cumprir a respectiva carga horária, conforme prescrevem os artigos 17 e 31 deste Regulamento.

§ 1º. O descumprimento do artigo 33 implicará na reprovação do aluno nas atividades de Estágio Supervisionado Obrigatório e Supervisão Acadêmica, pertinente ao termo em que estiver matriculado.

§ 2º. Caso o aluno seja reprovado na atividade de Estágio Supervisionado Obrigatório, poderá, no exercício seguinte, matricular-se somente nessa atividade.

§ 3º. Caso o aluno seja reprovado na atividade de Supervisão Acadêmica, poderá, no exercício seguinte, matricular-se somente nessa atividade.

Art. 33. O aluno só poderá matricular-se nas atividades de Estágio Supervisionado II e Supervisão Acadêmica II, quando tiver sido aprovado nas atividades de Estágio Supervisionado I e Supervisão Acadêmica I. O mesmo deve ocorrer com o Estágio III e IV, e, respectivamente, Supervisão Acadêmica III e IV.

Art. 34. Em decorrência da avaliação do processo de Estágio Supervisionado, a Coordenação do Curso de Serviço Social poderá descredenciar Unidades Concedentes de Estágio e/ou supervisores de campos de estágios quando se verificar o descumprimento das disposições deste regulamento.

X - AS COMPETÊNCIAS DOS PROFISSIONAIS ENVOLVIDOS NO PROCESSO DE ESTÁGIO SUPERVISIONADO

Art. 35. Compete ao Coordenador do Curso de Serviço Social da Faculdade de Presidente Prudente - FAPEPE:

- I- Acompanhar as atividades do professor Coordenador de Estágio;
- II- Aprovar a abertura de Convênios entre a UNIESP – pelo UNIESP – União Nacional das Instituições Educacionais São Paulo e a Unidade Concedente de Estágio;
- III- Promover a integração do Estágio Supervisionado em Serviço Social com os conteúdos programáticos das disciplinas do Curso de Serviço Social e com o Projeto Pedagógico do Curso.

Art. 36. Do Professor Coordenador de Estágio Supervisionado:

- Explicitar, orientar, abrir e conseguir a adesão de Instituições Públicas, Privadas, e outras, a oferecerem oportunidades de estágio prático profissional supervisionado aos alunos do Curso de Serviço Social, para que estes, em cumprimento às Diretrizes Curriculares do MEC, possam ter oportunidades para uma prática profissional, obrigatória à conclusão do curso;
- Supervisionar e avaliar o processo de estágio;
- Oferecer campos de estágio aos alunos, encaminhando-os e acompanhando-os, desde que atendam o que dispõem as Diretrizes Curriculares, independentemente do ano e/ou do termo em que estejam matriculados;
- Gerar, através de programas e/ou de projetos, oportunidades de estágio prático profissional aos alunos que, por quaisquer motivos (horários, trabalho, etc.), não possam se qualificar aos estágios práticos oferecidos e disponibilizados pelo Núcleo de Estágio;
- Propor atividades aos supervisores e alunos das Unidades Concedentes de Estágio que visem cumprir os objetivos da relação ensino-aprendizagem;
- Aceitar como campo de estágio prático profissional todas e quaisquer oportunidades que se afigurem como uma abertura ao Serviço Social, observando o que se espera como Perfil do Profissional, conforme consta nas Diretrizes Curriculares da ABEPSS (de 8/11/1996) e o Parecer CNE/CES n.º. 492 (de 03/04/2001);
- Zelar pelo cumprimento regular da formalização dos estágios, conforme preconiza a legislação disciplinadora, orientando as Unidades Concedentes a respeito;
- Solucionar questões apresentadas pelos alunos ou Unidades Concedentes de Estágio;
- Manter o cumprimento e a atualização do regulamento de estágio do Curso de Serviço Social da Faculdade de Presidente Prudente - FAPEPE.

Art. 37. Compete ao Supervisor Acadêmico:

- I- Conhecer e observar o Regulamento de Estágio Supervisionado em Serviço Social e da Supervisão Acadêmica;
- II- Orientar grupos de alunos em relação à práxis profissional a partir do estágio;
- III- Desenvolver em parceria com a unidade de estágio o acompanhamento e o processo de avaliação geral do estágio;
- IV- Apresentar demandas colocadas pelos alunos ao Coordenador do Curso de Serviço Social da Faculdade de Presidente Prudente – FAPEPE e ao professor Coordenador de Estágio.

Art. 38. Compete ao Supervisor do Campo de Estágio:

- I- Conhecer o Regulamento de Estágio Supervisionado em Serviço Social e da Supervisão Acadêmica;
- II- Realizar a supervisão do estagiário;
- III- Oportunizar ao estagiário experiências que favoreçam a formação profissional;
- IV- Acompanhar o estagiário na realização de trabalhos teórico-práticos referentes ao estágio;
- V- Participar da elaboração do Plano de Estágio Supervisionado em Serviço Social em conjunto com o estagiário;
- VI- Informar à Coordenação do Curso qualquer ocorrência que venha a alterar a situação do estagiário na instituição;
- VII- Procurar a Coordenação do Curso de Serviço Social da Faculdade de Presidente Prudente - FAPEPE, para todo e qualquer esclarecimento ou assessoria, em relação ao processo de Estágio;
- VIII- Atender às solicitações do Curso de Serviço Social referentes ao processo de estágio do aluno sob sua supervisão.

Parágrafo Único – A supervisão de estágio é realizada pelo Assistente Social pertencente ao quadro da Unidade Concedente de Estágio em pleno gozo de seus direitos profissionais.

Art. 39. Compete ao estagiário:

- I- Conhecer e cumprir os Regulamentos de Estágio Supervisionado do Curso de Serviço Social da Faculdade de Presidente Prudente - FAPEPE e da Unidade concedente de Estágio;
- II- Conhecer e observar a carga horária e frequência obrigatória do Estágio Supervisionado e da Supervisão Acadêmica;
- III- Exercer suas atribuições, participar das reuniões de supervisão de campo, evitando atividades não pertinentes ao estagiário de Serviço Social;



Recredenciada pela Portaria nº 359 de 05/04/2012. DOU 10/04/2012

Av. Pres. Prudente, 6093, Jd. Aeroporto - Pres. Prudente/SP - CEP 19053-210. Fone: (18) 3918-4700

- IV- Elaborar e manter atualizados os documentos de registro do processo de estágio: diário de ocorrência e relatório de supervisão de campo;
- V- Entregar as produções e documentações elaboradas ao Núcleo de Estágio, observando o prazo determinado;
- VI- Observar os princípios éticos do Serviço Social;
- VII- Participar da elaboração do Plano de Estágio Supervisionado em Serviço Social, em conjunto com o supervisor de campo;
- VIII- Comunicar-se com a Coordenação do Curso de Serviços Social, para estudo e avaliação de abertura de campos de estágio não conveniados;

Levar ao conhecimento da Coordenação problemas que venham a ocorrer na Unidade Concedente de Estágio.

Art. 40. Fica vedado ao estagiário apresentar-se como Assistente Social.

Art. 41. Os casos omissos serão decididos pela Coordenação do Curso de Serviço Social da Faculdade de Presidente Prudente - FAPEPE e o professor Coordenador de Estágio.